

IRENILDA ANGELA DOS SANTOS
ALAIR SILVEIRA

Organizadoras



DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Volume 2

 **ALEXA**
CULTURAL

Irenilda Angela dos Santos
Alair Silveira
(Organizadoras)

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

VOLUME 2

A presente obra foi financiada pelo
Programa de Pós-Graduação em Política Social
PPGPS/ICHS/UFMT



Irenilda Angela dos Santos
Alair Silveira
(Organizadoras)

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

VOLUME 2



Embu das Artes - SP
2025

COMITÊ CIENTÍFICO - ALEXA CULTURAL

Presidente

Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

Vice-presidente

Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

Membros

Adailton da Silva (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Aldair Oliveira de Andrade (UFAM – Manaus/AM)
Alfredo González-Ruibal (Universidade Complutense de Madrid/Espanha)
Ana Cristina Alves Balbino (UNIP – São Paulo/SP)
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)
Arlete Assumpção Monteiro (PUC/SP – São Paulo/SP)
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Anhanguera – Osasco/SP)
Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)
Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Denia Roman Solano (Universidade da Costa Rica)
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)
Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)
Gilse Elisa Rodrigues (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)
Gilson Rambelli (UFS – São Cristóvão/SE)
Graziele Acçolini (UFGD – Dourados/MS)
Iraíldes Caldas Torres (UFAM – Manaus/AM)
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Leticia/Amazonas – Colômbia)
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)
Karel Henricus Langermans (Anhanguera – Campo Limpo - São Paulo/SP)
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)
Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)
Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)
María Teresa Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina)
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)
Michel Justamand (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)
Renata Senna Garraffoni (UFPR – Curitiba/PR)
Rita de Cassia Andrade Martins (UFG – Jataí/GO)
Roberta Ferreira Coelho de Andrade (UFAM – Manaus/AM)
Tharcisio Santiago Cruz (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

AGRADECIMENTOS

É que o trabalhador coletivo tem olhos e mãos em todas as direções e possui, dentro de certo limite, o dom da ubiquidade. Concluem-se ao mesmo tempo diversas patê do produto em que estão separadas no espaço.

Karl Marx, O Capital, 1984, p. 376

Como em todo trabalho social, é a labuta de cada um, agregada ao fazer de outros, que o trabalho coletivo assume forma e identidade. E, como trabalho social, é na singularidade de cada autor que, ao mesmo tempo, consagra-se como trabalho concreto e trabalho abstrato. Mas, antes de tudo, um trabalho social que tem identidade e perspectiva de classe, e que ao dedicar-se a refletir sobre desafios do nosso tempo, também se propõe a contribuir para o enfrentamento, duro e socialmente generoso, destes tempos tensos e sombrios.

Às autoras e autores que - tão gentil e prontamente - aceitaram o convite, dedicamos nossos mais sinceros agradecimentos. Sabemos das suas agendas e das muitas demandas de cada um. Suas contribuições estão revestidas de genuína generosidade, ao dispor de tempo e paciência para aguardar a materialidade desta obra que ora se apresenta.

Estendemos nossos agradecimentos ao Professor Afonso Takao Murata (UFPR) que, mais uma vez, aceitou o desafio de prefaciar o segundo volume desta obra, cuja amplitude de assuntos – considerados ambos os volumes – nos permite dimensionar o tamanho dos desafios que nos circundam.

Ao Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS/ICHS/UFMT) dedicamos nosso reconhecimento e gratidão, na medida em que, através do seu Colegiado, não somente compreendeu a relevância desta obra (organizada em dois volumes), mas, a viabilizou.

Da mesma forma, estendemos nossos agradecimentos às fontes financiadoras CAPES, CNPq e UFMT, sem as quais este trabalho de tantas mentes e mãos não teria sido possível.

Cuiabá/MT, 31 de dezembro de 2025.

Irenilda Angela dos Santos

Alair Silveira

© by Alexa Cultural

Direção

Gladys Corcione Amaro Langermans

Nathasha Amaro Langermans

Editor

Karel Langermans

Capa

Klanger

Revisão da Língua Portuguesa

As organizadoras

Revisão Técnica

Irenilda Angela dos Santos e Alair Silveira

Editoração Eletrônica

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D473 Desafios contemporâneos: volume 2 / organização de Irenilda Angela dos Santos e Alair Silveira. – 1. ed. – Embu das Artes, SP : Alexa Cultural, 2025.

333 p. : il. color. ; 14 x 21 cm. – (Desafios contemporâneos; v.2) - E-book em PDF

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-5467-613-1 - E-book em PDF - DOI 10.29327/5782980

1. Ciências humanas – Estudos contemporâneos. 2. Sociedade – Transformações. 3. Estado e democracia – Crítica. 4. Trabalho – Uberização. 5. Meio ambiente – Sustentabilidade. I. Santos, Irenilda Angela dos. II. Silveira, Alair. III. Sumário. IV. Título.

CDD 300.9

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências Humanas
2. Estado e Democracia
3. Sociedade
4. Meio Ambiente
5. Trabalho

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610.

É proibida a reprodução parcial ou integral sem a autorização das organizadoras e/ou editora.

Alexa Cultural Ltda

Rua Henrique Franchini, 256

Embu das Artes/SP - CEP: 06844-140

alex@alexacultural.com.br

alexacultural@terra.com.br

www.alexacultural.com.br

PREFÁCIO

Vivemos em tempos de profunda transformação e questionamento, nos quais os alicerces que sustentam nossas sociedades são constantemente tensionados por múltiplas crises dentro de contexto ecológicos, políticos, sociais e existenciais.

O livro que o leitor tem em mãos, **Desafios Contemporâneos 2**, surge como uma resposta acadêmica e engajada a esse cenário complexo, reunindo vozes que se dedicam a desvelar as estruturas muitas vezes invisíveis que moldam nossas vidas coletivas.

Esta obra não se limita a diagnosticar problemas, ela os situa dentro de um quadro histórico e crítico, demonstrando como categorias centrais a deficiência, trabalho, Estado, democracia e meio ambiente são construídos e reproduzidos por lógicas de poder colonialistas, capitalistas e neoliberais.

Os capítulos aqui reunidos são atravessados por um fio condutor, onde a convicção de que compreender o mundo exige desnaturalizá-lo, desmontar os discursos hegemônicos e identificar as contradições que movem a história.

Da reflexão sobre a “diversidade funcional” como proposta emancipatória à crítica da “sustentabilidade mercantilizada”, passando pela análise da “uberização” do trabalho, da digitalização do serviço público, do avanço do autoritarismo furtivo e das dinâmicas migratórias em contextos de precariedade, este volume constrói um mosaico analítico rico e interdisciplinar.

Cada texto, com seu rigor teórico e compromisso ético, convida o leitor a não apenas pensar os desafios contemporâneos, mas a reposicionar-se criticamente diante deles.

Organizado como um diálogo plural entre investigadores de diferentes áreas e contextos geográficos, com especial atenção aos cenários brasileiro, latino-americano e lusófono, este livro é também um testemunho da vitalidade do pensamento crítico em tempos de cerceamento ideológico e de desmonte das instituições públicas, onde os autores e autoras não fogem ao debate difícil.

Eles enfrentam a crise ecológica como resultado de um modo de produção predatório, discutem a banalização da violência e da indiferença, questionam a retórica do empreendedorismo como nova forma de expropriação e examinam as fragilidades da democracia liberal ante o avanço de projetos políticos autoritários.

Mais do que uma coletânea de estudos acadêmicos, **Desafios Contemporâneos 2** é um instrumento de reflexão e ação. Assim como os escritos de Mikhail Mikhailovich Bakhtin e Paulo Freire, o livro nos lembra que a linguagem não é neutra, como consequência que a tecnologia não é autônoma, que o Estado não é um espaço apartado das lutas de classe e que a natureza não é uma externalidade a ser explorada.

Em suas páginas, ecoa a urgência de repensarmos coletivamente os caminhos da emancipação, da justiça social e da dignidade humana.

Ao adentrar esta leitura, o leitor é convidado a abandonar certezas simplistas e a engajar-se com as perguntas incômodas que definem nosso tempo. Que este livro sirva não apenas como um registro das crises, mas como um chamado à construção de alternativas radicais, inclusivas e profundamente humanas.

Boa leitura e boa reflexão.

Prof. Dr. Afonso Takao Murata
Professor Titular DFF/SCA/UFPR

SUMÁRIO

Prefácio.....	7
<i>Afonso Takao Murata</i>	

Apresentação.....	11
<i>Irenilda Angela dos Santos e Alair Silveira</i>	

TRABALHO E EDUCAÇÃO

Desafios da vida cotidiana

Indústria 4.0 e Trabalho Uberizado: as duas pontas do mesmo processo destrutivo.....	20
<i>Ricardo Antunes</i>	

Empreendedorismo como forma de expropriação dos trabalhadores.....	30
<i>Aldi Nestor de Souza, Djeison Benetti, Dorival Gonçalves Júnior e Vinícius Pereira dos Santos</i>	

Trabalho e pessoas idosas na contemporaneidade	47
<i>Janaina Carvalho Barros e Izabel Cristina Dias Lira</i>	

Repensando a deficiência na modernidade capitalista: do colonialismo à diversidade funcional.....	65
<i>Bruno Sena Martins</i>	

A digitalização do trabalho no serviço público brasileiro: uma lógica privatista sob a hegemonia neoliberal.....	80
<i>Graça Druck e Luís Augusto Lopes</i>	

Análise do Sentimento de Pertencimento dos(as) docentes da Universidade Federal do Sul da Bahia	100
<i>Mauricio Farias Couto</i>	

As escolas e a ‘banalização do mal’.....	114
<i>Adrielly Brito Nogueira, Flavio Luis Siqueira e Alair Silveira</i>	

CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Relações de poder e desafios ambientais

<i>Think tanks</i> : prescrutando realidades sociopolíticas, corações e mentes ao redor do mundo e a disputa hegemônica contemporânea	151
<i>Ary Cesar Minella</i>	
Démarche populista na era eletrônica	177
<i>Lucas Mariano Maciel-Baqueiro e Maria do Socorro Sousa Braga</i>	
Autoritarismo Furtivo na América Latina: um estudo comparado de Brasil e El Salvador	201
<i>Daniel Wanderley Caliman e Gabriel Malheiros Marques Fernandes</i>	
Estado e Neoliberalismo: o caso da EBSEH como expressão de privatização não clássica no Brasil	222
<i>Itana Lua Silva Santana e Alair Silveira</i>	
Sustentabilidade mercantilizada: ESG, crise ambiental e contradições do desenvolvimento sustentável	245
<i>Ruteléia Cândida de Souza Silva e Irenilda Angela dos Santos</i>	
Capitalismo e ecologia política: uma crítica à sociedade de consumo	264
<i>Cloves Barbosa e Armando Wilson Tafner Júnior</i>	

OS DESAFIOS DAS DIÁSPORAS

CONTEMPORÂNEAS

A regularização dos trabalhadores imigrantes em Portugal: uma análise a partir dos burocratas de rua	277
<i>Ana Paula Costa</i>	
Diáspora haitiana: Uma breve revisão histórica da migração em tres períodos distintos	302
<i>Emmanuel Fradet e Irenilda Angela dos Santos</i>	
Índice remissivo	322

APRESENTAÇÃO

No estresse de dias fugidios, cujas horas parecem escorrer entre os dedos, um dos sentimentos mais comuns é o desconforto desnordeado comum aos parques *kamikazes*, nos quais a adrenalina e o medo misturam-se à excitação e à incerteza, e o mal-estar é entrecortado pelo alvissareiro. Imersos em sentimentos potentes, voláteis e contraditórios, o prazer prometido está condicionado à insegurança do percurso. Entre o medo e a expectativa, a instabilidade e o sobressalto andam de mãos dadas, fazendo da agônica incerteza o risco pseudamente calculado.

Há um paralelo possível entre nossos dias contemporâneos e os desafios que nos provocam com os parques *kamikazes* que, simultaneamente, exploram nossos medos, estimulam nossas crenças e nos familiarizam com o sobressalto como parte da existência cotidiana.

Este segundo volume do livro '*Desafios Contemporâneos*' dá continuidade ao esforço necessário à reflexão sobre os múltiplos desafios que inquietam e angustiam nossos dias e, paradoxalmente, também testam nossa capacidade de retomar a atualidade dos verbos: *sonhar, transformar, lutar, revolucionar*, sempre na terceira pessoa do plural.

Mais uma vez, convidamos docentes e discentes para contribuir com este trabalho coletivo, de maneira a assegurar olhares amplos e atentos sobre a diversidade de problemas que nos atravessam, de formar a nos provocar imersões, ampliar nossos horizontes e, também, aguçar nosso olhar sobre nós mesmos, enquanto potencialidade de intervenção coletiva.

O aprofundamento dos ataques ao conjunto da classe trabalhadora responde ao agravamento da crise que envolve a reprodução do capital sob a hegemonia do capital financeiro. Afinal, a financeirização da economia, concomitante ao avanço desenfreado da alta tecnologia e automatização produtiva converge para um problema concreto que subsiste aos mais avançados processos de Inteligência Artificial (IA), maquinaria e artifícios de autossuficiência profissional e modalidades de 'empregabilidade'.

Na prática, a capacidade de reprodução do capital de ‘reproduzir-se’ a si mesmo, sem passar pela extração (e apropriação) de excedente de valor, com o ingresso necessário de capital ‘novo’ no mercado, está limitada por algumas relações inexoráveis: (1) a primeira é que o capitalismo não consegue dissociar-se do mercado consumidor, pois necessita de consumidores para escoar as múltiplas mercadorias que produz; (2) a segunda, é que o ingresso de capital ‘novo’ no mercado depende da produção de mercadorias; (3) ocorre que para devolver ‘mais’ capital do que injetou ao contratar os meios de produção e a força de trabalho, os capitalistas apropriam-se do excedente que conseguem extrair da única mercadoria (força de trabalho) que produz mais do que pelo qual foi contratada. Esta dependência estabelece um vínculo indissociável entre capital e trabalho. Porém, estruturalmente, assegura ao capital, dois movimentos combinados: de um lado, permite-lhe reduzir ao máximo o número de trabalhadores contratados, aumentando o número de máquinas e tecnologias; por outro lado, estas prerrogativas estruturais não conseguem emancipar-lhe da exploração do trabalho e do mercado consumidor. Diante disto, (4) as alternativas que restam ao capital é ampliar ao máximo as formas de exploração e opressão da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que a financeirização da economia ‘parece’ substituir a circulação de relações de trabalho e consumo. Neste processo, como dizia Marx (1984), periodicamente, o capital é *assaltado pela vertigem de querer fazer dinheiro sem a mediação do processo de produção*. Esta *vertigem* engendrada sobre a remuneração de papeis e transações digitais, contudo, não extrapola os limites da esfera da circulação e, tampouco, da necessidade de que os trabalhadores, para sobreviver e consumir, necessitem ter dinheiro em suas respectivas contas.

Ante estes movimentos estruturais, o neoliberalismo, paradoxalmente, mantém-se hegemônico, na medida em que os trabalhadores, ressentidos e desmoteados, e sem direções e referentes políticos para além do capital, quedam-se seduzidos pelo discurso neofascista antissistêmico e suas variáveis.

O alcance e as múltiplas faces deste processo de desmoronamento de referentes societários que imaginávamos inabaláveis têm se revelado de muitas formas e intensidades. Neste sentido, a generalização da modalidade uberização, assim como o empreendedorismo

como alternativa ‘*emancipadora*’ do trabalhador são expressões da intensificação da precarização ‘*glamourosa*’ das relações de trabalho.

Como forma de estabelecer certa unidade temática, as profícuas reflexões sobre estes tempos sombrios foram distribuídas em três partes, garantida, entretanto, a unidade contemporânea dos desafios que os envolve. A primeira parte, dedicada a reflexões sobre o mundo do trabalho, também analisa o ambiente escolar frente à crescente violência sobre professores e estudantes.

Frente às transformações do mundo do trabalho e à precarização das relações laborais, muitos são os recursos utilizados para promover resignação e/ou adesão dos trabalhadores. Para tanto, ao mesmo tempo em que promove a ilusão de autonomia laboral e empregos destituídos de garantias, o capital intensifica a exploração e reformas legislativas para subtrair direitos consagrados. Como sintetiza Ricardo Antunes (UNICAMP), a indústria 4.0 e o trabalho uberizado são duas pontas do mesmo processo destrutivo de *trabalho vivo* e intensificação de *trabalho morto*. Este processo, entretanto, não pode prescindir da exploração do *trabalho vivo*, como alertam os pesquisadores Aldi Nestor de Souza (UFMT), Djeison Benetti (UFMT), Dorival Gonçalves Júnior (UFMT) e Vinícius Machado Pereira dos Santos (UFMT), ao analisarem a expropriação dos trabalhadores através do empreendedorismo que, acertadamente, nomeiam de *uberempreendedorismo*.

Assim, aos trabalhadores, excedentes, que não têm mercado para ‘*vender*’ suas iniciativas ‘*empreendedoras*’ ou ‘*reinventarem-se*’ como trabalhadores polivalentes, ‘*autônomos*’ e ‘*intermitentes*’, o capital oferece um leque de categorias de ‘*serviços*’, apresentados como oportunidades laborais, muitas vezes, tão ou mais precarizadas que as outras.

Para a eficácia de tais propósito sob os ditames do neoliberalismo hegemônico, é preciso intensificar os ataques ao Estado e aos servidores públicos, garantindo a privatização estatal e a precarização do trabalho também via introdução de técnicas gerencialistas, com o consequente esvaziamento de direitos e a consequente subordinação à lógica da acumulação privada do mercado, como analisam Graça Druck (UFBA) e Luís Augusto Lopes (IFBA) em ‘*A digitalização do trabalho no serviço público*’.

A máquina destrutiva do capital suga não somente a força de trabalho e os direitos laborais, mas, também, o direito ao desfrute digno da aposentadoria. Sob o jugo da necessidade material, o “*recomeço*” laboral pós-aposentadoria se impõe com *‘inserção marginal’*, majoritariamente, por meio de relações informais e, na maioria das vezes, inadequadas para o estágio de desenvolvimento das forças produtivas, como destacam Janaína Carvalho Barros (UFMT) e Izabel Cristina Dias Lira (UFMT), no artigo *‘Trabalho e pessoas idosas na contemporaneidade’*.

Bruno Sena Martins (Coimbra/PT), por sua vez, nos convida a refletir sobre a *‘deficiência como categoria social e política’*, destacando o poder impregnado às palavras e, portanto, na linguagem que pode ser estigmatizadora ou emancipatória. Neste sentido, defende que o conceito de *‘diversidade funcional’* pode oferecer uma referência mais adequada para compreender as *‘identidades em torno da deficiência’*, de maneira exigir que nenhuma luta em seu nome seja feita sem sua participação.

Como a identidade dos trabalhadores também é construída nos ambientes de trabalho, o estranhamento que conforma o trabalho alienado também desenvolve o sentimento de pertencimento laboral, como parte importante de identidade que os trabalhadores reconhecem em si e nos demais. Sob a lente ‘dos outros’ o trabalhador olha e, também, se vê. Nesta perspectiva, Maurício Farias Couto (UFSB) analisa o *‘Sentimento de pertencimento dos/as docentes da UFSB’*, a partir de uma pesquisa realizada com docentes da Universidade. Reveladores quanto ao sentimento de falta de integração e reconhecimento, quase 70% dos entrevistados avaliaram que não participavam das decisões relativas ao próprio trabalho, e quase 60% não se sentiam profissionalmente valorizados. Estes percentuais, junto a outros apresentados por Couto, nos permitem dimensionar variáveis como desinteresse, desânimo, adoecimento e precarização laboral.

Em consonância com a pesquisa de Maurício Couto, o artigo de Adrielly Brito Nogueira (UFMT), Alair Silveira (UFMT) e Flavio Luis Siqueira (UFMT), intitulado *As escolas e a ‘banalização do mal’*, corrobora estes sentimentos, além de acrescentar desamparo institucional, desvalorização profissional e violência societária como parte cotidiana da vida de professores e professoras, não

somente no Brasil. Como demonstram os autores, os ataques nas escolas evidenciam mais do que a expansão da cultura de violência socialmente disseminada, eles põem em evidência as várias manifestações de violência contra professores/as.

A segunda parte do livro, nomeada Capitalismo contemporâneo: *relações de poder e desafios ambientais*, é inaugurada pelo instigante artigo de Ary Minella (UFSC), dedicado a desvelar o papel e a força mundial das *Think tanks* na disputa pela hegemonia mundial. Da maneira rigorosa que lhe é característica, Minella demonstra como estas organizações intervêm nas pesquisas e formulação de políticas públicas, a partir do financiamento estadunidense, seja através de recursos governamentais, fundações, instituições privadas, corporações e/ou universidades.

Em sintonia com as reflexões de Minella Lucas Mariano Maciel-Baqueiro (UFSCar) e Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar) analisam a escalada da polarização política em nível mundial, evidenciando a *démarche populista* que, como destacam os autores, obtêm expressiva votação e extrapolam as urnas, alastrando-se pelo cotidiano, através de plataformas eletrônicas. Sob o avanço do que definem como '*populismo reacionário*', Maciel-Baqueiro e Braga, alertam para o esgarçamento da democracia liberal e a necessidade de regulação das redes sociais.

De forma comparativa, Daniel Wanderley Caliman (USP) e Gabriel Malheiros Marques Fernandes (USP) avaliam a fragilização democrática brasileira e salvadorenha, a partir do conceito de *autoritarismo furtivo*, desenvolvido por Varol e Przeworski. Alertando para o desgaste de regimes democráticos restritamente procedimentais, Caloman e Fernandes chamam atenção para o processo de '*subversão da ordem democrática a partir de si mesma*'. Ao evidenciar a forma *furtiva* como a democracia vai sendo corroída através das '*estruturas do próprio Estado*', os autores apontam não somente como o autoritarismo foi se naturalizando sob o regime democrático, mas porque desfruta de consentimento social.

As formas sob as quais a legitimidade social é conquistada são amplas e não se restringem ao consentimento à corrosão da democracia, mas, também aos recursos utilizados para privatização do patrimônio público e subtração de direitos sociais. Este é o caso

do processo da *'privatização não clássica'* do Hospital Universitário Júlio Muller (UFMT), analisado por Itana Lua Silva Santana (UFMT) e Alair Silveira (UFMT). Valendo-se do conceito desenvolvido por Sara Granemann, as autoras evidenciam que a criação da EBSEH é parte constitutiva do conjunto de reformas do Estado, propugnadas pelo projeto societário neoliberal. Neste sentido, demonstram que mais do que uma reconfiguração da gestão pública, a EBSEH expressa tanto a introdução do gerencialismo privado quanto a desresponsabilização estatal, concomitante à mercantilização da saúde e à precarização das relações laborais.

Atentas às questões ambientais e às práticas conhecidas como ESG (Ambiental, Social e Governança), Rutelêia Cândida de Souza Silva (UFMT) e Irenilda Angela dos Santos (UFMT) propõem uma análise crítica a partir da teoria social marxista, tendo em consideração os compromissos para sustentabilidade diante das contradições estruturais do modo de produção capitalista. Conforme demonstram as autoras, as respostas às crises ecológica e social respondem mais à *'atualização discursiva'* e à *'mercantilização da vida, da natureza e dos direitos sociais'* do que ao enfrentamento efetivo e substancial das *'determinações estruturais do capital'*, indispensável para a *'construção de alternativas antissistêmicas fundadas na centralidade da vida e na emancipação coletiva'*.

Em sintonia com a análise de Silva e Santos, Cloves Barbosa (UNIFESSPA) e Armando Wilson Tafner Júnior (UNIFESSPA) se debruçam sobre o colapso ambiental e a sociedade de consumo, alertando para a ameaça concreta à sobrevivência de diferentes espécies que coexistem no mundo. Identificando na propriedade privada a fonte dos problemas que assegura ou impede o acesso à natureza, os autores avançam para a análise da mercantilização da integralidade das relações societárias. E, neste processo, o Estado tem papel relevante para a valorização do capital. Como destacam Barbosa e Tafner Júnior, *'para manter os lucros altos dos produtores de commodities [...] e inibirem a estrutural taxa de lucro decrescente [...] o Estado implementa práticas como a renúncia fiscal [...] e isenções fiscais'*. Ao fim e ao cabo, enquanto os grandes proprietários não pagam, os demais suportam as contas e as consequências do colapso da natureza.

A terceira e última parte traz dois artigos que refletem sobre *os desafios das diásporas contemporâneas*. Dentre os tantos desafios destes tempos sombrios, a imigração forçada talvez constitua um dos mais perversos, na medida em que a xenofobia promovida por movimentos neofascistas e/ou populistas reacionários tem se espalhado pelo mundo, sob a acusação cínica e perversa de que a crise do capital, a escassez de trabalho e os altos índices de violência são de responsabilidade dos imigrantes.

Banidos, o desterro pode responder por guerras, perseguição política, fome ou tão somente pela busca por melhores condições de vida. Mobilidade e ascensão social que, sob o corolário capitalista, são a melhor expressão da livre iniciativa e do indivíduo destemido e empreendedor. Ironias à parte, sob a tragédia de imigrantes e/ou refugiados, a cultura da violência e do ódio tem prosperado, inclusive em países com larga história de acolhimento.

Ana Paula Costa (NOVA-Lisboa) aborda a problemática dos trabalhadores imigrantes em Portugal, a partir da atuação dos denominados *'burocratas de rua'*, responsáveis pela regularização de estrangeiros. Sob a perspectiva do trabalho destes funcionários públicos, a autora destaca os inúmeros obstáculos à atividade destes profissionais, confrontados entre a *'política no papel e a política implementada'*, o que lhes exige criatividade para superar dificuldades, além do excesso de regras e de trabalho. A isto, soma-se o desconhecimento e/ou discordância dos fundamentos das políticas para as quais são destacados a implementar. Consequentemente, muitos *burocratas de rua* atuam subvertendo as regras e propósitos estabelecidos. Diante deste *'jogo de poder'*, como observa a autora, muitos imigrantes em Portugal sentem-se acuados, de um lado temem *'reportar as situações que considerem um descumprimento da política de regularização por estarem em situação irregular'*, de outro, sequer reconhecem que têm direito a ter direitos.

A crise migratória haitiana remonta à invasão norte americana, entre os anos 1915 e 1934. Como destacam Emmanuel Fradet (UFMT) e Irenilda Angela dos Santos (UFMT), as causas externas competem com as razões internas e, na maioria das vezes, aquelas se sobrepõem a estas. Como resumem os autores, *'quando não se trata de uma dominação por uma força estrangeira que obriga os*

camponeses a abandonarem o seu território natural, a causa é a má governança e as lutas políticas'. Como resultado deste processo de abandono forçado da própria terra, acrescente-se o desmonte da capacidade de reconstrução do próprio país, com a chamada *'fuga de cérebros'*, isto é, a emigração de pessoas com formação universitária como médicos, enfermeiros, professores, gestores administrativos e, assim como técnicos e trabalhadores especializados, promovendo a escassez de profissionais qualificados. À guisa de síntese, asseveram os autores, triste e melancolicamente: *'Vemos na diáspora, a consequência última dos males da realidade haitiana, onde os haitianos podem viver em todos os lugares do planeta, exceto em casa, no Haiti.'*

Finalizando esta Apresentação, reiteramos o compromisso do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS-Mestrado e Doutorado) com a promoção de atividades e eventos sintonizados com os problemas que atravessam a sociedade contemporânea, assim como com o investimento qualificado na produção de livros, artigos e pesquisas que nos permitam avançar nas reflexões e debates.

Diante deste rico material que pretende suscitar reflexões e provocar produtivas inquietações, apresentamos este segundo volume dedicado a pensar sobre os desafios contemporâneos.

Boa Leitura!

Cuiabá/MT, 31 de dezembro de 2025.

Profª. Dra. Irenilda Angela dos Santos

Profª. Dra. Alair Silveira (Orgs)



TRABALHO E EDUCAÇÃO

Desafios da vida cotidiana

INDÚSTRIA 4.0 E TRABALHO UBERIZADO: As duas pontas do mesmo processo destrutivo¹

Ricardo Antunes²

A gênese das plataformas digitais

Há algumas décadas, o capitalismo, sob condução financeira, vem se desenvolvendo de forma que a produtividade do capital se valorize sempre em seu ponto de ápice. Ao proceder desse modo, as corporações globais ampliam seus lucros e exasperam a competitividade entre elas, introduzindo cada vez mais um maquinário informacional-digital altamente avançado, capaz de potencializar exponencialmente a utilização da força de trabalho.

Para as grandes corporações, a ampliação e intensificação dos tempos de trabalho geradores de lucro e de mais-valor tornaram-se ainda mais vitais frente à intensa competição que travam entre si para ampliar seu domínio no mercado, tanto na indústria, agricultura e serviços, como em suas interconexões conhecidas (agroindústria, serviços industriais e indústria de serviços) e presentes nas novas cadeias produtivas de valor.

Foi central para esta reorganização dos capitais a expressiva expansão do setor de serviços, cada vez mais subordinado à *forma-mercadoria*. Essa configuração, além de desmoronar o mito de que

¹ Este artigo resume algumas ideias apresentadas no livro *ICEBERGS À DERIVA: O Trabalho nas Plataformas Digitais*, Antunes (Org.), Boitempo, 2023, resultado de pesquisa de Projeto em curso, realizada pelo Grupo *Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses* (IFCH/UNICAMP) em Convênio com o Ministério Público do Trabalho da 15ª. Região (MPT-15) e integra também nosso Projeto de Pesquisa (Bolsa Produtividade/CNPQ).

² Professor Titular de Sociologia do Trabalho no IFCH/Unicamp. Publicou os livros: ***Icebergs à Deriva: o trabalho nas plataformas digitais*** (Organizador, Boitempo, 2023); ***Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0*** (Boitempo); ***Capitalismo Pandêmico*** (Boitempo, publicado também na Itália e Áustria); ***Privilegio da Servidão*** (Boitempo, publicado também na Itália e Espanha); ***Os Sentidos Trabalho*** (Boitempo, publicado também na Argentina, EUA, Inglaterra/Holanda, Itália, Portugal e Índia); ***Adeus ao Trabalho?*** (Cortez, publicado também na Argentina, EUA, Inglaterra/Holanda, Itália, Espanha, Venezuela e Colômbia); ***Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil***, 4 volumes, Boitempo), entre outros.

a *sociedade de serviços, pós-industrial* eliminaria a classe trabalhadora, fez deslanchar uma significativa expansão do *novo proletariado de serviços* na era digital. Tal processualidade, contrariamente ao que foi propugnado nas últimas décadas, não levou à perda de relevância da teoria do valor, mas à ampliação de novas formas geradoras do *mais-valor*, ainda que frequentemente assumindo a *aparência* do não-valor.

E o capitalismo vem demonstrando uma enorme capacidade de articular as atividades *materiais*, que têm grande prevalência na indústria de transformação e na agroindústria, àquelas nas quais se ampliam também as atividades *imateriais*, como as desenvolvidas na indústria de serviços e nas grandes plataformas digitais. Esses arranjos contribuem para que possamos melhor compreender o papel vital que a *informação*, convertida em *nova mercadoria*, passa a assumir no processo de valorização e geração de mais valor que, é imperioso acrescentar, se encontra sob comando do capital financeiro, a quem cabe impulsionar e dirigir econômica, política e ideologicamente a *totalidade da produção e reprodução do valor*³.

Com a ampliação do universo digital, através das tecnologias de informação e comunicação presentes cada vez mais na produção (em sentido amplo), encontramos novos componentes que merecem uma análise cuidadosa, de modo a melhor captar qual o papel que essas tecnologias vêm desempenhando nas formas de acumulação presentes no capitalismo financeiro atual⁴. Isso porque estes novos espaços produtivos, cada vez mais conectados com as plataformas digitais e com o mundo dos algoritmos, vêm tendo enorme destaque na geração de lucros e de mais valor, obrigando-nos a melhor compreender como as grandes plataformas digitais – que de fato são verdadeiras corporações globais – vêm participando do que Srnicek denominou como *capitalismo de plataforma*.⁵ São empresas que, além de detentoras de informação, são cada vez mais proprietárias da infraestrutura da sociedade, com forte potencial monopolista e concentracionista no conjunto da economia global.

3 François Chesnais, **A mundialização do capital** (São Paulo, Xamã, 1996).

4 Para um panorama amplo e crítico destas tendências, contemplando vários países, ver Ricardo Antunes, Fabio Perocco e Pietro Basso, (Org.), **Il lavoro digitale: Maggiore autonomia o nuovo asservimento del lavoro**, em Socioscapes International Journal of Societies, Politics and Cultures II, (*Special issue*, Itália, 2021).

5 Nick Srnicek, **Platform capitalism** (Cambridge, Polity, 2017). p. 86.

Mesmo sabendo que a conceitualização *capitalismo de plataforma* pode e deve ser problematizada, aqui a utilizamos mais no sentido *descritivo*, qual seja, em referência a uma fase informacional-digital-financeira do capitalismo na qual o sistema depende cada vez mais do uso intensificado das plataformas digitais. Sempre reiterando que as plataformas, enquanto instrumental tecno-digital, *são cada vez mais utilizadas por uma gama imensa de empresas e corporações que tem finalidades as mais distintas*, tendo em comum, entretanto, a recorrência a este artefato informacional.

Foi nesta contextualidade que o capitalismo de plataforma pôde se expandir a tal ponto que hoje as corporações do ramo de tecnologia se encontram entre as empresas mais valorizadas do mundo, desbancando aquelas que ocupavam o topo do capital no período anterior a explosão informacional-digital.

Mas é importante indicar também que a digitalização do trabalho não foi uma

revolução surpreendente. De fato, a digitalização do trabalho introduziu (ou favoreceu) múltiplas, profundas e rápidas mudanças nas estruturas e nos processos produtivos; na organização do trabalho e no mercado de trabalho.[...] [Essas alterações resultaram] em uma forte fragmentação do processo produtivo; uma aceleração igualmente forte do ciclo de valorização das mercadorias (na produção, na gestão das cadeias de abastecimento, nas vendas); uma significativa decomposição da força de trabalho (reduzindo sua concentração física); uma intensa individualização das relações e dos contratos de trabalho. E esta grande transformação da economia foi baseada em um alto grau de informatização, automação e robotização, sob a égide das tecnologias digitais (Antunes; Perocco; Basso, 2021, p. 10-11).

Se nos anos 1980/90 tivemos a informatização e automação do setor industrial, através da externalização de atividades nos países do Sul do mundo, nas primeiras duas décadas do século XXI assistimos ao “advento da conectividade total, do *cloud work*, da digitalização da Indústria 4.0, dos serviços e de setores específicos como o dos cuidados” (idem, p.11). E foi assim que o trabalho digital, que hoje se amplia em grande parte do mundo, encontrou grande impulso no contexto da pandemia.

Como consequência do que anteriormente indicamos, vamos apresentar as três teses críticas que talvez possam nos ajudar na compreensão do tamanho, significado, riscos e profundidade das metamorfoses em curso no mundo do trabalho.

Os laboratórios de experimentação do trabalho na pandemia

A primeira tese – os novos laboratórios de experimentação do trabalho – pode ser assim sintetizada: durante a pandemia, foram desenvolvidos novos laboratórios de experimentação do trabalho, dos quais o trabalho vinculado e subordinado às plataformas de serviços, o *home office* e o *teletrabalho* (com suas similitudes e diferenças) são exemplares. Se estas práticas já eram utilizadas antes da crise pandêmica, durante sua vigência elas se ampliaram ainda mais significativamente.

Resultado de um complexo movimento, cujas origens remontam à *crise estrutural do capital*, as grandes corporações vêm se utilizando simultaneamente de uma enorme massa de desempregados que passam a trabalhar sob o comando das tecnologias digitais e seus algoritmos. Essa simbiose também vem permitindo o incentivo à individualização do trabalho (o “empreendedorismo” a “autonomia” e mistificações assemelhadas) e assim procedendo, conseguem burlar a *legislação protetora do trabalho*, tendência que tem enorme potencial de expansão para um conjunto de atividades que se desenvolvem na indústria de serviços, isto é, nos serviços comoditizados ou mercadorizados.

Os resultados são visíveis: jornadas de trabalho extenuantes, frequentemente sem folga semanal; os salários reduzidos; demissões sumárias e sem qualquer explicação; custeamento da compra ou locação de veículos, motocicletas, bicicletas, celulares, internet, dentre tantas outras aberrações, que compreendem o trabalho uberizado, no qual exploração/espoliação/expropriação se mesclam e se intensificam. Não é por outro motivo que, além da pandemia do COVID-19, estamos vivenciando também a *pandemia da uberização*.⁶

Assim, o receituário empresarial da fase pós-pandemia já se encontra desenhado e delineado: mais flexibilização, mais informalidade, ampliação das formas de terceirização, com a consequente

6 Ver Ricardo Antunes, **Capitalismo Pandêmico** (São Paulo, Boitempo, 2022)

explosão do trabalho intermitente e uberizado, tudo sob o comando dos algoritmos com sua só aparente neutralidade.

Desse modo, em meio à pandemia do coronavírus, as plataformas corporativas globais criaram, com engenhosidade que parece ilimitada, *novos laboratórios de experimentação do capital*, ampliando e intensificando o mundo laborativo, envolvendo-o em uma nova realidade caracterizada pela pandemia da uberização. É por isso que, em todos os espaços, particularmente dos serviços privatizados, impulsiona-se cada vez mais a uma “nova” modalidade de trabalho na qual o assalariamento se transfigura e assume a aparência de “empreendimento” e “autonomia”.

Esse processo, que tem suas raízes fincadas em uma processualidade estrutural de crise, acentuou-se particularmente depois de 2008/2009. É nesse contexto que, por suas repercussões socioeconômicas singulares, a pandemia converte-se em momento que impulsionou *novos laboratórios de experimentação do capital*, aparentemente contingenciais, mas que incidiram nas mais distintas atividades, sejam elas produtivas ou reprodutivas, abrindo caminho para a acentuação significativa da precarização do trabalho no período pós-pandemia. *A única forma de travá-lo dependerá da capacidade de resistência da classe trabalhadora, impondo limites à exploração do trabalho e exigindo novos direitos.*

Assim, os “novos” traços que caracterizam o *trabalho uberizado* são por demais evidentes: não há mais limites nem de *tempo*, nem de *jornada* de trabalho; a *separação entre tempo de labor e tempo de vida* está em desaparecimento; as práticas laborativas são cada vez mais desregulamentadas; os direitos do trabalho sofrem um processo de corrosão cotidiano e a justiça do trabalho, quando acerta, se vê tolhida pelas decisões supremas. A intensidade e os ritmos de trabalho são exercitados ao limite, sendo que as mistificações subjacentes ao *trabalho que deixou de ser trabalho*, ao *assalariamento que milagrosamente se converteu em “empreendedorismo”, em “autonomia”*, são por demais evidentes.

Como a expansão do trabalho uberizado encontra o solo fértil em uma gama quase ilimitada de atividades nos serviços, seria um verdadeiro milagre que tal ordem destrutiva não produzisse mais acidentes, adoecimentos e padecimentos no trabalho, com ênfase

nos adoecimentos psíquicos, mais subjetivos, mais interiorizados. *Burnout*, depressão, suplício e suicídio, tudo isso passa a ser mais a regra do que a exceção. Turbinado pelo nefasto “*sistema de metas*” que se tornou o *novo cronômetro* na era da *acumulação flexível*, sistemática que se converteu em uma poderosa criação do capital, em sua empreitada voltada para a *desconstrução do trabalho*. Intensificou-se, então, nos laboratórios de experimentação do trabalho, a era de devastação do trabalho. Cenário que, provocativamente, nos leva à segunda tese: o *capitalismo de plataforma parece ter algo em comum com a protoforma do capitalismo*.

O capitalismo de plataforma e a protoforma do capitalismo: uma trágica confluência

Indicamos que o *capitalismo de plataforma*, plasmado por relações sociais do capital, acaba por subsumir o arsenal informacional-digital prioritariamente às necessidades de sua autoexpansão e valorização. E, ao assim proceder, recorre cada vez mais às formas pretéritas de exploração, expropriação e espoliação do trabalho que o século XX já se encarregara, em alguma medida, de eliminar, ou pelo menos restringir, ao menos em partes do mundo.

Sabemos que a *protoforma do capitalismo* foi marcada pela enorme exploração do trabalho, nos primórdios do universo fabril em Manchester, berço da Revolução Industrial no século XVIII, cujas jornadas de homens, mulheres e crianças ultrapassavam 12, 14, 16 horas por dia, além de recorrer ao *putting-out system* e *outsourcing*, formas de externalização do trabalho frequentemente baseadas no *pagamento por peça*. Assim, nossa tese indica uma esdrúxula (mas não paradoxal) aproximação entre estas *distintas fases históricas* do capitalismo, a *pretérita* e a *presente*.

Isso ocorre porque, em plena era digital, intensificam-se as modalidades de sucção do excedente de trabalho (intelectual e manual) em todos os espaços onde o capital se reproduz, exatamente no período em que, dado o enorme avanço tecnológico, a *jornada de trabalho poderia ser significativamente reduzida*. A ininterrupta competição entre as corporações globais, converte a devastação e a corrosão do trabalho em um imperativo indiscutível para o capital.

É por isso que estamos presenciando uma variante de acumulação ao mesmo tempo muito *digital* e abusivamente *primitiva*. Um *capitalismo de plataforma* que parece ter algo em comum com a *protoforma do capitalismo*. Isto porque, uma vez mais o *sistema de metabolismo antissocial do capital*⁷ impõe seu curso, articulando o *moderno*, que se encontra, por exemplo, na inteligência artificial, com o *arcaico*, intensificando o binômio *exploração e espoliação*.

E, além das formas de exploração do trabalho, ampliam-se também as formas de expropriação e espoliação, uma vez que, além de fornecer sua força de trabalho, os trabalhadores e as trabalhadoras são responsáveis pelos custos de compra ou alocação dos veículos, celulares, equipamentos (como as mochilas dos entregadores), ampliando a sua dependência financeira para pagar pelos instrumentos de trabalho de deveriam ser fornecidos pelas empresas. Assim, para que esse processo se efetivasse, foi preciso também *expropriar* a classe trabalhadora que, uma vez desprovida de instrumentos de trabalho e endividada, não possa ter outra escolha senão aceitar “qualquer” labor.

É por isso que o trabalho que se expande na “base produtiva” da *Amazon* (e *Amazon Mechanical Turk*), *Uber* (e *Uber Eats*), *99*, *Cabify*, *Lyft*, *Ifood*, *Rappi*, *Glovo*, *Deliveroo*, *Airbnb*, *Workana*, *GetNinjas*, dentre tantos outros exemplos, vem cada vez mais se assemelhando a uma modalidade de trabalho que, *apesar de suas tantas diferenças*, pode ser denominado como *trabalho uberizado*.

Em uma quadra histórica na qual a uberização do trabalho e a Indústria 4.0 são dotadas de enorme dimensão destrutiva em relação à força de trabalho, nossa terceira tese finaliza com um desenho crítico de grande intensidade e profundidade.

Rumo à uma nova era de desantropomorfização do trabalho?

É dentro dessa processualidade capitalista que, *simultaneamente* ao crescimento do trabalho uberizado, vemos a expansão global da *Indústria 4.0*, propositura que nasceu na Alemanha e foi concebida para propiciar um novo salto tecnológico no mundo pro-

⁷ István Mészáros, *Para Além do Capital* (São Paulo, Boitempo, 2020).

utivo (em sentido amplo) a partir da ampliação da robótica e das novas tecnologias de informação e comunicação.

Sua implantação vem acarretando a intensificação ainda maior dos processos produtivos automatizados em toda a cadeia produtiva de valor, de modo que toda a produção e logística empresarial se torna cada vez mais controlada e comandada digitalmente.⁸

É neste contexto que aflora nossa terceira tese: além da precarização intensificada que vem conformando o trabalho uberizado, na outra ponta desta mesma processualidade, onde se expande a Indústria 4.0, estamos presenciando uma expressiva ampliação do *trabalho morto*, tendo o maquinário digital como dominante e condutor de todo processo produtivo, com a consequente redução do *trabalho vivo*, através da substituição das atividades que se tornam supérfluas, por conta do ingresso de novas máquinas automatizadas e robotizadas, sob o comando dos algoritmos.

Mais robôs e máquinas digitais invadem a produção, o que nos leva a indicar que estamos adentrando em uma nova fase qualitativamente superior de *subsunção real do trabalho ao capital*. Agora com a presença da internet das coisas-*IoT*, inteligência artificial, nuvem, *big data*, impressão 3D, internet 5G, celulares, *tablets*, *smartphones* e assemelhados, o mundo informacional-digital passou a controlar, supervisionar e comandar esta nova fase da cyber indústria do século XXI.

É por conta desses elementos socialmente destrutivos que estamos às vésperas de um novo processo de *desantropomorfização do trabalho* (para recordar Lukács⁹), uma vez que se acentua expressivamente a tendência de eliminação (e/ou sujeição) de nossos contingentes de *trabalho vivo* e sua substituição (e/ou subordinação) pelo *trabalho morto*, resultante deste novo empreendimento empresarial que visa a consolidar a *nova fábrica digital*, nos mais distintos ramos e setores econômicos.

Estamos adentrando, então, em um novo patamar de *subsunção real do trabalho*, que aprofunda sua condição de *apêndice da máquina informacional, digital e algorítmica*, ampliando a *desan-*

8 Ver, em relação ao avanço da Indústria 4.0 no Brasil: Geraldo Augusto Pinto, A indústria 4.0 na cadeia automotiva. Em: Ricardo Antunes (Org.). *Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0* (São Paulo, Boitempo, 2020).

9 György Lukács, *Para Uma Ontologia do Ser Social, Livro II*, (São Paulo, Boitempo, 2013).

tropomorfização de amplos contingentes de trabalho vivo, numa dimensão ainda mais profunda do que aquela que ocorreu com a introdução da maquinaria durante a Primeira Revolução Industrial.

Isso porque, se durante o ciclo artesanal e manufatureiro o trabalho tinha o *comando e o controle do instrumental de trabalho (das ferramentas) e de seus movimentos* (sendo, por isso parte ativa e condutora de um mecanismo vivo), na grande indústria deu-se uma completa inversão: o comando transferiu-se para um *mecanismo morto, independente do trabalho vivo* que, desse modo, tornou-se *apêndice* da máquina. Transformou-se, como assinalou Marx, em um *autômato*, dada a subsunção real do *trabalho vivo* ao capital, ao *trabalho morto*.¹⁰

Assim, ao definir a *desantropomorfização do trabalho*, estamos aludindo não somente a uma dimensão *quantitativa*, mas também à perda *qualitativa* do *trabalho vivo* e sua subsunção ao *trabalho morto*. No capitalismo atual, comandado pelo capital financeiro, sob a névoa dos algoritmos, inteligência artificial e da internet das coisas, com sua *aparência* de neutralidade, nossa tese é de que a *subsunção real* que se forja na cyber indústria, que se encontra em *reestruturação produtiva permanente*, torna-se ainda mais complexa e profunda, tanto no universo da objetividade, quanto da subjetividade da classe trabalhadora.

Ainda mais coisificado e fetichizado, sem deter sequer minimamente o controle dos movimentos do novo maquinário informacional-digital, o trabalho vivo, quando não desaparecesse pela via do desemprego, se subsume ainda mais intensamente ao capital, uma vez que sequer conhece as engrenagens que estão em movimento na *nova fábrica digital* sob o comando dos algoritmos, da *internet das coisas*, inteligência artificial etc.

Uma nova era de revoltas

Foi este cenário de *precarização estrutural do trabalho* presente no trabalho uberizado que em 1º e em 25 de julho de 2020, em plena pandemia, o Brasil se encontrou frente a duas greves importantes – denominadas *#brequedosapps* – que sinalizavam um novo

10Karl Marx, O capital, livro I (São Paulo, Boitempo, 2013), p. 494-95.

cenário de lutas e resistências dos trabalhadores-entregadores de plataformas digitais, movimento que se expandiu para vários países da América Latina e em várias partes do mundo, como demonstram a experiência britânica e de outros países europeus.

Junto com inúmeras paralisações que se seguiram no Brasil, na América Latina e em várias partes do mundo, somadas a outras tantas greves de trabalhadores e trabalhadoras, vêm expressando um mosaico e uma multiplicidade de formas de ação e resistência deflagradas pelo novo proletariado de serviços, segmento que não para de se expandir, indicando claros sinais de descontentamentos que devem se ampliar nessa era de derrelição e corrosão dos direitos da classe trabalhadora na era informacional-digital.

EMPREENDEDORISMO COMO FORMA DE EXPROPRIAÇÃO DOS TRABALHADORES

Aldi Nestor de Souza¹

Djeison Benetti²

Dorival Gonçalves Júnior³

Vinicius Machado Pereira dos Santos⁴

“A vida humana, em nove de cada dez casos, é mera luta pela existência”

Introdução

Quatro empresas, por minuto, fecharam as portas no Brasil no ano de 2023, totalizando mais de 2,1 milhões de empresas nessa condição⁵. Em 2022 esse número havia sido 1,7 milhão. Dados do IBGE⁶ atestam que 60% das empresas abertas no Brasil fecham as portas em menos de 5 anos. Esse trabalho surgiu das reflexões em torno dessas recorrentes notícias sobre “quebradeira”, aparentemente generalizadas, de empresas. Entender como essa espécie de moinho de moer empreendimentos se relaciona com as empresas dos trabalhadores que, no momento, convivem com a avalanche ideológica do empreendedorismo, é o problema que nos propomos enfrentar nesse artigo.

1 Doutor em Matemática pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor do Departamento de Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. E-mail: aldi.souza@ufmt.br

2 Doutor em Matemática pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor do Departamento de Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. E-mail: djeison.benetti@ufmt.br

3 Doutor em Engenharia Elétrica pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. E-mail: dorival.junior@ufmt.br

4 Doutor em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professor do Departamento de Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. E-mail: vinicius.santos@ufmt.br

5 <https://noticias.r7.com/brasil/4-empresas-fecharam-por-minuto-no-brasil-no-ano-passado-total-representa-aumento-de-25-03022024/>

6 <https://exame.com/negocios/60-das-empresas-nao-sobrevivem-apos-cinco-anos-no-brasil-aponta-ibge/>

O modo de produção capitalista jamais garantiu postos de trabalho, menos ainda postos de trabalho formais e com alguma proteção, em número suficiente para todos os integrantes da classe trabalhadora; aliás, isso é até um contrassenso à estrutura capitalista. Um exército industrial de reserva sempre foi algo presente, indispensável e absolutamente funcional ao atuar, obviamente contra a vontade dos trabalhadores, para baratear os salários dos trabalhadores empregados e contê-los na disputa capital x trabalho; além de funcionar como mão de obra sempre à disposição para os eventuais momentos de necessidade. De acordo com Marx,

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional (Marx, 2013, p. 707).

Portanto, não é nenhuma novidade para os trabalhadores, particularmente para os integrantes do exército industrial de reserva, a histórica necessidade, desde os primórdios do capitalismo, de buscar formas de sobrevivência, de empreender por conta própria. A profunda necessidade de manter-se vivos no capitalismo impõe aos trabalhadores o empreendedorismo. Tal imposição torna toda e qualquer lição formal sobre empreendedorismo um enorme lugar comum. A atual experiência escolar de ensinar estudantes a fazer brigadeiro⁷, como projeto de vida, enquanto disciplinas de filosofia, sociologia e física perdem espaço, deve encher de rubor milhares de trabalhadores analfabetos e desempregados que há séculos fazem coisas muito mais sofisticadas na luta pela sobrevivência.

Ao longo da história do capitalismo, portanto, a forma como o exército industrial de reserva empreende um meio de sobreviver e se integra ao capital, uma hora desempregado, outra hora fazendo bico,

7 <https://exame.com/brasil/apos-reforma-do-ensino-medio-alunos-tem-aulas-de-o-que-rola-por-ai-rpg-e-brigadeiro-caseiro/>

outra montando um pequeno negócio, é crucial para se entender a dinâmica do capitalismo e o movimento da classe trabalhadora como um todo. Como nos inspira Chico Oliveira⁸, um menino malvestido, descalço, nos semáforos das grandes cidades, no pico do dia, vendendo bombons e balas produzidos pela indústria de ponta, é alguém incluído e plenamente integrado ao capital, pois encontra-se cumprindo a função crucial de garantir a circulação das balas e dos bombons. Além disso, esse posto de trabalho ocupado por esse menino tem a enorme vantagem, para os capitalistas, de nada custar-lhes.

Desempregados, desalentados, trabalhadores por conta própria são algumas denominações presentes na literatura e nos dados oficiais dos governos para designar parcelas da classe trabalhadora. Por volta dos anos de 1970, segundo Oliveira, Castro e Santos (2017), um relatório da Organização Internacional do Trabalho-OIT caracteriza como *Setor Informal* as atividades econômicas desenvolvidas por parte do exército industrial de reserva no Quênia. Segundo esses autores:

Este relatório também declarava que o Setor Informal decorria do excedente de mão-de-obra advindo do elevado crescimento demográfico (êxodo rural) e da incapacidade de absorção da força de trabalho crescente pelos segmentos modernos (processo de industrialização pós-guerra dos países subdesenvolvidos – substituição de importações) (Oliveira, Castro; Santos, 2017, p. 7).

Segundo dados da OIT, de 2019, mais de 60% dos trabalhadores do mundo naquele ano estavam na informalidade⁹.

Os anos de 1970 foram também testemunhas de uma profunda crise do capital, sintetizada ou conhecida como a “crise do petróleo”, que impôs um acentuado processo de reestruturação produtiva do capital. Integram essa reestruturação, dentre outros, os seguintes elementos: a ideologia do estado mínimo; a apropriação direta, via

8 https://www.google.com/search?q=chico+oliveira+o+ornitorrinco&rlz=1C1GCEA_enBR-1152BR1152&oq=chico+oliveira+o+ornitorrinco&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEËUYO-TIICAEQABgWGB4yBwgCEAAy7wUyCggDEAAy_gAQYogQyCggEEAAyogQYiQX-SAQg4MTMxajBqOagCALACAQ&sourceid=chrome&ie=UTF-8#fpstate=ive&vld=cid:5ecd187b,vid:nUFxcBYwKs8,st:0

9 <https://www.cut.org.br/noticias/oit-revela-que-2-bilhoes-de-trabalhadores-sao-informais-em-todo-o-mundo-c302#:~:text=Segundo%20a%20pesquisa%2C%20s%C3%A3o%20dois,empregadas%20em%20todo%20o%20mundo.>

privatizações, das empresas estatais; terceirizações; destruição do “estado de bem-estar social”; flexibilização das relações de trabalho; ataques sistemáticos a sindicatos e demais organizações dos trabalhadores; difusão da ideologia do empreendedorismo, do sujeito como padrão de si mesmo, do indivíduo em contraposição à coletividade.

A agenda neoliberal, expressão utilizada para designar esse processo de reestruturação produtiva do capital, em curso no mundo, mais acentuadamente, desde os primórdios dos anos de 1980, além dos elementos listados acima é marcada também por colocar em xeque o vínculo, até então, de certa maneira assegurado, entre diplomas escolares/universitários e postos de trabalho. De acordo com Laval,

O período neoliberal tende a mudar o vínculo entre diploma e valor pessoal reconhecido socialmente, tornando-o mais frouxo e impreciso. [...] O enfraquecimento do valor simbólico dos diplomas, a implantação de práticas de avaliação das competências mais próximas das situações profissionais e a influência das empresas sobre a determinação dos conteúdos da formação participam desse processo quase ontológico de instauração de insegurança, cujo alcance foi mostrado por alguns estudos sobre desqualificação social (Laval, 2019, p. 43).

A difusão do *Empreendedorismo* como política de estado e de governos, massivamente presente em peças publicitárias e na mídia em geral, presente também nas escolas e nas universidades como conteúdo curricular, é contemporânea do momento em que o vínculo entre diploma e posto de trabalho se rompe. Dá-se, portanto, no momento em que o exército industrial de reserva recebe em suas fileiras uma porção cada vez maior de trabalhadores qualificados, inclusive possuidores de cursos de graduação e de pós-graduação.

Dados da PNAD Contínua de 2019 indicavam que naquele ano o Brasil tinha 18,3 milhões de pessoas que terminaram a faculdade para 14,5 milhões de postos de trabalho que exigiam Curso Superior¹⁰. Mais ainda, segundo pesquisa realizada pelo IPEA, de 2012 a 2023, subiu de 26% para 39% o percentual de trabalhadores

10 <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2019/12/06/quase-4-milhoes-de-trabalhadores-com-ensino-superior-nao-tem-emprego-de-alta-qualificacao.ghtml>

sobre educados, isto é, que tem uma formação superior a exigida pelo posto de trabalho¹¹.

De acordo com a pesquisa O Perfil do MEI no Brasil, realizada em 2019 pelo SEBRAE¹², no período de 2017 a 2019 caiu de 47% para 39% a proporção de MEI com ensino médio ou técnico e de 36% para 30% a proporção dos que tem escolaridade mais baixa. Por outro lado, com relação aos que tem ensino superior incompleto ou mais, a proporção subiu de 17% para 31%.

A ideologia do empreendedorismo, portanto, não se destina a trabalhadores que, por falta de instrução, fazem bico para sobreviver, mas, pelo contrário, tem a dura tarefa de lidar com aqueles que cumpriram tudo à risca, inclusive que chegaram no topo dos estudos.

A advogada que deixou de advogar para vender marmitas e com isso viu sua renda subir 500%¹³ é um exemplo de como a ideologia do empreendedorismo invade todos os espaços do convívio social na atualidade. Em geral, “Abrir o próprio negócio”, ser o “patrão de si mesmo”, “decidir sobre a jornada de trabalho”, gozar do privilégio de “não ser um subalterno”, são componentes das políticas promotoras do que ultimamente se denomina de empreendedorismo. Muito já se disse sobre as armadilhas ideológicas que se escondem por trás dessas políticas: o convencimento do trabalhador a viver sem direitos; o Estado abrindo mão de responsabilidades sociais; culpabilização do indivíduo por seu fracasso etc. (ver, por exemplo, Sanson (2023).

Nesse texto defendemos a tese de que o empreendedorismo tem, além do elenco acima citado, motivações objetivas: fazer os trabalhadores arcarem com os custos do próprio trabalho; colocar os recursos dos trabalhadores (a casa, o terreno, o carro, a moto, o FGTS, a poupança, empréstimos) a serviço do capital, isto é, transformar esses recursos em valores de troca e submetê-los à concorrência capitalista. Lançamos mão da categoria *uberempresendedores*, em analogia com os motoristas e entregadores por aplicativos, para designar esses trabalhadores que custeiam os próprios postos de trabalho. Por fim, dados os números alarmantes e constantes da “que-

11 <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202408/38-das-pessoas-no-brasil-tem-formacao-superior-a-exigida-pelo-emprego-que-ocupam>

12 <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-perfil-do-mei-no-brasil,939b4c36e25f-5810VgnVCM1000001b00320aRCRD>

13 <https://www.bbc.com/portuguese/articles/clynd225370o>

bradeira” das micro e pequenas empresas¹⁴, concluímos que submeter os trabalhadores ao enorme risco de perderem os parcos recursos que possuem, nesse processo sempre renovado de *acumulação primitiva* (termo cunhado por Marx), por parte dos grandes capitalistas, é algo inerente ao empreendedorismo.

A avalanche do empreendedorismo

O termo empreendedorismo tem história. De Joseph Schumpeter (1883, 1950) com a *Inovação e destruição criativa*, passando por D.C McClelland (1917,1998) e o *empreendedorismo comportamental*, um apanhado das principais vertentes teóricas sobre o assunto, incluindo uma perspectiva crítica, podem ser encontradas em Souza (2023). E, para o que pretendemos nesse trabalho, seguimos Tavares, segundo a qual:

o empreendedorismo é uma estratégia pela qual é transferida ao trabalhador a atribuição de gerar postos de trabalho, de modo a garantir “ordem e progresso” capitalistas; é um artilheiro engendrado pelo capital e viabilizado pelo Estado, para confundir a oposição das classes sociais; é uma tentativa de obscurecer a figura do trabalhador proletário e, desse modo, pôr fim ao sujeito revolucionário; é, enfim, uma forma pela qual se quer combater o desemprego, sem possibilitar a relação de emprego, na acepção de um contrato pelo qual o trabalhador vende força de trabalho e em troca recebe um salário e a proteção social que, por lei, ainda é garantida aos trabalhadores percebidos como assalariados (Tavares, 2018, p. 4).

Acrescentamos que nos interessa o momento histórico em que o empreendedorismo, conforme visto na introdução desse trabalho, é amplamente difundido, torna-se política de governo e passa a integrar currículos em escolas e universidades. Nos anos de 1990 é criado no Brasil o Serviço Brasileiro de apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE), que segundo tornou-se um marco na história do empreendedorismo no Brasil; em 2006, é criada a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa; em 2008, através da Lei complementar 129,

14 <https://exame.com/negocios/60-das-empresas-nao-sobrevivem-apos-cinco-anos-no-brasil-apon-ta-ibge/>

é criado a figura do Microempreendedor Individual (MEI); em 2023, é criado o Ministério do Empreendedorismo, da Micro e da Pequena Empresa¹⁵.

A Universidade Federal Fluminense criou em 2013 um Departamento de Empreendedorismo e Gestão¹⁶. De acordo com o portal do MEC na Internet¹⁷, a Empresa Brasileira de Empresas Junior criou, em 2016, o Índice das Universidades Empreendedoras e a Universidade de São Paulo-USP liderou esse índice naquele ano. Desde 2008 a Agência de Inovação da Unicamp oferece, semestralmente, a disciplina Propriedade Intelectual, Inovação e Empreendedorismo. Em 2015, de acordo com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo,¹⁸ durante o governo de Geraldo Alkmin, foi lançado o documento Empreendedorismo: Plano Estadual de Educação Empreendedora, que tinha como meta principal a inserção do empreendedorismo nas Escolas de Ensino Formal, do Ensino Médio e Técnica daquele estado.

O parágrafo a seguir reflete o resultado de todo esse conjunto de políticas e, numericamente, materializa a avalanche do empreendedorismo no século 21. Pontuamos que uma dessas políticas, a criação do MEI, tem um ingrediente importante para os trabalhadores: o fato de se contribuir apenas com 5% de um salário mínimo para a previdência, diferente dos 7,5% dos trabalhadores com carteira assinada. A adesão ao MEI mostra, antes de qualquer outra coisa, que os trabalhadores querem direitos assegurados.

Criado em 2020 pelo governo federal, o Mapa das Empresas¹⁹ disponibiliza dados sobre abertura e fechamento de empresas no Brasil desde 1931. As empresas, nesse documento, são classificadas em três tipos: Micro e Pequenas Empresas, Empresas de Pequeno Porte e Demais Empresas. Impressiona os números relativos ao século 21. De 1931 até o ano 2000, conforme tabela 1 abaixo, houve um acumulado de 4.134.324 micro e pequenas empresas abertas no Brasil. Quando observamos o período inteiro, de 1931 a 2024, esse acumulado salta para 45.532.725, o que significa que apenas nesses

15 <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/painel-mapa-de-empresas>

16 <https://empreendedorismo.uff.br/>

17 <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/41541-universidades-empreendedoras-sao-listadas-em-indice-inedito>

18 <https://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/1275.pdf>

19 <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas>

24 anos do século 21 foram abertas em torno de 41 milhões de micro e pequenas empresas no Brasil, o que dá 10 vezes o número de todo período anterior. De acordo com o SEBRAE²⁰, no ano de 2024, os pequenos negócios representaram 96% de todas as empresas abertas no Brasil. No período que vai de 1931 até 2007 houve um acumulado de 3.638.136 empresas que fecharam as portas no Brasil. No final de 2008 esse número subiu para 7.008. 461. Isto é, apenas no ano de 2008 fecharam as portas no Brasil tantas empresas quanto nos 78 anos anteriores.

Empresas abertas - acumulado de 1931

Tabela 1

Ano	Microempresas	Pequeno porte	Outras empresas	Total
2000	4.148.324	296.335	6.791.518	11.236.177
2005	5.808.862	457.635	7.414.151	13.680.648
2008	7.314.645	561.909	7.598.157	15.474.711
2010	9.174.956	671.065	7.787.617	17.633.178
2015	17.394.440	1.006.384	8.261.564	26.662.388
2018	23.891.442	1.230.448	8.494.405	33.616.295
2020	30.038.339	1.432.004	8.679.663	40.150.006
2025	45.532.725	2.040.669	9.153.365	56.726.759

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Mapa das Empresas²¹

Conforme Marx (2017) a sociedade capitalista, no que diz respeito a distribuição dos lucros, funciona como uma sociedade por ações. Isto é, os lucros são distribuídos, entre os capitalistas, proporcionalmente aos capitais que, respectivamente, cada um deles empregou.

Desse modo, prevalece necessariamente a tendência a converter os preços de produção em formas meramente transfiguradas do valor, ou os lucros em simples partes do mais valor, distribuídas não em função do mais valor obtido em cada esfera da produção, mas em função da massa do capital empregado em cada

20 <https://agenciasebrae.com.br/dados/pequenos-negocios-somam-96-de-todas-as-novas-em-presas-criadas-no-brasil/>

21 <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/painel-mapa-de-empresas>

esfera da produção, de modo que as massas de capital de mesma grandeza, independentemente de como estejam compostas, correspondam participações iguais(alíquotas) da totalidade do mais valor obtido pelo capital total da sociedade (Marx, 2017, p. 208).

Esse fato poderia sugerir que as micro e pequenas empresas seriam orientadas pela *reprodução simples*, termo cunhado por Marx para designar o tipo de reprodução capitalista em que o lucro é todo consumido na subsistência do empresário. Contudo, como veremos adiante, nem isso ocorre, posto que, como a realidade evidencia, esses trabalhadores recebem uma fatia menor do que o trabalho necessário, que seria a garantia de sua reprodução.

Para a totalidade dos micro e pequenos empreendedores é esse o caso, dado que o valor de seu faturamento anual é, inclusive, pelo menos no caso brasileiro, determinado pelo estado, e esse é o critério que determina o tamanho da pequena empresa e os impostos que cada uma tem que pagar. Em 2024, o faturamento máximo permitido para um microempreendedor individual (MEI) foi de 81.000,00, o que dá uma receita máxima mensal de 6.750,00 em média. A receita de um Pequeno Empreendedor, em 2024, correspondeu a valores entre 81.000,00 e 360.000,00, o que dá uma receita média mensal entre 6.750,00 e 30.000,00. Lembrando que isso é receita, é necessário retirar as despesas.

Os dados a seguir, publicados em 2024, explicitam as condições em que os MEI se encontram. Para se ter uma ideia da renda dos MEI, dados de 2024 apontam que naquele ano o Brasil tinha 14,6 milhões de MEI e 3 em cada 10 tinham renda familiar menor do que meio salário mínimo²². Ainda de acordo com essa mesma referência, menos de 1% dos MEI tem funcionários e 60,7% haviam sido desligados de seus trabalhos anteriores por decisão do empregador ou por justa causa, o que significa que a maioria, quase dois terços, é levada por necessidade a se tornar MEI. Como dito na introdução desse trabalho, a profunda necessidade de manter-se vivo no capitalismo impõe ao trabalhador o empreendedorismo. E mais, tornar-se MEI é uma imposição que aparece como alternativa.

22 <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/08/21/renda-familiar-de-quase-30-dos-meis-nao-supera-r-706-por-pessoa-diz-ibge.htm>

Expropriação dos recursos dos trabalhadores: o uberempendedorismo

Consideremos o caso dos pequenos empreendimentos, cujos proprietários necessitam custear, por conta própria, os postos de trabalho, ou seja, necessitam custear o espaço físico, a compra ou aluguel de um imóvel, a compra de equipamentos e instalações para montar o negócio e, no caso dos pequenos comércios, além desses gastos, precisam também comprar as mercadorias que serão revendidas; no caso de pequenas indústrias, comprar a matéria prima. Denominamos, em analogia aos motoristas e entregadores por aplicativos, tais empreendimentos de *uberempreendimentos*. A categoria uberempreendimento é uma ampliação da uberização, corresponde, portanto, a todos os empreendimentos cujos trabalhadores, que passaremos a denominar de *uberempreendedores*, arcam com os custos dos postos de trabalho.

As Micro e Pequenas empresas, que incluem os MEI, nesse sentido, são todos uberempreendimentos. Em todos os casos, é totalmente de responsabilidade do trabalhador proprietário a manutenção do espaço de trabalho, os custos com água, energia elétrica e internet. Às vezes o empreendimento, conforme projeto de lei aprovado em 2016²³, é posto em funcionamento na própria casa onde mora o empreendedor. Seja como for, um uberempreendedor é aquele pequeno empreendedor que cria e assume toda a responsabilidade pelo seu posto de trabalho, inclusive os encargos relativos a impostos e a sua previdência social.

A avalanche de abertura de uberempreendimentos no século 21 sinaliza essa dinâmica do mundo do trabalho: os trabalhadores criando e arcando com os custos do próprio trabalho. De acordo com a tabela 1 acima, de 1931 até o ano 2000, no Brasil, haviam sido abertas em torno de 4 milhões de micro e pequenas empresas. De 2001 até 2025, 41 milhões dessas empresas foram abertas. Consideramos essa dinâmica como um indicador dessa transformação brutal, rumo a uberização generalizada do trabalho.

Os uberempreendedores cumprem uma função vital para o grande capital. No caso dos pequenos comércios, eles criam e man-

23 <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/123715>

tém, sem nenhum custo para o grande capital, postos de venda, o que permite a circulação das mercadorias produzidas pela grande indústria. No momento da abertura do negócio, eles também contribuem com o grande capital ao comprarem móveis, utensílios, equipamentos, maquinaria, computadores, para abrirem o negócio.

Esses investimentos iniciais são um ponto crucial de nossa análise, pois dizem respeito a decisão que o trabalhador toma de transformar os poucos recursos que possui: uma casa, inclusive a casa onde mora, um terreno, uma moto, uma poupança, o FGTS ou um empréstimo no banco em um uberempreendimento. Tal decisão implica em usar diretamente esses recursos para arcar com os custos de um lugar para trabalhar.

Um uberempreendedor tem um patrão invisível, porém absolutamente real: o mercado, que dá suas ordens através da taxa média de lucro. Como o uberempreendedor é pequeno, sua margem de lucro é determinada pela taxa média de lucro. Ele não consegue, por exemplo, comprar todo o estoque de uma grande indústria para vender mais barato. Daí que sua margem de lucro, imposta pelo mercado, é seu patrão e é ela que impõe e o obriga a jornadas de trabalho exaustivas, de 12 a 14 horas por dia, às vezes 6, 7 dias na semana. Ou seja, além de arcar com todos os custos do trabalho, ele precisa trabalhar exaustivamente, muito além das 44 horas regulamentares, para assegurar um salário, ou lucro, que lhe permita a sobrevivência. Segundo matéria da Revista Exame²⁴, uma pesquisa do SEBRAE aponta que a jornada média diária dos empreendedores é de 9,9 horas e aumenta à medida que o negócio cresce.

A seguir elencamos alguns elementos que caracterizam mais explicitamente o processo de expropriações dos recursos dos trabalhadores.

Inadimplência

Um dado que reflete a situação dos empreendedores, particularmente os de estrutura pequena, é o nível de inadimplência de suas empresas. De acordo com a revista Isto é Dinheiro²⁵,

²⁴ <https://exame.com/revista-exame/tempo-gasto-meio-que-trabalhando/>

²⁵ <https://istoedinheiro.com.br/inadimplencia-empresa-recorde-janeiro-serasa/>

31,4% das empresas brasileiras estão negativadas. Esse percentual, o maior da série histórica, corresponde a 7,1 milhões de empresas negativadas e cada CNPJ tem, em média, 7,2 contas negativadas. Além disso, 6,6 milhões das empresas negativadas são micro e pequenas empresas. A soma dos débitos negativados dessas empresas chegou a 154,9 bilhões e destes, 133,9 bilhões correspondem às pequenas e microempresas.

O *home equity* é uma modalidade de empréstimo em que um imóvel é dado como garantia. De acordo com a Revista Exame²⁶, tal modalidade virou febre entre as micro e pequenas empresas que já concentra 40% dos pedidos. A curiosidade, segundo o Banco Itaú²⁷ é que o valor em dinheiro do empréstimo corresponde a, no máximo, 60% do valor do imóvel. Isto é, corre-se o risco de perder o imóvel tendo recebido por ele, no máximo, 60% de seu valor. E com os dados acima sobre inadimplência, o crescimento do *home equity* possivelmente sinaliza o grau de desespero em que se encontram os micro e pequenos empreendedores na luta pela sobrevivência.

Taxa de juros

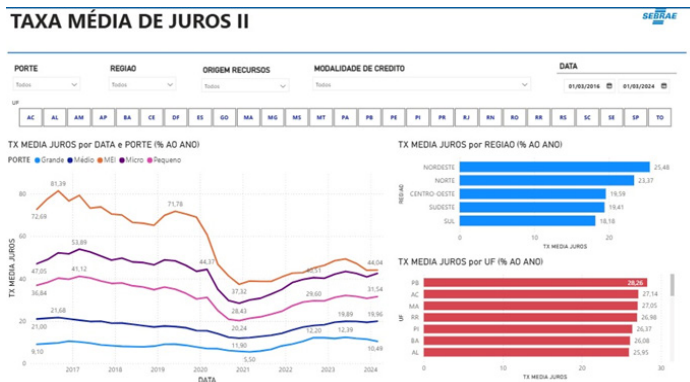
Um elemento que ajuda a entender a situação da inadimplência das micro e pequenas empresas, citada acima, e que corrobora o que Marx (2017) disse sobre a distribuição dos lucros, é a taxa média de juros cobrada dessas empresas em comparação com o que se cobra das grandes. A tabela abaixo, elaborada pelo SEBRAE²⁸, página 10, impressiona. A taxa de juros é inversamente proporcional ao tamanho das empresas. Quanto menor a empresa, maior a taxa de juros cobrada. E essa característica não se alterou, pelo menos no período observado, de 2016 a 2024. No ano de 2024, por exemplo, a taxa média de juros cobrada de um MEI foi de 44,04% ao ano, enquanto a taxa cobrada das empresas de grande porte foi de apenas 10,49% ao ano. Cabe aqui questionar: como as forças políticas e econômicas se orientam e/ou se articulam para determinar essas taxas de juros?

26 <https://exame.com/pme/home-equity-para-pmes-como-funciona-vantagens/>

27 <https://www.italu.com.br/emprestimos-financiamentos/credito-garantia-imovel>

28 <https://datasebrae.com.br/creditoempresas/>

Tabela 2



Concentração de riqueza

Há coisas no capitalismo nas quais podemos confiar plenamente e uma delas é a concentração de riquezas. Entra século, sai século e ela continua absolutamente fiel aos princípios da exploração da capitalista. A frase em epígrafe, nesse texto, foi dita em 1864 pelo inglês William Ewart Gladstone, (ver Marx, 2013, p. 727). Nessa época, de acordo com Outras Palavras²⁹, Os 10% mais ricos ficavam com 50% da riqueza mundial. Quase 200 anos depois, em 2016, após quase duas décadas de intensa campanha ideológica sobre o empreendedorismo, depois de milhões de MEI e de micro e pequenas empresas abertas no Brasil e no mundo, de acordo com a BBC³⁰, pela primeira vez na história, o 1% mais rico ficou com a mesma riqueza dos 99% mais pobres.

E mais, segundo a OXFAM³¹, a riqueza dos cinco maiores bilionários do mundo dobrou desde 2020, enquanto a de 60% da população global – cerca de 5 bilhões de pessoas – diminuiu nesse mesmo período. No caso brasileiro, segundo a CNN³², a partir de dados da OXFAM publicados em 2024, o 1% mais rico do país detém 63% da riqueza, enquanto os 50% mais pobres detém apenas 2% da riqueza.

29 <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/novo-mapa-da-desigualdade-global/>

30 https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160118_riqueza_estudo_oxfam_fn

31 <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/desigualdade-s-a/>

32 <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/desigualdade-63-da-riqueza-do-brasil-esta-nas-maos-de-1-da-populacao-diz-relatorio-da-oxfam/>

Ainda segundo a OXFAM³³, 60% da riqueza dos bilionários é fruto de herança, de monopólios e de conexão com poderosos, o que ilustra e consolida o caráter imutável da concentração de renda no capitalismo. E retira de cena qualquer discurso que sugira o empreendedorismo como instrumento de combate às desigualdades de renda.

Fechamento de pequenas e microempresas

Como dissemos na introdução desse texto, quatro empresas, por minuto, fecharam as portas no Brasil no ano de 2023, totalizando mais de 2,1 milhões de empresas nessa condição³⁴. Em 2022 esse número havia sido 1,7 milhão. Dados do IBGE³⁵ atestam que 60% das empresas abertas no Brasil fecham as portas em menos de 5 anos.

A tabela abaixo, elaborada a partir de dados do Mapa das Empresas³⁶, junta-se aos dados acima para ilustrar, de modo inequívoco, a “quebradeira” das empresas a que fizemos alusão na introdução desse trabalho. Note que no acumulado de 1931 até o ano 2000, apenas 96.127 microempresas haviam fechado as portas no Brasil. No acumulado de 1931 até 2024 esse número sobre para 17.326.621, o que significa que mais de 17 milhões de microempresas fecharam as portas somente nos últimos 24 anos.

Outro dado importante se dá em torno do ano de 2008, ano de forte crise do capital. Apenas em 2008 fecharam mais microempresas do que em todo o período que vai de 1931 até 2007. Outro dado que tem o ano de importante 2008 como marco é a partir desse ano dispararam os fechamentos das microempresas enquanto estaciona o fechamento do segmento Outras Empresas, como pode ser conferido nas colunas 2 e 4 da tabela abaixo. Tal movimento valida a tese que defendemos nesse trabalho: as micro e pequenas empresas no “olho do furacão” da “quebradeira”.

33 <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/as-custas-de-quem/>

34 <https://noticias.r7.com/brasil/4-empresas-fecharam-por-minuto-no-brasil-no-ano-passado-total-representa-aumento-de-25-03022024/>

35 <https://exame.com/negocios/60-das-empresas-nao-sobrevivem-apos-cinco-anos-no-brasil-aponta-ibge/>

36 <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/painel-mapa-de-empresas>

Empresas fechadas – acumulado de 1931

Ano	Microempresas	Pequeno Porte	Outras Empresas	Total
2000	96.127	18.173	2.444.946	2.559.246
2005	203.764	30.979	3.050.032	3.284.775
2007	473.837	38.879	3.125.420	3.638.136
2008	1.002.827	44.969	5.960.665	7.008.461
2010	1.387.240	61.463	6.015.154	7.463.857
2015	3.492.068	128.116	6.803.875	10.424.059
2018	7.585.235	207.877	6.949.643	14.742.755
2020	9.686.473	279.158	7.051.281	17.016.912
2025	17.326.621	476.426	7.278.584	25.081.631

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do Mapa das Empresas³⁷

Altas taxas de inadimplência, de juros, de concentração de renda, de fechamento das empresas são alguns dos elementos que ilustram o processo de expropriação dos recursos dos trabalhadores, micro e pequenos empreendedores, e conferem objetividade à ideologia do empreendedorismo. Esse processo de expropriação é caracterizado por Fontes da seguinte forma:

As expropriações contemporâneas, que denominei de secundárias, assumem exatamente o mesmo padrão anterior: retiram dos seres sociais suas condições de existência e as convertem em capital. Reconduzem seres sociais à condição de trabalhadores, enquanto convertem meios de existência e de vida em capital (Fontes, 2021, p.11).

Todo o exposto até aqui reforça a constatação conceitual de Tavares, segundo a qual,

o empreendedorismo é uma estratégia pela qual é transferida ao trabalhador a atribuição de gerar postos de trabalho, de modo a garantir “ordem e progresso” capitalistas; é um ardis engendrado pelo capital e viabilizado pelo Estado, para confundir a

³⁷ <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/painel-mapas-de-empresas>

oposição das classes sociais; é uma tentativa de obscurecer a figura do trabalhador proletário e, desse modo, pôr fim ao sujeito revolucionário; é, enfim, uma forma pela qual se quer combater o desemprego, sem possibilitar a relação de emprego, na aceção de um contrato pelo qual o trabalhador vende força de trabalho e em troca recebe um salário e a proteção social que, por lei, ainda é garantida aos trabalhadores percebidos como assalariados (Tavares, 2018, p. 4).

Referências

FONTES, Virgínia. A transformação dos meios de existência em capital-expropriações, mercado e propriedade. **Boletim DATALUTA** N. 159 – Artigo do mês março de 2021. ISSN 2177-4463.

LAVAL, Christian. **A Escola Não é uma Empresa**: O neoliberalismo em ataque ao ensino público. Editora Boitempo. São Paulo, 2019.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro I. Editora Boitempo, São Paulo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro III. Editora Boitempo, São Paulo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Frederich. **Manifesto do Partido Comunista**. Editora Martin Claret, São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, Andressa Somogy; CASTRO, Carla Appollinario de; SANTOS, Hudson Silva de. Trabalho Informal e Empreendedorismo: Faces (In)visíveis da Precarização. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**. V. 4, N. 3, p. 86-105, set./dez. 2017.

SOUZA, Higor Cordeiro de. O Empreendedorismo e suas principais vertentes teóricas: uma visão crítica. **Repad - Revista, Pesquisa e Estudos em Administração**. Edição V. 7 N.1 (Janeiro – Abril-2023).

SOUZA, Viviane. **Dívida de micro e pequenas empresas vai a R\$ 126 bilhões e bate recorde**. Folha de São Paulo. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mpme/2024/07/divida-de-micro-e-pequenas-vai-a-r-126-bilhoes-e-bate-recorde.shtml>, publicado em 20/07/2024, visitado em 03/02/2025.

TAVARES, Maria Augusta. O Empreendedorismo à Luz da Tradição Marxista. **Revista em Pauta**. N 41, v. 16, p. 107-121. Rio de Janeiro. 1º semestre de 2018.

TRABALHO E PESSOAS IDOSAS NA CONTEMPORANEIDADE

Janaína Carvalho Barros¹

Izabel Cristina Dias Lira²

Introdução

Registros de pessoas idosas fazem parte da história da humanidade, porém poucos atingiam o tempo da velhice, diante da precariedade das condições de vida e trabalho, tornando o envelhecimento populacional e o prolongamento do tempo da velhice, no Mundo, um fenômeno sem precedentes. Este fenômeno tem sido impulsionado por três principais fatores, que guardam relações entre si como: a queda da mortalidade e fecundidade, o avanço da tecnologia médica e dos investimentos em políticas públicas sociais (Pochmann, 2024; Felix, 2016).

O envelhecimento populacional vem provocando uma reestruturação da pirâmide etária de forma extremamente complexificada, na medida em que sobrepõe antigas demandas e novas necessidades em um contexto de profundas transformações implementadas pelos processos macroeconômicos, configurados pela reestruturação capitalista sob a prevalência das inovações tecnológicas como mecanismo de acumulação, e da financeirização como suporte para a expansão globalizada do capital. Perante essas alterações existe necessidade da reorganização no sentido de adequar e atender as necessidades que são colocadas por esta nova ordem, incidindo sobre as políticas sociais, que passam a se desenvolver sob a égide do projeto neoliberal e de uma nova etapa no padrão de acumulação capitalista.

1 Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Departamento de Serviço Social no curso de Serviço Social e no Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: janaina.barros@ufmt.br

2 Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do Departamento de Serviço Social -no curso de Serviço Social e no Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: izabel.lira@ufmt.br

O discurso presente, na atualidade, é de retorno da supremacia dos direitos individuais, em que a estrutura social valoriza o capital e as leis de mercado, que eliminam fronteiras, hábitos e culturas, sem, contudo, eliminar a sua essência de apropriação da força de trabalho e expropriação de direitos sociais, trabalhistas e a proteção social, o que tem gerado dificuldade para a organização dos trabalhadores, e o avanço do processo democrático e da cidadania (Pereira, 2002; Mota, 2018).

A medida que se expande o domínio do capital se alteram as relações com a incorporação da cronologização do ciclo de vida, em que se determina e/ou espera o cumprimento de determinados comportamentos e ações ligados às relações de produção e reprodução, reservando à velhice um tempo menos valorizado, pois o seu conhecimento acumulado pelas experiências vividas, inclusive as relacionadas à vida laborativa passa a ser desvalorizado (Bosi, 1994).

Conforme explica Ecléia Bosi (1994, p 72), *a sociedade capitalista se torna maléfica para a velhice*, sabendo-se que não apenas para as pessoas idosas, embora para essas as consequências atinjam proporções mais elevadas, como também para todas(os) que participam dessa sociedade desigual, na qual a cisão entre as classes e o posicionamento da inserção na classe trabalhadora pode definir a forma como a velhice chegará. Na sociabilidade capitalista, antes da idade cronológica estabelecida como velho, esses já são excluídos do mercado de trabalho não apenas em função do desenvolvimento tecnológico, mas pelo fato de, em sua maioria, não terem sido inseridos no processo dessas mudanças e do etarismo.

Ao cruzar as condições sob as quais o processo de envelhecimento populacional ocorre, com os impactos das mudanças no trabalho mediado pelas inovações tecnológicas e seus desdobramentos para a sociabilidade, é possível construir uma aproximação ao cenário, no qual, principalmente, os velhos trabalhadores(as) ou os que estão no processo de envelhecimento estão inseridos.

Sendo assim, o objetivo neste capítulo é refletir sobre a forma como as mudanças no trabalho, com a prevalência das inovações tecnológicas digitais podem impactar os trabalhadores em um contexto de avanço do processo de envelhecimento populacional.

São utilizadas para respaldar a construção desta reflexão referências de autores(as), tanto sobre o trabalho no capitalismo mo-

nopolista, financeirizado e mundializado, envelhecimento, Estado, como políticas públicas. O texto está dividido nas seguintes partes: Introdução; 1. Envelhecimento no capitalismo em sua fase atual; 2. O trabalho, mudanças mediadas por tecnologias digitais e os impactos para os(as) trabalhadores(as) idosos(as) no capitalismo; Considerações finais.

Envelhecimento no capitalismo em sua fase atual

A transição demográfica e o prolongamento do tempo da velhice fizeram com que a temática ganhasse visibilidade como uma questão política e econômica, haja vista que a velhice da maioria deste segmento aparece marcada por inúmeras expressões da questão social, diante da abusiva apropriação pelo capital do mais valor gerado pelo trabalhador no decorrer de sua trajetória de trabalho e de vida, as quais, muitas vezes, ocultam as péssimas condições de trabalho, que se refletem na saúde física e psicológica da pessoa idosa (Barros; Lira, 2021; Felix, 2016).

Como atesta Paiva (2014, p.125): *[...] o envelhecimento populacional, longe de ser um dado natural, se configura como resultado da reprodução do sistema do capital*, fazendo com que a condição da velhice não possa ser analisada apenas pelo aspecto cronológico e biológico, mas associado à extrema desigualdade social de natureza estrutural presente na sociabilidade capitalista (Teixeira, 2009).

O Brasil transita de país de jovens, em 1970, para ocupar a sexta posição em número de pessoas idosas no ranking Mundial em 2025. Conforme o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2022, demonstra o total de pessoas idosas com 65 anos ou mais saltou de 14.081.477 (7,4%) em 2010 para 22.169.101 (10,9%) em 2022, registrando um aumento de 57,4%. As pessoas com idade de 60 anos e mais, em 2022, correspondem a 15,6%; aumento significativo de 56,0% em relação a 2010 (10,8%). Por sua vez, as projeções indicam que até 2050 a população idosa será superior a menor de quatorze anos de idade.

O envelhecimento populacional se acirra na fase do capitalismo monopolista, financeirizado e mundializado (Teixeira, 2008), neste as demandas e necessidades das pessoas idosas são analisadas

pelos governos a partir da ótica econômica, o que torna a conquista do tempo da velhice *problema e/ou risco social*, já que não se problematiza o sistema capitalista, centralizando a discussão, principalmente, no déficit relacionado ao pagamento das aposentadorias, aumento de gastos saúde e assistência social entre outros.

A transição demográfica tem sido utilizado para reforçar a necessidade de ajustes estruturais que vêm sendo implementados com a incorporação da agenda neoliberal, para responder a acordos e contratos internacionais, cujo foco principal se centra na intensificação das contrarreformas do Estado, sob a égide das leis de mercado, reduzindo sua intervenção em diversas áreas, desconstruindo o princípio da universalização dos direitos (Behring; Boschetti, 2007) e mercantilizando direitos sociais (Mota, 2018).

Isto significa repassar ao mercado os serviços que, anteriormente, eram ofertados por esse Estado (saúde, previdência social, Instituições de Longa Permanência). Sob a égide do Neoliberalismo, a atenção do Estado se volta basicamente para os segmentos populacionais que não têm condições de acessar bens e serviços que atendam suas necessidades via mercado, cabendo a cada indivíduo a obrigação de responder pela sua condição, retirando do Estado a responsabilidade por prover as condições de produção e reprodução da vida humana de forma mais justa.

Paralelamente ocorreram os cortes orçamentários que foram intensificados a partir de 2014, por meio da retirada de recursos de fontes específicas de Custeio para a Seguridade Social com a criação da Emenda Constitucional (EC) nº 93/2016, do prolongamento da Desvinculação dos Recursos da União (DRU) e a EC nº 95/2016, do congelamento dos gastos primários. E ainda, a reforma trabalhista que possibilitou a flexibilização e terceirização do trabalho; e as seis reformas da previdência (1993, 1998, 2003, 2005, 2012 e 2019) que estimularam ou postergaram a idade de aposentadoria, e reduziram os direitos trabalhistas e sociais (Felix, 2016, p. 247), ou seja, o Estado garante as condições objetivas para consolidação das mudanças necessárias ao reordenamento do capital, gerando preocupação em relação à permanência da proteção social para as pessoas idosas.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), 27 milhões (83,4%) de pessoas com 60 anos

ou mais tiveram acesso a benefícios contributivos e não contributivos, que em sua maioria são de até dois salários-mínimos. Segundo Pochmann (2024, p.4), este avanço na cobertura da proteção social ocorreu graças à conquista da Constituição de 1988 e pela tentativa de estruturação da Seguridade Social.

No entanto, muitos destes direitos não serão usufruídos da mesma forma pelas próximas gerações, haja vista as reformas da previdência e trabalhista e as tentativas constantes de mudanças no acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), no que se refere à concepção de família, idade e a sua vinculação ao salário-mínimo.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), as pessoas idosas compõem o grupo com menor participação no mercado de trabalho, passando de 5,9% em 2012 para 7,2%, em 2018 (IBGE, 2019). São 7,5 milhões de pessoas idosas trabalhando, e com tendência de aumentar essa participação já que as novas regras da previdência social elevam a idade mínima para a aposentadoria. No entanto, é importante ressaltar que apenas 26% teriam carteira assinada, sendo que a maior parte ainda está na informalidade ou em ocupações autônomas (IBGE, 2019), ou seja, em setores considerados improdutivos e em atividades laborais muitas vezes mais aviltantes.

Os motivos da permanência e/ou retorno das pessoas idosas às relações de trabalho perpassam por vários fatores, conforme demonstram as pesquisas de Peixoto (2004), Simões (2004) e Delgado (2007).

Segundo Peixoto (2004, p.70), a população idosa aposentada que se encontra trabalhando, pressionada pelos baixos proventos recebidos por meio de pensões e aposentadorias, as quais não garantem a permanência do valor cotizado durante a vida laborativa, tornam a reinserção no mercado de trabalho obrigatória para o aumento da renda e/ou manutenção do consumo da família em patamares próximos ou equivalentes aos períodos de vinculação ao mercado de trabalho. Os baixos proventos associados ao recuo do Estado na implementação efetiva das políticas públicas pode ser um dos fatores que têm contribuído para o aumento dos empréstimos consignados a aposentados e pensionistas, descontados na folha de

pagamento do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), até o limite de 30% dos benefícios.

Enquanto para Simões (2004), a permanência de pessoas idosas aposentadas no mercado de trabalho está associada, por um lado, às obrigações e responsabilidades assumidas com sua própria subsistência e à continuidade como provedora da família, realidade que se acentuou com o avanço da nova coabitação familiar. De outro, os velhos trabalhadores buscam desconstruir sua imagem de improdutivos e apresentam a construção do perfil do velho provedor, atuante, participante na vida familiar e política. Para estes nem todo trabalho é imoral, injusto e ilegítimo na velhice, na medida em que, quando há satisfação pessoal o trabalho é considerado legítimo.

Pode-se inferir que o trabalho se impôs na trajetória de vida de muitas pessoas idosas, em que as experiências cotidianas de privação e destituição de direitos, fizeram com que estes aprendessem, desde cedo, a necessidade de venda da sua força de trabalho, decorrente da ausência de quaisquer garantias social e familiar, sendo educados para o trabalho em família e sociedade e a esse sobrepuaram os demais tempos da sua vida (Delgado, 2007).

A cultura criada em torno do trabalho faz com que esta atividade, mesmo não garantindo realização e identificação, tenha enorme significado na vida das pessoas idosas, que aprenderam, desde cedo, sua necessidade para garantir a sobrevivência e reconhecimento social, como sujeito produtivo, capaz, ou melhor, cidadão. Assim, mesmo tendo sido realizado de forma alienada, o trabalho nessa sociedade estruturada sob condições de exploração (Marx, 1982) se tornou o caminho de *dignificação* do ser humano, que promove e forma o caráter do cidadão honesto e responsável.

Nesse sentido, Teixeira (2015, p.194) afirma que:

Envelhecer para o trabalhador na ordem e no tempo do capital é ainda ter seu tempo de vida subordinado ao tempo do trabalho, mesmo depois de aposentado, para os trabalhadores velhos de baixa renda, ou ter seu tempo livre submetido às exigências de reprodução social do capital e de controle que se estende ao envelhecimento, submetendo o idoso, ao planejamento externo de comportamentos, atitudes, sentimentos, consciência e influenciando seus mecanismos organizativos.

A subordinação e disciplinação do trabalhador no decorrer de sua vida ao processo de trabalho e o modo como o trabalho está organizado influenciam no desgaste da saúde física e mental dos trabalhadores ainda na maturidade. No entanto, os problemas de ordem estrutural, decorrentes das relações desiguais e discriminadoras, têm sido atribuídos unicamente aos indivíduos como obrigação de responder por sua condição, retirando da sociedade a responsabilidade pela produção destas.

A partir das últimas crises do capitalismo ocorridas no final do século XX e início do XXI, percebe-se que está em curso tanto uma série de transformações nas formas de organização e gestão do trabalho, como macrossocietárias, que modificam não só as condições e relações de trabalho, mas as características que os trabalhadores têm de adquirir para exercê-lo, sendo chamado perfil profissional, que deve se adequar às necessidades do mercado de trabalho (Barros; Lira, 2021).

Ocorre que não se trata de qualquer mudança na esfera produtiva, dadas às necessidades do estágio capitalista atual, cujas características de organização da produção e do trabalho são: o enxugamento da estrutura da produção, diminuição do número de trabalhadores com a respectiva ampliação de atribuições (polivalência), terceirização da força de trabalho em diferentes modalidades. Um mercado marcado pelo crescimento da flexibilização, intensificação e precarização do trabalho, sendo esses mecanismos que têm se mostrado eficientes para garantir a reprodução ampliada do capital e que se constituem em formas de exploração e dominação dos trabalhadores com utilização das inovações tecnológicas.

Na atualidade, o que se constata é que uma das maiores consequências da mundialização é o crescimento da desigualdade social, com a ênfase na construção de relações sociais desumanizadas e alienadas que viabiliza a exploração, dominação do modo de ser imposto pelo capitalismo.

Assim, o “recomeço” pós-aposentadoria no mercado de trabalho numa conjuntura desfavorável ao trabalhador de forma geral, para grande parte das pessoas idosas segundo Felix (2016, p. 259) *apresenta uma inserção marginal na atividade econômica, sob várias maneiras de informalidade, cultura etarismo e competitividade*

intergeracional. E ainda, fragilidade no processo de escolarização, uma vez que 32,7% das pessoas a partir de 60 anos não sabem ler e escrever (IBGE, 2022), outros são analfabetos funcional e iletrado digital (Pochmann, 2024). Estas fragilidades conforme Felix (2016) e Pochmann (2024) afirmam pode ser um entrave à sua permanência na atividade econômica, haja vista que as inovações tecnológicas vêm sendo inseridas cada vez mais nas ocupações exercidas pelos menos escolarizados.

Essas inovações tecnológicas segundo Alves (2021) têm diminuído o tempo útil do trabalhador no mercado de trabalho, considerando que entram cada vez mais tarde em função das exigências de qualificação e são expulsos a partir dos 40 anos.

É importante ressaltar que o processo de trabalho e o modo como está organizado, na atualidade, intensificaram a exploração da classe trabalhadora. Nesse sentido, Alves (2021, p. 122; 130; 135) afirma, ainda, que

o envelhecimento humano nas condições históricas da crise estrutural do capital [...] não apenas produz um envelhecimento da pessoa que trabalha por meio da nova precariedade salarial; como é incapaz de lidar de modo digno, com as pessoas mais velhas e idosas sem valor [...] [diante da] degradação das capacidades físicas e espirituais da força de trabalho pelo capital tendo em vista a precariedade das condições de existência social do trabalho vivo. [...] Essa realidade fez surgir, no século atual, uma nova camada do proletariado: o *gerontariado* constituído pelo precariado envelhecido, o contingente de trabalhadores mais velhos e trabalhadores idosos precarizados em seus direitos trabalhistas e previdenciários.

Portanto, no contexto atual, a inserção ou permanência da maioria das pessoas idosas no mercado de trabalho é um desafio, que de acordo com Felix (2016), apresenta uma contradição entre o estímulo à postergação da aposentadoria e a possibilidade de o mercado de trabalho empregar trabalhadores/as menos qualificados a partir dos 50 anos e, consequentemente, destes conquistarem a aposentadoria. O que coloca a necessidade do debate crítico permanente sobre trabalho na velhice, assim como a necessidade de as pessoas idosas continuarem sendo protagonistas de suas lutas sociais e

políticas com outros trabalhadores, tanto para materializar direitos, como pela construção de uma sociedade sem etarismo de gênero, raça e idade.

O trabalho, mudanças mediadas por tecnologias digitais e os impactos para os(as) trabalhadores(as) idosos(as) no capitalismo

O contexto sócio-histórico, no qual o envelhecimento da população ocorre, precisa ser considerado, para que se possa identificar ou ao menos se aproximar dos determinantes das condições sob as quais as pessoas envelhecem.

Com relação a isso, é importante lembrar que ao situar as características da fase atual do capitalismo, das formas como realiza seus processos de extração de valor, via exploração do trabalho, e das mudanças que opera no trabalho mediadas, cada vez mais, por inovações tecnológicas, será possível se aproximar do contexto no qual está a população idosa inserida. E como os(as) trabalhadores(as) ao serem “descartados(as)”, progressivamente, mais cedo do mercado de trabalho, tornam seu horizonte de vida mais sombrio.

Na busca de superar suas crises, a cada dia mais próximas entre si, esse capitalismo monopolista, financeirizado e mundializado na atualidade incorpora mudanças em seus processos de reestruturação produtiva, com base no uso de tecnologias digitais, que modificam a produção, o trabalho, e as relações e condições sob as quais os(as) trabalhadores(as) realizam seu trabalho.

De acordo com Antunes (2020), características atuais do capitalismo demonstram um processo multiforme, no qual se encontram mecanismos como a informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade que servem não só para a preservação quanto para a ampliação da lei do valor, e conclui que *a enorme expansão do setor de serviços e dos denominados trabalhos imateriais que se subordinam à forma-mercadoria confirma essa hipótese, dado seu papel de destaque no capitalismo contemporâneo* (Antunes, 2020 p.35).

É importante lembrar que o uso mais intensificado das inovações tecnológicas no campo digital, especialmente no das plataformas, veio acompanhando os processos de flexibilização, de globali-

zação, de intensificação com maior uso de aparatos tecnológicos, da produção e do trabalho, com o intuito de criar novas estratégias para que o capitalismo pudesse superar a crise de 2008.

Com relação à crescente e acelerada *digitalização do trabalho*, Antunes, Basso, Perocco (*apud* Antunes, 2023, p. 19) colocam que:

De fato, a digitalização do trabalho introduziu (ou favoreceu) múltiplas, profundas e rápidas mudanças nas estruturas e nos processos produtivos; na organização do trabalho e no mercado de trabalho. Essas alterações resultaram ‘em uma forte fragmentação do processo produtivo; uma aceleração igualmente forte do ciclo de valorização das mercadorias (na produção, na gestão das cadeias de abastecimento, nas vendas); uma significativa decomposição da força de trabalho (reduzindo sua concentração física); uma intensa individualização das relações e dos contratos de trabalho’. E essa *grande transformação* da economia ‘foi baseada em um alto grau de informatização, automação e robotização, sob a égide das tecnologias digitais.

Entre a diversidade de atividades de trabalho que podem ser relacionadas com as tecnologias digitais, uma que vale destacar, por conta do volume de trabalhadores que a essa estão vinculados mundo afora é a [...] *plataformização do trabalho – algo em nossa visão, mais heterogêneo e complexo do que a nomenclatura ‘uberização’-, enredada nas imbricações entre financeirização, dataficação e racionalidade neoliberal*.³

Essas plataformas digitais, segundo Nick Srnicek (2016, *apud* Grohmann, 2020, p.95):

[...] ‘são infraestruturas digitais que possibilitam a interação entre dois ou mais grupos’, uma série de dispositivos que permite aos usuários a construção de seus próprios produtos e serviços, provendo uma infraestrutura básica para realizar mediações entre diferentes grupos. Não são neutras nem livres de valores, vindo com normas inscritas em suas arquiteturas.

3 Rafael Grohmann, *Plataformização do trabalho: características e alternativas* (p. 95), Ricardo Antunes (Org.) **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**, São Paulo, Boitempo, 2020).

Harvey (2018, *apud* Grohmann, 2020, p. 95) também considera as plataformas, enquanto infraestruturas digitais que:

[...] atuam como processos de produção em meio à circulação do capital e, como meio de comunicação, contribuem para a aceleração dessa circulação, diminuindo o tempo de rotação, reduzindo o tempo morto e acelerando produção e consumo.

Dessa forma, essas estruturas permitem que o controle e a vigilância junto aos trabalhadores(as) sejam exercidos no sentido de direcionar o processo de trabalho, fazendo com que o trabalho morto (incorporado nos artefatos informacionais-digitais) possa se articular de maneira diferente ao trabalho vivo, potencializando a elevação da produtividade dos trabalhadores a níveis jamais vistos, reduzindo o contingente quantitativo desses em parte da produção, colocando-os em situações de precarização de seu trabalho.

Com o suporte dessas estruturas tecnológicas, o trabalho passa por uma compressão de tempo e espaço, que reduz tempo, custos de produção, em função da maneira como passa a ser realizado, o que intensifica ainda mais o ritmo de trabalho.

Ocorre uma maior descentralização do espaço do que aquela mencionada por Harvey (1992) sobre o período que ele chamou de Regime de Acumulação Flexível, com o desmembramento e dispersão das cadeias produtivas, e dos trabalhadores e trabalhadoras por lugares os mais variados, que não ocupam o espaço centralizado das empresas.

Com a expansão do trabalho mediado por tecnologias digitais, como as utilizadas por plataformas, entre outras formas, monopolizadas por corporações internacionais, apresentam características no que se refere às condições e relações de trabalho como a flexibilização extrema nas relações entre trabalhadores(as) e às empresas para as quais prestam serviços, pois cada trabalhador(a) realiza seu trabalho enquanto *autônomo*, sem vínculo algum com as plataformas, ou qualquer outro tipo de estrutura tecnológica digital. Isso traz como desdobramento o fato de que esses(as) trabalhadores(as) não têm direitos sociais e trabalhistas assegurados.

Além de chamar atenção para a diversidade e formas pelas quais o trabalho mediado por tecnologias assume, de acordo com as

condições (sociais, políticas, econômicas) que o capital encontra quando de sua implantação, Huws (2014, *apud* Antunes, 2023) ainda indica que ao mesmo tempo que um conjunto de assalariadas e assalariados realizam suas atividades de trabalho, sempre mediados por um instrumental digital, em contraponto passam a ter de se submeter a condições de trabalho cada vez mais precarizadas, do ponto de vista da exploração e desproteção social desse, mesmo se comparadas a períodos anteriores à era da cibernética, da informática e da telemática.

Pode-se deduzir dessas características que o trabalho sob as condições impostas pelo capital, com o uso das tecnologias digitais vai assumindo, consequências para os(as) trabalhadores(as), estejam inseridos(as) em atividades com elevado nível de instrução ou não. Existe uma articulação entre trabalho complexo e simples ao longo das cadeias produtivas.

Mesmo com o avanço tecnológico e a chamada *intelectualização do trabalho* (Previtali; Fagiani 2020) *é possível constatar que a classe trabalhadora se amplia no mundo [...] marcada pelas diferenças de gênero, raça/etnia, idade e qualificação* (Previtali; Fagiani, 2020 p. 220). E por processos de precarização do trabalho e das vidas dos(as) trabalhadores(as).

Outro fator que contribuiu para acirrar, junto com as diferenças regionais e entre países, a crise econômica e as desigualdades geradas pelo capitalismo financeirizado e digital, foi a crise sanitária provocada pela pandemia do coronavírus. A Covid-19 trouxe elevadíssimos índices globais de mortalidade, e a expansão das situações de empobrecimento e miserabilidade da classe trabalhadora mundialmente (Antunes, 2022).

Antunes (2022, p. 34) coloca que:

[...] essa situação socialmente desigual se acentuou significativamente nos países do sul [...] No Brasil e na Índia, em particular, a vigência de políticas neoliberais devastadoras foi intensificada pois o objetivo prioritário é sempre ampliar o enriquecimento das classes burguesas, pouco importando a trágica situação da pandemia.

Ao mesmo tempo em que a crise sanitária avançou no país, assistiu-se a uma devastação social no mundo do trabalho, provoca-

da pela expansão do trabalho mediado por tecnologias digitais sob o capitalismo mundializado e financeirizado, que antes mesmo da pandemia já se desenvolvia mundialmente, e com as novas condições de ampliação criadas durante o período pandêmico acelerou as mudanças incorporadas pelo capital ao trabalho, com a mediação das inovações tecnológicas.

É neste contexto, tendo a pandemia como pano de fundo que são expostas as consequências nefastas para os trabalhadores dessas mudanças. Assim, como as discriminações de classe, gênero idade e raça se acentuam.

A partir desse cenário pré e após pandemia que se agudiza, em especial, a situação de trabalhadores(as) maduros(as) e pessoas idosas. Desde 2016, Félix (2016, p. 251) já alertava para os desdobramentos provocados por essas mudanças, quando afirmava que:

As metamorfoses do mercado de trabalho verificadas desde as últimas duas décadas do século XX por ampla literatura provocaram o aumento da vulnerabilidade do trabalhador em idade cada vez menor, já a partir dos 45 anos, tendo grande impacto na fase pós-laboral de sua vida, tanto em sua situação de renda como nas suas atividades após os 60 anos.

As mudanças processadas foram para além da mecanização e informatização do processo de trabalho, impondo cada vez mais exigências, transformando o trabalhador em déspota de si mesmo (Antunes, 1995), na medida em que este trabalha mais e em ritmo cada vez mais estressante, exigindo de si mesmo e da equipe na qual se integra maior produtividade e sendo excluídos cada vez mais jovens.

A chamada degradação física e mental dos(as) trabalhadores(as) e o envelhecimento devem ser analisados, segundo Alves (2021), nas condições da crise estrutural do capital.

Como já foram explicitadas, as características do trabalho mediado por tecnologias, na fase atual do capitalismo, em suas mais variadas formas, realizado por trabalhadores(as), sejam altamente qualificados e de instrução elevada ou não, condição que tem contribuído para agravar os processos de exploração do trabalho humano e, conseqüentemente, promover o agravamento de processos

de adoecimento físico e mental dos(as) trabalhadores(as), que acaba por comprometer suas condições e acesso a um envelhecimento com uma *relativa segurança* no que se refere ao atendimento de suas necessidades e direitos.

Assim, acrescenta-se às características do trabalho mediado por tecnologias digitais, ou articulado a esse, ao longo das cadeias produtivas, um processo de flexibilização das condições, relações de trabalho que ampliam o grau de precarização do trabalho e da vida dos(as) trabalhadores(as), no qual está também presente a redução de direitos, proteção social vinculados ao acirramento do neoliberalismo.

Nesse contexto, se expande o número de trabalhadores(as) *descartados(as)* do mercado de trabalho formal cada vez mais cedo, e que apresentam processos de adoecimento, já mencionados, relacionados às características desse contexto já exposto, que podem afetar suas condições de vida na velhice.

Ao acrescentar às circunstâncias atuais do capitalismo a chamada *nova demografia global* (Alves, 2021), caracterizada pela aceleração do envelhecimento populacional no Mundo, é possível projetar a necessidade urgente de construção de novas formas de resistência dos(as) trabalhadores(as) às ofensivas do capital e do neoliberalismo, em função da degradação e suas consequências deletérias provocadas pelas formas catastróficas utilizadas pelo capital que ameaçam a vida em todas as suas manifestações.

Considerações Finais

Apresentar os desafios a serem enfrentados pela classe trabalhadora envelhecida, mesmo que de maneira restrita, diante das mudanças no capitalismo (na esfera da produção e do trabalho, e na esfera da reprodução social), e as relacionadas ao Estado, com a redução de direitos sociais e trabalhistas, desproteção social, e suas consequências para os(as) trabalhadores(as), em geral, e para os envelhecidos, é uma temática contemporânea que precisa ganhar visibilidade no âmbito da pesquisa, considerando o aceleração do processo de envelhecimento populacional.

Para os velhos trabalhadores, o trabalho entrecruza valores e significados, passados e presentes, pois essas gerações foram influenciadas pelo modelo de produção fordista que permitia um tipo de sociabilidade, poucas mudanças na vida dos trabalhadores que exerciam, muitas vezes, uma única profissão no decorrer de suas vidas, acumulando experiência material e física, o que favorecia para que tivessem uma determinada identificação com o trabalho, com possibilidades de uma determinada, porém restrita, ascensão profissional.

Com a reestruturação produtiva, o trabalho assume, cada vez mais, o seu caráter abstrato, racional e instrumental, alterando a forma de produtividade e o papel dos trabalhadores, o que contribuiu para acirrar ainda mais a discriminação e preconceito em relação à pessoa idosa, pois estes são considerados “improdutivos” para o capital.

Assim, apesar de constatar que o discurso dos organismos internacionais e governos vem dando destaque para a necessidade de investimento na *economia da longevidade* (Félix, 2016), em que as pessoas idosas começam a ser vistas como nova possibilidade de investimento econômico, tecnológico e área de trabalho, constituindo-se como mais um campo de geração de valor para o capital. No entanto, há que se ter cuidado para que não se privilegiem as transações econômicas, criando e reinventando novas formas de identidade na velhice, frequentemente ligadas aos padrões de consumo e à indústria de entretenimento, em detrimento do atendimento por meio de políticas públicas das novas demandas e necessidades das velhices.

É preciso construir práticas e valores sociais mais inclusivos para as velhices na sociedade, e para que sejam tratadas como uma questão pública, apesar da lógica capitalista, de forma a evitar que o destino das pessoas idosas seja, cada vez mais, de exclusão dos diferentes espaços sociais e políticos que queiram estar. Nesse sentido, Pochmann (2004) afirma que se tem complexificado a transitoriedade entre os ciclos, da juventude para maturidade, da maturidade para velhice, aumentando o período da juventude como uma prorrogação do tempo para a entrada na velhice, seja por questões estruturais como o desemprego dos jovens, o avanço da velhice, assim como

pela influência da escola, meios de comunicação, novos padrões de consumo e do contrato da cidadania em suas dimensões política, civil e social. Lembrando que é preciso ter cuidado para não ocultar ou negar as velhices, como um tempo próprio e diferenciado dos ciclos anteriores. Considerando ainda a necessária construção de formas de resistência intergeracional dos trabalhadores aos processos de exploração e dominação do capital.

Referências

ALVES, Giovanni. Colapso ambiental, saúde e envelhecimento: as contradições metabólicas do capital no século XXI. In: **Trabalho, saúde e barbárie social: pandemia, colapso ecológico e desenvolvimento humano**. (Orgs) ALVES, Giovanni, AMARAL, André L.V. Marília [et al] - SP: Projeto Editorial Práxis, 2021.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2020a.

ANTUNES, Ricardo (Org.) [et al]. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020 b.

_____. (Org.) [et al]. **Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais**. São Paulo: Boitempo, 2023)

_____. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.

BARROS, Janaina C; LIRA, Izabel C. Dias. O Serviço Social e a atuação no Serviço de Cuidado no Domicílio: Reflexões sobre o exercício profissional. In: **Humanidades em tempo de trabalho remoto**. Estado, Política e Direitos. (Orgs) Kurle A. B; Vieira, G. S. O e Silva, M.S. ICHS: Fenix, 2021.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. SP: Cortez, 2007.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. RJ: Campos, 1994.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Brasília (DF), 2022.

BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016.** Altera o ato das disposições constitucionais transitórias, para instituir o novo regime fiscal, e dá outras providências. Brasília (DF), 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 10 jul. 2018.

CAMARANO, Ana Amélia. O trabalhador idoso no mercado de trabalho do capitalismo contemporâneo. In: **Ciências Humanas e Sociais**. Maceió, v. 2, n.1, p. 103-116, maio 2014. periódicos.set.edu.br

DELGADO, Josimara Aparecida. **Memórias de Velhos Trabalhadores Aposentados:** estudo sobre geração, identidade e cultura. RJ:UFRJ/ESS, 2007 (Tese de Doutorado).

FELIX, J. O Idoso e o Mercado de Trabalho. In: **Política Nacional do Idoso:** velhas e novas questões. (Orgs) ALCANTARA, A.O; CAMARANO, A. A; GIACOMIN, K.C. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: características e alternativas. In: HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Terceiro Trimestre de 2018.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

MOTA, Ana E. Expropriações contemporâneas: hipóteses e reflexões. In: **Expropriações e direitos no capitalismo**. (Org.) BOSCHETTI, Ivanete. SP: Cortez, 2018.

PAIVA, Sálvea O. C. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital**. SP: Cortez, 2014.

PEIXOTO, Clarice E. Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar. In: **Família e Envelhecimento**. Org. PEIXOTO, Clarice E. RJ: FGV, 2004.

PREVITALI, Fabiane S.; FAGIANI, Cílon C. Trabalho digital e educação no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.) [et al]. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020 b.

PEREIRA, P.A P. Política Social, cidadania e neoliberalismo: reflexão sobre a experiência brasileira. In: CARVALHO, D. B. B de et al (Orgs). **Novos paradigmas da política social**. Brasília: UnB,

Programa de Pós-graduação em Política Social, 2002.

POCHMANN, Marcio. Implicações da acelerada transição demográfica. In: **Declínio da vida em sociedade e o Brasil no início do século XXI**. SP: Idéias & Letras, 2024.

POCHMANN, Márcio. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, R. e VANNUCHI, P. (Orgs). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SIMÕES, J. A. Provedores e Militantes: imagens de homens aposentados na família e na vida pública. In: **Família e Envelhecimento**. Org. PEIXOTO, Clarice E. RJ: FGV, 2004.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento na Sociabilidade do Capital**. Campinas: Papel Social, 2017.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e trabalho no tempo de capital: implicações para a proteção social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

REPENSANDO A DEFICIÊNCIA NA MODERNIDADE CAPITALISTA: do colonialismo à diversidade funcional

Bruno Sena Martins¹

Introdução

A deficiência, como categoria social e política, é frequentemente compreendida de forma descontextualizada, limitada a diagnósticos médicos e à incapacidade funcional. Este texto propõe uma leitura crítica dessa abordagem ao situar a deficiência como uma construção histórica marcada por forças estruturais, como o colonialismo e o capitalismo industrial. Ao longo do capítulo, analisam-se as raízes desse conceito, explorando como as lógicas produtivas da Revolução Industrial e as práticas escravocratas moldaram hierarquias corporais e simbólicas, consolidando o capacitismo como norma. Além disso, introduz-se o conceito de ‘diversidade funcional’ como alternativa emancipatória, enfatizando seu potencial para desestabilizar paradigmas excludentes e fomentar uma visão mais inclusiva e dignificante das experiências humanas.

O debate público das últimas décadas tem sido crescentemente marcado por uma disputa sobre as possibilidades e os limites das transformações nas linguagens que usamos para designar grupos e práticas sociais. Por um lado, temos o reconhecimento da importância de linguagens transformadoras que superem o estigma e a ofensa associada a determinados termos, nomeadamente aqueles que são usados para designar ou caracterizar pejorativamente os grupos historicamente oprimidos. Por outro lado, temos a denúncia sobre o modo como novas linguagens, frequentemente forjadas na interface entre grupos sociais minoritários e o espaço académico, podem ser acompanhadas por uma vigilância da linguagem, vista como ameaçadora da liberdade de expressão, que caracterizaria o

¹ Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – bsenamartins@ces.uc.pt.

“politicamente correto” e, mais recentemente, o “wokismo”². Nesta última perspetiva, é ainda denunciado o modo como alguns dos novos conceitos e designações são consagrados por franjas urbanas e académicas progressistas, sem que se tomem em devida conta as formas “tradicionais” de autoidentificação emancipatória de sujeitos políticos pertencentes aos grupos minoritários.

Ao longo do tempo, o campo da deficiência, no qual incluem as lutas políticas das pessoas com deficiência³ e a área académica dos estudos da deficiência, tem sido atravessado pela importância de se superarem designações que estigmatizam e totalizam as pessoas cuja identidade era vinculada à deficiência. Olhando em particular para espaço político e académico de língua portuguesa, neste texto analiso de que modo o conceito de “diversidade funcional” poderá constituir uma referência mais presente para uma continuada reflexão sobre as identidades construídas em torno da deficiência.

Apesar de importantes transformações conceptuais que resultam e se articulam com as lutas das pessoas com deficiência, as pessoas com deficiência constituem um grupo social minoritário cuja afirmação política nos espaços públicos em contextos ocidentais tende a ser significativamente menos visível dos que a granjeada, por exemplo, pelas lutas de mulheres, pessoas negras e pessoas LGBTQIA+. Nesse sentido, uma reflexão sobre as linguagens com potencial de transformar as percepções que naturalizam condições estruturais de marginalização, longe de qualquer imposição de um “politicamente correto” ou de um “modismo”, creio que nos confere subsídios para pensar a deficiência na tensão entre um senso comum capacitista e as propostas que vão sendo trilhadas pelas importantes lutas das pessoas com deficiência.

Deficiência, Emancipação e Lutas pelo Significado

Nasce no bojo da modernidade ocidental a noção de que as pessoas com deficiência correspondem a uma categoria populacio-

² Ver, por exemplo, *A esquerda não é Woke* (Neiman, 2024) e *Racismo Woke* (Mcwhorter, 2024).

³ Uso aqui o termo “pessoas com deficiência”, expressão mais consensualmente usada na língua portuguesa e que, inclusive, ficou ratificada na *Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, aprovada pela Organização das Nações Unidas em 2006.

nal com condições físicas ou mentais permanentes, medicamente diagnosticadas, que afetam a sua funcionalidade e a sua capacidade para se adequarem à normalidade. Esta construção, cujos termos permanecem dominantes até aos nossos dias, implica que percebamos três elementos centrais. Em primeiro lugar, a importância da medicina e dos saberes da ciência moderna na construção de hierarquias entre humanos e na definição de preceitos de normalidade. Em segundo lugar, o modo como a aptidão funcional para o trabalho segundo padrões normativos se tornou um elemento essencial na afirmação simbólica e político-económica daquilo que é uma pessoa válida na modernidade ocidental. Debruçando-me na segunda dimensão enunciada, nesta secção quero salientar o impacto dos valores do capitalismo industrial na padronização e dramatização da capacidade individual para o trabalho, que haveriam de contribuir para a definição das pessoas com deficiência enquanto máquinas imperfeitas do capitalismo.

A industrialização e a evolução dos processos industriais provocaram uma transformação radical nas condições de produção. Esse período marcou o início de sistemas de produtivos fabris altamente padronizados e pouco afeitos a considerar as particularidades individuais. Nesse novo modelo, as pessoas eram vistas como uma extensão de um processo produtivo no qual a maquinaria e os processos maquinais foram assumindo crescente centralidade. Essa transformação sedimenta uma concepção mecanicista e funcionalista do corpo, integrado como uma peça num sistema complexo e repetitivo, estruturado com o objetivo central de maximizar a eficiência produtiva. O desenvolvimento industrial associa-se a uma nova definição do corpo baseada na sua capacidade de produção e à ideia emergente de uma perfeição mecânica do corpo humano (Davis, 1995). Inicialmente, esta visão resultou na exclusão de pessoas que, em virtude das suas características específicas, não conseguiam adequar-se aos padrões exigidos pelo sistema produtivo ou que apresentavam níveis de produtividade considerados insuficientes. Contudo, a adoção de uma perspetiva mecanicista do corpo gerou também profundas transformações culturais, particularmente na maneira como influenciou as definições médicas de normalidade. Claudine Herzlich (1991) destaca precisamente esta relação ao observar que o regime de trabalho instaurado pela industrialização contribuiu para

consolidar uma ligação entre saúde e produtividade, ao mesmo tempo em que associava doença à incapacidade laboral. Em consequência, as pessoas com deficiência foram sistematicamente excluídas da economia produtiva, ficando frequentemente confinadas a uma contribuição residual em “instituições totais” criadas a partir do século XVIII para atender diferentes tipos de deficiência.

Neste contexto, o modelo biomédico do corpo emergiu como um sistema de valores que reforça normas corporais baseadas numa lógica de eficiência e funcionalidade. Consequentemente, as pessoas que se desviam dessas normas foram classificadas sob a ideia de deficiência, entendida como uma “máquina imperfeita”⁴ (Barnes *et al.*, 1999, p. 65). Essa construção moderna da deficiência reflete o impacto direto do capitalismo industrial, que promoveu uma definição de saúde vinculada interesses das disciplinas de trabalho. Assim, a deficiência tornou-se sinónimo de anormalidade, patologia e disfunção. A forma como a deficiência é reduzida à incapacidade funcional é, na verdade, um elemento central na desqualificadora definição hegemónica das pessoas com deficiência na modernidade (Martins, 2006; 2015).

Os desafios associados ao surgimento e à resignificação de conceitos que possam contrariar formas de nomeação e adjetivação desqualificadoras de grupos historicamente oprimidos estão intrinsecamente ligados à historicidade dos diferentes contextos, considerando as suas especificidades culturais, linguísticas e políticas. No entanto, se analisarmos os discursos mobilizadores das lutas das pessoas com deficiência no século XX, a redefinição conceptual com maior impacto transformador terá sido a que aconteceu no Reino Unido por iniciativa da Union of the Physically Impaired Against Segregation (UPIAS). A UPIAS surgiu em 1974, enquanto uma organização “guarda-chuva” que reuniu entidades pessoas com deficiência.

A UPIAS propôs uma transformação profunda, ultrapassando a visão predominante de que a luta central das pessoas com deficiência deveria focar-se em melhores prestações sociais. Em vez disso, priorizou a mudança das concepções dominantes sobre a deficiência e a reestruturação social que perpetuava a exclusão, confinando essas pessoas à pobreza e à segregação. Esta perspectiva deslocava o

4 No original, *Biomedical faulty machine model of the body* (Barnes *Et al.*, 1999, p. 65)

“problema” da deficiência dos corpos e das condições funcionais específicas de terminadas sujeitos identificando como real obstáculo as estruturas sociais que seguiam marginalizando as pessoas com deficiência. Em causa estavam, entre outras, as estruturas simbólicas, educacionais, laborais, arquitetónicas e simbólicas que inibiam a participação das pessoas com deficiência na sociedade assim perpetuando condições de exclusão e subalternidade. Os valores e discursos promovidos pela UPIAS foram fundamentais para a estruturação do que viria a ser conhecido como o “modelo social da deficiência” (Oliver, 1996; Barnes, 1998). O modelo social da deficiência opõe-se a um modelo médico, visto como hegemónico, marcado pela individualização da experiência, pela naturalização patológica das implicações da deficiência como inferioridade e desvio da normalidade.

O modelo médico/individual da deficiência, amplamente dominante nas sociedades ocidentais segundo a crítica de Michael Oliver (1990; 1996), está intrinsecamente ligado à valorização de uma perspetiva frequentemente designada como “abordagem reabilitacional” (Striker, 1999). Embora o conceito de reabilitação tenha ganhado força após a I Guerra Mundial para atender soldados com deficiência, ele ilustra a lógica social direcionada às pessoas com deficiência, uma lógica que parte da sua objetificação e se fundamenta numa normalidade tida como anterior a qualquer intervenção. As abordagens reabilitacionais são aquelas em que as decisões sobre a vida das pessoas com deficiência cabem aos profissionais da reabilitação e que, na impossibilidade da cura, procuram aproximar o mais possível a pessoa com deficiência de uma normalidade hegemónica⁵ (por oposição a uma abordagem que vise as transformações sociais necessárias que respeitem a deficiência como diferença).

Um dos elementos centrais da proposta da UPIAS, cuja influência no campo da deficiência está diretamente ligada à consolidação internacionalização do modelo social da deficiência,⁶ prende-se

5 Sobre o conceito de normalidade no campo dos estudos da deficiência ver, por exemplo, Lennard Davis (1995) ou Garland-Thomson (1997).

6 As estruturas conceptuais desenvolvidas pela UPIAS revelaram-se de enorme relevância, não apenas para o contexto britânico, mas também para a luta global das pessoas com deficiência. Essa importância é evidenciada pela adoção das definições da UPIAS pela secção europeia da Disabled People International (DPI), que era então a mais significativa organização internacional de pessoas com deficiência, criada em 1981. As propostas e definições conceptuais da UPIAS tornaram-se igualmente operativas na BCOOP (British Council of

com as definições propostas para designar *disability* e *impairment*. O corolário da nova perspetiva aí contida ficaria significativamente sintetizado nas definições oferecidas aos conceitos de *impairment* e *disability*:

Impairment⁷: Ausência de parte ou da totalidade de um membro, ou existência de um membro, órgão ou mecanismo corporal defeituoso;

Disability: Desvantagem ou restrição de actividade causada por uma organização social contemporânea que tome pouca ou nenhuma consideração pelas pessoas com impairments físicos, e que, assim, as exclui da participação nas actividades sociais centrais. A deficiência física é, portanto, uma forma particular de opressão social. (UPIAS, 1976, p. 14).

Não pretendo deter-me demasiado na fronteira entre *disability* e *impairment* até por considerar que promove uma essencialização problemática do elemento físico / corporal. Nesse sentido, alinho-me com Judith Butler (1993: xi) na rejeição da ideia de um sexo pré-discursivo e, por consequência, da dicotomia entre sexo e género. De forma semelhante, a separação entre *impairment* e *disability* não reconhece que o *impairment* (suas experiências e interpretações) é inevitavelmente permeado por contextos sociais específicos. Ou seja, não há deficiência que exista fora do discurso, e o que é entendido como *impairment* está sempre em aberto para contestação.

No âmbito deste texto quero enfatizar, isso sim, o modo como estas definições têm impacto no conceito pelo qual as pessoas com deficiência são socialmente designadas. Em particular, A UPIAS defende que a *disability* é uma forma particular de opressão e que é a sociedade que oprime “*physically impaired people*”. Deste modo, a designação central para designar as pessoas com deficiência ao longo do documento, “disabled people”, oferece-se a uma reversão de linguagem que transforma num verbo o substantivo comumen-

Disabled People), que sucedeu à UPIAS como organização “guarda-chuva” das entidades de deficiência no Reino Unido e foi membro fundador da DPI (Oliver, 1996. P. 28; Barnes *et al.*, 1999, p. 6-7).

⁷ No original: “Impairment: *Lacking part of or all of a limb, or having a defective limb, organ or mechanism of the body. Disability: the disadvantage or restriction of activity caused by a contemporary social organization which takes no or little account of people who have a physical impairment and thus excludes them from participation in the mainstream of social activities. Physical disability is therefore a particular form of social oppression.*”

te usado: *disabled people* não no sentido de “pessoas deficientes”, mas de pessoas que são incapacitadas / deficientadas pela sociedade. Esta reversão é interessante porque, sem propor um novo termo, resignifica um termo socialmente existente. Lido como substantivo o termo “*disabled people*” tem uma carga pejorativa no sentido em que totaliza as pessoas como deficientes / incapazes, resignificado como verbo expõe as estruturas opressivas que segregam as pessoas que a modernidade nos ensinou a ver como deficientes, menos funcionais, no fundo, como menos pessoas.

A Revolução Industrial e as Raízes Coloniais da Exclusão

A transformação trazida pela revolução industrial nos processos produtivos é frequentemente contrastada com as lógicas vigentes no período pós-industrial, marcadas que seriam por atividades produtivas marcadas por um contexto familiar, por atividades ligadas à agricultura ou a pequenas manufaturas. Supostamente estes ambientes seriam caracterizados por uma flexibilidade que teria possibilitado a adaptação das condições de trabalho às características e ritmos específicos de cada indivíduo, permitindo uma contribuição de forma ajustada às suas capacidades de cada qual. Esta narrativa, esteio de muita da literatura que assinala como o capitalismo industrial instaurou modelos de trabalho, mecanizados e estandardizados, em tudo desfavoráveis à participação das pessoas com deficiência, peca, contudo, de um estreitamento eurocêntrico. O caso é que essa genealogia, assim recapitulada, descarta o papel central da empresa colonial e da escravatura na prefiguração das lógicas e estruturas que se iriam impor na revolução industrial.

A obra de Sidney W. Mintz, *Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History* (1986), revisita o modo como a revolução industrial é profundamente devedora da cultura intensiva da plantação do açúcar que teve por base a mão-de-obra provida pelo tráfico transatlântico de pessoas escravizadas⁸. Na mesma linha, já Eric Williams (1944 /2014) *Slavery* mostrava como o capital cumulado pela exploração escravocrata se fez essencial para o financia-

8 Conforme refere Luiz Felipe de Alencastro, para o contexto do Brasil colônia: [i]niciada com base no trabalho compulsório indígena [no século XVI], a expansão açucareira brasileira será pouco a pouco tributária do africano e do comércio negreiro (2000, p. 33).

mento da Revolução Industrial em Inglaterra e, por consequência, para a implantação do capitalismo industrial pelo mundo. No entanto, a obra de Mintz interessa-nos em particular porque se demora naquilo que foi carácter protoindustrial da produção de açúcar nas américas com mão-de-obra escravizada. Conforme nos mostra Mintz, se tivermos em conta o calendário do cultivo e colheita da cana do açúcar, todo o processamento na casa de engenho, a extração do caldo, a fervura e a cozedura, com escala da mão-de-obra, o combustível e maquinaria envolvidos, estamos perante uma cadeia de operações executada sob férreos modos de organização e disciplina a que poderia chamar “industrial”. Nas palavras de Sidney Mintz:

O que tornou o sistema de plantação agroindustrial inicial foi a combinação da agricultura e da transformação sob uma única autoridade: a disciplina foi provavelmente a sua primeira característica essencial. Isto porque nem o moinho nem o campo podiam ser produtivos separadamente (independentemente). Em segundo lugar, estava a organização da força de trabalho em si, parte qualificada, parte não qualificada, e organizada em termos dos objetivos da produção global da plantação. [...] Em terceiro lugar, o sistema era consciente do tempo. Esta consciência do tempo era ditada pela natureza da cana-de-açúcar e pelas suas necessidades de processamento, mas permeava todas as fases da vida na plantação e estava de acordo com a ênfase no tempo que mais tarde se tornaria uma característica central da indústria capitalista. A combinação de campo e fábrica, de trabalhadores qualificados e não qualificados, e a rigidez dos horários conferiam um carácter industrial às empresas agrícolas (1986: 51,52)

Portanto, conforme detalha Mintz, nas plantações o trabalho forçado e a imposição de ritmos intensivos a populações escravizadas inscreveram-se num modelo de exploração produtiva que, por um lado, sustentou o consumo crescente de açúcar nas classes trabalhadoras europeias e, por outro, moldou de forma decisiva as práticas e tecnologias que seriam incorporadas ao capitalismo industrial. Estas eram sistemas de produção intensiva que anteciparam muitos dos princípios do capitalismo industrial: a organização hierárquica do trabalho, o controle do tempo e a maximização da eficiência. A produção era meticulosamente calculada, com avaliações constantes do desempenho das pessoas escravizadas, a fim de garantir produti-

vidade máxima⁹. Na lógica organizativa da plantação, a dramatização da capacidade para o trabalho de cada pessoa escravizada fica evidente nas avaliações físicas que precediam a compra e venda das populações trazidas de África para o dito Novo Mundo. Estamos perante um contexto em que as pessoas negras escravizadas eram sub-humanizadas por rígidas hierarquias raciais, vistas essencialmente como força produtiva, unidades de produção, enquanto o valor de cada indivíduo era feito variar em função da sua capacidade para o trabalho, tudo dentro de uma lógica industrial ou protoindustrial de disciplina individualizante que pouco se compadecia idiosincrasias ou com outras dimensões da subjetividade.

Igualmente relevante a este respeito, é o livro de Stefanie Hunt-Kennedy, *Between Fitness and Death: Disability and Slavery in the Caribbean* (2020). Numa análise cujas implicações reverberaram para outras sociedades escravocratas das Américas, a autora debruça-se sobre a relação entre deficiência, racismo e escravidão nas sociedades coloniais caribenhas durante o período do tráfico transatlântico. Num primeiro momento, a autora mostra como as ideias de deformidade e monstruosidade, que no contexto britânico estiveram durante longos séculos ao serviço da desqualificação e demonização das pessoas com deficiência, se tornaram operativas para o racismo antinegro à medida que as populações escravizadas assumiram crescente importância na economia produtiva do império. Dentro de uma ideologia racista e capacitista que inscrevia o padrão do humano numa noção de branquitude e de não deformidade, tudo se passava como se incerto estatuto de humano das pessoas negras tornasse a escravidão defensável e salvífica e avisada. Conforme nos diz Hunt-Kennedy

É amplamente aceite que os sistemas de massacre e exploração em massa, como a escravatura, eram também sistemas de desumanização. Em contrapartida, defendo que, para justificar a exploração, a perseguição e o assassinio sistemáticos de todo um grupo de pessoas (os negros, neste caso), os autores da violência racista sistematizada construíram um perigo baseado na incerteza antropológica. De acordo com essa ideologia, o monstro era perigoso devido ao seu potencial para reproduzir a sua própria “raça” entre si e com outros humanos “normais”, transforman-

9 Isto mesmo nos mostra Stuart B. Schwartz para o contexto brasileiro na obra **Sugar plantations in the formation of Brazilian society**: Bahia, 1550-1835 (1985).

do toda a humanidade numa raça de monstros. A escravidão, a violência e o trabalho forçado eram, portanto, tanto um meio de controlar e punir o monstro como um método de explorar a única qualidade humana útil do monstro - a sua capacidade de trabalho árduo (2021, p. 6).

Ao analisar a relação entre os conceitos de aptidão física, raça e deficiência nas sociedades e economias escravocratas, a autora dá conta de uma complexa co-implicação. Ao mesmo tempo que a aptidão física das pessoas escravizadas era definidora do seu valor-trabalho, elemento crucial para o modo o “preço de mercado” de cada indivíduo, as condições inclementes do trabalho nas plantações instauravam um sem número de ferimentos e doenças que não só impunham uma curta esperança de vida como marcavam a experiência da escravidão com uma plethora de condições a que hoje chamaríamos deficiências. Num contexto em que a incessante demanda de pessoas escravizadas vinda de África permitia a reposição da mão-de-obra, numa economia em que a exploração intensiva se sobrepunha ao cuidado, entre a aptidão para o trabalho e a morte, as pessoas negras eram tanto avaliadas pela sua capacidade funcional numa lógica de maximização da produtividade, como depreciadas como descartáveis e substituíveis.

Estas abordagens históricas são cruciais para entendermos a estreita relação entre escravidão, capitalismo industrial e a consolidação de uma concepção moderna de pessoa e de saúde intimamente ligada à utilidade física para o trabalho. Com a abolição da escravidão, a disseminação do capitalismo e das suas exigências produtivas à generalidade da população, ainda que em contextos de trabalho não forçado, a modernidade ocidental consolidou uma perspectiva da pessoa e do corpo na qual a capacidade física para o trabalho se torna um marcador crucial de valor social e de humanidade – a mesma humanidade que era negada às pessoas escravizadas. Deste modo, textos como os Sidney Mintz e Stefanie Hunt-Kennedy e ajudam-nos a entender as raízes históricas coloniais das concepções modernas de saúde e funcionalidade. Estas noções, perpetuadas ao longo do tempo, continuam a influenciar a forma como valorizamos indivíduos segundo o seu grau de produtividade física. Na modernidade ocidental, a deficiência surge-nos, portanto, associada à patolo-

gia, à anormalidade e à incapacidade funcional para o trabalho dentro de uma estrutura capitalista. A noção moderna de deficiência é, grosso modo, um nexos entre o carácter duradouro ou permanente de uma “anormalidade”, a sua visibilidade, e a incapacidade funcional que ela implica. Embora neste texto adotemos predominantemente o termo “pessoas com deficiência” — em linha com uma leitura que rejeita a redução da pessoa à condição de deficiência —, é importante reconhecer que essa escolha reflete um “cuidado de linguagem”, resultado de lutas políticas de muitas décadas, que se contrapõe às representações ainda hegemônicas que associam deficiência a uma vida menos válida. Nesse sentido, termos como “pessoas deficientes”, “deficientes” ou “inválidos” são, na verdade, aqueles que mais diretamente evocam o original significado excludente atribuído pela modernidade ao conceito de deficiência. É nesse sentido que me parece particularmente importante a revisitação do conceito pelo qual designamos as pessoas com deficiência ao encontro das possibilidades trazidas pela ideia de diversidade funcional.

Diversidade funcional e novas possibilidades

Alicerçado naquilo que diz ser um nominalismo dinâmico, o filósofo canadiano Ian Hacking (1996) sugere o conceito de “*looping*” para se referir ao modo como, retroativamente, as classificações humanas moldam as pessoas que por elas são classificadas. Criando realidade social, estas classificações podem constranger ou criar possibilidade para aquilo que cada qual pode ser e fazer. Ao mobilizarem o conceito de deficiência, de diferente modo em diferentes línguas, as pessoas com deficiência utilizaram um termo que as desqualifica, sinalizando menor capacidade ou aptidão, em prol de identidade políticas passíveis de produzirem transformações sociais inclusivas; falamos de políticas sociais, alterações ao espaço edificado, acesso à informação e à comunicação, condição de condições de vida independente, etc. Nesse sentido, importa valorizar um longo percurso de lutas sociais que, em nome da deficiência, permitiram, por exemplo, a materialização da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), adotada pela Assembleia Geral da ONU em 2006.

Do mesmo modo, creio ser importante reconhecer outros conceitos e designações que possam implicar uma abertura de possibilidade, materiais e simbólicas, para uma progressiva libertação das amaras impostas pelas lógicas classificatórias da modernidade. No âmbito deste texto, em linha com uma leitura histórica das raízes coloniais e capitalistas da deficiência, creio que a expressão “diversidade funcional” tem ainda um importante caminho a fazer nas políticas de deficiência em língua portuguesa. A proposta de que as pessoas com deficiência¹⁰ passassem a ser designadas “pessoas com diversidade funcional” surgiu em 2005, em Espanha, no Foro de Vida Independiente (Palacios; Romañach, 2008). Ainda que devamos reconhecer o modo como a palavra deficiência foi crucial elemento de uma identidade coletiva que travou importantíssimas lutas sociais¹¹, o conceito de diversidade funcional tem a inegável virtude de desvincular as pessoas assim nomeadas dos significados negativos e desqualificadores da palavra deficiência. Esta designação corresponde a um modelo teórico que procura valorizar a diversidade e a dignidade:

A diversidade é vista neste modelo como uma realidade indiscutível que, por outro lado, traz riqueza a uma sociedade constituída por pessoas funcionalmente diversas ao longo da vida e que vê o número de pessoas discriminadas devido à sua diversidade funcional aumentar todos os dias como consequência do aumento da esperança de vida. No novo modelo, o eixo teórico é a dignidade das pessoas que pertencem à diversidade, neste caso à diversidade funcional. Uma dignidade que é inerente a todos os seres humanos e que não está ligada à capacidade. É neste conceito de dignidade que parece residir uma das chaves para as incoerências discriminatórias da realidade atual (Palacios; Romañach, 2006, p. 41).

Ao remeter para as diversas de ser e fazer, a diversidade funcional descreve as pessoas com deficiência dentro de uma pletora de condições, assim libertadas de uma leitura hierarquizante por relação ao um padrão ou a uma escala de capacidade. Nesse sentido, creio que estamos perante um conceito cujo uso e apropriação em língua

¹⁰ Em espanhol, “personas con discapacidad”.

¹¹ O mesmo aconteceu com os termos *crip* e *queer*, temos abertamente pejorativos que foram recuperados e ressignificados como auto-designação respetivamente pessoas com deficiência e pelas pessoas LGBTQIA+.

portuguesa, à semelhança do que vai sendo feito em contextos de língua espanhola, constitui uma alternativa de autonegação cuja crescente relevância nos aproxima de uma transformação paradigmática à lógica classificatória da modernidade colonial e capitalista.

Considerações Finais

A análise do conceito de deficiência através de uma leitura histórica, simbólica e político-económica revela a profunda implicação entre colonialismo, capitalismo e as hierarquias modernas de funcionalidade. O reconhecimento destas relações que se imbricaram de forma decisiva na constituição da oposição entre normalidade e deficiência, é crucial para uma continuada reflexão sobre o lugar das pessoas com deficiência / diversidade funcional ante os estigmas e as narrativas que historicamente marginalizaram este grupo. Estamos longe de qualquer vigilância da linguagem. Muito menos advogamos a imposição um conceito que, a partir de perspectiva académica ou de vanguarda, “rebatize” grupos sociais já alicerçados em nomes e identidade fortificadas contra a opressão. Como dizíamos anteriormente, importa reconhecer e valorizar a história política emancipatória das pessoas que lutaram em nome da deficiência afirmando *nada sobre nós, sem nós* e que se reconheceram e reconhecem como pessoas com deficiência. Tal abordagem é consonante com os princípios da Investigação Emancipatória da Deficiência (Oliver, 1992; Martins *et al*, 2012) que, antes de mais, dá prioridade à agência e às demandas de agenda das pessoas historicamente oprimidas em nome da deficiência. A análise do conceito de diversidade funcional emerge aqui tão só como forma de ecoar uma alternativa promissora, proposta por pessoas com deficiência / diversidade funcional no contexto de língua espanhola, que rejeita a redução de pessoas a hierarquias forjadas pelas lógicas do capitalismo racial e do capitalismo industrial. Entendemos que incorporar e expandir o conceito de diversidade funcional no discurso público e político em língua portuguesa pode ser uma contribuição valiosa, enquanto uma via mais a ser trilhada, para desagrilhoar as experiências da deficiência daquilo que há de matricialmente excludente nas estruturas e lógicas classificatórias da modernidade.

Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BARNES, Colin. The social model of disability: a sociological phenomenon ignored by sociologists? In: SHAKESPEARE, T. (org.). **The disability reader: social science perspectives**. London; New York: Cassell, 1998., pp. 65-78.

BARNES, Colin; MERCER, Geof; SHAKESPEARE, Tom. **Exploring Disability: a Sociological Introduction**. Cambridge: Polity Press, 1999.

BUTLER, Judith. **Bodies That Matter: On the Discursive Limits of Sex**. New York: Routledge, 1993.

DAVIS, Lennard. **Enforcing Normalcy: Disability, Deafness and the Body**. London: Verso, 1995.

GARLAND-THOMSON, Rosemarie. **Extraordinary bodies: figuring physical disability in American culture and literature**. New York: Columbia University Press, 1997.

HACKING, Ian. The looping effects of human kinds. In: SPERBER, Dan; PREMACK, David, *et al.* (orgs.). **Causal Cognition: A Multidisciplinary Debate**. Oxford: Clarendon Press, 1996. p.351-394.

HERZLICH, Claudine. Medecine Moderne et Quête de Sens: la Maladie Signifiant Social. In: AUGÉ, Marc e HERZLICH, Claudine (org.). **Le Sens du Mal: Anthropologie, Histoire, Sociologie da la Maladie**. Paris: Editions des archives contemporaines, 1991.

HUNT-KENNEDY, Stefanie. **Between fitness and death: disability and slavery in the Caribbean**. Urbana: University of Illinois Press, 2020.

MARTINS, Bruno Sena. **E Se Eu Fosse Cego? Narrativas silenciadas da deficiência**. Porto: Afrontamento, 2006.

MARTINS, Bruno Sena. A reinvenção da deficiência: novas metáforas na natureza dos corpos. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 3, p. 264-271, 2015.

MARTINS, Bruno Sena *et al.* A emancipação dos estudos da deficiência. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 98, p. 45-64, 2012.

MCWHORTER, John. **Racismo Woke**. Lisboa: Tinta da China, 2024.

MINTZ, Sidney W. **Sweetness and Power: the place of sugar in modern history**. New York: Penguin Books, 1986.

NEIMAN, Susan. **A Esquerda Não é Woke**. Lisboa: Editorial Presença, 2024.

OLIVER, Michael. **The politics of disablement: a sociological approach**. New York: St. Martin's Press, 1990.

OLIVER, Michael. Changing the Social Relations of Research Production. **Disability, Handicap, & Society**, v. 7, n. 2, p. 101-115, 1992.

OLIVER, Michael. **Understanding disability: from theory to practice**. New York: Palgrave Macmillan, 1996.

PALACIOS, Agustina; ROMANACH, Javier. El modelo de la diversidad: una nueva visión de la bioética desde la perspectiva de las personas con diversidad funcional (discapacidad). **Intersticios: Revista Sociológica de Pensamiento Crítico**, v. 2, n. 2, p. 37-47, 2008.

SCHWARTZ, Stuart. B. **Sugar plantations in the formation of Brazilian society: Bahia, 1550-1835**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

STRIKER, Henri-Jacques. **A History of Disability**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1999.

UPIAS. **Fundamental Principles of Disability**. London: Union of the Physically Impaired Against Segregation, 1976.

WILLIAMS, Eric. **Capitalism & Slavery**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1994 [primeira ed. 1944].

A DIGITALIZAÇÃO DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO: Uma lógica privatista sob a hegemonia neoliberal

Graça Druck¹

Luís Augusto Lopes²

Introdução

A “plataformização do trabalho” inaugura uma nova forma de organização do trabalho no contexto da quarta revolução tecnológica, com o uso das TICS, Internet das coisas, Inteligência Artificial, Algoritmos, teletrabalho; um conjunto de meios de produção que se propagaram no interior de uma reestruturação produtiva permanente para atender às demandas do capitalismo financeirizado sob a hegemonia neoliberal e que colocaram a precarização do trabalho como estratégia de dominação, com a supressão da legislação social e trabalhista.

Neste contexto, é que se pode compreender a busca pelo ocultamento da relação de trabalho via tecnologia, sobretudo pelas empresas de aplicativo. O fetichismo da tecnologia atinge o seu mais alto nível, à medida que os algoritmos, a Inteligência Artificial, a Internet, as TICs passam a ter uma autonomia quase absoluta, atuam de “forma fantasmagórica”, uma mercadoria com vida própria, como diz Marx, no mercado e na sociedade.

Na realidade, toda tecnologia é fruto do trabalho humano, principal forma de sociabilidade e que, na história do capitalismo as revoluções tecnológicas sempre estiveram subordinadas à lógica da acumulação de riquezas, tendo por objetivo o controle e a disciplinarização do trabalho. E como a todo trabalho corresponde

¹ Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pesquisadora do CRH/UFBA e do CNPq. E-mail: druckg@gmail.com

² Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisador do CRH/UFBA e professor do Instituto Federal da Bahia (IFBA). E-mail: luisaugusto@ifba.edu.br

um modo de vida, o que se assiste hoje é que o trabalho digital passa a determinar outros espaços de sociabilidade: a família, escola/educação, saúde, religião, lazer, o consumo, etc. generalizando, portanto, uma “digitalização da vida”. Esse momento histórico, com diferentes denominações – capitalismo de vigilância, capitalismo de plataforma, capitalismo digital, capitalismo neoliberal – tem em comum o fato de grandes e poucas corporações (*big techs*) deterem a propriedade dessas tecnologias e o controle sobre o seu uso em todas as atividades no setor privado e no setor público.

No caso do serviço público brasileiro, observa-se um processo de digitalização que começa a fazer parte do cotidiano das pessoas, em especial a partir da pandemia de Covid-19, com grandes reflexos sobre o trabalho dos servidores públicos, como será visto adiante. A carteira de trabalho é digitalizada; aspectos relativos aos condutores de automóveis, como propriedade e transferência dos mesmos, carteira de motorista, multas e licenciamento também; a plataforma de serviços do governo federal, denominada gov.br, - instituída em 11 de abril de 2019, o primeiro ano de governo de Jair Bolsonaro, cujo governo se caracterizou pela adoção de uma política ultraliberal, pelo aprofundamento do desmonte do serviço público e pelo ataque contínuo e perseguição a servidores públicos federais – é criada para concentrar uma grande quantidade de serviços públicos digitalizados como acesso ao Sisu, INSS, alistamento militar, etc.; e vários aspectos da saúde das pessoas, como caderneta de vacinação, exames, medicamentos, etc., são agrupados no Conecte SUS, depois denominado Meu SUS Digital.

Em 2024 são 4.276 serviços digitais, 798 milhões de acessos desde 2019, como um pico em 2022 de 306 milhões, mais de 19 milhões de avaliações, sendo 54,08% positivas, e uma média de satisfação dos usuários de 4,41 numa escala entre 1 e 5.³

Burocracia estatal e seu desmonte

Com o intuito de compreender melhor a forma como essa ordem se espalhou globalmente, faz-se necessário retornar ao seu centro irradiador, qual seja, os Estados Unidos, e qual foi o processo que

3 Informações obtidas através da página <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/transformacao-digital/central-de-qualidade/painel-de-monitoramento-de-servicos-federais/#ancora-de-talhada>. Acesso em 19 jan.24

resultou na criação e difusão do governo eletrônico, a partir da constituição burocracia estatal estadunidense e seu desmonte, bem como seus efeitos sobre o funcionalismo público federal daquele país.

É necessário apontar que o crescimento das funções governamentais nos EUA estava relacionado às demandas sociais. Assim, o Departamento (ou Ministério) do Trabalho foi criado em 1913, juntamente com o Departamento de Comércio, a fim de contrapor ou balancear os interesses da classe trabalhadora. Há uma ampliação das ações governamentais durante a Segunda Guerra, e vinte anos após o *New Deal*, surge o Departamento de Saúde, Educação e Bem-Estar. Com as transformações urbanas ocorridas na sociedade surgem os Departamentos de Habitação e Desenvolvimento Urbano (1965) e Transportes (1966). Após o primeiro choque do petróleo em 1973, o Departamento de Energia é criado em 1977. Dadas as peculiaridades do governo estadunidense muitos dos novos órgãos criados eram agências regulatórias que visavam regular os diversos setores da atividade econômica (Dator, 2017).

Isso se traduziu numa mudança no corpo funcional que executava as atividades cada vez mais específicas nos departamentos. O que existia antes era a noção de um encargo destinado às elites em troca de uma lealdade política sem uma carreira profissional com pessoas bem treinadas para a execução das tarefas. É a partir do final do século XIX que a burocracia começa a ser estabelecida dentro de uma lógica de previsibilidade e racionalidade. Muito se deu por causa dos oficiais na Guerra da Secessão que haviam galgado patentes maiores sem comprovação de sua capacidade. É a partir daí que surge uma comissão que, dentre outras tarefas, propôs o uso de exames para entrar no serviço público federal. Houve avaliação das experiências prussianas, britânicas, francesas e chinesas que já tinham suas burocracias estatais implantadas (Dator, 2017). No entanto, desde 1949 já havia críticas ao tamanho da administração federal dos EUA e isso se concretiza de maneira mais efetiva nos anos 80, quando programas surgidos durante o *New Deal* são reduzidos e começa a subcontratação de atividades com empresas privadas (Pfiffner, 1998).

Porém há alguns precedentes ainda nos anos 70, período de crise do Estado do Bem Estar Social e choques do petróleo. Jimmy

Carter, presidente daquele país entre 1977 e 1981, já tinha denominado o governo federal de uma horrível bagunça burocrática e tinha prometido reduzir o número de agências. Ele promoveu uma reforma administrativa que priorizou a redução de obstáculos para demissão de funcionários com desempenho inadequado, citando os piores exemplos para justificar suas mudanças. Também introduziu pequenas reformas visando a flexibilidade em 1978 e uma técnica de planejamento e orçamento denominada de Orçamento Base Zero que tinha sido adotada em seu governo no estado da Geórgia entre 1971 e 1975. Outra técnica gerencial originada do setor privado, o Desenvolvimento Organizacional, também foi implantada na mesma época e se estendeu até a década de 80 (Dator, 2017) (Pfiffner, 1998).

A partir de 1979, com a ascensão de Ronald Reagan à presidência dos EUA, o governo passa a ser visto como um inimigo. Ele tinha a pretensão de enxugar o governo e reduzi-lo ao mesmo tamanho daquele existente no século XVIII. Embora não tenha conseguido levar a cabo seu intento, ficou famoso pelas ações de *down-sizing* e privatizações. Por outro lado, cresciam os gastos militares e déficit público do país, ao mesmo tempo que impostos para ricos e o quadro de servidores públicos civis eram reduzidos, com grande apoio popular. Cabe destacar que em 1988, um ano antes do término do seu segundo mandato, o governo Reagan impôs à toda a administração federal um programa de Qualidade Total visando a melhoria de processos. Ataques e reformas similares foram registrados no Reino Unido de Margaret Thatcher e no Canadá governado por Brian Mulroney, com aporte teórico dos pesquisadores da Teoria da Escolha Pública e agentes públicos ligados a questões orçamentárias que clamavam por um melhor uso das verbas públicas (Dator, 2017) (Kearney; Hays, 1998, Pfiffner, 1998).

Na mesma década de 80, mas do outro lado do Atlântico, no Reino Unido governado por Thatcher, começa a ser concebida uma nova teoria sobre a condução das questões governamentais denominada *New Public Management* (NPM) ou Nova Gestão Pública. Suas características principais podem ser resumidas em: 1) diminuição ou reversão do aumento dos gastos públicos, 2) foco na privatização ou quase privatização, com um afastamento gradual das instituições governamentais atrelado a uma política de subsídios

para os que fossem exercer tais serviços públicos privatizados, 3) desenvolvimento da automação, particularmente em tecnologia da informação, na produção e distribuição de serviços públicos e 4) desenvolvimento de uma agenda internacional, focada em questões gerais da Administração Pública, desenho de políticas públicas, processo decisório e cooperação intragovernamental em países com tradições consolidadas na área. Suas bases podem ser classificadas em dois grupos: 1) Correntes teóricas relacionadas à chamada nova economia institucional construídas após a Segunda Guerra, tais como Escolha Pública, Teoria dos Custos de Transação e Problema Principal-Agente (ou Dilema da Escolha). Esse arcabouço terminou por gerar uma série de ideias sobre reformas administrativas tomando como base questões como a contestabilidade, relacionada à Teoria da Contestabilidade ou Teoria do Mercado Disputado, escolha do usuário, partidário da Teoria da Escolha Racional e da Teoria da Escolha Social, e a ideia de transparência; 2) Sucessivas ondas de reformas administrativas que tomaram como base formas de gerencialismo já presentes no setor privado, e se baseavam no taylorismo ou a chamada Administração Científica. Tributário dessa corrente surge a ideia de um gerenciamento profissional da Administração Pública (Hood, 1991).

Na prática a NPM, ou Nova Gestão Pública pode ser concebida como um Neotaylorismo (Pollit, 1990 *apud* Hood, 1991). Ao longo dos anos as discussões sobre o tema e suas práticas se espalharam por países ligados à OCDE, associados a uma crença na neutralidade política das técnicas gerenciais bem como na ampla possibilidade de aplicações das mesmas, seja em setores tão diversos, como saúde, educação ou obras públicas, bem como países distintos entre si, com histórias e tradições completamente diferentes (Hood, 1991).

Nos Estados Unidos é o governo de Bill Clinton que introduz o gerencialismo na administração pública estadunidense, ao mesmo tempo que prossegue o enxugamento funcional e outra técnica advinda do meio empresarial começa a se tornar popular no setor público federal: a reengenharia. O presidente e seu vice Al Gore aumentaram o tom das críticas ao governo, alegando que os programas pareciam ser desenhados para não funcionar e que ele frequentemente era caro, lento, arrogante e pouco responsivo (Dator, 2017) (Pfiffner, 1998). Ambos colocaram em prática uma reforma

administrativa em 1993, denominada Reinventando o Governo, onde a equipe responsável pelo projeto fez recomendações para eliminação de cargos e outras tantas ações visando economizar US\$ 108 bilhões, o que incluía o corte de 252.000 funcionários. Em 1994 foi criado o Hammer Award (prêmio martelo) reservado a ações tidas como inovadoras que reorientassem a atuação dos órgãos públicos para os chamados clientes. No mesmo ano foram aprovadas legislações no Congresso que incluíam bônus para funcionários que se demitissem voluntariamente. Em 1995 novas recomendações foram feitas visando economizar US\$ 70 bi em cinco anos. Um ano após, com novos ajustes fiscais, foi feito novo esforço para a redução de custos do governo, ao mesmo tempo que a ideia de reinvenção do governo passou a ser incorporada nas operações cotidianas. Cinco anos (1998) após a implementação das reformas, a força de trabalho federal nos EUA tinha sido reduzida em 351.000 trabalhadores (Kamensy, 1999).

O movimento de reinvenção do governo pode ser visto como um dos mais perniciosos ataques ao serviço público profissional, pois embora a burocracia estatal seja o principal alvo de mudanças, a verdadeira vítima é o serviço público. Grande parte do poder que se atribui às organizações governamentais é exercida por funcionários públicos de carreira, que funcionam como o braço administrativo do estado e uma força para o desenvolvimento social e econômico. São também um componente que atesta a maturidade dos sistemas políticos e sociais de uma nação, muita embora abriguem diversas disfunções típicas dos sistemas burocráticos. No limite, as propostas de reinvenção do governo podem somente ser uma face dócil de esforços neoconservadores para tentar extirpar sindicatos de servidores, puni-los, e reduzir o estado. Há uma perda de posições, poder e influência desta categoria de trabalhadores, e uma contínua desmoralização do serviço público que pode desestimular as pessoas a permanecerem nele, rebaixando o nível geral da qualidade dos servidores e do serviço como um todo. Sindicatos de servidores públicos lutaram contra as iniciativas da reinvenção governamental em países da Europa, América do Norte e na Austrália, mas foram silenciados por ataques políticos e pela força ideológica das propostas do gerencialismo (Kearney; Hays, 1998).

Não só os servidores públicos são prejudicados. A desburocratização e a desregulação implicam numa ampliação dos interes-

ses empresariais nas políticas públicas, e a ênfase no controle de gastos favorece a centralização do controle, em especial através da área de finanças públicas. Tal aspecto parece desconsiderar fatores políticos e sua relação com o desperdício ou desvio de recursos. De igual modo, o esfacelamento dos serviços pode torná-lo no mínimo confuso de ser entendido pela população, e de difícil supervisão e controle, dada a quantidade de serviços terceirizados, criando um grande espaço para fraudes e abusos. Cadeias de autoridade e responsabilidade são embaralhadas e ao fim a reinvenção dos governos pode fomentar as mesmas disfunções que são atribuídas à burocracia. Há que se observar também, que no caso dos países periféricos tende-se a realocar o poder nas mãos de uma elite já dominante e a privatização pode fomentar uma nova forma de colonialismo (Kearney; Hays, 1998).

Desregulamentação e o nascimento do governo eletrônico nos EUA

Em paralelo a todo esse processo de desmonte do Estado, outras mudanças ocorrem. O governo Clinton também foi famoso pelas desregulamentações que promoveu em especial duas: a do mercado financeiro e das telecomunicações. Em 1933 na esteira crise de 1929 e durante o governo de Franklin D. Roosevelt, foi promulgada a lei Glass-Steagall que impunha limites a ação dos bancos para evitar que outra crise ocorresse e foi severamente atacada por anos a fio. Havia separação entre operações comerciais e de investimento dos bancos, regulação das sociedades de poupança e empréstimo, bolsa de valores, etc. 66 anos depois, em 1999, Clinton promulga a Lei Gramm-Leach-Bliley, aprovada pelo Congresso, e que rompe com todas os limites impostos pela lei anterior. Bancos começam a adquirir companhias de seguro, combinar operações comerciais e de investimento dando origem a vários megabancos (Sherman, 2009), o que aumentou o risco das instituições e pode estar associado a um crescimento desproporcional dos mercados de ações e derivativos e à crise financeira de 2008.

Já o mercado de telecomunicações fora regulado pelo Communications Act de 1934, também durante o governo de Roosevelt, para estabelecer parâmetros nas concessões de rádio, no sistema de telefonia e telégrafos no país. Em 1996 é promulgada o Telecom-

munications Act que inclui a internet entre os serviços regulados, mas também abre o mercado para que várias empresas possam oferecer serviços integrados de telefonia, internet e tv a cabo. A internet nascida como um experimento militar e de pesquisa estava agora aberta à exploração comercial, o que posteriormente dará origem aos grandes oligopólios como Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft.

Temos então um cenário montado para o nascimento do governo eletrônico: crise do Estado do Bem Estar Social que desagua no neoliberalismo e sua proposta de estado mínimo para as questões sociais; uma redução dos impostos sobre os mais ricos, que faz aumentar o déficit público e cujo ônus é atribuído às políticas sociais e ao funcionalismo público; uma liberação e desregulamentação de mercados, e neste caso em especial, do mercado financeiro e das telecomunicações, que amplia espaços de acumulação capitalista; um desmantelamento das ações estatais com redução de políticas públicas, terceirização de atividades e redução do quadro de servidores; e uma construção social que estabelece o privado como referência a tudo o que é positivo em contraponto à toda negatividade do que é público

Em 1993, já como um prelúdio da privatização da internet três anos depois, o vice-presidente estadunidense Al Gore anuncia a Sociedade da Informação não só como uma forma de renovação da sociedade como um todo, mas também como uma peça central para incrementar a performance do setor público. O movimento se espalha pela América do Norte, seguido pela Ásia e depois Europa (Lenk; Traunmüller, 2002). É nesse contexto que o governo eletrônico é gestado. A ideia é “*Government will be transformed like ‘amazon.com’ transformed bookselling*” (o governo será transformado com a ‘amazon.com’ transformou a venda de livros) (Kamesnsy, 2009), permitindo aos cidadãos daquele país resolverem seus problemas sozinhos através da internet. Porém a inspiração do setor privado não se resume somente à empresa oligopolista da internet. O próprio termo *e-government* (governo eletrônico) foi cunhado a partir do exemplo do *e-commerce* (comércio eletrônico). Já havia um processo de informatização do setor público, em especial nos países industrializados, sendo, todavia, um movimento interno sem maiores repercussões na esfera pública. O próprio movimento NPM

considerava as ferramentas de TI como auxiliares na produção de estatísticas e na gestão financeira (Lenk; Traunmüller, 2002). O que se depreende é que a grande novidade tecnológica é a continuação de um processo de reforma administrativa que vinha sendo implementada a mais de uma década.

In addition to a broad range of New Public Management practices, such as decentralization, privatization, and performance management, e-government has rapidly diffused as an important managerial reform over the past 15 years. (Lee; Chang; Berry, 2011, p.444)⁴

No entanto, se a própria base teórica do gerencialismo no poder público colocava as TICs em papel secundário, por que elas são alçadas à posição principal? Um dos argumentos para ganhar apoio para a redução de quadros do governo federal, foi a de que investimentos em TI e o redesenho de processos de trabalho tornaria supérflua uma quantidade enorme de trabalhadores de nível médio, ao mesmo tempo que cooperaria na redução do déficit público (Pfiffner, 1998). Constrói-se então o álibi perfeito para prosseguir no ataque aos servidores públicos civis, sem uma redução global na oferta de serviços, que seriam operados ou acionados pelos próprios usuários, ao mesmo tempo que recursos públicos eram canalizados para a ciranda financeira.

As reformas do Estado

O que une os vários elementos de reforma administrativa em distintas plagas mundo afora é o ataque aos funcionários públicos civis. O espectro varia desde o estabelecimento de metas de desempenho até a facilitar a demissão. Outros aspectos referem-se às mudanças nas normas regulatórias visando desburocratizar os serviços. A privatização também é um elemento comum, com nomenclaturas diferentes de acordo com o país, sendo a terceirização de atividades uma das formas encontradas, além de uma mudança profunda

⁴ Além de uma ampla gama de práticas da Nova Gestão Pública, como descentralização, privatização e gerenciamento de desempenho, o governo eletrônico foi rapidamente difundido como uma importante reforma gerencial nos últimos 15 anos. (tradução livre)

em entes públicos que devem passar a exercer suas atividades de acordo com regras de mercado. Isso inclui cortes de subsídios para que elas sobrevivam apenas da receita dos seus serviços. Se não há formas dele ser executado sem subsídios, a alternativa mais comum é a terceirização com empresas privadas ou entes não governamentais sem objetivo aparente de lucro. Com isso, o gerencialismo passa a ser o *modus operandi* da gestão pública em dezenas de países, com práticas comuns disseminadas globalmente como: avaliação de desempenho, remuneração variável por mérito, incentivos de produtividade e um maior poder de fiscalização dos superiores sob seus subordinados. Não se vê uma tendência de arrefecimento do gerencialismo na administração pública, visto que promessas de governos menos dispendiosos, enxutos, com burocracias menos invasivas e mais eficientes e melhores serviços de atendimento são muito atraentes para qualquer governante de plantão. Por outro lado, um dos princípios do gerencialismo é a responsabilização e autonomia dos mesmos trabalhadores que são vistos como culpados pelas deficiências da ação governamental. O que se objetiva é transformar ciosos burocratas em empreendedores que assumem riscos e se responsabilizam por resultados a exemplo do que já ocorre no setor privado (Kearney; Hays, 1998).

Em paralelo à sua privatização e expansão, gradativamente foi se constituindo um gigantesco oligopólio na internet onipresente em quase todos os dispositivos de acesso a ela, Google (agora Alphabet), Amazon, Facebook (agora Meta), Apple e Microsoft, denominado pelo acrônimo GAFAM. Todas são regidas por uma lógica de vigilância contínua a fim de extrair dados comportamentais dos usuários que depois serão vendidos a interessados, principalmente empresas querendo direcionar campanhas de seus produtos, mas também outros envolvidos.

É nesse controverso espaço virtual que está inserido o governo eletrônico. Dados sensíveis de populações inteiras estão armazenados em bancos de dados de localização indefinida, quase sempre acobertadas pelo eufemismo ‘na nuvem’, sem que saibamos até que ponto estão seguros ou sendo compartilhados por interesses diversos para o bem ou para o mal.

Como já mencionado anteriormente, a internet não foi constituída tendo em vista o processo democrático. De instrumento militar

e de pesquisa ela se transformou numa máquina comercial de poderio gigantesco. Atraindo continuamente a atenção dos usuários ela se torna um misto de lazer, vigilância e trabalho, que redefine formas de socialização, e relações espaciais e temporais. As aplicações relativas ao governo eletrônico se perdem no cipoal difuso e desordenado de opções disponíveis. Em paralelo, a redução do quadro de servidores contribui para que o governo eletrônico se estabeleça como o principal, senão o único, meio disponível para o acesso a serviços públicos.

A exemplo da informatização dos bancos a partir dos anos 90, o povo é incumbido de acessar os serviços públicos a partir de dispositivos próprios, com tarifas de energia e internet bancadas pelo próprio bolso, e responsabilização em caso de erro, perda ou roubo de informações. Ou seja, cabe a ele adquirir os equipamentos, às vezes fornecer dados financeiros, se responsabilizar pelo serviço, convencido das comodidades da tecnologia, e executar o trabalho que antes era feito por um servidor público. Caso algo dê errado, um robô atendente estará pronto a tirar todas as dúvidas pelo chat, mensagem de Whatsapp ou número telefônico. E se isso tudo não der certo alguém tentará resolver os problemas, provavelmente a partir de uma central de atendimento terceirizada. Por se tratar de questões singulares, como por exemplo, aposentadorias ou ingresso em universidades públicas, o volume de pessoas acessando as páginas ou aplicativos pode sobrecarregar os sistemas, deixando as pessoas sem as informações necessárias, o que torna a propalada sociedade da informação em outra grande falácia.

Gerencialismo e governo digital no Brasil

O período de desregulamentação, privatização da internet e estabelecimento do governo eletrônico nos Estados Unidos, ocorre primordialmente a partir do governo de Bill Clinton entre 1993 e 2007. Ele é contemporâneo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) no Brasil, que governou entre 1995 e 2003 e há várias similitudes entre seus governos. A internet que chegara ao Brasil em 1991 através de uma conexão com a FAPESP passa a ter um caráter comercial em 1994, quando a presidência era ocupada por Itamar Franco, de

quem FHC era o ministro-estrela na Fazenda por causa do Plano Real. Também ficou notório pelo processo de desmonte da estrutura estatal brasileira, seja pelas privatizações, seja pela introdução da reforma gerencial apresentadas no Plano Diretor de Reforma do Estado, através do seu então ministro Luis Carlos Bresser-Pereira.

É a partir dos anos 1990 que se pode compreender o processo de transformação do Estado brasileiro e de um novo padrão de desenvolvimento, com o esgotamento do modelo de substituição de importações. No Brasil e na maior parte da América Latina, submetido à agenda neoliberal, se adotou a concepção que sustentou as reformas do Estado, qual seja a defesa de que a “crise brasileira” era uma “crise do Estado”, que teria se desviado de funções básicas ampliando presença no setor produtivo, acarretando o agravamento da crise fiscal e da inflação e, portanto, era ele que deveria ser “revolucionado”.

Para o Ministério da Administração Federal da Reforma do Estado, criado por Fernando Henrique Cardoso, em 1995, o Estado precisaria ser reconstruído e a Reforma deveria solucionar quatro grandes problemas: a redefinição do seu papel como regulador, isto é o grau de intervenção no mercado; a recuperação da “governança”, ou seja, a capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões do governo, ou a solução da crise fiscal; o aumento da governabilidade, garantindo legitimidade para governar e a delimitação do tamanho e das funções do Estado, através das privatizações, da “publicização” e da terceirização.

A aprovação da Emenda Constitucional nº19, em 1998, estabeleceu as bases da reforma, aprovando as linhas fundamentais do Plano Diretor, que propunha um modelo de administração pública gerencial e de resultados. Segundo Amorim (2009) oitenta preceitos da Constituição foram alterados e introduzidos sete novos artigos. Para o autor, a reforma administrativa, no interior da reforma do aparelho do Estado, foi a mais radical, baseada na experiência da administração gerencial da iniciativa privada.

Após mais de duas décadas desde essa Reforma do Estado no país, não houve nenhuma “contrarreforma” no sentido de romper com essa diretriz neoliberal, e todas as principais transformações se desenvolveram e se consolidaram, causando um processo de preca-

rização do trabalho dos servidores públicos e, consequentemente, dos serviços públicos prestados à sociedade. A terceirização cresceu sem controle, o uso de Organizações Sociais (OSs), especialmente na área de saúde, avançou enormemente sem a devida fiscalização por parte do poder público, os contratos temporários e CLT cresceram mais do que os estatutários nos municípios e estados, que congregam a maioria dos servidores públicos do país.

Mais recentemente, em plena pandemia do coronavírus, no dia 3 de setembro de 2020, o governo Bolsonaro encaminhou ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional – PEC 32, chamada de “Reforma Administrativa”. Trata-se de uma verdadeira “reforma trabalhista” dos servidores públicos, pois ambas têm a mesma motivação: reduzir o custo da força de trabalho; têm os mesmos objetivos ou resultados: a subtração de direitos; estão subsumidas à mesma lógica de uma mercantilização radical do trabalho e dos bens públicos sob o domínio de um fundamentalismo neoliberal que não tem limites morais nem materiais para impor as regras do mercado e dos interesses privados; e ambas legalizam a precarização do trabalho (Extraído el dato a los fines de evaluación, 2021)

A resposta a essa proposta foi um movimento nas redes e nas ruas, de sindicatos de servidores públicos, movimentos sociais, frentes parlamentares em defesa do serviço público e contra a proposta de reforma administrativa. Uma mobilização que conseguiu adiar a votação da Proposta de Emenda Constitucional. E, com a mudança de conjuntura criada pelas eleições de 2022, apesar de várias tentativas no Congresso Nacional, até o momento não voltou a ser pautada e discutida, embora a todo momento o atual presidente da Câmara de Deputados ameace em colocar em pauta.

Entretanto, outras proposições do governo Bolsonaro, na forma de decretos-leis, portarias, instruções normativas, dentre outros instrumentos, foram sendo definidas, aprovadas e implementadas; todas elas subordinadas aos mesmos princípios tanto da reforma de 1998 como da PEC-32.

De maneira semelhante ao que aconteceu nos EUA, no contexto de reformas administrativas, entra em cena a figura do governo eletrônico. Em 29 de março de 2021, foi aprovada a Lei 14.129, proposta pelo governo Bolsonaro, que estabelece os princípios, regras e

instrumentos do “Governo Digital”, a ser aplicada aos órgãos da administração pública direta federal, abrangendo os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União, e o Ministério Público da União e às entidades da administração pública indireta federal, incluídas as empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, que prestem serviço público; autarquias e fundações públicas. (Lei 14.129/2021)

De acordo com um dos princípios da Lei: *a desburocratização, a modernização, o fortalecimento e a simplificação da relação do poder público com a sociedade, mediante serviços digitais, acessíveis inclusive por dispositivos móveis* (Lei 14.129/2021), o “Governo Digital” prevê a instalação de uma plataforma única de acesso às informações e aos serviços públicos. Todo o “espírito da lei” está na afirmação da radical transformação dos processos de trabalho através da sua digitalização, por meio de aplicativos, alguns dos quais já em funcionamento no país, como é o caso do “Meu INSS”; “Sougov.br”, dentre outros.

Em debate na audiência pública sobre Governo Digital da Comissão Senado do Futuro, apesar de afirmar sobre a irreversibilidade no uso de tecnologias de informação pelo poder público, com o intuito de facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos, reconhece que existe uma grande limitação dada pelo expressivo número de pessoas que não tem acesso à Internet no país. Segundo dados do IBGE, em 2019 eram quase 40 milhões de pessoas, ou seja, 21,7% da população com idade acima de dez anos. Uma condição que coloca em questão a própria efetividade democrática do Governo Digital. (Agência Senado, 2021)

A principal justificativa da digitalização crescente no serviço público está na substituição da força de trabalho viva constituída por servidores públicos por plataformas eletrônicas gerenciadas por algoritmos, consideradas eficientes e infalíveis, capazes de gerar redução de custos com pessoal e maior produtividade. Em estudo realizado por Adamczyk (2020), sobre os impactos da automação no executivo federal, são apresentadas “[...] as ocupações em que tecnologias de automação podem ser introduzidas para aumento de produtividade e redução de custos no serviço público (p. 2). E propõem a construção de algoritmos preditivos da propensão à

automação das ocupações do Poder Executivo Federal no Brasil, possibilitando a análise do impacto quantitativo da automação por órgãos do funcionalismo público (p. 2).

Neste mesmo estudo, realizado na Escola Nacional de Administração Pública, é noticiado com destaque em sua página, que *Automação pode suprir aposentadoria de 54 mil servidores*. Isto porque se calcula que o déficit de servidores pode chegar a 232 mil profissionais em 2030, se não houver adoção de medidas – como automação, realocação ou requalificação de profissionais. A pesquisa informa também que em 2020, 27% dos cargos vagos por aposentadoria são de funções que devem ser extintas e podem ser substituídas por serviços automatizados.

O processo de digitalização do Estado tem graves implicações para os servidores públicos. A transformação de processos físicos em eletrônicos, o uso de aplicativos, de algoritmos para dimensionamento de pessoal são desdobramentos que atendem ao propósito governamental de enxugamento da máquina do Estado e de redução de custos. O trabalho remoto dos servidores públicos federais durante a pandemia da covid-19 gerou a economia de R\$ 1,419 bilhão, segundo a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia. (Agência Brasil/EBC, 2021)

O teletrabalho até a pandemia, era usado muito pontualmente, em alguns serviços, como o caso da Justiça. Após a crise sanitária que obrigou o isolamento social, se deu a generalização do seu uso. E, no período pós-pandemia, foi propagado um discurso, especialmente do governo federal, sobre os benefícios do teletrabalho, reforçando a proposição de digitalização do serviço público aliada ao gerencialismo.

Em 17 de maio de 2022, o governo Bolsonaro estabeleceu o Decreto-Lei 11.072, que dispõe sobre o Programa de Gestão e Desempenho - PGD da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. *O PGD é instrumento de gestão que disciplina o desenvolvimento e a mensuração das atividades realizadas pelos seus participantes, com foco na entrega por resultados e na qualidade dos serviços prestados à sociedade.* (Decreto-Lei 11.072- 2022). Um dos principais conteúdos do PGD é a regulação do teletrabalho, a ser implementado de forma regular no serviço público federal.

No estabelecimento da instauração e manutenção do PGD, no artigo 4º, define a previsão sobre: o *eventual nível de produtividade adicional exigido para o teletrabalho*. E no artigo 9º estabelece as “regras para o teletrabalho”, dentre as quais, merece destacar:

I - dependerá de acordo mútuo entre o agente público e a administração, registrado no termo de ciência e responsabilidade; III - ficará condicionado à compatibilidade com as atividades a serem desenvolvidas pelo agente público e à ausência de prejuízo para a administração; IV - terá a estrutura necessária, física e tecnológica, providenciada e custeada pelo agente público; e V - exigirá que o agente público permaneça disponível para contato, no período definido pela chefia imediata e observado o horário de funcionamento do órgão ou da entidade, por todos os meios de comunicação; (...)§ 6º Para fins do disposto no inciso V do caput, o agente público deverá informar e manter atualizado número de telefone, fixo ou móvel, de livre divulgação tanto dentro do órgão ou da entidade quanto para o público externo que necessitar contatá-lo; § 7º A opção pelo teletrabalho não poderá implicar aumento de despesa para a administração pública federal.

Tais regras deixam explícita que a lógica para o teletrabalho no serviço público é a mesma da iniciativa privada: aumento de produtividade, maior controle sobre o trabalho e redução de custos para a instituição, já que é o servidor público que deve arcar com todas as despesas de instalação e manutenção de equipamentos, além de permanecer disponível e disponibilizar o seu telefone interna e externamente de “livre divulgação”. Embora defina que o teletrabalho deva ser implementado a partir de acordo mútuo entre o servidor e a instituição, não há qualquer menção às condições de trabalho e às formas de regulação sobre jornada, saúde, acidentes, etc. Ou seja, define “obrigações”, mas sem “direitos”. Neste campo, estabelece o que o servidor não receberá: adicional noturno, adicionais ocupacionais de insalubridade, periculosidade ou irradiação ionizante, dentre outros.

No apagar das luzes do governo Bolsonaro, em dezembro de 2022, foi emitida a Instrução Normativa SGP-SEGES/SEDGG/ME Nº 89, de 13 de dezembro de 2022, estabelecendo as orientações mais detalhadas relativas à implementação e execução de Programa de Gestão e Desempenho – PGD, no interior do qual, são reafirmadas as regras do teletrabalho.

Com a posse do novo governo federal e a criação do Ministério da Gestão e da Inovação, a IN 89 foi revogada e uma nova Instrução Normativa de 24 de julho de 2023 foi publicada, estabelecendo orientações relativas à implementação e execução do Programa de Gestão e Desempenho – PGD, com base no Decreto-lei 11.072, de 17 de maio de 2022, do governo Bolsonaro, que permanece em vigor.

Essa Instrução Normativa nº 24, embora altere alguns termos utilizados na IN 89, como “clientes-usuários”, “desempenho individual”, “redução de despesas administrativas”; todo o conteúdo do que é central para implementar o PGD e o Teletrabalho, é o mesmo, submetido a uma perspectiva gerencialista na gestão pública, onde a redução de custos, a produtividade, as metas (a entrega de resultados), são os princípios e objetivos fundamentais. E no que se refere ao teletrabalho, nenhuma alteração significativa em sua aplicação, mantendo, por exemplo, que não pode haver nenhum aumento das despesas da administração federal e o custo/manutenção de equipamentos para o uso do teletrabalho será de responsabilidade do servidor que aderir.

Considerações Finais

O capitalismo contemporâneo, dominado pelo rentismo, funciona com base em um alto volume de dados e informações de curtíssimo prazo, para alimentar a sua volatilidade, onde a aceleração do tempo é condição *sine qua non* para o seu sucesso. Tal lógica empresarial contamina todos os campos da produção, do trabalho e dos modos de vida. O “curto prazo”, o “aqui e agora” se tornam práticas sociais e subordinam os trabalhadores a uma condição precária de trabalho e de vida. A insegurança, a provisoriedade, a flexibilidade regem os processos de trabalho, sua organização e as formas de contrato. Nesta medida, se impõem o trabalho fragmentado, sem direitos, individualizado, intensificado, e dominado pela ideologia do empreendedorismo, negando a condição de trabalhador, transformando-os em “empresários de si mesmos” e, portanto, com responsabilização individual sobre o seu sucesso ou fracasso. É a racionalidade neoliberal e a financeirização que buscam destruir o trabalho como espaço coletivo e emancipador.

O Estado neoliberal subsumido à políticas fiscalistas da chamada “austeridade fiscal” se reconfigura enquanto corpo administrativo numa perspectiva gerencial nos moldes da empresa privada, expressão da tendência do neoliberalismo de mercantilizar tudo, transformando os bens públicos em bens privados e buscando anular a existência de um conjunto de trabalhadores, cujo trabalho não é produzir mercadorias, mas bens coletivos socialmente necessários, cuja ética é incompatível com o estado gerencial/empresarial, submetido à uberização do trabalho.

A experiência internacional, descrita anteriormente a partir dos EUA, com a reforma do Estado e a constituição do “governo eletrônico”, se reproduz também no Brasil a partir dos anos 1990 e continua a até os dias atuais com o uso de aplicativos, teletrabalho, governo digital, programas de gestão e avaliação de desempenho, reforçando todos os valores e instrumentos de gestão e organização do trabalho subordinados à lógica neoliberal.

É preciso compreender que há uma diferença fundamental entre trabalhadores da iniciativa privada que estão subordinados a um “mercado de trabalho”, sob a lógica da acumulação, e os trabalhadores do serviço público que não estão submetidos a essa lógica da concorrência. E, por isso não podem ser comparados, nem iguais, porque têm uma natureza diferente e à medida que produzem bens coletivos socialmente necessários. Em certa medida, os serviços públicos representam o “anti-valor” (Oliveira, 1998), e representam uma contra tendência ao capitalismo neoliberal. É essa condição que lhe dota de poder e meios para resistir na luta contra a precarização do seu trabalho propiciada pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

Referências

ADAMCZYK, W. B. **Relatório de Pesquisa nº 2 - Impacto da Automação no Executivo Federal no Brasil - Projeto Básico** 284/2019/CGDAD/DPP/ENAP, 2020. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6313/2/Relat%C3%B3rio%20%20-%20Vers%C3%A3o%20Final.pdf>. Acesso 6/07/2021.

AGÊNCIA BRASIL. **Trabalho remoto gerou economia de R\$ 1,4 bi no Executivo federal**. 3/08/2021. Disponível em: (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-08/trabalho-remoto-gerou-economia-de-r-14-bi-no-executivo-federal>). Acesso 28/08/2021.

AGÊNCIA SENADO. **Governo Digital esbarra em acesso à internet, alertam debatedores em comissão**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/14/governo-digital-esbarra-emacesso-a-internet-alertam-debatedores-em-comissao>, acesso em 16/08/2021.

AMORIM, H. **Terceirização no serviço público: uma análise à luz da nova hermenêutica constitucional**. São Paulo: LTr., 2009.

BRASIL. **Lei 14.129/2021 de 29 de Março de 2021**, Publicado em: 30/03/2021 no Diário Oficial da União, pag. 3.

BRASIL. **Instrução Normativa SGP-SEGES/SEDGG/ME N° 89**, de 13 de dezembro de 2022

BRASIL. **Decreto-Lei 11.072, de 17 de maio de 2022**, Publicado em: 18/05/2022, Ed. 93, Seção 1, pag 5, Diário Oficial da União.

BRASIL. **Instrução Normativa Conjunta SEGES-SGPRT/MGI nº 24**, de 28 de 28 de julho de 2023, Publicado em: 31/07/2023 Diário Oficial da União, Edição: 144, Seção: 1, Página: 57.

DATOR, J. Administrative Reform in the United States: From Laissez-Faire to Empire, in: DATOR, J., PRATT, R.C., SEO, Y. (Eds.), **Fairness, Globalization, and Public Institutions**. University of Hawaii Press, pp. 113–134, 2017.

DRUCK, G. A Terceirização no Serviço Público Brasileiro: Instrumento de Privatização do Estado. In: MARQUES R.; CARDOSO JR, J. C. (Org.). **Rumo ao Estado Necessário: Críticas à proposta de governo para a reforma administrativa e alternativas para um Brasil republicano, democrático e desenvolvido**. Fonacate, Brasília, v. 1, pp. 181-199, 2021.

HOOD, C. **A public management for all seasons?** Public Administration 69, 3–19, 1991.

KAMENSKY, J. **National Partnership for Reinventing Govern-**

ment (formerly the National Performance Review: A Brief History. National Partnership for Reinventing Government, [S.I.]. 1999. Disponível em: <https://govinfo.library.unt.edu/npr/whoweare/history2.html>. Acesso em 06 jan.2024

KEARNEY, R.C., HAYS, S.W., 1998. Reinventing Government, The New Public Management and Civil Service Systems in International Perspective: The Danger of Throwing the Baby Out with the Bathwater. **Review of Public Personnel Administration** 18, 38–54. 1998.

LEE, C., CHANG, K., BERRY, F.S. Testing the Development and Diffusion of E-Government and E-Democracy: A Global Perspective. **Public Administration Review** 71, 444–454, 2011.

OLIVEIRA, F. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita.** Petrópolis, Vozes, 1998.

PIFFNER, J.P. The American Tradition of Administrative Reform, in: Cho, Y., Fredericksen, H.George (Eds.), **The White House and the Blue House: Government Reform in the United States and Korea**; Presented at the Joint Symposium on Government Reform in United States and Korea, University Press of America, Lanham, 1998.

SHERMAN, M. **A Short History of Financial Deregulation in the United States.** Center for Economic and Policy Research [S.I], 2009.

ANÁLISE DO SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO DOS (AS) DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA

Mauricio Farias Couto¹

Introdução

A necessidade de pertencimento foi primeiramente cunhada por Baumeister e Leary (1995), sendo definida como uma motivação que seres humanos têm para procurar e manter laços sociais profundos, positivos e recompensadores. A autora se refere não só à necessidade de estar inserido em um grupo, mas à qualidade dos laços estabelecidos com outros indivíduos e o sentimento de aceitação. Maslow (1968) classificou o sentimento de pertencer como uma das necessidades humanas. Na sua teoria da hierarquia das necessidades, o sentimento de pertença está em terceiro lugar de prioridades, atrás de questões como fome e segurança.

Pertencer constitui dividir características, vivências e experiências com outros membros das comunidades de pertencimento (Silva, 2018). A ideia de pertencimento institui uma identidade no indivíduo que o fará refletir mais sobre a vida e o ambiente, desencadeando uma postura crítica e reflexiva dentro do local de trabalho (Lestinge, 2004).

As relações de identidade e pertencimento estão intrínsecas ligadas ao processo de apropriação e territorialização do espaço. Isto ocorre quando os indivíduos desenvolvem valores associado aos seus sentimentos, à sua identidade cultural e simbólica. Dessa forma, a necessidade de pertencer se revela uma motivação humana

¹ Professor da Universidade Federal do Sul da Bahia. Doutor em Genética e Melhoramento de Plantas pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Mestre em estatística Aplicada e Biometria pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Graduado em Engenharia Agrônoma pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

fundamental e um direito universal. (Baumeister; Leary, 1995; Raffestin, 1993, Tavares, 2014).

Nas formação e afirmação de identidades e, consequentemente, do sentimento de pertença, o território é uma das variáveis mais importante. O espaço físico em que se vive/trabalha funciona como um elo comum, facilitando a identificação entre as pessoas, isto permite que seus membros se sintam plenamente pertencentes ao grupo (Jorge, 2010).

O sentimento de pertencimento nas organizações vem sendo trabalhado e buscado. Para que um indivíduo se sinta pertencente a uma organização, é necessário que ele tenha uma Identificação Organizacional (Vargas *et al*, 2024). Segundo Ashforth e Mael (1989) a Identificação Organizacional é uma forma específica de identificação social, já que cria a percepção de unidade e pertencimento à organização. Entretanto, segundo Maturana e Rezepka (2003) diferentemente do local, a identidade não é uma variável fixa, mas um modo relacional de viver, que se conserva no conviver. Uma identidade sistêmica quando modifica a dinâmica do sistema, a “identidade” ou o “ser” estará também sujeito a uma alteração.

O sentimento de não pertencimento pode levar a resultados negativos no mundo do trabalho. Em experimentos conduzidos por Twenge *et al.*, (2007) apontaram que os participantes que experimentaram rejeição perceberam a vida como sem sentido. Além disso, esses participantes também demonstraram letargia e uma sensação alterada de tempo. A Psicologia Social Crítica reconhece como condição básica de todos os sujeitos a sua inclusão em um grupo, a sua valorização, os desejos e os sentimentos que cada um traz ao ficar impossibilitado de participação na sociedade, aos quais Sawaia (2010) denomina de sofrimento ético-político.

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é avaliar o sentimento de pertencimento dos (as) docentes da Universidade Federal do Sul da Bahia

Caracterização da Instituição

De acordo com a carta de fundação (2013) a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) foi criada em 5 de junho de 2013.

A Presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei 12.818/2013, criando a UFSB. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024, a estrutura física da UFSB está distribuída nas regiões Sul e Extremo Sul da Bahia, em uma extensão que compreende 63 municípios, ocupando uma área de 40.384 km² e população de 1.898.118 habitantes, segundo o Censo de 2022.

A UFSB possui Sede (Reitoria) no município de Itabuna, com unidades acadêmicas nos municípios de Ilhéus (Campus Jorge Amado), Porto Seguro (Campus Sosígenes Costa) e Teixeira de Freitas (Campus Paulo Freire). O relatório de gestão (2023) da instituição explicita, que a mesma possui 47 cursos de graduação (21 de primeiro ciclo e 26 de segundo ciclo) e 13 programas de pós-graduação (3 especializações, 8 mestrados e 2 doutorados). A universidade possui 360 docentes, 114 Técnicos administrativos em educação e 68 terceirizados, atendendo a um total de 5564 discentes.

Caminhos metodológicos

A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, por meio de entrevistas com questões estruturadas confeccionadas no google forms. Sob o título de pertencimento docente, o questionário versava sobre caracterização pessoal e profissional dos (as) docentes, aspectos gerais do ambiente de trabalho, integração e reconhecimento, relacionamento interpessoal, recursos e suporte. O questionário foi enviado aos (as) docentes via uma lista e-mails institucionais.

Resultados e Discussão

O link para acesso ao questionário foi enviado por e-mail e houve 46 respondentes, o que corresponde a aproximadamente 13% dos docentes. O questionário foi dividido em seções, sendo a primeira intitulada de caracterização pessoal e profissional. Os dados obtidos revelaram que as idades dos (as) docentes variam de 34 até 69 anos, sendo que 61% dos respondentes encontram-se entre 34 e 49 anos (Tabela 1). Em relação a identificação de gênero, 53,7% identificaram-se com o gênero feminino, quanto 45,7% se identificam com o gênero masculino (Figura 1)

Tabela 1. Distribuição de frequências das idades dos (as) docentes da Universidade Federal do Sul da Bahia

Idades	Fi	Fr (%)
34 39	10	22%
39 44	08	17%
44 49	10	22%
49 54	07	15%
54 59	05	11%
59 64	03	6%
64 69	03	6%
Total	46	≈ 100%

Em relação a titulação acadêmica dos respondentes, 97,8% possui título de doutor e 2,2% título de mestrado (Figura 2). Em relação a distribuição dos (as) docentes por campi, 47,8% estão lotados no Campus Jorge Amado no município de Ilhéus, 32,6% no campus Sosígenes Costa no município de Porto Seguro e 19,6% no campus Paulo Freire no município de Teixeira de Freitas.

Figura 1. Declaração pessoal sobre identidade de gênero.

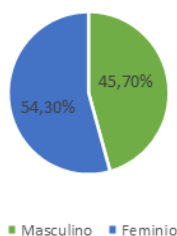
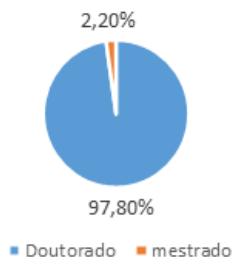
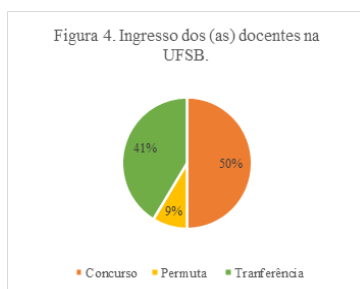


Figura 2. Titulação acadêmica

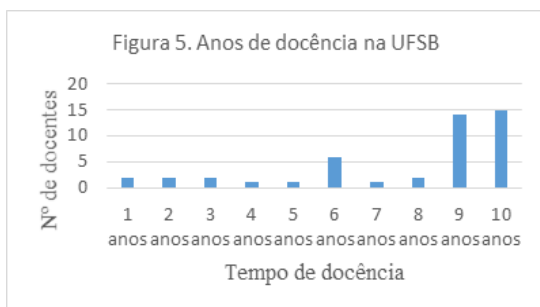


Os (as) professores (as) relataram que em 50% dos casos, o ingresso na instituição se deu através de concurso público, 41,3% transferência por seção de código de vagas e 8,7% se deu por permuta (Figura 4).

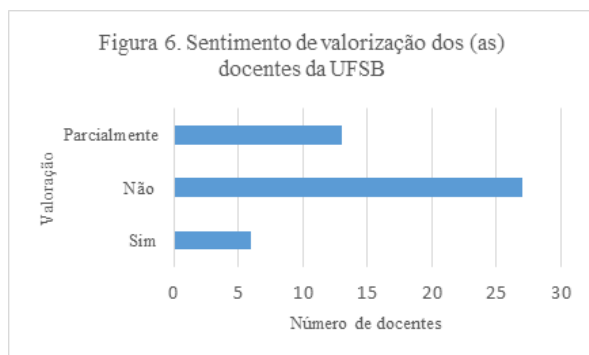


O tempo de atuação como docente dos respondentes variaram de 1 a 10 anos, o tempo máximo coaduna com a criação da UFSB, apesar da mesma, ter sido criada em 2013, só entrou em efetivo exercício em 2014. O maior percentual de docentes, aproximadamente 82,61% tem de 6 a 10 anos de tempo de serviço (Figura 5).

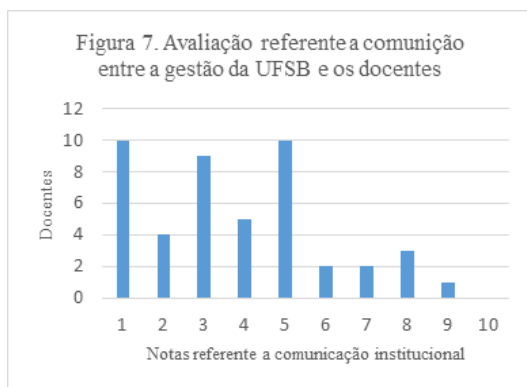
Na seção aspectos gerais do ambiente de trabalho, foi perguntado aos professores (as), como eles descreveriam o ambiente de trabalho dando notas de 1 a 10. Em 71,6% das respostas os docentes deram notas que variaram de 1 a 6, 28,3% deram notas entre 7 e 8, e nenhum docente atribui nota 9 ou 10 para a questão.



Essas notas parecem entrar em concordância com a pergunta seguinte: Você sente que a instituição valoriza seu trabalho? 58,7% responderam que não, 28,3% parcialmente e apenas 13% dos docentes relataram se sentir valorados (Figura 6). Um estudo desenvolvido por Araújo *et al*, (2017) apontou que 52,1% dos professores apresentaram síndrome de Burnout, com maior incidência entre aqueles (as) que se sentiram desvalorizados. A falta de reconhecimento profissional foi indicada como um dos fatores primários que afetam a saúde mental dos professores, resultando em stress crônico, ansiedade e exaustão (Lima *et al*. 2023).



Em relação a comunicação da administração para com os professores (as), essa interlocução recebeu notas de 1 a 9, o que chama atenção é que 50% dos docentes deram notas que variaram de 1 a 3, 34,8% deram notas de 3 a 6 e apenas 14,8% deram notas de 7 a 9, sendo que nenhum docente avaliou a interlocução com a administração da UFSB com nota 10.



Uma interlocução deficiente entre a gestão da instituição e os (as) docentes pode criar um impacto negativo no senso de pertencimento e na saúde dos trabalhadores (as). A má comunicação interna leva a um ambiente de trabalho insatisfatório, diminuição da produtividade e redução da satisfação dos funcionários (Nogueira; Codato, 2019). Segundo Correa e Soares (2020) uma comunicação eficiente contribui para a motivação da equipe, melhora da produtividade e aumento da confiança dos funcionários. Estudos têm demonstrado que a comunicação é fundamental para a produtividade de uma empresa, pois abrange todas as etapas dos processos e relacionamentos

interpessoais, criando um ambiente de trabalho favorável quando executada corretamente (Chaves *et al.*, 2021). Além disso, a comunicação eficaz entre líderes e subordinados é essencial para alcançar melhorias organizacionais e aprofundar o entendimento dentro da estrutura da empresa (Campelo; Ferreira, 2024).

Na seção referente a integração e reconhecimento, foi solicitado que os professores e professoras respondessem se eles e elas, se sentiam incluídos na tomada de decisões que afetam o laboro docente. O percentual de 67,4% dos (as) docentes avaliaram não participar dos processos decisório que afetam o seu trabalho, 15,2% avaliou que se sentem incluídos nos processos decisórios e 17,4% responderam que se sentem incluídos parcialmente nas tomadas de decisão. Na sequência foi solicitado que os professores e professoras apreciassem se há valorização das conquistas acadêmicas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, os respondentes apontaram que 58,7% não se sentem valorizados, 28,3% sentem-se valorizados parcialmente e apenas 13% sentem-se totalmente valorizados em decorrência das suas conquistas profissionais (Quadro 1).

Quadro 1. Avaliação docentes em relação a se sentirem incluídos nas decisões que afetam o trabalho docente, bem como a valorização das suas conquistas acadêmicas no ensino, pesquisa e extensão

	I.T.D ⁽¹⁾	VCA ⁽²⁾
Sim	15,20%	13%
Não	67,40%	58,70%
Parcialmente	17,40%	28,30%

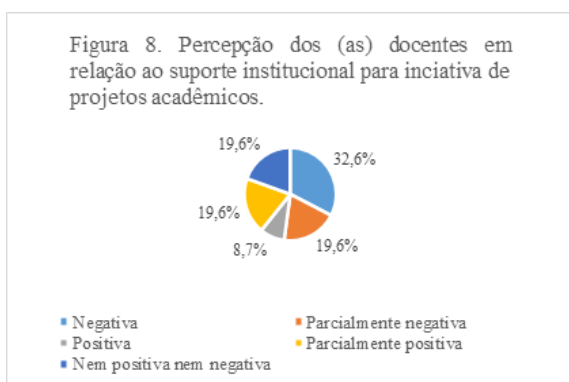
⁽¹⁾ Inclusão na tomada de decisão;

⁽²⁾ Valorização das conquistas acadêmicas.

A falta de reconhecimento e inclusão nos processos de tomada de decisão pode afetar a identidade e o bem-estar dos trabalhadores (Coutinho; Cirino, 2019; Saint-Jean, 2003). Pimenta e al. (2018) em seu artigo repensando a gestão e a organização do trabalho: perspectivas de intervenção a partir da participação dos trabalhadores, apontaram que a falta de inclusão e reconhecimento dos trabalhadores (as) na tomada de decisão causa sofrimento no trabalho. Os autores

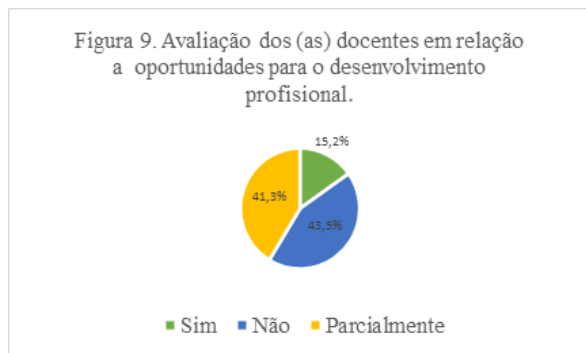
constatarem que a gestão das duas instituições era caracterizada pela submissão e pela falta de escuta dos trabalhadores, o que gerava sofrimento no trabalho, entretanto, projetos foram desenvolvidos e permitiram que os sujeitos se apropriassem de suas atividades laborais e passassem a sugerir mudanças capazes de promover saúde, satisfação e reconhecimento pelo trabalho.

A percepção dos trabalhadores (as) educadores (a) da UFSB em relação ao suporte institucional para a iniciativa de projetos acadêmicos evidenciou que 32,6% dos docentes avaliam como negativo o suporte da instituição, 19,6% como parcialmente negativa, enquanto 19,6% indicou o suporte institucional como parcialmente positiva, nem positiva, nem negativa 19,6% e apenas 8,7% avaliou como positiva o suporte recebido pela instituição (Figura 8). A revisão de literatura desenvolvida por Hirschle e Goldin (2020) sobre estresse e trabalho apontam que a ausência de suporte, de recursos, e boas relações no trabalho repercutem mais negativamente nos indicadores de bem-estar no trabalho. A percepção de suporte organizacional e os recursos no trabalho, especialmente a autonomia e o suporte social de pares e chefias atuam como moderadores, reduzindo o impacto negativo do estresse no trabalho.



A percepção dos professores (as) referente a oportunidades para o desenvolvimento profissional demonstrou que apenas 15,2% dos respondentes sentem que as oportunidades são suficientes para o seu desenvolvimento profissional, já 43,5% expressam que as oportunidades ofertadas pela instituição são insuficientes para o seu

crescimento profissional e 41,3% indicam que as oportunidades são parcialmente suficientes. As oportunidades de desenvolvimento profissional e crescimento na carreira influenciam positivamente a percepção dos funcionários sobre a justiça organizacional e com isso, a intenção dos trabalhadores (as) em permanecer na instituição (Ceribeli *et al*, 2017). Este fato é corroborado por Mourão et al. (2014), o autores concluíram que níveis mais altos de desenvolvimento profissional foram associados a maior satisfação no trabalho.



Na secção relacionamentos interpessoais foram elaboradas questões que versavam sobre como os docentes se sentiam em expressar opiniões em reuniões institucionais como reunião de colegiado e congregação. Os professores (as) avaliaram se sentirem confortáveis em 28,3% dos casos, 39,1% avaliaram se sentirem parcialmente confortáveis em emitir suas opiniões e 32,6% não se sentem seguros em emitir suas opiniões. Em relação a como os docentes sentem a valorizados dos pares em relação ao trabalho desenvolvido, 30,4% sentem que seus colegas de trabalho valorizam o seu trabalho, 50% indicam que sentem a valorizados dos pares parcialmente e 19,6% que seus colegas de trabalho não valorizam o que trabalho realizado (Quadro.2). Para Maslow (1954), assim que uma pessoa já tem do que se alimentar, onde dormir, está seguro, se manifesta a necessidade de se relacionar, viver de maneira afetuosa em sociedade e de ter amigos. Depois de ter satisfeito essas categorias, segue-se para o próximo nível, a necessidade de reconhecimento social que no ambiente de trabalho está associada a valorização dos frutos do trabalho desenvolvido. Um indivíduo que se sente valorizado tem a confiança necessária para emitir opinião publicamente sem se sentir desconfortável.

Quadro 2. Avaliação realizada pelos (as) docentes da UFSB em relação a se sentirem confortáveis em expressar as suas opiniões em reuniões institucionais e se os mesmos se sentem valorizados pelo trabalho desenvolvido.

	Opiniões	Valorização do trabalho
Sim	28,30%	30,40%
Não	32,60%	19,60%
Parcialmente	39,10%	50%

Na secção que avalia os recursos e suporte da instituição para a realização do trabalho docente e formação continuada, os respondentes apontaram que 56,5% não tem os recursos necessários para o bom desempenho do laboro docente, 37% avaliou que os recursos se apresentam parcialmente e apenas 6,5% dos docentes indicaram ter recursos disponíveis para desempenhar seu trabalho. Em relação ao quesito formação continuada, 56,5% dizem não ter oportunidades de formação continuada, 30,4% que essas oportunidades ocorrem parcialmente e 13% declaram que a instituição fornece as condições necessárias para a sua atualização profissional (Quadro.3).

Quadro 3. Avaliação realizados pelos (as) Docentes da UFSB em relação aos recursos necessários a realização do trabalho docente e formação continuada.

	Recursos necessários	Formação continuada
Sim	6,50%	13%
Não	56,50%	56,50%
Parcialmente	37%	30,40%

A falta de recursos necessários para o trabalho docente afeta a saúde física e mental dos professores (as) (Machado *et al.*, 2020). As condições precárias de trabalho, incluindo ambientes físicos e

autonomia limitada, estão associadas a transtornos mentais entre educadores (Gontijo *et al.*, 2013). A natureza exigente do ensino, envolvendo experiências emocionais constantes e relacionamentos interpessoais, exacerba a tensão sobre os educadores (Machado *et al.*, 2020).

A formação continuada de docentes tem um papel significativo no seu desenvolvimento profissional e sentimento de pertencimento. De acordo com Bezerra e Coutinho (2024), a formação continuada municia o (a) educador (a) com ferramentas e estratégias para lidar com as demandas do ambiente escolar, promovendo uma cultura de colaboração entre os professores. Além disso, fortalece a identidade docente, permitindo que os professores acompanhem as mudanças sociais e reconfigurem a sua função social (Rossi; Hunger, 2020).

Considerações Finais

A análise sobre o sentimento de pertencimento dos (as) docentes da UFSB revelou a insatisfação dos(as) docentes, que expressam falta de valorização e recursos inadequados para o bom desenvolvimento do laboro. Os professores indicam que a participação em processos decisórios é limitada, bem como, há limitação no suporte institucional dado aos docentes, levando a uma percepção de desvalorização. As relações interpessoais revelaram-se frágeis, implicando na dificuldade que os docentes têm em expressar opiniões em reuniões institucionais. Estes fatos contribuem para um ambiente laboral menos acolhedor, diminuindo o senso de pertencimento.

Conclui-se que a UFSB enfrenta desafios importantes em sua gestão institucional para promover a identificação dos professores para com a instituição e estabelecer o sentimento de pertença. É necessário desenvolver estratégias que promovam melhores condições de trabalho, reconhecimento profissional e maior inclusão nos processos decisórios. Essas ações são essenciais para fortalecer o senso de pertencimento e a qualidade de vida dos professores, além de contribuir para o aprimoramento do ambiente acadêmico como um todo.

Referências

ARAÚJO, V. A.; FREIRE, J. M.; OLIVEIRA, M. V. M. de. Síndrome de Burnout em professores das escolas públicas do município de Buenópolis, MG. **Revista Brasileira Ciências Da Saúde - USCS**, 15(52). 2017.

ASHFORTH, B. E.; MAEL, F. Social identity theory and the organization. **Academy of Management Review**. 14(1), 20-39. 1989.

BAUMEISTER, R. F.; LEARY, M. R. A necessidade de pertencer: desejo por vínculos interpessoais como uma motivação humana fundamental. **Psychological Bulletin**, 117(3), 1995.

BEZERRA, A. A.; COUTINHO, D. J. G. Formação continuada e desenvolvimento profissional dos professores. **Revista Ibero-Americana**, São Paulo, v.10, n.4, abril, 2024.

CAMPELO, A. M.; FERREIRA, B. K. S. da. Comunicação empresarial: dilemas entre líderes e liderados. **Revista Vox Metropolitana**. 2024.

CERIBELI, H. B.; FERREIRA, F. J. R.; BOTELHO, A. A. Análise da relação entre oportunidades de crescimento profissional, percepção de justiça dos funcionários e intenção de permanência na organização. **Revista Globalização, Competitividade e Governabilidade**. n.3, v.11, 2017.

CHAVEZ, J. P. O.; ARAÚJO, T. C.; CAMPELO, A. M. Comunicação empresarial: fonte de estímulo à produtividade. **Revista Vox Metropolitana**, n. 04 - fev/2021.

COUTINHO, A. R.; CIRINO, S. M. Trabalho, identidade e reconhecimento a “captura” da subjetividade do trabalhador no capitalismo contemporâneo: uma estratégia frustrada?. **Espaço Jurídico Journal of Law**, 19 (3), 777–798. 2019.

GONTIJO, E. E. L.; SILVA, M. G.; INOCENTE, N. J. Depressão na docência: revisão de literatura. **Vita et Sanitas**, Trindade, v. 7, p. 87-98, 2013.

HIRSCHLE, A. L. T.; GOLDIM, S. G. Estresse e bem-estar: Uma revisão de literatura. **Ciência e Saúde Cletiva**, v.25, n.7. jul. 2020.

JORGE, Rogério Ribeiro. **Território, identidade e desenvolvimento**: uma outra leitura dos arranjos produtivos locais de serviços no rural. São Paulo 2010.

KRAMER, Gustavo; FARIA, José. Vínculos organizacionais. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 41(1):83-104, Jan./Fev. 2007.

LESTINGE, S. R. **Olhares de educadores ambientais para estudo do meio e pertencimento**. Dissertação (Doutorado em Recursos Florestais). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba 2004.

LIMA, L. A. de O. et al. O impacto do trabalho sobre a saúde mental de profissionais da educação: uma análise qualitativa sob a perspectiva da psicodinâmica do trabalho. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [s. l.], v. 16, n. 11, p. 27146–27164, 2023.

MACHADO, G. C.; SANTOS, A. M. dos.; SILVA, R. S. da. Trabalho docente: Reflexões sobre a saúde e sofrimento psíquico do professor. **Práxis**. Novo Hamburgo. A. 17. Nº 1. 2020.

MATURANA, H. R.; REZEPKA, S. N. de. **Formação humana e capacitação**. Tradução de Jaime A. Clasen. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MOURÃO, L.; MONTEIRO, A. C. F.; VIANA, V. R. A Influência do Desenvolvimento Profissional e da Identificação Organizacional na Satisfação no Trabalho. **Psico**, Porto Alegre, PUCRS, v. 45, n. 2, pp. 198-208, abr.-jun. 2014.

MASLOW, A. H. **A Theory of Human Motivation**. BN Publish ed. New York: 2013, 1954.

MASLOW, A. H. **Toward a psychology of being**. New York: Van Nostrand. 1968.

NOGUEIRA, G. F.; NOGUEIRA, J. M. A influência da comunicação na produtividade das organizações. **Rev. Ciênc. Empres. UNIPAR**, Umuarama, v. 20, n. 1, p. 63-81, jan./jun. 2019.

PIMENTA, A. M. M., FAGUNDES, E. C.; ARAÚJO, J. N. G. Repensando a gestão e a organização do trabalho: perspectivas de intervenção a partir da participação dos trabalhadores. **REVES - Re-**

vista Relações Sociais, 1(3), 471–482. 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROSSI, F.; HUNGER, D. Identidade docente e formação continuada: um estudo à luz das teorias de Zygmunt Bauman e Claude Dubar. **Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.101, n.258, p. 313-336, maio/ago. 2020.

SAWAIA, B. B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicosocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SILVA, A. M. S. Sentimentos de pertencimento e identidade no ambiente escolar. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**. Campinas, v. 8, n. 16, p. 130-141, jul./dez., 2018

TAVARES, R. C. O sentimento de pertencimento social como um direito universal. **Cad. de Pesq. Interdisc. em Ciências Humanas**. Florianópolis, Santa Catarina, ISSN 1984-8951 v.15, n.106, p. 179-201 – jan./jun. 2014.

TWENGE, J. M. et al. A exclusão social diminui o comportamento pró-social. **Journal of Personality and Social Psychology**, 92(1), 56. 2007.

VARGAS, P.; MADURO, M. L.; LIMA, O. P. de. Identificação e pertencimento: um olhar sob a perspectiva organizacional. **Observatório de la economía latino-americana**, v.22, nº1. 2024.

AS ESCOLAS E A ‘BANALIZAÇÃO DO MAL’

Adrielly Brito Nogueira¹

Alair Silveira²

Flavio Luis Siqueira³

A ‘*banalização do mal*’ (Arendt, 1989) escalou no século XXI. Não se trata somente de conflitos armados e guerras⁴, mas da escalada de violências de toda ordem e matiz. Para além da expansão de Executivos e Parlamentos comprometidos com a promoção da *indiferença societária* e a implementação da ‘*crueldade*’⁵ como política de governo, a intolerância social tem assumido formas e consequências que alcançam não somente o presente, mas comprometem o futuro.

Nesta escalada, a escola tem se constituído como um espaço privilegiado para explosão inaudita de violência, sob formas tão diversificadas quanto profundas. Em outras palavras: da Escola sem Partido - passando pelas escolas cívico-militares - aos massacres, a

1 Estudante do Curso de Ciências Sociais da UFMT, pesquisadora do MERQO e membro ativo da Pesquisa sobre ‘*Movimento Neofascista e Universidades Públicas – Fase II*’. adriellybrito.nogueira05@gmail.com

2 Professora de Ciência Política do Departamento de Sociologia e Ciência Política (SOCIP/UFMT) e do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS/ICHS/UFMT); pesquisadora do MERQO/UFMT/CNPq, membro do Grupo de Trabalho Política e Formação Sindical (GTPFS/ADUFMAT/ANDES-SN). alair.silveira@ufmt.br

3 Advogado, professor universitário, pós-graduado em Direito Eleitoral, estudante do Curso de Ciências Sociais da UFMT e mestrando em Sociologia pelo Programa de Sociologia/ICHS/UFMT, pesquisador do MERQO e membro ativo da Pesquisa sobre ‘*Movimento Neofascista e Universidades Públicas – Fase II*’. flaviolsiqueira.adv@gmail.com

4 De acordo com pesquisa do *Instituto Internacional de Estudos Estratégicos* (IISS), entre 01 de julho/2023 e 30 de junho/2024, mais de 200 mil pessoas foram mortas em 134 conflitos armados e guerras. Este número representa um aumento da ordem de 37% em relação aos 12 meses anteriores. Consequentemente, a Coordenação de Assuntos Humanitários da ONU projetou que em torno de 305 milhões de pessoas irão necessitar de assistência humanitária em 2025.

5 ‘*Crueldade*’ tem sido uma palavra adequadamente utilizada para qualificar (sob a perspectiva social) as políticas de libertarianistas e neofascistas para desmonte das responsabilidades sociais do Estado. Como expressão latino-americana do Libertarianismo, o presidente argentino, Javier Milei, é enfático no discurso e na prática quanto à sobrevivência dos mais *aptos* sob a concorrência mercantil, da mesma forma que a necessidade de desmonte das políticas sociais de assistência e garantias trabalhistas.

escola põe em evidência dimensões da barbárie societária na qual estamos imersos. Como sintetizou Ilana Katz⁶: *As ameaças entram na escola, não precisa alguém pular o muro.*

Esclarecimentos metodológicos

Este artigo, portanto, se propõe a refletir sobre episódios de violência nas escolas, tomando como base o acompanhamento da cobertura midiática, no período de 2018 a 2024⁷. Esclarecemos que este acompanhamento não teve como proposta um levantamento, de forma sistemática, de um ou alguns meios de comunicação⁸, tampouco de cobrir todos os episódios de violência promovidos na escola. Como desdobramento do Projeto de Pesquisa desenvolvido na UFMT, intitulado **Movimento Neofascista e Universidades Públicas**, registrado sob n. 230/2022, este artigo resultou da enormidade de matérias e reportagens que, ao longo do período, foram se acumulando sobre episódios de violência nas escolas, evidenciando que entre a barbaridade dos massacres e a apologia ao nazismo existe um conjunto de outras formas de violência que foram se expandindo e naturalizando dentro do ambiente escolar. Consequentemente, este artigo se propõe a refletir sobre o fenômeno a partir da amostragem destes dados.

Além das evidências objetivas que foram se impondo, duas outras formas de violência sobre a escola conquistaram destaque: o movimento *Escola Sem Partido* e o *Programa de Escola Cívico-Militar*. Se do ponto de vista imediato ambos não apresentam relação direta, do ponto de vista mais largo, o esvaziamento da escola como expressão de ‘*echolé*’⁹ (ambiente de convivência, de recreação e de conhecimento), assim como a desvalorização ostensiva e progressi-

6 Psicanalista e doutora em Educação e membro da Rede Nacional de Pesquisas em Saúde Mental de Crianças e Adolescentes. In *Ataque a escolas: pânico e deixar de ir à aula não vão resolver problema*. Renata Cafardo. Estadão, 11/04/2023.

7 Acompanhando as indicações relatadas nas matérias jornalísticas, foram pesquisados alguns casos que ocorreram em período anterior e/ou nos primeiros meses de 2025.

8 Os meios de comunicação regularmente utilizados foram: Metrôpoles, O Globo, O Estadão, O Livre, G1, Folha de S. Paulo (FSP), Correio Braziliense, Estado de Minas e Carta Capital.

9 De acordo com Benjamin Veschi (Grifos do autor): *Observa-se no latim como schola, sobre o grego scholé, para entender a ideia de lazer, recreação ou tempo livre, pois, desde suas origens, para os gregos, a aprendizagem esteve relacionada à ideia de entretenimento e interesse individual, distanciando-se das obrigações e do trabalho*. In <https://etimologia.com.br/escola/>

va daqueles que laboram na educação, revelaram-se ingredientes de fermentação de variadas formas de violência.

Este artigo, portanto, é resultado deste esforço de sistematização e compreensão deste fenômeno, articulado aos estudos e pesquisas relacionadas à Pesquisa supracitada sobre Neofascismo.

Agradecimentos

Antes de avançarmos, é imprescindível registrar nossos especiais agradecimentos às estudantes do Curso de Ciências Sociais: Dandara L. Gomes de Almeida; Giórgia Amorim Costa; Izabelle Stefany A. de Freitas Souza; Jenifer Kauana da S. Costa e Maria A. Jhully do N. Silva; e à mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social, da UFMT, Itana Lua Santana, pela importante contribuição para o desenvolvimento desta pesquisa. Cada uma foi parte essencial deste processo de sistematização e debate.

Introdução

As diversas formas de violência que adentram as escolas não podem ser compreendidas em conformidade a catálogos de espécies, motivações, impactos e/ou graus de intensidade. É necessário interpretar a violência no ambiente escolar como parte de um processo mais amplo de transformação societal que eclode, também e especialmente, nas escolas.

A escola é uma instituição fundamental em qualquer sociedade. Não somente porque cumpre um papel sociabilizatório e integrador que transcende o núcleo familiar, expandindo o universo de relações conviviais, mas porque, neste processo de sociabilização, expõe crianças e adolescentes à convivência com o contraditório e o ‘diferente’, exigindo-lhes formas de adequação e integração social.

Este processo sociabilizatório, entretanto, não é realizado no vazio do tempo histórico ou das relações societárias estabelecidas. Neste sentido, a Escola é uma instituição que tem por objetivo promover a coesão e a integração social sob determinadas diretrizes. Assim, ao mesmo tempo em que a Escola ‘educa’ para - e sob - as re-

lações societárias vigentes, ela vale-se da sistematização do conhecimento historicamente acumulado como meio de projetar expectativas de êxito individual de acordo com o domínio das ferramentas teóricas e práticas disponibilizadas.

Esta Escola que sociabiliza, integra, coesiona e, ao mesmo tempo, permite o acesso ao conhecimento científico universalizado é, também, a Escola que domestica para o trabalho e que, sob variados recursos e vernizes, reproduz o apagamento de culturas, das resistências e lutas de povos inteiros e, conseqüentemente - de forma hermética - mantém a lógica e ordem das relações de poder e exploração entranhada nas maiorias que irão garantir a preservação das relações de dominação econômica, social, espiritual e legal das relações societárias.

Paradoxalmente, entretanto, esta mesma instituição que cumpre papel supraestrutural fundamental para a legitimação das relações societárias estabelecidas, é também o espaço privilegiado para o desenvolvimento da crítica e do contraditório, porque ao promover o acesso ao conhecimento universal acumulado, a escola, inevitavelmente, possibilita a confrontação deste conhecimento, sob o critério da validade histórica, material e objetiva.

No mínimo duas questões emergem destas contradições potencializadas pela Escola: 1) da perspectiva da ordem societária: como manter o controle sobre o acesso ao conhecimento, necessário ao mundo do trabalho e ao apassivamento social, vetando a potencialidade questionadora e crítica?; 2) sob a perspectiva socialmente emancipadora: como apropriar-se do conhecimento universal acumulado para revolucioná-lo, colocando-o a serviço do interesse dos explorados e oprimidos?

Então, de um lado, parece-nos que são as potencialidades que residem na Escola que a transformam neste espaço de disputa. Se no século XX, o Brasil vivenciou estas disputas sob a forma de '*Educação para o Trabalho e Cidadania*' (1971), '*pedagogia de Paulo Freire*' (1960), banimento de disciplinas críticas como '*Filosofia e Sociologia*' (substituídas por disciplinas como '*Moral e Cívica*' e '*Organização Social e Política Brasileira*' (1968)), '*construtivismo*' (1980) etc., na primeira década do século XXI, o '*Movimento Escola Sem Partido*' passou a condensar e aglutinar a insatisfação e

a irresignação daqueles que defendem a Escola como espaço de formação pseudamente ‘neutro e imparcial’, na perspectiva de impedir seu potencial questionador e crítico.

De outro lado, as disputas pelo tipo de Educação (conteúdo e método) que se desenvolvem institucional e socialmente, refletem tanto as disposições e adesões políticas e metodológicas de dirigentes quanto da sociedade civil. Portanto, qualquer que seja a discussão e as perspectivas em disputa, há que se considerar como se articulam, por que se articulam e sob quais interesses se movimentam.

No contexto da ‘onda’ neofascista

De forma sagaz, Gramsci (2011) ampliou a definição de Estado, compreendendo-o como uma instituição de dupla face: sociedade política e sociedade civil. A incorporação da sociedade civil na percepção do Estado implica não somente reconhecer o sujeito social que interage (consciente ou inconscientemente) com o Estado, mas a potencialidade que a sociedade civil detém como sujeito coletivo organizado. Consequentemente, embora o Estado seja estruturalmente organizado para atender aos interesses dominantes (Offe, 1984), ele é uma instituição que depende de legitimidade social para instituir políticas de valorização do capital, posto que não se confunde com uma empresa capitalista.

Desta forma, há que compreender que o crescimento da violência está articulado a mudanças societárias que se refletem e são refletidas na institucionalidade, retroalimentam-se, dialeticamente. Assim, se faz necessário compreender o contexto em que o recrudescimento da violência e a eleição de representantes políticos afinados com o discurso de ódio, defensores da criminalização da organização coletiva e propositores de políticas excludentes e anti-solidárias, têm sido consagrados nos últimos anos, expressando o aprofundamento da violência como mote da política e das relações societárias.

Importa sublinhar, portanto, que assim como a violência não representa novidade na vida social, também a existência de tais representantes não é propriamente novideira. O que se constitui em fato relevante é que são sob condições combinadas que tais figuras

emergem do ostracismo, alcançam visibilidade e ascendem ao Poder instituído. Neste sentido, são mudanças na própria sociedade civil que permitem a promoção destes representantes e da tolerância para com a intolerância e a violência.

Compreendemos que o recrudescimento da violência social e a expansão da representação reacionária, adepta da política do ódio, reflete a emergência de um fascismo renovado que germina em condições materiais e subjetivas combinadas.

Conforme manifestamos em outro artigo dedicado à reflexão sobre *Neofascismo*¹⁰ (2024), a (re)emergência do fascismo no século XXI, tal qual seu antecessor do século XX, floresce em condições materiais de profunda crise econômica. Neste sentido, como expusemos no artigo supracitado

Historicamente, grandes crises têm o potencial de convulsionar as bases estruturantes da *consciência coletiva* (à la Durkheim, 1983), revolvendo sentimentos socialmente partilhados. Como uma terra revolvida para plantio, as grandes crises têm a potencialidade de fazer germinar alternativas de *esperança* que se fundam sobre o *medo* ancorado no *ressentimento*. E o ressentimento é poderoso, especialmente quando articulado ao discurso do ódio e ao empoderamento de um “líder salvacionista”, capaz de garantir o “restabelecimento” da justiça difusamente partilhada (Silveira, 2024, p. 186-187)

As crises profundas do capitalismo, que convulsionam as estruturas societárias, não se atêm, portanto, ao desemprego, à falta de esperança e à violência conjuntural. Elas refletem mudanças estruturais quanto à organização e normatização da existência societal. Não rompem com a estrutura sobre a qual a exploração e a opressão se reproduzem, mas, transformam a forma e a justificação sobre as quais a exploração e a opressão são aprofundadas. Lazzarato (2020, p. 11) é cirúrgico ao definir estes tempos como ‘*apocalípticos*’, os

10 Necessário esclarecer que não faremos uso de caracterizações como *extrema-direita*, *direita-conservadora* e afins, por compreendermos que a utilização das variantes de “direita” e “esquerda” tem limitações significativas quanto à definição conceitual, além de diluir o caráter de classe das disputas políticas. Em nosso entendimento, tais caracterizações acabam por limitar a compreensão quanto aos sujeitos sociais e aos interesses de classe em disputa, permitindo que a percepção de identidades e adesões políticas limitem-se a questões pontuais e supraclasse, nas quais, por exemplo, as convergências estão orientadas sobre pautas progressistas *versus* conservadores e/ou reacionárias.

quais revelan que, bajo la fachada democrática, detrás de las ‘innovaciones’ económicas, sociales e institucionales, está siempre el odio de clase y la violencia de la confrontación estratégica.

Dadas as dimensões das crises que se aprofundam, desestruturam e reorganizam a vida social, política e econômica acondicionadas sob a mesma lógica estrutural de antagonismo classista, a tendência mais regular é o aprofundamento no uso de variados recursos econômicos e institucionais para assegurar tanto a *acumulação por desapossamento* por parte do capital (Harvey, 2011) quanto as *expropriações secundárias* sobre direitos trabalhistas e sociais da classe trabalhadora (Fontes, 2010).

Desta maneira, para que a *esperança ressentida* e o *medo* fertilizem o discurso de ódio, é necessário que os fundamentos do pertencimento social, da solidariedade e da intervenção coletiva tenham sido estraçalhados. Para isto, é preciso que junto à existência da ‘*massa*’ de indivíduos atomizados, pulverizados (Arendt, 1989), a rejeição à política como expressão da *convivência entre diferentes* (Arendt, 1999) e às *organizações* classistas de resistência e luta, sejam esvaziadas de qualquer expectativa, confiança e/ou referência na atuação coletiva¹¹.

Esta sociedade marcada pela *descolectivización* e pela *reindividualización* (Castel, 2012) é a mesma que, segundo Boaventura dos Santos (1999) nos enreda em um *regime social e civilizacional* que, apropriadamente, denomina de ‘*fascismo societal*’. Assim, potencializado pelo neoliberalismo e pela satanização do Estado, o fascismo do século XXI não somente é fertilizado nas entranhas da crise e alimentado pela massa de indivíduos atomizados (capitaneados por *líderes* para quem a agressividade não é apenas linguagem e estilo, mas conforma a essência de sua política); como também é validado pela sistemática ‘*glamourização da violência* e debilitamento das instituições que, nos limites da ordem estabelecida, viabilizam sua preservação.

11 Dado o objetivo deste artigo, a reflexão mais aprofundada e cuidadosa sobre o neofascismo não será aqui retomada. Conforme antecipado, nossa fundamentação tem por base a análise desenvolvida no artigo **Neofascismo: de que se trata? Reflexões preliminares** (Silveira, 2024).

Do espaço de ‘scholé’ ao espaço de ‘violare’¹²

Como observou Harvey (2006, p. 24), *o capitalismo internaliza práticas canibalísticas, depredadoras e fraudulentas*. Neste sentido, há que compreender não apenas as condições históricas, o estágio de desenvolvimento ‘estrangulado’ do capitalismo, mas, também, como estas crises profundas rebatem na sociedade civil. De um lado, porque o capital necessita garantir controle e apassivamento frente à destruição social que promove e a queda das taxas de extração de mais-valia, de outro, porque estes processos de destruição pelo capital se articulam à orfandade ideológica, cuja responsabilidade está relacionada àqueles que, do lado dos trabalhadores, ilustraram o ‘*transformismo*’ do que nos falava Gramsci (2011). A adesão/cooptação de referências de lideranças dos trabalhadores, associadas ao impacto ideológico da derrocada do Muro de Berlim, foi fundamental não somente para o triunfo do discurso de que *não há alternativas fora do capitalismo* (Thatcher) senão que para o êxito das *guerras por otros medios*, como nomeou Silvina Romano (2025).

Dentre os maiores paradoxos destes tempos desesperados (e desesperançados) está o aprofundamento das manifestações extremadas e de toda ordem de contradições. Já não se trata de superar distâncias geográficas e dimensões temporais, mas de conseguir aproximar o que está ao lado¹³. Assim, dentre tantos recursos tecnológicos, a solidão, a ansiedade, a fragilidade e a vulnerabilidade emocional têm se constituído em marcas das novas gerações, que, juntamente com a patologização do sofrimento, passaram a assegurar tanto o lucro das indústrias farmacêuticas quanto de *coachs*, de escritores da autoajuda e de *influencers*¹⁴. Garantem, também,

12 Do latim, cujo significado é ‘violar’, isto é, *tratar com violência, ultrajar, desonrar*.

13 Para além da naturalização de crianças, jovens e adultos isolados em seus quartos, interagindo com telas, duas outras imagens são expressivas destes tempos sombrios e ‘*apocalípticos*’ (como definiu Lazzarato): de um lado, a curvatura dos corpos, de maneira a não distanciar olhos e/ou ouvidos dos celulares; de outro, a imagem recorrente de grupos de indivíduos e/ou casais que, juntos, priorizam seus celulares, ao invés da interação entre eles.

14 Considerada profissão, os influenciadores vendem ideias, opiniões, estilos de vida e mercadorias. Funcionam como microempresas de propaganda, porém, operam a partir de um pressuposto comercialmente atrativo: a *democratização* da comunicação, sob a qual a ‘*liberdade de opinião e de expressão*’ é efetiva, porque pode ser firmada por qualquer um, cuja única exigência é que ‘*viralize*’ nas redes. Como ‘*formadores de opinião*’ e ‘*vendedores de mercadorias*’, os *influencers* acenam com uma vida de luxo e ostentação para todos e qual-

a reserva social necessária para a expansão da política do ódio, da linguagem da violência e das chamadas ‘*comunidades mórbidas*’¹⁵.

Desta forma, na solidão (ir)responsabilizada das redes sociais, especialmente crianças e adolescentes exploram o mundo das imagens, dos relacionamentos e das comunidades de interação social. Suscetíveis aos apelos do *novo* e da *liberdade* irrestrita, jovens interagem e integram-se a comunidades diversas, seduzidos pelas alternativas de superação da solidão, do ostracismo e do sentimento de despertencimento convivial.

Crianças e adolescentes, majoritariamente, frequentam escolas. E junto com suas mochilas, também carregam dramas e tramas que refletem os núcleos de sociabilidades nos quais estão imersos. Recuperando Marx (1987, p. 54-55 – Grifos nossos), **a verdadeira riqueza espiritual do indivíduo depende da riqueza de suas relações reais [...] os indivíduos fazem-se uns aos outros, tanto física como espiritualmente, mas não se fazem a si mesmos.** Sob o domínio, volatilidade e alcance das tecnologias e das redes sociais, o mundo, ao mesmo tempo em que parece um inesgotável pote de possibilidades, também parece caber dentro das telas. E, delas, emergem experiências e convites que se lhes parecem atrativos, empáticos e, principalmente, canalizadores/extravadores de sentimentos que lhes parecem sucumbir o corpo e a alma.

Neste processo, a violência transforma-se em linguagem e o ódio o sentimento que a molda. Sobre a escalada das ameaças, agressões, afrontas e humilhações aos professores, atentados e massacres nas escolas, crianças e adolescentes tornam-se protagonistas

quer um, dispensando formação acadêmica, idade mínima para atuar (ou para acesso), plena autonomia e ausência de condicionantes e regras para atuação. Neste particular, dois registros merecem ser feitos: **1)** a relação entre influencers e *bets*; **2)** a tolerância e valorização para com as chamadas *pós-verdades*, que, na prática, significam descompromisso com fatos e/ou fundamentação. Em síntese, são referentes da era ‘opinática’, onde todos têm opinião sobre tudo, mas pouco têm conhecimento sobre o que opinam.

15 *A interação e o acesso a conteúdos nocivos e violentos podem ser encontrados na superfície da internet por dois caminhos: pela internet aberta e pública, em perfis de redes sociais, por exemplo, no Twitter; Instagram ou TikTok; e em espaços privados, por meio de grupos com acesso restrito, como no Telegram, Discord ou Reddit, com pouca ou nenhuma moderação, sendo acessadas por meio de links compartilhados. Um exemplo são as chamadas TCC (True Crime Community) que discutem crimes reais, inclusive os ataques em escolas. Pelo menos cinco autores de ataques em escolas brasileiras participavam de TCCs. Nessas comunidades há escuta e acolhimento, os jovens se sentem valorizados. Por meio desses espaços, milhares de jovens e crianças interagem com conteúdos de intolerância, violência, preconceitos, incentivo a comportamentos nocivos e até criminosos. (www.d3e.com.br)*

de um enredo que não escreveram. E, conforme alertaram alguns especialistas¹⁶, *quando a criança tem um comportamento violento, é a ponta do iceberg* (Gabriela Gramkow, PUC-SP) pois a violência é uma forma de expressão que, conforme realça Mário Frazão (UF-G-Catalão) associada ao recolhimento social e à preferência *com o campo simbólico do violento e por figuras que são conhecidas na sociedade como violentas, isto é um sinal de alerta*.

As eleições presidenciais de 2018 puseram em evidência a explosão de violências de muitas ordens. Não se ateu à *polarização eleitoral entre os candidatos* Jair Bolsonaro (PSL/RJ) e Fernando Haddad (PT/SP)¹⁷, e se revelou funcional à promoção da intolerância como método de interação política. Neste sentido, as matérias jornalísticas que relatam situações de agressão e intolerância entre crianças e entre adolescentes são bastante significativas quanto às experiências conviviais que tais crianças e adolescentes experimentam fora da escola, mas que as reproduzem dentro dela.

De acordo com alguns relatos, inclusive crianças de cinco anos de idade reverberam a intolerância eleitoral (Lula x Bolsonaro) e, a partir dela, estabelecem demarcações para amizade/inimizade. Conforme observou uma mãe: em uma festinha da escola, não somente os pais-eleitores sentaram juntos conforme as convergências eleitorais, senão que as crianças também estabeleceram quem fazia parte dos grupos de brincadeira, em acordo com a preferência eleitoral dos pais.

Entre adolescentes, a intolerância e a violência alcançam outros níveis de exclusão. Não basta demarcar a divisória entre amigos/inimigos, é preciso acrescentar outras formas de violência, como humilhar, agredir, ofender e afrontar. Assim, episódios envolvendo racismo, preconceito de classe e/ou preconceito regional, ameaças diretas, bullying e/ou cyberbullying, humilhações etc. explodiram. Entre a violência física contra quem ‘votou’ no candidato ‘mau’ e o ato de sapatear e urinar sobre bandeira partidária, o vocabulário de violência foi expandido: ‘matar a paulada’, ‘pegar em armas’, ‘tocar fogo’, ‘virar serial killer’, ‘matar sua família’ etc.

16 <https://www.metropoles.com/sao-paulo/banalizacao-do-mal-oculta-ameacas-reais-nas-escolas-diz-pesquisador>

17 Cabe registrar que as eleições de 2018 ocorreram seis meses após a prisão de Lula, resultado de uma das mais impressionantes operações de desmoralização midiática, criminalização e judicialização (*lawfare*) de personagens importantes do Partido dos Trabalhadores (PT), como a ex-presidente Dilma Rousseff (que sofreu *impeachment*) e de Lula (preso em 07/04/2018). Vide ROMANO, 2025.

Avançando para a apresentação da sistematização dos dados coletados nos meios de comunicação, cabe observar que dos 142 casos identificados, considerados os três casos entre a década de 2001 a 2010¹⁸, outros três em 2011 e um em 2012. Incluindo o período de 2001 a 2012, importa registrar que o homicídio de estudantes por estudantes tem motivação *fútil, como nota em gincana, discussões* ou mesmo ausência de qualquer motivação conhecida. E, sem morte, irritação com fila da merenda.

No período 2001/2012, as motivações conhecidas *têm natureza mais* diretamente associadas à *incapacidade 'civilizacional'* de interpor limites aos instintos naturais em busca pela satisfação pessoal. Afinal, *é* no processo sociabilizatório (que Freud qualifica como *civilizatório*) que os limites à satisfação dos instintos individuais vão sendo controlados de maneira a permitir a convivência social. Como expôs Freud (1997, p. 42), a civilização representa

[...] a soma integral das realizações e regulamentos que distinguem nossas vidas das de nossos antepassados animais, e que servem a dois intuítos, a saber: o de proteger os homens contra a natureza e o de ajustar os seus relacionamentos mútuos.

Não por acaso, a associação da violência à condição animal reflete o pressuposto civilizacional que atua, do ponto de vista psicológico, como fonte de domesticação dos instintos, de maneira a garantir regras básicas de *convívio*. Se autores como Freud (1997) e Adorno (2006) contribuem para compreender fenômenos sociais sob a perspectiva das ações individualizadas, é imprescindível reafirmar que as individualidades não se fazem por si mesmas, mas refletem as relações objetivas e subjetivas nas quais estão imersas.

Neste sentido, se a década de 1990 inaugura, no Brasil, a implementação do neoliberalismo e a reestruturação produtiva, os anos 2000, progressivamente, vão acumular os custos sociais deste processo que alcançam todas as esferas da vida societária. Não se trata somente do desmonte do Estado, das privatizações, do desemprego conjuntural e estrutural, da precarização das relações de tra-

18 2001 é considerado o primeiro de uma série que escala a partir de 2017 (Conforme Relatório da d3e, 2023). Em 2001, um agricultor, de 18 anos, adentrou uma sala de aula em Macaúbas/BA, com uma espingarda 'cartucheira', feriu sete pessoas e, depois, suicidou-se.

balho, do adoecimento social, da falta de esperança e da confiança na política e na possibilidade de construir alternativas civilizatórias, mas também da interiorização de muitos fins¹⁹, que acabaram por condenar a existência à luta, individual, pela sobrevivência. Neste processo, não apenas a materialidade da vida e a morfologia do trabalho e da classe trabalhadora foram transformadas, mas, também, as subjetividades.

Favorecidas pela cultura pós-moderna, tanto a temporalidade sucumbiu ao imediato quanto a densidade foi substituída pelo fragmento e pelo imagético. Mas, acima de tudo, consolidou-se o pressuposto da autossuficiência do indivíduo. E nada mais apropriado para o exercício egocêntrico do que a utilização irrestrita de redes sociais, nas quais o indivíduo não precisa enfrentar o contraditório, pois pode ‘cancelar’ seus críticos, julgar sem defesa e punir sem culpa. Nestas condições, o amadurecimento emocional *não se faz* através da arte da convivência, mas sobre a negação da divergência e da empatia.

As crianças e adolescentes reproduzem, portanto, essa sociabilidade, e a ela reagem. Como bem observou *Fernando Cássio* (UFABC)²⁰ ao analisar o impacto do *bullying*, como um dos principais fatores que contribuem para os ataques às escolas:

[...] bullying sempre existiu, mas jovens e adultos não estavam entrando em escolas armadas, matando as pessoas. O sofrimento psíquico tem várias formas de ser expressado e não é o único causador do que vem acontecendo. Estamos diante de um problema muito mais complexo.

O massacre na Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo/RJ, em 2011, marcou o início de uma série de eventos violentos nas escolas brasileiras. O *Relatório de Política Educacional* (realizado pelo D3e), relativo ao período de 2001 a outubro de 2023, identificou 37 ataques de extrema violência. Destes, 58,33% foram concentrados entre fevereiro 2022 e outubro 2023²¹. Dois outros dados da pesquisa reclamam atenção: a) dos 39 jovens envol-

19 Sobre a derrocada do Muro de Berlim, foi decretado o ‘fim da história’, o ‘fim da luta de classes’, o ‘fim do marxismo’, o ‘fim do socialismo’, o ‘fim das ideologias’ etc.

20 <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn0610zm35vo>

21 https://d3e.com.br/wp-content/uploads/relatorio_2311_atques-escolas-brasil.pdf

tendo-se em vista que o contágio não é uma especificidade da vida contemporânea, mas um traço do comportamento sociobilizatório.

Assim, levando em conta outras formas de violência para além daquelas consideradas extremas, nossos dados revelaram um quadro ainda mais perverso. Primeiramente, cabe destacar que dos 142 episódios analisados²⁴, DF desponta com o maior número de ocorrências (33), seguido por SP (26) e MG (24). Consoante com o Relatório da D3e, os anos de 2022 e 2023 registraram números assustadores: 48 e 39, respectivamente. Porém, chama atenção as 20 ocorrências nos primeiros cinco meses de 2025, considerando-se como data de corte o dia 23 de maio.

Conforme poderemos verificar abaixo, professores e professoras lideram o ranking das vítimas de violências, seguido pela intenção e/ou planejamento de alguma espécie de ataque às escolas.

As violências das quais professores, professoras e diretores/as são vítimas alcançam várias formas e *têm, além da agressão de estudantes e ex-estudantes, também* a violência por parte de familiares e de policiais. Considera-se, aqui, um leque de ações que oscilam entre a agressão física, a afronta e a humilhação, a desautorização profissional, a ridicularização pessoal e o assassinato.

Quadro I – Tipos de violência - 2001 a 2025

Tipo de Violência	N. Bruto	%
Ataque a professoras/es	27	19,01%
Intenção e/ou planejamento de ataque	26	18,31%
Ataque aleatório	18	12,67%
Violência contra crianças e alunos	16	11,27%
Brigas e agressões entre estudantes	12	8,45%
Ataque com alvo	09	6,35%
Apologia ao Nazismo	09	6,35%
Massacre	08	5,63%
Racismo	06	4,22%
Flagrante de armas em mochilas	05	3,52%
Vandalismo	03	2,11%
Violência contra imagem e/ou simbólica	02	1,41%
Outra	01	0,70%
TOTAL	142	100%

Fonte: Elaboração própria, a partir de meios de comunicação de massa.

24 Conforme metodologia apresentada anteriormente.

De maneira a ilustrar a gravidade das violências sofridas por profissionais da Educação, não *são excepcionais eventos em que estudantes* jogam livros, cadeiras e outros objetos contra professores, puxam cadeira para fazê-los cair, viram mesas etc. Em todas estas formas de violência estão presentes a afronta e a humilhação. Alguns, mais diretamente relacionados à *polarização eleitoral*, valem-se de preconceitos socialmente partilhados com objetivo de desqualificação: *gorda, puta, petista* ou, então, simplesmente, desautorizam professores e diretores para promover seu candidato: É marreta 17! Há outros, mais sutis (mas não menos hostis), que se utilizam da ameaça velada: *É por isso que fazem o que fizeram na João de Zorzi*²⁵.

As agressões físicas incluem socos, arranhões, chutes, empurrões, tentativa de enforcamento, facas, tocaias etc. Algumas dessas agressões tiveram como consequência não somente a devastação psicológica, mas membros quebrados, perda de dentes, além de hematomas e escoriações. Este tipo de violência, entretanto, não se restringe à ação dos estudantes, mas se estendem aos seus familiares.

As motivações que desencadeiam os variados tipos de ataque (tanto de estudantes quanto de familiares) podem ser resultado da irritação com qualquer espécie de cobrança: desligar celular; solicitar que aluno retorne à sala de aula; demandar que a mãe observe pontualidade; perda de benefícios sociais por descumprimento da assiduidade; recusa em ceder mais folhas para atividades; repreensão por indisciplina etc. Em muitos episódios, nenhuma justificativa é conhecida. Professores e professoras transformam-se em alvos fáceis e vulneráveis para o extravasamento da violência. Como sintetizou uma estudante: *‘Professores evitam escrever no quadro para não ficar de costas’*.

Se estas são violências claramente identificáveis como tais, há outras que, de maneira dissimulada, instigam, promovem e “justificam” a violência contra professores e professoras sob o discurso de *defesa* e da *libertação* de crianças e jovens da *doutrinação comunista*, da *ideologia de gênero* e do *marxismo cultural*. Este discurso,

25 Na Escola Municipal João de Zorzi, em Caxias do Sul/RS, três adolescentes (com idades entre 13 e 14 anos), atacaram a professora de inglês, enquanto ela distribuía os livros didáticos. (*‘You virar serial killer: Tô nem aí’*: como adolescentes planejaram ataque a escola e esfaquearam professora no RS – Rute Pina. BBC News Brasil RS, 16/04/2025)

contudo, adquire particular potencial destrutivo não somente porque revitaliza os eixos estruturantes do fascismo (cujos principais “inimigos” incluía, especialmente, professores, jornalistas e trabalhadores da cultura), mas, porque a desvalorização do profissional da Educação alcançou níveis absurdos de precarização laboral, de arrocho salarial e de desqualificação social. Como parte deste processo, acrescentem-se o desmonte progressivo da Educação de qualidade e o sucateamento perverso das escolas públicas.

Na medida em que o Neofascismo também recupera o negacionismo (histórico e científico), assim como incorpora novas tecnologias como ferramentas velozes e eficazes para comunicação e transmissão das chamadas *pós-verdades* e *fake News*, a Escola como sinônimo de *Scholé* vai sendo comprometida.

Sobre estas condições, o *Movimento Escola sem Partido* (EsP)²⁶ alavancou sobre a liberdade de cátedra; (des)qualificou a perspectiva crítica como sinônimo de *doutrinação*; reclamou a liberdade dos pais sobre a educação dos filhos; esvaziou o papel da escola como espaço do conhecimento para subordiná-la à *supervisão das famílias e fiscalização das crianças e adolescentes* (estimulados a filmar e denunciar professores); e, falseou a educação sobre diversidade sexual como promoção de *ideologia de gênero*.

Desta maneira, a EsP – em perfeita sintonia com os fundamentos do Neofascismo – revitalizou o papel da família tradicional²⁷, estimulou a delação e subjugou o conhecimento histórico e científico à supervisão conforme o julgamento do ordinário. Como bem sintetizou Gaudêncio Frigotto (2017, p. 32 – Grifos nossos),

26 Criado em 2004, por iniciativa do advogado e Procurador do Estado de São Paulo, Miguel Narciso Urbano Nagib, o EsP resultou da inconformidade do *pai protetor e comprometido* que atribuiu ao professor de história da filha, a determinação em *doutrinar* os estudantes, ao comparar, em sala de aula, a figura de São Francisco de Assis com a de Che Guevara (Garcia; DiaS, 2024).

27 A Escola sem Partido - que em nome da liberdade dos pais também defende o *homeschooling* - tem como pressuposto basilar a família tradicional, heteronormativa. Como destacaram as autoras Passos e Mendonça (2021, p. 21) [...] *por trás deste modelo apresentado como padrão – como uma instituição que está em risco, corre perigo e precisa ser defendida – está a ideia de família como um dispositivo de controle. Ou seja, uma instituição que desempenha papel fundamental na estrutura política e econômica e na conformação social atual. É o que Biroli (2018^o) nomeou como família funcional, aquela que atua na sustentação do capitalismo neoliberal, que representa o núcleo de segurança diante da vulnerabilidade e da precarização trazidas com o desmonte neoliberal.*

O que **propugna o Escola sem Partido** não liquida somente a função docente, no que a define substantivamente e que não se reduz a ensinar o que está em manuais ou apostilas, cujo propósito é de formar consumidores. A função docente no ato de ensinar tem implícito o ato de educar. Trata-se de, pelo confronto de visões de mundo, de concepções científicas e de métodos pedagógicos, desenvolver a capacidade de ler criticamente a realidade e constituírem-se sujeitos autônomos. **A pedagogia da confiança e do diálogo crítico é substituída pelo estabelecimento de uma nova função: estimular os alunos e seus pais a se tornarem delatores.**

Esta comunhão nefasta entre desvalorização salarial e social da atividade docente; sucateamento e desmonte das escolas públicas; apologia à soberania da família sobre a educação dos filhos; desqualificação do conhecimento e da cultura; promoção da opinião e julgamento à revelia de quaisquer fundamentos; e fomento à delação por crianças, adolescentes e pais, enredou professores e professoras em uma rede de insegurança laboral, desamparo institucional e adoecimento pessoal.

Em consequência, para além das violências executadas por estudantes e familiares, professores e professoras também são vítimas da violência institucional, promovida por direções escolares, parlamentares, chefes de Executivo, Ministério Público e policiais. A título de ilustração, considerem-se as investidas de parlamentares contra escolas públicas, com celular na mão, filmando salas de aula, murais e exposições curriculares como arqueiros da Escola sem Partido²⁸ contra a *doutrinação comunista* e a *ideologia de gênero*. Nes-

28 Importa registrar que a Escola sem Partido conseguiu atuar legislativamente, tanto nas esferas municipais e estaduais, quanto federal. O Projeto de Lei (PL) n. **7.180/2014** é o primeiro projeto acerca do tema. Proposto pelo Deputado Erivelton Santana (PSC-BA), propunha alteração do Art. 3º Lei de Diretrizes e Bases/1996. O PL tinha como objetivo inserir o *respeito às convicções do aluno, de pais ou responsáveis* como forma de proibir temas como a diversidade sexual, de gênero e religião. Na sequência, o mesmo deputado propôs o PL n. **7.181/2014**, no qual foi apensado ao PL **7.180/2014** que *dispõe sobre a fixação de parâmetros curriculares nacionais [...]convicção, aluno, pais, responsável, educação moral, educação sexual, educação religiosa*. Outro projeto de lei que movimentou a arquitetura da Escola Sem Partido é do Senador Izalci Lucas (PSDB e, depois, PL-DF) o PL **867/2015**, que predica, conforme art. 30º: *São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes*. Ao PL 867/2015 foi apensado o PL n. **8.180/2014**, que define qual o conteúdo dos cartazes que poderão ser afixados no ambiente escolar. Em 2016, o **PL 193/2016**, do senador Magno Malta (PR e, depois, PL/ES) teve por propósito estabelecer a neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado, a educação religiosa e moral dos alunos conforme a convicções dos respectivos pais,

tas circunstâncias, além do escárnio, a ameaça de demissão é recorrente. Comum também são parlamentares que se arrogam ao direito de solicitar esclarecimentos sobre atividades curriculares e solicitar sua suspensão. Ou, como ilustrativamente ocorreu no Distrito Federal, quando no Centro Educacional 01 da Estrutural transformada em Escola Cívico-Militar, os militares não apenas mandaram retirar charges de murais dedicados ao Dia da Consciência Negra²⁹ (e, anteriormente, apagar grafite com o rosto do ex-presidente da África do Sul, Nelson Mandela), como provocaram a exoneração da diretora que se recusou a retirar a exposição produzida pelos estudantes.

De parte de Executivos municipais, as demissões e/ou instalação de Processo Administrativo (PAD) com a mesma finalidade, têm se tornado relativamente comum. As razões podem ser críticas à política municipal de desmonte da Educação, em redes sociais, ou a utilização de recursos pedagógicos ou livros didáticos considerados (pelos mandatários) inadequados. Em um dos casos, o prefeito demitiu o professor porque este utilizou o clipe da música “Etérea”, do Criolo. Nas palavras do Prefeito: ‘viadagem’. Na mesma toada, uma professora foi ‘afastada’ porque estimulou estudantes a produzirem uma música como expressão do conteúdo de aprendizagem e, como resultado, os estudantes criaram um clipe funk nomeado *Baile de Favela*, baseado nos estudos sobre K. Marx.

Às arbitrariedades institucionais e da sociedade civil ‘empoderada’ pelo movimento EsP, somem-se as arbitrariedades policiais. Nestes tempos sombrios, a escola também se tornou palco mais corriqueiro da ação policial, não apenas em virtude das ações de contenção de agressões físicas, ataques e ameaças, mas, também,

bem como a vedação a aplicação da *ideologia de gênero*, como ainda a fixação de cartazes. Em 2019, o PL n. 258/2019, de autoria do Deputado Pastor Eurico (PATRI-PE), dedica-se aos fundamentos da Escola sem Partido, particularmente ao tema de *ideologia de gênero* no âmbito escolar. Em contraponto, o PL n. 375/2019, de Alexandre Padilha (PT-SP), dispõe sobre a liberdade de opinião e pensamento, denominado Projeto de *Lei Escola Livre*. Ainda em 2019, a Deputada Bua Kicis (PL-DF) apresentou o PL n. 246/2019, no qual reforçou os pressupostos da Escola sem Partido já supramencionados, acrescentando, no artigo 7º, a autorização para os alunos gravarem as aulas, como forma de instituir um canal de vigilância, no qual estabelece: **É assegurado aos estudantes o direito de gravar as aulas, a fim de permitir a melhor absorção do conteúdo ministrado e de viabilizar o pleno exercício do direito dos pais ou responsáveis de ter ciência.** (Grifos nossos).

29 Estudantes ‘fizeram cartazes com desenhos, textos e charges que falavam sobre racismo e discriminação e também retrataram a violência de policiais contra pessoas negras’. (In “Eu te arrebeito”, diz PM para aluno de escola durante protesto no DF. G1 e TV Globo, 06/05/2022. www.g1.com.br)

pela recorrência com que determinados policiais valem-se da autoridade institucional para cometer violências.

Em POA, vínculos familiares mesclam-se aos vínculos profissionais garantindo a policiais-pais a arbitrariedade sobre profissionais-docentes, permitindo àqueles o constrangimento público, a partir de denúncias (sem qualquer comprovação institucional) de professores sobre os quais filhos reclamam perseguição. Em outras situações, os policiais sentem-se *à vontade para algemar e conduzir à delegacia*, professoras que gravam arbitrariedades cometidas sobre estudantes sob sua responsabilidade.

Em todas as situações, estão presentes duas condições preliminares: a filmagem e a plateia. Tal qual o *bullying*, o efeito da arbitrariedade e do constrangimento público estão firmados sobre o efeito que produzem sobre a plateia e sobre a afirmação de autoridade/arbitrariedade.

Outras formas de violência no ambiente escolar

Às violências contra professores, somem-se as intenções/planejamentos de ataques às escolas. Esta rubrica congrega múltiplas manifestações e/ou intercepções de ameaças e/ou planejamentos de ataques a escolas e/o professores. Nestas circunstâncias, a inteligência policial impediu a materialização dos ataques. Impressiona, nestes casos, a quantidade de denúncias/prisões em que jovens confirmam a intenção/planejamento de atacar escolas. Sobressaem as motivações de episódios de *bullying*. Tanto como motivação de massacres efetivos quanto de intenções/planejamentos. Como explica a pedagoga, Telma Vinha, da Unicamp:

[...] Antigamente esses casos aconteciam muito mais devido a bullying, sofrimento, agressão. Isso permanece, mas atualmente são muito mais movidos por uma radicalização da juventude. A gente classifica os ataques em dois tipos: o primeiro são os motivados por vingança, raiva, que é o que aconteceu em São Paulo. Mas todos têm planejamento. É algo que a pessoa volta para mostrar do que é capaz, para se vingar. Existe premeditação, planejamento, que geralmente é aprendido na internet. O outro tipo de ataque tem também sofrimento na escola, mas é

cometido por usuários de uma cultura extremista. Tem o objetivo de fazer o maior número de vítimas. [...] E é estimulado em plataformas e jogos da internet. Eles fazem parte de uma articulação de uma espécie de comunidade mórbida. [...] Eles são cooptados em jogos, por exemplo, e vão para várias plataformas que ensinam ataque. Também entram nas chamadas TCC, que significa *true crime community* (comunidade de crime real). São subcultura online, com células fascistas³⁰.

A intenção/planejamento de ataque pode estar articulada a várias motivações, porém, inequivocadamente, está relacionada à ascendência das redes sociais sobre jovens em formação psicológica. Como bem destacam psicólogos e psiquiatras, adolescentes *não têm estrutura* psíquica para avaliar conteúdos e consequências, de maneira a tomar decisões com grandes impactos.

Inseridos em contextos sociais que liberam acesso irrestrito aos meios digitais e ambientes nos quais a desvalorização de professores, da escola e do conhecimento são cotidianos, a rebeldia juvenil e a irresponsabilidade das redes apresentam-se como combinações irresistíveis. Especialmente, em circunstâncias em que a solidão, a ansiedade e o desamparo societário *são* hiper dimensionados.

Há, na maioria dos casos de planejamento/intenção, o histórico de *bullying* e/ou mágoa contra colegas, professores e diretores. No fundo, revelam-se histórias de marginalidade escolar, solidão e despertencimento social. E, principalmente, a incapacidade pessoal de lidar com os desafios que a vida social impõe, toda ela permeada por desafios, tropeços e quedas, mas, também, por excelentes encontros e boas experiências.

Nestas circunstâncias, os ataques aleatórios e massacres se revelam assustadores. De acordo com o acompanhamento midiático realizado, considerando-se os ataques aleatórios (18)³¹ e os massacres (08), foram 26 ataques em curto espaço de anos. Tanto os massacres quanto os ataques aleatórios revelam uma imensa desintegração societária das crianças e adolescentes envolvidos.

Considerando o período 2011, 2017, 2019, 2022 e 2023, foram oito (8) massacres:

30 <https://www.estadao.com.br/educacao/vai-acontecer-de-novo-so-nao-se-sabe-onde-diz-especialista-em-violencia-nas-escolas/>

31 Os ataques aleatórios envolvem ataques que irrompem no ambiente escolar, algumas vezes com a morte de algum colega, e, na maioria das vezes, feridos e, eventualmente, a morte do agressor.

Ano	Escola	Feridos	Mortos
2011	Escola Municipal Tasso da Silveira – Realengo - RJ	13	10
2017	Centro Municipal de Educação Infantil Gente Inocente – Janaúba – MG	-	09
2019	Escola Estadual Raul Brasil – Suzano - SP	11	08
2019	Instituto Estadual Educacional Assis Chateaubriand - Charqueadas – RS	07	-
2021	Escola Pró-Infância Aquarela – Saudades – SC	-	05
2022	Escola Estadual Primo Bitti e Centro Educacional de Coqueiral – Aracruz - ES	13	03
2023	Escola Estadual Thomazia Montoro – Vila Sônia - SP	04	01
2023	Creche Cantinho Bom Pastor – Vale do Itajaí – Blumenau – SC - [particular]	05	04

Estes eventos *têm em comum* o expressivo número de vítimas, entre mortos e feridos. E, à exceção do massacre no Centro de Educação Infantil em Minas Gerais, em que o responsável foi um segurança (50 anos), todos os demais tiveram como agressores adolescentes entre 12 e 25 anos³².

Se acrescentarmos aos massacres e ataques aleatórios, aqueles que foram realizados com alvo (09), as idades oscilam entre 15 e 22 anos. Em todos os tipos de ataques, em comum evidencia-se a inexistência de motivações conhecidas ou motivações banais, tais como discussões e/ou divergências pontuais.

De acordo com estudiosos, existe um leque de elementos que contribuem para explicar a explosão de violência por parte de crianças e adolescentes. Todos os especialistas convergem, entretanto, quanto ao papel das redes sociais; do comprometimento da saúde mental³³; do enfraquecimento das redes de afeto e acolhimento; da glamourização das muitas formas de crueldade, irascibilidade e barbárie; e do efeito contágio.

Neste esforço para compreender a eclosão de extrema violência, alguns estudiosos recuperaram o fenômeno identificado na

32 Considerando as matérias que informam a idade dos agressores, dos 142 eventos pesquisados, a maioria esmagadora tem entre 13 e 16 anos.

33 Importa observar que a combinação destas convergências que se interrelacionam e retroalimentam, e permitem a patologização (e consequente medicalização individual) de problemas que são, crescentemente, de fundo social, têm se constituído em funcional mercado para o lucro de indústrias farmacêuticas e para a atuação de muitos profissionais da área da saúde mental.

ásia, no início do século XX, conhecido como “amok”³⁴. O paralelo entre este fenômeno cultural e os eventos de violência nas escolas, porém, *não é consensual entre especialistas*. Para além da busca por alguns momentos de evidência midiática; do reconhecimento entre comunidades “mórbidas”; da catarse da vingança contra seus pseudos “inimigos” (colegas, professores, diretores); da necessidade de autoafirmação quanto à masculinidade³⁵; há que se considerar o avanço da cultura social do ódio e das comunidades neonazistas/fascistas, acessíveis a crianças e adolescentes³⁶, assim como os índices de comprometimento da saúde mental (agravados com o período de isolamento social exigido pela pandemia da Covid-19).

Estudos têm evidenciado a explosão de adolescentes em situação de sofrimento psíquico. Do aumento de ansiedade, isolamento, depressão, pressão estética e/ou automutilação, entremeiam-se *bullying*, fobias, comunidades mórbidas e desafios virtuais que põem em risco a sociabilidade e a vida. No *pódio* do ranking dos principais problemas enfrentados por crianças e adolescentes está o *bullying*, isto é, aquele tipo de agressão *física, psicológica* e/ou verbal constante, repetitiva, que expõe socialmente o outro (ou outros). Como anota o terapeuta e neurocientista Eduardo Rocha: *o bullying envolve, necessariamente, três personagens principais: a vítima, o agressor e a plateia. [...] E, muitas vezes, quem mais reforça o bullying é justamente a plateia*³⁷ (Grifos nossos). Consequentemente, por ser uma prática que se promove pela crueldade e constância, a vítima experimenta não somente o sofrimento, mas desenvolve sentimentos de insegurança, não pertencimento e de inutilidade. Não

34 Fenômeno cultural identificado *quando uma pessoa alvo de frustrações ou humilhações - na maior parte dos casos, um homem - passava por um período de reclusão e isolamento e depois se lançava em um ritual catártico e bárbaro: ir a um lugar público e movimentado para matar pessoas desconhecidas, sem motivo ou conexão aparentes* (Grifos nossos). <https://br.search.yahoo.com/search?fr=mcafee&type=E210BR826G0&p=%EF%83%B-C+A+vis%C3%A3o+da+ci%C3%Aancia+sobre+as+origens+da+%E2%80%98explos%C3%A3o+de+viol%C3%Aancia%E2%80%99>

35 Nas palavras do pesquisador da Universidade da Califórnia (EUA), Douglas Kellner: *Todos os atiradores de escola e terroristas domésticos que analisei em meu livro exibiam raiva masculina, uma tentativa de resolver uma crise de masculinidade por meio de um comportamento violento e demonstravam fetiche por armas*. (Grifos nossos). Idem.

36 De acordo com especialistas, grupos fascistas, nazistas e misóginos avançam livremente na internet das grandes corporações. Muitas crianças e adolescentes são, inicialmente, cooptados através de jogos.

37. <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/educacao-basica/2025/05/7152746-bullying-preconceito-em-relacao-a-aparencia-fisica-e-o-principal-causador.html>

por acaso, as redes tornam-se refúgios onde proliferam linguagens racistas, misóginas que promovem o ódio e a destruição³⁸.

Mesmo que rapidamente, há que anotar três elementos que, em maior ou menor grau, estão presentes nos eventos de violência, como motivações subjacentes e que, articulados à linha explicativa que adotamos desde as primeiras linhas deste artigo, nos ajudam a compreender, socialmente, a ação de duplas ou '*lobos solitários*' juvenis que, de maneira protagônica, irrompem no ambiente escolar.

O primeiro diz respeito à promoção da política do ódio, da intolerância social e da crescente incapacidade de lidar com o contraditório e com a diferença, comprometendo não apenas a cultura democrática (que precisa enraizar-se nos indivíduos), mas lhes demanda empatia, respeito e tolerância. Como diria Bobbio (1992), demanda '*irmandade*'; porém, como alertou Arendt (1989), a cultura totalitária não tolera a '*coexistência*'

E é justamente a expansão do movimento neofascista (como uma onda que se espraia) que tem ganhado força social, garantindo tolerância para com a intolerância e desativado freios societários que, como explicava Freud (1997), são necessários à existência civilizacional. Este imbricado processo que se manifesta culturalmente, entretanto, não se produz e reproduz no campo exclusivo das ideias, mas, dialeticamente, reflete contradições da própria existência material. Por isto, também, a profundidade das grandes crises constitui terreno fértil para as grandes transformações que abalam as estruturas societárias.

Nestas circunstâncias, o segundo elemento se evidencia como o reino do individualismo - cuja apologia atravessa os grandes movimentos socioeconômicos-culturais contemporâneos como neoliberalismo, cultura pós-moderna, reestruturação produtiva e orfandade política pós-derrocada do *comunismo realmente existente* - reflete não apenas o esboroamento da sociabilidade fundada sobre a valorização do coletivo (Castel, 2012), mas se desenvolve sobre o comprometimento da vida material, o esgarçamento dos laços afetivos e conviviais, e o encantamento com as novas tecnologias.

38 Nas palavras da professora de psicologia do Centro Universitário de Brasília (Ceub), Izabella Melo: *Crianças e adolescentes estão em processo de formação da identidade, da moralidade, da visão de mundo. E, hoje, boa parte dessas experiências passa pelas redes sociais.* <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2025/05/7155070-o-perigo-silencioso-que-se-esconde-por-tras-dos-desafios-da-internet.html>

Por fim, o meio através do qual o encastelamento individual permite-lhe divulgar, desafiar, julgar, opinar, sentenciar e se autopromover, são as redes sociais, com alto alcance de pulverização. Porém, o conteúdo não provém dos meios, mas, das mentes. Por isto, Gramsci é tão necessário para compreender a disputa pela hegemonia cultural/material e sobre qual visão de mundo se constroem alternativas de transformação, ou disseminam-se movimentos para conservação da ordem ou para alavancar proposições reacionárias.

Neste sentido, desta combinação entre sujeito histórico, conteúdo e meio, é pertinente trazer à tona alguns dos conteúdos que têm forte poder de sedução sobre indivíduos emocionalmente vulneráveis. Recentemente, a minissérie britânica *'Adolescência'* (2025) provocou muitas inquietações não apenas pela atualidade do seu conteúdo, mas, também, por evidenciar o quanto os pais, muitas vezes, desconhecem o que efetivamente ocupa a mente e o coração dos filhos.

Desta maneira, o fenômeno de comunidades misóginas, racistas e/ou mórbidas também ganharam evidência, inclusive re-vigorando a discussão sobre a política de (des)armamento. Dentre comunidades reconhecidas pela reação ao avanço dos direitos das mulheres, a *'machosfera'* aglutina grupos que promovem uma contraofensiva às mulheres. Do *mal-estar masculino* ante o avanço dos direitos feministas, homens *que se sentiam deslocados ou injustiçados recorreram a fóruns na internet para compartilhar dicas sobre como reagir a essas mudanças e se portar em relacionamentos com mulheres*. De acordo com alguns influencers: *O masculino foi feito para liderar. Ou você é líder, ou você é liderado. Ou você é dominante, ou você é submisso*³⁹.

Os *'celibatários involuntários'* (*'incels'*), por sua vez, se descrevem como *incapazes de ter um relacionamento ou uma vida sexual, embora desejem estar em uma relação*. Entre a dificuldade e a vontade pessoal de relacionar-se, germina a responsabilização do outro. No caso, das mulheres. Assim, os *'incels'* atribuem às mulheres sua frustração sexual, *partindo da premissa de que todas seriam interesseiras e oportunistas, preocupadas apenas com dinheiro e aparência. [...] promíscuas e manipuladoras*⁴⁰. Entre os *incels*,

39 Um dos grupos organizados, o *MGTOW* (em resposta ao *MeToo*, criado pelas mulheres), é conhecido por defender o separatismo, de maneira a isolar-se da influência das mulheres. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy90kg51955o>

40 <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy415np5qe8o>

o grau de ressentimento de gênero é tão recalcado que o discurso de ódio não se restringe à responsabilização e incitação à violência contra as mulheres, mas, também, contra homens que mantêm relações felizes com suas companheiras.

Tomando como referência estas comunidades virtuais, importa observar que a *'masculinidade'* associada ao poder, ao fálico e à submissão do outro (dominado), assume materialidade no uso de armas, assim como anotar que o apelo sexualizado e agressivo é característica dos referentes do (neo)fascismo. O *'empoderamento'* pelo uso de armas expõe a inabilidade para o argumento e a substituição da persuasão pela força.

Considerando os tipos de armas envolvidas nos levantamentos midiáticos que analisamos, a maioria dos ataques (19) foi realizado por objetivo cortante (facas, machadinhas, combinados ou não com outros artefatos como bombas caseiras, flexas etc.); logo na sequência, despontam as armas de fogo (17), muitas vezes acompanhadas de outros recursos. Muitos dos agressores, entretanto, relataram que antes de recorrer a facas e/ou bombas e/ou fogo, tentaram conseguir armas de fogo.

A cultura da violência funciona como um rastilho de pólvora, que explode sob várias formas e meios. Sob o império da *'fábrica da violência'*, como caracterizava Ianni (2004, p. 168), muitas dimensões do mesmo fenômeno se manifestam.

Em geral, a fúria da violência tem algo a ver com a destruição do "outro", "diferente", "estranho", com o que busca a purificação da sociedade, o exorcismo de dilemas difíceis, a sublimação do absurdo embutido nas formas de sociabilidade e nos jogos das forças sociais.

Assim, diversificadas formas de fobias assumem forma, causam sofrimento, realçam diferenças, sentenciam existências e recusam ao outro o direito de ser e existir. A intolerância e o ódio constituem-se em causa e efeito. Desta maneira, a escola foi se transformando em ambiente de catarse de crianças e jovens ressentidos e/ou seduzidos pela cultura nazista/fascista e pelas figuras públicas que a personificam.

Em condições adversas, nas quais as perspectivas societárias tornam-se progressivamente restritas, o racismo, o preconceito⁴¹, a xenofobia e a discriminação são aprofundadas, dando vazão, também, a formas de violência aberta. Nestas circunstâncias, não somente crianças de cinco, seis anos, reproduzem o que vivenciam nos seus círculos de relações, como o racismo e o preconceito, mas, também, professores valem-se de redes sociais e/ou salas de aula para manifestarem-se, favoravelmente, quanto ao nazismo e à eliminação física de “impuros”: negros, nordestinos, mulheres, petistas.

Desta forma, a apologia ao nazismo alcança qualquer um com o qual o adolescente ou professor tenha divergências políticas ou lhe seja diferente em quaisquer aspectos que lhes permita fincar suas fobias e preconceitos. Dois exemplos, neste particular, merecem registro: o caso do grupo de WhatsApp, com cerca de 30 estudantes adolescentes, no qual não apenas a apologia ao nazismo e a promoção do ódio eram código de permanência, mas onde circulou a proposição de criar a *Fundação Pró Reescravização do Nordeste*. O segundo exemplo diz respeito a um professor da rede estadual que, mesmo frente à ameaça de denúncia por apologia ao nazismo, declarou que não apenas era favorável a *mandar eleitores do PT para uma câmara de gás*, mas que gostaria de *ser o cara responsável por expelir o gás*⁴².

A cultura da violência e da intolerância social também alcança professores e diretores contra crianças e adolescentes. Os eventos (12) em que os agressores foram professores e/ou diretores envolvem castigos que podem ser caracterizados como tortura contra crianças e bebês ou exposição à *‘situação degradante’*; assédio sexual; uso desproporcional da força; agressão e ameaças.

Outros três⁴³ eventos têm como protagonistas policiais que, dentro das escolas, utilizam da força física para impor sua autoridade contra adolescentes ou para ameaçá-los. Registros de arbitrarie-

41 Vale registrar que o preconceito não se restringe à cor da pele, à estética, ao gênero, à diversidade sexual ou à origem regional. Ele alcança, também, a condição socioeconômica. Em outubro de 2022, estudantes de medicina, no RJ, em um torneio de futebol de salão, gritavam excitados: “**eu sou playboy, não tenho culpa se seu pai é motoboy**”. (Grifos nossos). https://www.em.com.br/app/colunistas/ricardo-kertzman/2022/10/12/interna_ricardo_kertzman,1405988/elite

42 <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/11/03/professor-de-historia-elogia-nazismo-na-web-e-e-afastado-de-escola-em-sc-policia-investiga.ghtml>

43 Um outro evento enquadrado nesta rubrica teve como agressor o pai de uma estudante, que foi à escola para confrontar um estudante, ex-namorado da filha.

dade policial envolvem tanto quando há chamados para intervenção policial, por parte da Direção, como em escolas cívico-militares, nas quais atuam de dentro das escolas, impondo a disciplina militar (inclusive no método). Na escola do DF (op. cit.) na qual a diretora recusou-se a retirar a exposição de trabalhos dos estudantes sobre o Dia da Consciência Negra (em que a violência policial contra negros também foi retratada), ao protesto estudantil contra a exoneração da Diretora, os policiais responderam com mais violência. Neste episódio particular, o método da força, do constrangimento e da coação contra um estudante de 14 anos é ilustrativo, conforme demonstram os vídeos publicizados: *Bota a mão pra trás, você. Tô falando sério. Tu não é machão? Lá em cima tu não é machão? No meio dos outros tu não é machão?* À pergunta do estudante se vai apanhar, o PM respondeu: *Se precisar. Você quer ver? Vem me ameaçar... Eu te arrebento*⁴⁴ (Grifos nossos).

O Programa de Escolas Cívico-Militares (Pecim⁴⁵) inscreve-se no rol de avanços contra a Escola Pública e Democrática e de intervenções contra a atividade docente (tal qual a ESP). De acordo com Santos e Alves (2022), a demanda de militares por escolas públicas para seus filhos, longe das *influências civis* remete ao final dos anos 1990.

Sob a lógica da destruição da Escola Pública como espaço de *Scholé* para submetê-la à mercantilização da Educação (através de terceirizações, *vouchers*, parcerias e/ou privatizações), a violência no ambiente escolar é funcional à desautorização da atividade docente, ao sucateamento deliberado da escola pública e à desdemocratização da educação. As escolas cívico-militares, nestas condições, servem aos propósitos de contenção e domesticação daqueles socialmente excluídos e ‘*moralmente*’ indisciplinados.

44 <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/05/13/professores-dizem-que-nunca-houve-dialogo-com-pms-em-escola-da-estrutural-onde-militar-ameacou-aluno-no-df.ghtml>

45 O Pecim foi instituído já no primeiro ano de governo de Jair Bolsonaro (PSL; PL/RJ), através do Decreto n. 10.004, de 05/09/2019. De acordo com o Decreto, tem por objetivo implantar o modelo cívico-militar nas *escolas públicas de ensino regular que possuem baixo resultado no Ideb e que atendam alunos em situação de vulnerabilidade. Com essa implantação, o propósito do programa é promover melhoria na qualidade na educação básica nos ensinos fundamental e médio e contribuir para o Plano Nacional de Educação, bem como para a redução da evasão, repetência e do abandono escolar*, conforme Observatório Social PECIM. <https://pecim.ibict.br/sobre-o-pecim/> Há que acrescentar que para além da militarização das escolas civis, os policiais da reserva ou reformados que integrem o Programa nas parcerias de estados e municípios com a União, o artigo 15 da Portaria 2.015/2019, oferecia duas formas de pactuação quanto aos aportes financeiros (ANDES-SN, 2021). No caso da BA, os policiais recebem salários que oscilam entre R\$ 2.000,00 e R\$ 3.000,00 para *cuidar da parte disciplinar da escola*.

A disciplina militar que domina nas escolas cívico-militares é, portanto, a disciplina dos quarteis e das ruas *perigosas*, nas quais os jovens (majoritariamente pobres e pretos) são culpados até prova ao contrário. Como observou a pedagoga, doutora em Educação, Maria Jaqueline de Grammont: *O Brasil não combate a pobreza, nosso país combate o pobre*⁴⁶. Para disciplinar corpos e mentes (Foucault, 1987), é preciso uniformizar os corpos através da roupa, dos cortes dos cabelos, das marchas e dos hinos, e impor comportamentos conforme as regras estabelecidas. É preciso obedecer e subordinar-se, reconhecendo a autoridade dos que mandam, condicionando-se à disciplina das instituições e da ordem que as sustentam.

Afinado com estes propósitos, em julho de 2019, o Congresso Nacional promulgou Emenda Constitucional ao parágrafo 42 da Constituição Federal, permitindo a policiais militares, bombeiros e demais instituições militarmente organizadas, acumular cargos e salários de professores nas escolas, exigindo-lhes somente a observação de compatibilidade de horários. Com a aprovação da proposta de autoria do coronel da reserva da Polícia Militar do DF e ex-deputado, Alberto Fraga (DEM-DF), este comemorou a *autorização para que seus colegas de farda possam ensinar ‘os valores militares’ às crianças e adolescentes das escolas públicas*. Na mesma toada, o senador Marcos Rogério (DEM-RO) afirmou que os policiais estão *absolutamente preparados* para lecionar. Declaração endossada pelo senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), para quem a aprovação da Emenda representou o *avanço no reconhecimento da capacidade pedagógica e intelectual* de policiais e bombeiros⁴⁷.

Em consonância com o Parlamento, a maioria dos governos estaduais atuam no mesmo sentido. A título de ilustração, no estado de Mato Grosso, o governo Mauro Mendes (União Brasil/MT) declarou: *nosso objetivo é avançar com as escolas cívico-militares. Já implantamos 31 em 2024 e queremos alcançar 100 unidades nos próximos anos*. Mauro Mendes, assim como seus pares em 19 estados⁴⁸ (cujo caso mais emblemático é de SP), continua empenhado na militarização das escolas, em que pesem o Pecim ter sido extinto

46 <https://www.intercept.com.br/2021/02/09/o-brasil-nao-combate-a-pobreza-nosso-pais-combate-o-pobre/>

47 <https://www.brasildefato.com.br/2019/07/03/lei-agora-permite-uso-de-policial-como-professor-em-escola-publica/>.

48 <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/reacao-lula-19-estados-manter-escolas-civico-militares/>

pelo governo Lula da Silva (PT/SP) em julho de 2023; as manifestações do STF sobre o tema (caso de SP⁴⁹); e a recomendações da ONU sobre o fim destas escolas no Brasil⁵⁰.

Por fim, cabe registrar o crescimento das agressões entre estudantes, inclusive nas escolas cívico-militares, o que evidencia que tampouco sobre o aspecto da disciplina (através da força e do controle), tais escolas têm competência para apresentar os resultados que se arrogam capacitadas. Inclusive porque a violência, a repressão, a força e a coerção não se constituem em instrumentos educativos, mas em instrumentos de recalque e ressentimento que, muitas vezes, somente reforçam a reprodução social destas formas.

Desta forma, embora brigas entre estudantes não seja propriamente incomum no ambiente escolar, o que transforma este tipo de evento em algo bastante preocupante é o número crescente e as formas mais perigosas (que envolvem, incluso, o uso de alguma espécie de arma)⁵¹. Neste sentido, das diferenças que eram resolvidas em discussões acaloradas e, em algumas situações mais extremas, via enfrentamentos físicos, avançaram para agressões (independente de gênero) que envolvem violência física de toda espécie, normalmente com plateia que atua para fomentar e não para dissuadir. Ou seja, a violência constitui-se em estímulo e espetáculo, tanto como manifestação da percepção desumanizada de quem está em combate, como para garantir bons vídeos para postar nas redes sociais.

49 <https://www.metropoles.com/sao-paulo/dino-suspende-julgamento-de-acao-sobre-escola-civico-militar-em-sp>

50 <https://www.metropoles.com/sao-paulo/onu-psol-fim-escolas-civico-militares>

51 Dados apresentados pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) é bastante ilustrativo (mesmo que nos limites de Belo Horizonte) desta explosão de violência envolvendo adolescentes. De acordo o levantamento, em 2023, 200 situações do tipo foram julgadas pela Vara da Infância e da Juventude da capital. Número que é 400% maior que o relatado no ano anterior – foram 40 casos em 2022. [...] acendem um alerta para o crescimento da violência e o conflito entre colegas da mesma turma: assim como os infratores, as vítimas também são estudantes. [...] *Observamos que pequenos incômodos são suficientes para fazê-los partir para a agressão*, pondera a juíza titular da Vara Infracional da Infância e da Juventude, Riza Aparecida Nery. [...] as infrações por vias de fato (como empurrar, sacudir e puxar cabelo, desde que não machuquem) e lesão corporal (quando deixa marcas, como esfaquear) são a maioria. Os delitos representam, juntos, 37,67% dos casos. [...] Em segundo lugar, está a prática de ameaça (28,77%), o que condiz com o cenário de medo que rodeou as escolas em 2023. Uma lista de ameaças de massacre em instituições circulou nas redes sociais, principalmente no TikTok. Nesse tipo de ato infracional, que ocorre em escolas, os adolescentes – a maioria, meninos (67%), de 14 anos (39%) e estudantes de escola pública (97%) – atacam outros estudantes. O relatório da Justiça elenca que 68,1% das vítimas são alunos. <https://www.otempo.com.br/cidades/2024/6/27/casos-de-ameaca-e-agressao-em-escolas-cresceu-400-em-um-ano--vi>

Considerações Finais

Segundo compilação de dados disponíveis no Ministério de Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), pela Revista Pesquisa Fapesp, em 2013 foram registradas 3.7 mil vítimas de violência interpessoal na escola, 10 anos depois, o número avançou para 13.1 mil. Entre as vítimas: estudantes, professores e outros membros da comunidade escolar. Entre as ocorrências, 2,2 mil foram resultado de violência autoprovocada (ou seja, automutilação, autopunição, ideação suicida, tentativas de suicídio e suicídios), tipo de agressão que aumentou 95 vezes no recorte temporal avaliado (Queiroz, 2025).

Corroborando estes números, chama atenção as mensagens em um grupo de WhatsApp de pré-adolescentes entre 10 e 11 anos, cujas conversas variavam entre a reclamação para receber a arma, porque queria *se matar* ou de outro, que manifestava sua vontade de *dar uma facada*. Desperta atenção a idade destas crianças que incorporaram ao seu horizonte de interesses a naturalização de ideias de morte e de violência. No RJ, um pré-adolescente de 12 anos, simplesmente prendeu colegas e professor na sala, pôs fogo e saiu. Enfim, as dimensões das tragédias são muitas e devastadoras, na exata medida em que transcendem o evento e suas vítimas diretas. Tragédias praticadas por crianças, pré-adolescentes e adolescentes evidenciam níveis de desorientação coletiva, sofrimento psíquico e adoecimento social de grandes proporções. Afinal, se crianças e adolescentes *têm como referentes sociais* a linguagem da violência e a política do ódio, não apenas naturalizarão tais referentes, mas estarão mais vulneráveis aos apelos de comunidades que promovem a violência, os desafios autodestrutivos e a apologia (e suas consequências) *às ideias totalitárias*.

Como expressou a juíza Vanessa Cavalieri, da Vara da Infância e Juventude do Rio de Janeiro, *precisamos ter mais compaixão pelos adolescentes*, pois embora eles pareçam adultos, *ainda estão em desenvolvimento. São impulsivos e têm dificuldades em adiar recompensas. [...] Precisamos de letramento em adolescência*⁵².

Esta falta de *letramento em adolescência* se evidencia no que os especialistas alertam sobre o distanciamento social que não se es-

52 <https://asmetro.org.br/portalsn/2025/04/15/adolescentes-estao-morrendo-ou-cometendo-crimes-graves-na-internet-em-nome-de-um-suposto-respeito-a-privacidade/>

gotou com o fim da pandemia, mas que está relacionado (em graus diferenciados) à sedução das novas tecnologias, à virtualidade das relações e ao desenvolvimento de nomofobia (dependência do celular), alcançando não somente jovens e crianças, mas, também, adultos e idosos. Nesta condição, portanto, incluem-se pais, mães e avós.

As corporações tecnológicas (espécie de ‘Grande Irmão’ pós-moderno) constituíram-se em lócus da liberdade irrestrita e irresponsável, que retrocede ao estado de natureza, sem sociedade ou Estado. Paradoxalmente, as mesmas corporações que alardeiam o amplo e irrestrito direito à livre expressão são aquelas que mantêm acesso sobre dados, preferências e opiniões sobre quaisquer usuários, direcionando consumo, intercedendo nas escolhas eleitorais, reforçando grupos de opinião, proporcionando a formação de comunidades mórbidas, redes de pedofilia, organizações criminosas, desafios juvenis etc.

Unanimidade entre os especialistas convidados a opinar sobre a violência nas escolas, as redes sociais destacam-se como os principais meios através dos quais: **a)** o agressor é inicialmente ‘capturado’ (especialmente através de jogos); **b)** tem acesso à subcultura online e às chamadas *true crime community* (comunidade de crime real); **c)** promove a política do ódio e da violência; **d)** divulga suas intenções e ameaças; **e)** busca reconhecimento midiático. Em linhas gerais, as redes convertem-se em escolas acessíveis para aprender, desenvolver e socializar a violência. Exatamente porque as empresas que lucram com suas plataformas não respondem pelo conteúdo que permitem circular por seus meios.

Como esclarece Michele Prado, pesquisadora da USP, os adolescentes *formam um sistema de crenças no qual têm uma imagem autopercebida distorcida, de que o atentado vai transformá-los em heróis, em mártires, e de que haverá uma purificação*.⁵³ Consequentemente, a principal demanda neste sentido é a responsabilização das plataformas. Caminhando nesta direção, tanto o Executivo quanto o Judiciário têm articulado algumas ações. No caso do Executivo Federal, em 2023, o então ministro da Justiça, Flávio Dino, anunciou recursos para enfrentar a violência nas escolas, a formação de grupo de trabalho e parceria com a organização não go-

53 <https://www.abcmais.com/brasil/ataque-a-escola-entenda-como-grupos-de-odio-atraem-e-recrutam-adolescentes/>

vernamental SaferNet Brasil⁵⁴, assim como a disponibilização de um canal virtual para receber denúncias de ataques. Ainda como parte da reação institucional, o então ministro reuniu-se com representantes das empresas Meta, Kwai, TikTok, WhatsApp, Youtube, Twitter e Google, esclarecendo que em caso de não monitoramento ativo em relação a ameaças de ataques em escolas, seriam tomadas as necessárias *providências policiais e judiciais*.

Dois dias depois, somente no Twitter, 511 perfis com discursos de apologia à violência foram identificados, sendo solicitada a exclusão de 270. Isto apesar de manifestações de representantes da empresa que alegam *que a existência de perfis ligados a ameaças e ataques em escolas não contraria os ‘termos de uso’ do site*⁵⁵. Em 10 dias de operação, 225 pessoas foram presas ou apreendidas e 1.224 casos estavam sob investigação. De acordo com informe de Flávio Dino, foram 7.473 denúncias e 1.595 boletins de ocorrência⁵⁶. Como sintetizou o então ministro: trata-se de uma *‘epidemia’*.

Na outra frente de atuação do Estado, desponta o STF, na figura do ministro Alexandre de Moraes, o qual tem sido ativo quanto à imposição das corporações tecnológicas à legislação nacional, assim como na vocalização para que as plataformas sejam devidamente responsabilizadas com relação aos perfis que promovem o ódio e a violência⁵⁷.

Por fim, assim como a violência que ocorre dentro das escolas, há que considerar aquelas iniciativas que atuam contra a escola pública. Parafraseando Darcy Ribeiro, a violência contra a escola (educação) *não é conjuntural*, é um projeto de longo prazo. E como

54 Em abril de 2023, a SaferNet informou que, desde 2006 [...] recebeu e processou 767.938 denúncias anônimas de apologia e incitação a crimes contra a vida envolvendo 143.302 páginas (URLs) distintas, das quais 116.070 foram removidas por violar a lei ou os termos de uso dos serviços e plataformas digitais. <https://www.poder360.com.br/governo/governo-cria-canal-para-combater-ataques-em-escolas/>

55 <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/twitter-diz-ter-derrubado-546-perfis-com-ameacas-a-ataque-nas-escolas>

56 <https://www.osul.com.br/ministro-da-justica-diz-que-mais-de-750-perfis-foram-derrubados-nas-redes-sociais-em-combate-a-violencia-nas-escolas-no-brasil/>

57 Na contramão da responsabilização das plataformas, Mark Zuckerberg, CEO da Meta, em janeiro/2025, anunciou mudanças significativas nas políticas de verificação de fatos nas plataformas Facebook e Instagram. Em nome da liberdade de expressão, a empresa se isenta de responsabilidade sobre o conteúdo do que veicula e difunde, associando-se à política da empresa X (ex-Twitter), de Elon Musk, e do governo de Donald Trump. <https://www.conjur.com.br/2025-fev-18/liberdade-de-expressao-e-desafios-constitucionais-caso-meta-e-regulacao-digital/>

tal, assume muitas formas e nomeações, mas, ao final, convergem para a mesma finalidade. Desta maneira, a escola que atualmente *é cenário de tantas violências é a mesma que foi sendo* sucateada ao ponto de torná-la ambiente sem estrutura adequada; com professores horistas e mal remunerados, progressivamente desvalorizados e recorrentemente desautorizados como profissionais da educação. Trata-se da mesma Escola que precisou aderir à aprovação automática de crianças e adolescentes que, muitas vezes, não ultrapassam o analfabetismo funcional; que assistiu o condicionamento de professores, forçados a atuar segundo métricas e *bônus*; que é vítima das *escolas fake* e dos cortes orçamentários. Mas, ela é, também, a Escola que resiste através de professoras e professores comprometidos. Paradoxalmente, apesar das inúmeras evidências quanto aos prejuízos do ensino remoto durante a pandemia de Covid-19 e das pesquisas que revelam a relevância dos professores para o processo de aprendizagem dos estudantes, a Escola Pública e os professores continuam submetidos à mesma lógica e ao mesmo projeto de destruição de antes do *'lockdown'*.

Vítimas destacadas das violências *nas* e *sobre* as escolas, professores sujeitam-se a vários turnos e turmas, em escolas diferentes, para garantir a sobrevivência material, enquanto adoecem, junto com muitos estudantes. Assim, se durante a pandemia foram obrigados a ministrar aulas usando recursos tecnológicos para os quais não foram preparados nem assegurados os recursos necessários, após a pandemia, têm sido demandados a *'identificar'*, *'acolher'* e *'intervir'* em relação a estudantes emocionalmente vulneráveis, possíveis ideias suicidas e automutilações ou potenciais agressores.

Imersa em uma sociedade marcadamente intolerante e beligerante, a escola reflete a *banalização do mal* sob suas *múltiplas faces e formas*. E, involuntariamente, lhe ser palco. Neste cenário, crianças e adolescentes atuam como figurantes tristes e adoecidos imaginando-se autores e protagonistas.

Referências

ADORNO, T. W.; FRENKEL-BRUNSWIK, Else; LEVINSON, Daniel J.; SANFORT, Nevitt. La personalidad Autoritaria (Prefácio,

Introducción y Conclusiones). **EMPIRIA, Revista de Metodología de Ciencias Sociales**. N. 12. Jul-Dic, 2006 [155-200]

ANDES-SN. **Dossiê: Militarização do governo Bolsonaro e intervenção nas instituições federais de ensino**. Brasília/DF, 2021.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo** Antisemitismo, Imperialismo, Totalitarismo. Tradução Roberto Raposo. 3ª Reimpresão. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

_____. **O que é política?** Fragmentos das obras póstumas compiladas por Ursula Ludz. Organização de Ursula Ludz. Pósfácio de Kurt Sontheimer. Tradução Reinaldo Guarany. 2ª ed. Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 1999.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da Democracia**: Uma defesa das regras do jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 5ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.

CASTEL, Robert. **El ascenso de las incertidumbres**: Trabajo, protecciones, estatuto del individuo. 1ª ed. 1ª reimpr. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. 2ª ed. Rio de Janeiro: EPSIV/Editora UFRJ, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis/RJ: Vozes, 1987.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Tradução José Otávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2017.

GARCIA, M.; DIAS, J. C. O movimento Escola sem Partido: entre o controle político da atividade docente e as tentativas inconstitucionais de retomada da censura. **Revista Brasileira de Educação** [Internet]. 2024;29:e290055. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782024290055>. Acesso em: 29 maio 2025.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere vol. III: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política.** Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HARVEY, David. O “novo imperialismo”: acumulação por desapossamento (Parte II). Tradução de Mariana Bueno e Fhoutine Marie Reis Souto, pesquisadoras do NEILS. Revisão de Lúcio Flávio de Almeida. In **Revista Lutas Sociais**. N. 15/16, jul-dez/2005; jan-jun/2006.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LAZZARATO, Maurizio. **El capital odia a todo el mundo: Fascismo o revolución.** 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã (Feuerbach).** Tradução José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 6ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

OFFE, Claus; RONGE, Volker. Dominação de classe e sistema político. Sobre a seletividade das instituições políticas. In OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista.** Tradução de Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PASSOS, Pâmella; MENDONÇA, Amanda. **O professor é o inimigo: uma análise sobre a perseguição docente no Brasil.** 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

QUEIROZ, Christina. Violência escolar aumenta nos últimos 10 anos no Brasil. **Revista Pesquisa Fapesp.** Publicado on line em 03/05/2025. Ed. 350, abr/2025.

ROMANO, Silvina María. **Lawfare: La guerra por otros medios.** 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2025.

SANTOS, Boaventura dos. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In **A crise dos paradigmas**

em Ciências Sociais e os desafios para o século XXI. Heller, Agnes. *Et al.* Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

SANTOS, Eduardo J. F.; ALVES, Miriam. F. Militarização da educação pública no Brasil em 2019: análise do cenário nacional. **Cadernos de Pesquisa**, v. 52, p. e09144–e09144, 24 jun. 2022. Acessado em 23/05/2025.

SILVEIRA, Alair. Neofascismo: do que se trata? – Reflexões preliminares. In **Desafios Contemporâneos**. SILVEIRA, Alair; SANTOS, Irenilda Angela dos. (Orgs.). Cuiabá/MT: Paruna, 2024.

The background of the image is a dramatic seascape. The sky is filled with heavy, dark, and swirling clouds, with a bright light source breaking through near the top center, creating a strong lens flare and illuminating the scene. The sea below is turbulent, with dark, churning water and white, frothy waves crashing in the foreground. The overall mood is one of power, conflict, and environmental intensity.

**CAPITALISMO
CONTEMPORÂNEO**
**Relações de poder e desafios
ambientais**

THINK TANKS:

Prescrutando realidades sociopolíticas, corações e mentes ao redor do mundo e a disputa hegemônica contemporânea

Ary Cesar Minella¹

Os *think tanks*, organizações voltadas à pesquisa e formulação de políticas públicas, expandiram-se significativamente, adquirindo influência nos âmbitos local, regional e internacional. Este artigo examina o papel do financiamento estadunidense — proveniente de governo, fundações, instituições privadas, corporações e universidades — na sustentação desses centros de pesquisa em três dimensões: a) sua presença na América Latina, Europa, Ásia e África; b) sua participação em iniciativas como o *Think Tanks Initiative (TTI)* e o *On Think Tanks (OTT)*; e c) seu envolvimento em programas como o *Global Barometer Surveys Americas Barometer*, *Think Tanks and Civil Societies Program*. A pesquisa, baseada em investigação bibliográfica e documental, identifica o financiamento de 86 *think tanks*, distribuídos entre 29 países da África, Europa e Ásia (47 instituições) e 17 países da América Latina e do Caribe (39 instituições). Sem avaliar o montante de recursos envolvidos, evidencia-se: a centralidade da *USAID*, *NED* e *CIPE* no financiamento dessas organizações; o papel de grandes fundações no *TTI* e na *OTT*; e a importância da *USAID*, *NED* e universidades no *Global Barometer Surveys*. Com base nesses dados, observa-se como essa rede de *think tanks* é mobilizada para atender a duas demandas geopolíticas estratégicas: a) mapear contextos locais, regionais e internacionais; e b) analisar e contrapor a crescente influência da Rússia e, especialmente, da China, no atual cenário de disputa hegemônica. Conclui-se que esse financiamento tem contribuído para consolidar a hegemonia dos Estados Unidos e, atualmente, é empregado na tentativa

¹ Dr. em Estudos Latino-americanos (UNAM), professor titular (aposentado) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), membro do GT Clacso Estudos sobre Estados Unidos e do Núcleo de Estudos Sociopolíticos do Sistema Financeiro (NESFI). Texto e traduções revisados com Microsoft Copilot. minella.ary@gmail.com

de mitigar seu declínio e enfrentar novos protagonistas no cenário global. Esse contexto impõe desafios analíticos e operacionais ao universo dos *think tanks*, exigindo uma reavaliação de suas funções e impactos.

Introdução

Os *think tanks* desempenham um papel relevante no debate político, especialmente nos Estados Unidos e na Europa, e têm sido amplamente estudados na literatura internacional e, mais recentemente, no Brasil. Em geral, essas organizações são dedicadas à pesquisa e análise, oferecendo embasamento para propostas de políticas públicas e promovendo suas ideias a fim de influenciar decisões governamentais.

Os estudos sobre *think tanks* abrangem uma diversidade de questões, desde sua autonomia e credibilidade até suas fontes de financiamento e impacto na definição de prioridades de pesquisa. Também são debatidos aspectos como transparência, governança interna e os efeitos das transformações digitais na produção do conhecimento, além de seu posicionamento diante das novas dinâmicas internacionais.

Este artigo examina a participação de entidades dos Estados Unidos — governo, fundações, instituições privadas, corporações e universidades — no financiamento de *think tanks* na América Latina, Europa, Ásia e África. A análise abrange programas de pesquisa de grande alcance, como o *Global Barometer Surveys* e o *Americas Barometer*, além de iniciativas relevantes nesse campo, como o *Think Tanks Initiative (TTI)*, o *On Think Tanks* e o *Think Tanks and Civil Societies Program*. Com base nesses dados, investigamos como esses centros de pesquisa são mobilizados para atender a duas demandas geopolíticas estratégicas: examinar contextos locais, regionais e globais e contrapor a presença da Rússia e, especialmente, da China no atual cenário de disputa hegemônica.

Como etapa inicial, apresentamos breves considerações conceituais e teóricas sobre *think tanks*.

Think tanks: considerações conceituais e teóricas

A definição de *think tank* ainda é objeto de discussão no contexto da expansão, diversidade e inserção dessas organizações em distintos contextos sociopolíticos.² Em termos gerais, são consideradas organizações que produzem conhecimento para influenciar políticas públicas, podendo estar vinculadas a instituições acadêmicas, governamentais, partidárias, empresariais, organismos multilaterais ou outras formas organizacionais.

Diferentes abordagens teóricas analisam seu papel (Abelson, 2006; Medvetz, 2012). A visão elitista os entende como instrumentos da elite dominante, enquanto a perspectiva pluralista os considera atores que competem no debate político. Já a abordagem institucionalista examina seu ambiente estrutural e influência na formulação de políticas.

Medvetz (2012) propõe uma visão relacional considerando as relações de poder e determinações sociais que influenciam sua atuação. Inspirada em Bourdieu, considera que os *think tanks* operam em um campo intersticial entre academia, política, mercado e mídia, destacando que essas instituições não são independentes, mas moldadas por suas conexões com agentes e setores diversos.

A perspectiva gramsciana os relaciona ao conceito de intelectuais orgânicos e ao papel na construção da hegemonia (Gill, 1991). A perspectiva analítica gramsciana, inspira minhas análises e é adotada por autores como Barros e Taylor (2020), Vidal e Brum (2020), Vidal, Brum e Lopez (2021). No contexto da disputa hegemônica atual, os *think tanks* **são vistos como instrumentos de «poder brando»** (Rodríguez, 2020) e podem ser inseridos no cenário de “guerra híbrida”.

Os *think tanks* devem ser analisados em um contexto amplo, levando em conta os conflitos interburgueses em diferentes escalas - regional e internacional - e suas interações com outras classes e movimentos sociais. Essa abordagem amplia a compreensão de seu papel na atual disputa geopolítica.

2 Essa questão é abordada por vários autores. Ver especialmente Hauck (2017) e Wellstead, Howlett (2022).

A influência dos *think tanks* na formulação de políticas públicas é amplamente debatida na literatura.³ Os *think tanks* também fortalecem sua relação com a mídia para ampliar sua influência. Análise de estrutura interna envolve governança, financiamento e formação de especialistas. A literatura aborda diversas questões relacionadas aos *think tanks* por meio de estudos de caso e dedica especial atenção à formação de redes como fundamentais para sua ação e influência.

Estados Unidos: financiando uma rede mundial de think tanks⁴

Nossa análise agora se concentra na relação dos Estados Unidos com *think tanks* ao redor do mundo. As conexões entre os *think tanks* e as entidades dos Estados Unidos variam em continuidade, intensidade e objetivos. Alguns estabeleceram uma relação orgânica com entidades, caracterizada por vínculos permanentes e financiamento para múltiplos projetos ao longo dos anos. Outros, por sua vez, mantêm relações mais pontuais, colaborando em iniciativas específicas conforme o contexto (Minella, 2025).

O financiamento governamental dos Estados Unidos para *think tanks* ocorre de forma direta, principalmente por meio da USAID, e de maneira indireta através de organizações formalmente privadas, mas sustentadas por recursos públicos, como a *National Endowment for Democracy* (NED).⁵

A NED reúne quatro institutos: o *National Democratic Institute for International Affairs* (NDI), o *International Republican Institute* (IRI), o *American Center for International Labor Solidarity* (ACILS), também conhecido como *Solidarity Center*, e o *Center for International Private Enterprise* (CIPE),⁶ liderado pela influente *U.S. Chamber of Commerce* (*AmCham*). Assim, a NED representa

3 Para uma análise comparativa internacional mais recente sobre o tema, ver Smith, López e El-Badawi (2024) e Silva, Martins e Oliveira (2024).

4 Na elaboração do presente texto recuperamos e atualizamos dados e análises realizados anteriormente (Minella, 2021, 2023, 2025). As fontes de pesquisa incluem documentos da NED (National Endowment for Democracy - Supporting Freedom Around the World) especialmente National Endowment for Democracy's searchable grants database (quando disponível) e de seus institutos, além de documentos e dados disponíveis das páginas web dos *think tanks*.

5 Para estudos mais recentes sobre a NED ver, entre outros, Barbosa (2019), Minella (2023) e Vidal, Brum, López, (2021).

6 Sobre o CIPE ver Minella (2021) e Vidal, Lopez, Brum (2023).

uma articulação estratégica entre o governo, os dois principais partidos políticos, corporações e parte da liderança sindical dos trabalhadores norte-americanos. Desde sua criação em 1983, a NED tornou-se um importante meio de intervenção internacional sob a bandeira da democracia e do livre mercado (Minella, 2025).

Com recursos diretos do Departamento de Estado e da USAID e aprovados pelo Congresso dos Estados Unidos a NED repassa para seus quatro institutos. Atuam estabelecendo “parcerias” com uma ampla gama de instituições: partidos e órgãos políticos, associações empresariais, sindicatos, *think tanks*, ONGs, veículos de comunicação e diversas organizações da sociedade civil (Minella, 2023, 2025; Vidal, Brum Y Lopez, 2021).

É importante destacar que, na concepção do CIPE, um *think tank* ganha relevância política quando atua para a adoção de suas recomendações, e ainda entrega *seus produtos ao público certo*, garantindo visibilidade para suas propostas além de acompanhar sua implementação (CIPE, 2020b).

A investigação preliminar considerou o financiamento de 86 *think tanks* em 46 países. Desses, 47 estão distribuídos em 29 países⁷ da África, Europa e Ásia, enquanto 39 estão presentes em 17 países da América Latina e do Caribe (ALC). A Tabela 1 apresenta um resumo dos dados coletados. No Quadro 2, localizado no Apêndice, apresentamos a lista de *think tanks* da ALC, por país e entidades financiadoras.⁸

7 Países: Albânia, Argélia, Bangladesh, Bulgária, China, Coreia do Sul, Eslováquia, Europa, Indonésia, Iémen, Japão, Cazaquistão, Quênia, Quirguistão, Kosovo, Líbano, Macedônia do Norte, Malásia, Mianmar, Moldávia, Nepal, Polônia, Reino Unido, Sérvia, Taiwan, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão.

8 Devido à limitação de espaço, não foi possível incluir os dados sobre os *think tanks* das demais regiões. Entretanto, eles estão disponíveis em Minella (2025).

Tabela 1 – Entidades dos Estados Unidos – Financiamento a think tanks na África, Ásia e Europa (29 países, 47 think tanks) - período 2020-2023 e ALC - período 2018-2024 (17 países, 39 think tanks). Levantamento preliminar.

Entidades	<i>Think tanks (a)</i>		Total
	África, Ásia e Europa	ALC	
NED	19	14	33
CIPE	15	16	31
USAID	10	8	18
Fundações			
Open Society - IRF *(Ucrania)	9		9
Ford	2	5	7
Atlas Network		4	4
Open Society Institute (OSI)	2	1	3
Tinker		3	3
Gates	2		2
Open Society (OSF)		2	2
Hewlett		2	2
Outras Fundações (b) (10)	4	6	10
Demais			
EEUU -Embaixada/Consulado	2	1	3
International Budget Partnership (IBP)		2	2
German Marshall Fund	2		2
AmCham-UA (Ucrania)	2		2
NDI		2	2
Empresas (c) (5)		7	7
Outras entidades (d) (4)	1	3	4

Fontes: Elaboração própria a partir de dados da NED, National Endowment for Democracy's searchable grants database. Em: <https://www.ned.org/wp-content/themes/ned/search/grant-search.php>; NED, *Annual Reports*, disponíveis em: <https://www.ned.org/featured-publications/>; CIPE (2020a) e sites dos *think tanks*.

(a) Entre os *think tanks*, 16 e 15 (ALC) receberam financiamento de duas ou mais fontes.

(b) Com participação em um *think tank* as fundações Mott, McGovern, Smith Family e Wellspring Philanthropic Fund e na ALC as fundações Citi, Kellogg, MacArthur, Packard, Rockefeller e Heritage.

(d) Walmart (2), Citibank (2), Cargill, VMLY & R e PwC em um *think tank* (registros parciais).

(c) Com participação em um *think tank*: Rockefeller Brothers Fund (RBF), IRI e as Universidades Cornell e Duke.

(*) International Renaissance Foundation

Os dados indicam uma estrutura e dinâmica de financiamento de *think tanks* com alcance global, impulsionada direta e indiretamente por recursos governamentais. A centralidade da NED, CIPE e USAID se destaca, considerando o número de organizações financiadas - 33, 31 e 18 *think tanks*, respectivamente. Vale ressaltar que a pesquisa não levou em conta o volume de recursos envolvidos. É importante ter presente que o comando do CIPE está com a Câmara Americana de Comércio (AmCham), e o financiamento de *think tanks* ao redor do mundo se associa as articulações e financiamentos realizados pelo CIPE nas associações empresariais dos países onde atua.

As fundações, em sua maioria corporativas, financiam pelo menos 32 *think tanks*, com destaque para a Fundação Ford e a Atlas Network. A IRF (Open Society) destinou recursos a *think tanks* na Ucrânia, onde organizações norte-americanas também financiam 14 instituições. Esse cenário reflete a estratégia dos EUA e de alguns países europeus de financiar e, muitas vezes, criar *think tanks* em regiões antes influenciadas pela União Soviética.⁹

Alguns *think tanks* exercem um impacto regional significativo, como é o caso do Central Asian Development Institute (CADI) sediado no Uzbequistão. Financiado pelo CIPE, atua também no Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Turcomenistão. O Center for the Study of Democracy, da Bulgária, opera em sete países com financiamento da NED (Minella, 2025).

Na América Latina e Caribe, destaca-se a ampla rede de financiamento de cinco *think tanks* no México (Ethos, Fundar, Evalua, IMCO e CIDAC), apoiados por USAID, NED, CIPE e grandes fundações como Kellogg, Tinker, Hewlett, Ford, MacArthur, Packard, Atlas Network e OSF (Quadro 2). Na América Central, a Guatemala exemplifica esse cenário, com cinco *think tanks* (CIEN, FMM, ICEFI, ASIES e FUNDESA) compartilhando recursos provenientes da USAID, NED, CIPE e de corporações.¹⁰

Esta análise é enriquecida com dados sobre o Programa *Think Tanks Initiative* (TTI), gerenciado pelo *International Development Research Centre* (IDRC), do Canadá. Com um orçamento de apro-

9 Além de prescreutar o contexto local, os *think tanks* defenderam políticas de vinculação da Ucrânia com a União Europeia e a OTAN. Para mais informações sobre essa análise, ver Minella (2022).

10 Para estudo recente sobre *think tanks* na ALC, ver Lederman, Aguirre Martínez, Mercado (2025).

ximadamente USD 200 milhões, o programa financiou, entre 2009 e 2019, 43 think tanks em 20 países - 11 na América Latina, 18 na África Subsaariana e 14 no Sul da Ásia.¹¹

Entre os cinco financiadores do programa, destacam-se as fundações estadunidenses Bill & Melinda Gates e William & Flora Hewlett. Os demais são UK Aid, Norad e o Ministério das Relações Exteriores dos Países Baixos (NIRAS SWEDEN AB, 2019).¹²

Considera-se, a seguir, a participação de entidade dos Estados Unidos no projeto *The Think Tanks and Civil Societies Program* (TTCSP) e na *On Think Tanks* (OTT).

O projeto TTCSP,¹³ do *Lauder Institute* da Universidade da Pensilvânia, é emblemático da presença de entidades dos EUA no universo dos *think tanks*. O programa coleta dados e analisa o impacto dessas organizações nas políticas e na sociedade civil global, além de divulgar um ranking dos *think tanks* mais influentes, o último publicado em 2020 (McGann, 2021). Entre 2013 e 2020, o TTCSP promoveu cúpulas globais e regionais (África, Europa, América Latina, Mena, América do Norte e Asia-Pacífico), consolidando seu papel articulador. Não há dados disponíveis sobre o financiamento do TTCSP por outras entidades dos EUA.¹⁴

A OTT se destaca no cenário global por analisar, articular e servir de canal para financiar *think tanks*.¹⁵ Mantida por um “grupo fechado de financiadores”, recebe apoio de fundações dos EUA, como Hewlett, Gates, Open Society e o Wellspring Philanthropic Fund.¹⁶ Além de publicações regulares, elabora um relatório anual e organiza um encontro de líderes. Seu Diretório reúne dados de milhares de *think tanks*¹⁷ e, em sua formação, contou com financia-

11 Para informações sobre os *think tanks* financiados, ver Minella (2025).

12 Dados também disponíveis em: <https://idrc-crdi.ca/en/initiative/think-tank-initiative>. Para uma avaliação detalhada do TTI, ver Hurst (2021), Inesad, Fusades, Grupo FARO (2020).

13 Fontes: Disponíveis em: History and Mission — Think Tanks and Civil Societies Program e Past Summits & Reports — Think Tanks and Civil Societies Program. Acesso em: 4 abr. 2025. O site oficial ainda está acessível, mas não há atualizações sobre novos eventos desde 2021, após o falecimento de seu diretor James G. McGann.

14 Entre os patrocinadores dos relatórios das cúpulas aparece com frequência a Konrad Adenauer Stiftung (KAS).

15 Dados disponíveis em: On Think Tanks | Our story e On Think Tanks | Who we are & what we do. Acesso em: 25 e 26 fev. 2025 (datas de acesso de todos os links sobre a OTT).

16 A OTT recebe apoio de organizações de outros países, como as alemãs Fundação Bosch e Mercator Stiftung, a canadense IDRC e a suíça Fundação Jacobs. Disponível em: Our funding & partners.

17 Open Think Tank Directory. Disponível em: On Think Tanks | Open think tank directory.

mento da USAID e da Fundação Ford (Baertl, Nicolle, Gilbreath, 2023, p. 3).

A OTT desenvolve projetos sob encomenda para financiadores de *think tanks*. Com base na análise de 100 projetos disponíveis no *site*, destaco forte apoio de entidades dos EUA. A Open Society investiu USD 515.000 (2023-2026) para fortalecer a colaboração entre *think tanks* na Ásia Central e Europa Oriental.¹⁸ A USAID destinou USD 596.876 ao IPAR Senegal (2022-2025)¹⁹, enquanto o Departamento de Estado, em 2021, financiou treinamentos para *think tanks* panamenhos e regionais, promovendo intercâmbio com pares nos EUA.²⁰ Já a Fundação Gates apoiou o mapeamento de *think tanks* na Europa e no leste da Ásia.²¹

Think tanks: investigando contextos, corações e mentes e disputa pela hegemonia

Esta análise investiga como *think tanks* financiados são estimulados a interpretar contextos culturais, políticos e socioeconômicos em diferentes níveis. Além disso, explora seu papel na avaliação da crescente influência russa e, sobretudo, chinesa no cenário global, ilustrada pelos casos a seguir. Inicialmente, enfatizamos a relevância dos barômetros, projetos de investigação de alcance mundial.

Investigando contextos locais e regionais: os Barômetros

O Barômetro das Américas, conduzido pelo *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP) da Universidade de Vanderbilt (Nashville, Tennessee), destaca-se como um dos principais estudos sobre opinião pública na região. Esse amplo programa de pesquisa abrange países das três Américas e do Caribe, realizando entrevistas bienais. Nos ciclos de 2017, 2019, 2021 e 2023, foram entrevistadas, respectivamente, 43, 32, 64 e 41 mil pessoas.²²

18 Disponível em: On Think Tanks | Developing capacity and fostering collaboration among think tanks.

19 Disponível em: On Think Tanks | Technical assistance to ipar senegal.

20 Disponível em: On Think Tanks | Us-panama think tank collaboration with the us department of state.

21 Com um investimento de US\$ 107.962, o mapeamento oferece uma visão geral dos *think tanks*, destacando suas principais características e o contexto dos países onde atuam. Disponível em: On Think Tanks | Think tank landscape scan 2022.

22 Fonte: AmericasBarometer | Center for Global Democracy | Vanderbilt University. Acesso em: 3 mar. 2025.

A USAID é um dos principais financiadores dessa operação investigativa. Segundo Molina, executiva da agência, seus recursos são destinados a *informar o desenvolvimento da estratégia, orientar o desenho dos programas e avaliar os contextos nos quais a USAID atua* (Molina, 2021, p.2). O projeto também recebe financiamento da National Science Foundation e de fundações privadas, como Ford, Open Society e Tinker.²³ Além das grandes agências internacionais de pesquisa de opinião pública, diversos *think tanks* são mobilizados para conduzir os estudos e analisar os dados coletados.

Global Barometer Surveys²⁴

O Global Barometer Surveys (GBS) é um programa abrangente de pesquisa *para medir, em nível de massa, o atual clima social, político e econômico em todo o mundo*. Composto por um conjunto diversificados de organizações, que inclui *think tanks*, o GBS cobre cinco regiões: África (Afrobarômetro), América Central e do Sul (Latinobarômetro), Oriente Médio (Barômetro Árabe), países da antiga União Soviética (Barômetro da Eurásia) e Ásia (Barômetro Asiático).²⁵

Três entidades dos Estados Unidos estão entre os dez financiadores gerais do GBS: a NED e as fundações Ford e Henry Luce. Entre os demais, quatro são de Taiwan e três organizações internacionais.²⁶ Cada Barômetro conta com financiadores específicos e os estadunidenses estão presentes fundamentalmente nos Barômetros da Ásia, África e árabe, como se verá a seguir.

O Barômetro Asiático,²⁷ liderado pelo Hu Fu Center for East Asia Democratic Studies (Universidade Nacional de Taiwan) e financiado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, realizou cinco rodadas de pesquisa desde seu lançamento em 2001, incluindo as mais recentes (2018-2021 e 2022-2023). Atualmente, abrange 14 países e

23 Inclui-se também o PNUD, o Banco Mundial e o BID.

24 Fonte: Global Barometer Surveys. Acesso em: 14 abr. 2025.

25 A Ásia é subdividida em duas sub-regiões - Sul da Ásia e Leste Asiático Plus (Nordeste da Ásia, Sudeste Asiático, Austrália e Nova Zelândia).

26 De Taiwan: Institute of Political Science at Academia Sinica (IPSAS), National Taiwan University, Taiwan Foundation for Democracy e Chung-Liu Education Foundation. Demais: Banco Mundial, Transparência Internacional (UK) e o International Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA).

27 Origem dos dados referentes a este item: Asian Barometer. Acesso em: 02 mar. 2025.

regiões da Ásia: Taiwan, Hong Kong, China, Japão, Coreia do Sul, Mongólia, Filipinas, Tailândia, Cingapura, Indonésia, Vietnã, Malásia, Mianmar e Camboja.

Entre as organizações dos Estados Unidos que financiam o Barômetro Asiático estão a NED, a Henry Luce Foundation, o Carter Center e o Brookings Institution. No meio acadêmico, destacam-se as universidades Harvard, por meio do Fairbank Center for Chinese Studies, Columbia, com o Weatherhead East Asian Institute, e Stanford, representada pelo Center on Democracy, Development and the Rule of Law. Além disso, o Asia-Pacific Regional Headquarters²⁸ conta com a participação de diversas corporações norte-americanas.

O Afro Barômetro²⁹ é liderado por três *think tanks*: o *Ghana Center for Democratic Development* (CDD-Ghana), o *Institute for Justice and Reconciliation* (IJR), da África do Sul, e o *Institute for Development Studies* (IDS), da Universidade de Nairobi. A principal direção cabe ao CDD-Ghana, fundado em 1998, que conta entre seus financiadores a USAID, a NED, o NDI e as fundações Hewlett e Open Society (CDD-Ghana, 2020, p. 38). Além disso, a *Michigan State University* é uma das três “unidades de suporte” deste Barômetro.³⁰

Desde 1999, o barômetro realizou nove rodadas de estudos em até 42 países, com ciclos bienais ou trienais, abordando temas emergentes como mudanças climáticas e a presença da China na África. As pesquisas são conduzidas por 38 organizações, entre consultorias, institutos de opinião pública e *think tanks*. Dos 27 financiadores do Afrobarometer, 12 são dos Estados Unidos, incluindo a USAID, a NED e fundações como Packard, Ford, Mastercard, Open Society, Hewlett, Gates e Obama, além da *University of California San Diego*, do *United States Institute of Peace* (USIP) e da *Freedom House*.

28 Escritório regional de multinacionais que coordenam operações em países da região Ásia-Pacífico, com forte presença de multinacionais dos Estados Unidos. Fonte: Asian Business Hub – Business Directory Singapore & UAE. Disponível em: List of American MNC in Singapore. Acesso em: 5 mar. 2025.

29 Principais fontes: Ghana Center for Democratic Development (CDD-Ghana); Afrobarometer; Institute for Development Studies, University of Nairobi – Afrobarometer; Michigan State University – Department of Political Science – Afrobarometer e Afrobarometer, *Annual Report 2023*. Disponível em: 800871-AfroB-Annual-Report-2023_ENG-WEB.pdf Acesso: 6 março 2025.

30 As duas outras são o *Institute for Democracy, Citizenship and Public Policy in Africa*, da Universidade do Cabo e o Departamento de Política e Governo da *University of Malawi*.

O Barômetro Árabe foi criado pelo *Institute for Social Research da University of Michigan* em estreita colaboração com instituições e acadêmicos do mundo árabe.³¹ As pesquisas se realizaram em 15 países: Argélia, Bahrein, Egito, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Palestina, Arábia Saudita, Sudão, Tunísia, Catar e Iêmen. Na 7ª edição da pesquisa (2021/2022), foram entrevistados 26 mil cidadãos, enquanto na 8ª edição (2023/2024), esse número foi de 15 mil.³²

Dos 11 principais financiadores,³³ sete são dos Estados Unidos: USAID, o Departamento de Estado (via *Middle East Partnership Initiative* – MEPI), a NED, as universidades Harvard, Princeton e Michigan, além da Carnegie Corporation. Os demais incluem o UNDP, a BBC, o IDRC (Canadá) e o Qatar National Research Fund (QNRF).

Os dados do Quadro 1 oferecem uma visão abrangente da participação de entidades norte-americanas no financiamento dos quatro Barômetros.

Quadro 1– Entidades dos Estados Unidos no financiamento do *Global Barometer Surveys* e do Barômetro das Américas

Entidades	Global Barometer Surveys				Barom. Américas	Participação
	Geral	Ásia	Afro	Árabe		
USAID			x	x	x	3
NED	x	x	x	x		4
Universidades						
Harvard		x		x		2
Columbia		x				1
Princeton				x		1
Stanford		x				1
Princeton				x		1
Stanford		x				1
Califórnia San Diego			x			1

31 Fonte: *Institute for Social Research da University of Michigan, Center for Political Studies (CPS)*, disponível em: <https://cps.isr.umich.edu/project/arab-barometer/>. Acesso em: 14 mar. 2025. Dados sobre as pesquisas realizadas estão disponíveis em: site do projeto.

32 Fontes: Barômetro Árabe – Sétima Sessão – Barômetro Árabe e Barômetro Árabe – Oitava Sessão – Barômetro Árabe.

33 Fonte: <https://www.arabbarometer.org/ar/about/>. Acesso em: 14 mar. 2025.

Michigan				x		1
Michigan State				x		1
Vanderbilt					x	1
Fundações						
Ford	x		x		x	3
Open Society			x		x	2
Henry Luce	x	x				2
Gates			x			1
Brookings Institution		x				1
Carnegie Corporation				x		1
Carter Center		x				1
Packard			x			1
Freedom House			x			1
Mastercard			x			1
National Science					x	1
Obama			x			1
Hewlett			x			1
Tinker					x	1
Outros						
USIP			x			1
MEPI				x		1
Asia-Pacific Regional Head-quarter		x				1
Total	3	9	12	9	6	39

Fontes: Sites dos Barômetros. Elaboração própria

De modo geral, dois principais financiadores dos Estados Unidos se destacam: a NED, que financia o *Global Barometer* e três de seus barômetros, e a USAID, que apoia os barômetros da Ásia e da África, com especial ênfase no Barômetro das Américas. Além disso, dez universidades norte-americanas garantem presença acadêmica em cada barômetro. A edição árabe se destaca com cinco universidades, seguida pela asiática, com quatro. No Barômetro das Américas, a Vanderbilt University exerce um papel central. Já no Afro Barômetro, as fundações privadas têm maior participação, concentrando oito das doze instituições.

A análise do conjunto de dados revela o protagonismo de entidades dos EUA no financiamento e sustentação de *think tanks* em âmbito global. USAID, NED e CIPE desempenham papéis centrais, com as duas primeiras se destacando no amplo apoio a barômetros - ferramentas cruciais para sondar contextos, comportamentos e percepções ao redor do mundo. Fundações como Ford, Open Society, Hewlett e Gates ampliam sua influência ao financiar barômetros e organizações relevantes para o setor, como o anterior TTI e a atual OTT. As universidades também exercem papel ativo, sobressaindo-se Vanderbilt com o Barômetro das Américas e a Universidade da Pensilvânia com o projeto TTCSP.

Investigando contextos locais e regionais: *think tanks*

Para ampliar a análise destacada, apresentamos estudos conduzidos por *think tanks* na América Latina para investigar contextos locais e regionais. Na Bolívia, com financiamento do CIPE, a Fundação Milenio - crítica ao Movimento ao Socialismo (MAS) - investigou 14 projetos industriais estatais (Duran, 2011). A partir de 2017, o CIPE apoiou o CIPPEC e o IBGC em um amplo estudo sobre mais de 70 empresas estatais no Brasil e na Argentina. Desde 2021, o CERES (Uruguai), com suporte da Atlas Network e corporações internacionais, desenvolve o projeto *Latin America Macro Vista*, voltado para a análise socioeconômica de 20 países da região. Além disso, o CIPE financiou o CIEN para estudar a democracia na Guatemala em comparação com outros países latino-americanos (CIEN, 2024).

Think tanks e a disputa hegemônica entre Estados Unidos e China

As relações entre Estados Unidos e China, assim como a atual disputa hegemônica, são amplamente discutidas na literatura.³⁴ Estudos específicos sobre *think tanks* nesse contexto podem ser encon-

34 Considere-se, por exemplo, as publicações do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos e do Observatório Político dos Estados Unidos (INC-T-INEU-OPEU) do Brasil, os Grupos de Trabalho do CLACSO (Estudos sobre os Estados Unidos; China e o novo mapa do poder mundial; Globalização, Economia Mundial e Economias Nacionais) e o Center for Strategic and International Studies (CSIS) dos Estados Unidos.

trados em autores como León-Manríquez, Álvarez (2014), Pontes (2021) e Wietchikoski, Milani (2024).

Reis (2021, p. 6) sinalizou para o posicionamento do Comitê de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos que considerou “predatórios”³⁵ os empréstimos e investimentos chineses na América Latina e na África e recomendou uma “estratégia de contenção” com maior engajamento do país *em organismos de defesa e em organizações da sociedade civil latino-americana*.

A seguir, apresento os conceitos de “capital corrosivo” (*corrosive capital*), de *poder agudo* (*sharp power*) e de “armadilha da dívida” – conceitos mobilizados por entidades norte-americanas na atual disputa hegemônica.³⁶

Segundo o CIPE (2018), capitais provenientes de “nações autoritárias”, como Rússia e China, representam uma ameaça à democracia e ao livre mercado. A entidade cunhou o termo “capital corrosivo” para definir *financiamento estatal ou privado sem transparência, prestação de contas ou orientação ao mercado*, que acentua fragilidades na governança e impacta o desenvolvimento político, econômico e social dos países receptores (CIPE, 2023, p. 2).

O CIPE contrapõe o conceito de “capital corrosivo” ao de “capital construtivo”, caracterizado por *fluxos financeiros bem governados, alinhados ao mercado, que fortalecem economias locais, ampliam a participação econômica e reforçam a confiança nas instituições democráticas* (CIPE, 2023, p.3). Para investigar o “capital corrosivo” em diversos países e regiões, o CIPE financiou *think tanks*. Esse conceito se relaciona ao de ‘poder agudo’, abordado a seguir (Minella, 2025).

No relatório sobre a influência da Rússia e da China na América Latina e Europa Central, a NED e o IFDS (*International Forum for Democratic Studies*) concluíram que Pequim e Moscou investiam bilhões de dólares para moldar a opinião pública global por meio da mídia, cultura, *think tanks* e academia (NED, IFDS, 2017). Esses “estados autoritários” utilizavam técnicas que, embora não fossem coercitivas (*hard power*), também não se enquadravam inteiramente como brandas (*soft power*), configurando um *poder voltado à distração e manipulação dos ambientes político e informacional*

35 Manifestação no contexto da avaliação do projeto de Lei de Competição Estratégica de 2021.

36 Para esta seção, recuperamos parte das análises realizadas em Minella (2025).

dos países-alvo. O relatório cunhou um termo para esse fenômeno: *sharp power* (poder agudo) (NED e IFDS, 2017, p.3).³⁷

Outro conceito mobilizado na disputa com a China é o da “armadilha da dívida”, também conhecida como *diplomacia da carteira de dívidas chinesa* (*debtbook diplomacy*). Em 2017, Brahma Chellaney, então vinculado ao *Centre for Policy Research* (CPR), um *think tank* indiano, introduziu o conceito de ‘armadilha da dívida’. Segundo ele, *a China está financiando projetos de infraestrutura em países em desenvolvimento estrategicamente localizados, frequentemente concedendo empréstimos vultosos a seus governos. Como consequência, esses países estão caindo em uma armadilha da dívida que os torna vulneráveis à influência chinesa* (Chellaney, 2017, s.p.). Parker e Chefitz (2018) expandiram a ideia em um estudo da Harvard Kennedy School.

Os think tanks latino-americanos e caribenhos na disputa hegemônica

Diversos *think tanks* latino-americanos adotaram os conceitos mencionados em suas pesquisas para embasar suas análises. O Centro para a Abertura e Desenvolvimento da América Latina (Cadaf, Argentina) investigou as relações da China com países da América Central (Piña, 2024) e demais nações latino-americanas (Cardenal, 2023). A Fundação Cidadania e Desenvolvimento (FCD) analisou os “capitais corrosivos” no Equador (FCD, 2022), enquanto a Fundação para o Progresso (FPP) explorou o tema no Chile (Claro *et al.*, 2021; Mcrae, 2022) e a Fundação Milenio, na Bolívia (Oporto, 2021).

Seguindo essa abordagem, as análises sobre os Tratados de Livre Comércio (TLC) entre a China e países latino-americanos resultaram em avaliações negativas, como no caso da Costa Rica (Hannig Núñez, 2024), Chile (Hannig Núñez, 2024a) e Peru (Cardenal, 2024).

Com apoio do CIPE, o CIPPEC publicou, em 2018, uma análise dos investimentos da China, Rússia e Venezuela em infraestrutura energética e de transporte na Argentina (Tintos, Szteinman,

³⁷ Sobre esse conceito ver Walker (2018).

Núñez, 2018). Com base nas pesquisas dos *think tanks* que financia, o CIPE (2023a) publicou uma análise sobre 50 projetos de investimento em Argentina, Bolívia, Chile, Equador e Venezuela.

No Brasil a NED apoia a Fundação Fernando Henrique Cardoso para a publicação, desde 2012, do *Journal of Democracy em Português*, uma versão do periódico *Journal of Democracy*, editado pela NED. A edição brasileira publicou artigos alinhados ao posicionamento da NED sobre a disputa hegemônica atual: Davidson (2024), Diamond (2022), Inboben (2021), Person e McFaul (2022) e Walker (2018). Para Diamond (2022, p.147), coeditor do *Journal* por 32 anos, *nenhum evento global do século XX foi mais prejudicial à causa da liberdade do que o surgimento da República Popular da China*.

Esses são exemplos de como alguns *think tanks* latino-americanos são mobilizados no contexto da atual disputa hegemônica.

Considerações Finais

Os dados apresentados revelam uma ampla rede de *think tanks* financiada a partir dos Estados Unidos. Identificou-se a centralidade dos financiamentos da USAID, agência governamental, e em duas organizações formalmente privadas, mas sustentadas por recursos estatais: a NED e o CIPE, este último controlado por corporações por meio da Câmara Americana do Comércio. Além disso, constatou-se a forte presença de fundações, que não apenas apoiam *think tanks* específicos, mas também organizam e financiam programas globais para o fortalecimento dessas organizações. Destaca-se, ainda, o papel das universidades nesse cenário.

As conexões com uma ampla rede de *think tanks* possibilitam abordagens simultâneas, quando necessário, de pautas investigativas conjunturais ou de longo prazo alinhadas aos interesses geopolíticos e econômicos do governo e das corporações dos Estados Unidos. O expressivo número de *think tanks* financiados e sua distribuição geográfica têm sido fundamentais para consolidar a hegemonia norte-americana, assumindo um papel estratégico no atual embate global.

Diante do crescente desafio à sua hegemonia, os Estados Unidos mobilizam sua rede de *think tanks* para analisar e conter a

ascensão de novos protagonistas, especialmente a República Popular da China. Conceitos como “capital corrosivo”, “poder agudo” e “armadilha da dívida” tornaram-se centrais nas pesquisas de muitas dessas instituições, orientando suas análises sobre os contextos em que atuam.

É fundamental reconhecer que os Estados Unidos e as três entidades centrais mencionadas atuam amplamente no exterior, financiando partidos, organizações sociais e políticas, associações empresariais e de trabalhadores, além de diversos movimentos. O financiamento de *think tanks* não ocorre de forma isolada, mas integra um conjunto articulado de instrumentos e ações externas do país. Essa dinâmica merece uma investigação mais aprofundada.

A crescente intensificação da disputa pela hegemonia trará novos desafios analíticos e exigirá redefinições nas pautas de investigação. Esta análise concentrou-se no financiamento de *think tanks* por entidades dos Estados Unidos, sem abordar, por limitações de escopo, fontes de financiamento de entidades locais, de outros países ou de organismos internacionais. A composição dos recursos varia significativamente entre os *think tanks* analisados, especialmente os da América Latina e Caribe, que receberam uma abordagem mais detalhada.

Ao mesmo tempo, é fundamental considerar a competição e as identidades que se formam entre os *think tanks* dentro de um mesmo país. Como destacado nas reflexões iniciais, essas instituições estão inseridas em cenários complexos, caracterizados por contradições e conflitos sociais, políticos e econômicos, tanto em âmbito local e regional quanto, cada vez mais, no contexto internacional.

Referências

BARBOSA, Leticia C.B. **Conquistando corações e mentes**: uma análise da National Endowment for Democracy no Equador (2006-2016). Florianópolis: Editora Em Debate/UFSC, 2019. (e-book).

BARROS, Amon; TAYLOR, Scott. Think Tanks, Business and Civil Society: The Ethics of Promoting Pro-corporate Ideologies. **Journal of Business Ethics**, v. 162, p. 505–517, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-020-04555-5>

org/10.1007/s10551-018-4007-y.

BAERTL, Andrea; NICOLLE, Stephanie; GILBREATH, Dustin. **Think tank state of the sector 2023**. Open Think Tank Directory, october 2023. Disponível em: *SoS-2023-Report-FINAL.pdf*. Acesso em: 25 fev. 2025

CARDENAL, Juan P. La incierta huella de China en América Latina. CADAL, **Diálogo Político**, 2023. Disponível em: <https://www.cadal.org/informes/pdf/La-incierta-huella-de-China-en-America-Latina.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2025.

CARDENAL, Juan P. **El TLC de Perú con China: Una relación comercial asimétrica en favor de China**. CADAL, 12 ago. 2024. Disponível em: <https://www.cadal.org/informes/pdf/TLC-China-Peru.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.

CDD-Ghana. **Annual Report 2020**. Ghana Center for Democratic Development, 2020. Disponível em: <https://cddgh.org/2023/03/2020-annual-report/>. Acesso em: 8 abr. 2025.

CHELLANEY, Brahma. **China's Debt-Trap Diplomacy**. Project Syndicate, 23 jan. 2017. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/china-one-belt-one-road-loans-debt-by-brahma-chellaney-2017-01>. Acesso em: 9 nov. 2024.

CIEN. **Democracia en Centroamérica: Análisis comparativo con enfoque en Guatemala**. Guatemala, 11 nov. 2024. Disponível em: <https://www.cipe.org/wp-content/uploads/2024/11/Democracia-en-Centroamerica.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2025.

CIPE. **Channeling the tide: Protecting democracies amid a flood of corrosive capital**. set. 2018. Disponível em: https://www.cipe.org/wp-content/uploads/2018/09/MXW_CIPE_CorrosiveCapitalPaper_PRINT_20190809.pdf. Acesso em: 10 mar. 2025.

CIPE. **The Role of Think Tanks**. 2020a. Disponível em: <https://www.cipe.org/reports/how-to-guide-for-economic-think-tanks/the-role-of-think-tanks/>. Acesso em: 10 mar 2025.

CIPE. **Beyond Research: Think Tanks in the Policy Process**. 2020b. Disponível em: <https://www.cipe.org/reports/how-to-guide-for-economic-think-tanks/beyond-research/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

CIPE. **CIPE is celebrating its 40th year of work to support economic development and democratic institutions around the globe. 2023.** Disponível em: <https://www.cipe.org/cipe-40/>. Acesso em: 5 mar. 2025.

CIPE. **Investing in Latin American Democracy: Impact of Corrosive and Constructive Capital.** 2023a, August. Disponível em: [Investing-in-Latin-American-Democracy_CIPE_2023.pdf](#). Acesso em: 15 nov. 2024.

CLARO, Fernando; HANNIG, Sascha; LAGOS, Juan; PANIAGUA, Pablo. **Capitales corrosivos: el caso chileno.** 2021. **Documento de Trabajo n. 6, Fundación para el Progreso (FPP)**, junio. Disponível em: [capitales-corrosivos.pdf](#). Acesso em: 12 nov. 2024.

DAVIDSON, Christopher. Países do Golfo Pérsico e sharp power: de aliados a adversários. **Journal of Democracy em Português**, v. 13, n. 1, p. 32–57, maio 2024,

DIAMOND, Larry. O arco da democracia: *do renascimento à ameaça*. **Journal of Democracy em Português**, São Paulo, v. 11, n. 1, junho 2022.

DURAN, Iván A. El estado de las empresas del Estado. **Coloquio Económico, n. 23**, Fundación Milenio, Bolivia, septiembre 2011.

FCD. **Inversiones chinas: ¿Cómo han afectado a la institucionalidad en Ecuador?** Quito, Ecuador: Fundación Ciudadanía y Desarrollo, septiembre 2022. Disponível em: [Inversiones chinas: ¿afectaron a la institucionalidad ecuatoriana?](#). Acesso: 14 nov. 2024.

GILL, Stephen. **American Hegemony and the Trilateral Commission.** New York: Cambridge University Press, 1991.

HAUCK, Juliana C. R. What are ‘Think Tanks’? Revisiting the Dilemma of the Definition. **Brazilian Political Science Review**, v. 11, n. 2, p. 1–30, 2017.

HANNIG NÚÑEZ, Sascha. **EL TLC de Costa Rica con China: 12 años de expectativas frustradas.** CADAL, 19 ago. 2024. Disponível em: [El-TLC-de-Costa-Rica-con-China.pdf](#). Acesso em: 5 dez. 2025.

HANNIG NÚÑEZ, Sascha. **El TLC de Chile con China: monocultivo del cobre, limitada diversificación y dependencia oculta.** CA-

DAL, 05 ago. 2024a. Disponível em: El-TLC-de-Chile-con-China.pdf. Acesso em: 5 dez. 2024.

INBODEN, Rana Siu. A China na ONU: sufocando a sociedade civil. **Journal of Democracy em Português**, v. 10, n. 2, nov. 2021.

INESAD, FUSADES y Grupo FARO. **El legado del programa «Iniciativa Think Tank» en Latinoamérica**. Quito: FARO, 2020. Disponível em: Iniciativa-Think-Tank-en-Latinoamerica.pdf Acesso em: 15 abr. 2025.

HURST, Andrew W. Reflections from the Think Tank Initiative and their relevance for Canada, **Canadian Journal of Development Studies**, v. 42, n. 3, p. 292-305, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/02255189.2020.1820313>

LEDERMAN, Florencia; AGUIRRE MARTÍNEZ, Orlando I.; MERCADO, Ana Belén (Coords). Dossier Think tanks y derechas en América Latina: nuevas perspectivas, **e-l@tina**, v. 23, n. 91, Buenos Aires, abril-junio 2025. Disponível em: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/elatina/issue/view/841>. Acesso em: 15 abr. 2025.

LEÓN-MANRÍQUEZ, José; ALVAREZ, Luis F. Mao's steps in Monroe's backyard: towards a United States-China hegemonic struggle in Latin America? **Rev. Bras. Polít. int.**, 57 (special edition), 2014, p. 9–27. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400202>.

MEDVETZ, Tom. **Think Tanks as an Emergent Field**. New York: Social Science Research Council, 2008.

MEDVETZ, Thomas. **Think Tanks in America**. Chicago: The University of Chicago Press, 2012.

McGANN, James G. 2020 Global Go To Think Tank Index Report. **TTCSP Global Go To Think Tank, Index Reports**, 18, 2021. Disponível em: 2020 Global Go To Think Tank Index Report. Acesso em: 5 abr. 2025.

McRAE, Isabelle. **Inversiones desde países no-democráticos en Chile: algunos datos**. Santiago: Fundación para el Progreso (FPP), Documento de Trabajo n° 7, out. 2022. Disponível em: Inversiones-desde-paises-no-democraticos-en-Chile.pdf. Acesso em: 15

mar. 2025.

MINELLA, Ary C. Intervención en el exterior en la era Trump: acciones del Center for International Private Enterprise (CIPE) en América Latina. In: MORGENFELD, Leandro; APARICIO RAMÍREZ, Mariana (org.). **El legado de Trump en un mundo en crisis. Ciudad de México**; Buenos Aires: Siglo XXI Editores; CLACSO, 2021. p. 421-445. Disponible em: <https://biblioteca-epositorio.clacso.edu.ar/handle/CLACSO/25866>.

MINELLA, Ary C. **La invasión “silenciosa” de los Estados Unidos**. El financiamiento de los think tanks en Ucrania. Estados Unidos: Miradas críticas desde Nuestra América, Buenos Aires, a. 4, n.8, p. 30-38, noviembre, 2022. Disponible em: <https://www.clacso.org/boletin-8-estados-unidos-miradas-criticas-desde-nuestra-america/>.

MINELLA, Ary C. **NED: intervencionismo en América Latina y el Caribe**. Estados Unidos. Miradas críticas desde Nuestra América, n. 9, jun. 2023, p. 38-45. Grupo de Trabalho Estudos sobre Estados Unidos. Disponible em: <https://www.clacso.org/boletin-9-estados-unidos-miradas-criticas-desde-nuestra-america/>.

MINELLA, Ary C. Think tanks latinoamericanos en el contexto de la actual disputa hegemónica. **e-l@tina. Revista eletrónica de estudios latinoamericanos**, Buenos Aires, v. 23, n. 91, p. 128-150, abr./jun. 2025. Disponible em: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/elatina/article/view/10360>. Acceso em: 15 abril 2025.

NED; IFDS. **Sharp Power: Rising Authoritarian Influence**. Washington, D.C.: National Endowment for Democracy, 2017. Disponible em: <https://www.ned.org/wp-content/uploads/2017/12/Sharp-Power-Rising-Authoritarian-Influence-Full-Report.pdf>. Acceso em: 15 mar. 2025.

NIRAS SWEDEN AB. **External Evaluation of the Think Tank Initiative (TTI) Phase Two, 2014-2019: Final Report**. Ottawa: IDRC, 18 abr. 2019. Disponible em: [tti-main-report-web.pdf](https://www.idrc.ca/dspace/bitstream/handle/10625/54444/tti-main-report-web.pdf). Acceso em: 5 abr. 2025.

OPORTO, Henry (ed.). **El capital corrosivo y los retos de buena gobernanza en Bolivia. La Paz**: Fundación Milenio; Plural Editores, 2023.

res, 2021. Disponível em: El capital corrosivo en Bolivia y los retos de buena gobernanza - Fundación Milenio (fundacion-milenio.org). Acesso em: 15 dez. 2024.

PARKER, Sam; CHEFITZ, Gabrielle. **Debtbook Diplomacy: China's Strategic Leveraging of its Newfound Economic Influence and the Consequences for U.S. Foreign Policy**. Cambridge: Belfer Center for Science and International Affairs, Harvard Kennedy School, 24 maio 2018. Disponível em: Debtbook Diplomacy PDF.pdf. Acesso em: 10 nov. 2024.

PERSON, Robert; MCFAUL, Michael. O maior temor de Putin. **Journal of Democracy** em Português, São Paulo, v. 11, n. 1, jun. 2022.

PLANELLS-ARTIGOT, Enrique; ORTIGOSA-BLANCH, Arturo; MARTÍ-SÁNCHEZ, Myriam. Bridging fields: A comparative study of the presence of think tanks. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 162, jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2020.120377>.

PONTES, Rúbia M. Think tanks estadunidenses e a China: a crítica homogênea na administração Trump (2017-2020). **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v. 12, jan./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.12957/rmi.2021.58701>.

PIÑA, Carlos E. **China en Centroamérica: entre la presión diplomática y la seducción económica**. CADAL, 16 set. 2024. Disponível em: China-en-Centroamerica-entre-la-presion-diplomatica-y-la-seduccion-economica.pdf. Acesso em: 14 nov. 2024.

REIS, Solange. Com apoio bipartidário, Lei de Competição Estratégica oficializa guerra fria contra China. **Panorama EUA**, v. 11, n. 5, maio 2021, p. 3-9. Disponível em: <http://www.opeu.org.br/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

RODRÍGUEZ, Raúl. **Los centros de pensamiento (tanques pensantes) y el proceso de conformación de la política exterior de Estados Unidos**. Anthropos, Barcelona (Espanha), n. 255, abr./jun. 2020.

SILVA, M.; MARTINS, B.; OLIVEIRA, C. O impacto dos think tanks na formulação de políticas públicas em democracias emergentes. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 26, n. 2, 2024, p.

123-145.

SMITH, John; LÓPEZ, María; EL-BADAWI, Ahmed. Reassessing Think Tanks' Influences: Evidence from Cross-National Surveys. **Comparative Politics Review**, v. 15, n. 2, 2024, p. 120-145.

TINTOS, Alejandro E.; GÓNZALEZ SZTEINMAN, Patricio; NÚÑEZ, Paula. **The Governance of Financial Assistance in the Infrastructure Sector in Argentina: International Aid Flows** – Final Report. Buenos Aires: CIPPEC Políticas Públicas / Public Management Program, CIPE, jun. 2018. Disponível em: <https://www.cipe.org/wp-content/uploads/2020/04/FINAL-REPORT-CIPPEC-AID-FLOWS.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2025.

VIDAL, Camila; BRUM, Luan. Por uma outra forma de (re)pensar as Relações Internacionais: hegemonia e criação de consenso. **Conjuntura Austral**, v. 11, n. 56, 2020, p. 109-121.

VIDAL, Camila; BRUM, Luan; LOPEZ, Jahde. Promovendo a democracia? Uma radiografia do NED para a América Latina. **Sul Global**, v. 2, n. 2, 2021.

VIDAL, Camila; LOPEZ, Jahde; BRUM, Luan. **Promovendo a 'democracia' por meio do livre-mercado: o papel do CIPE na América Latina**. Estudos e Análises de Conjuntura, OPEU, n. 22, set. 2023. Disponível em: :Estudos_e_Analises_n_22_Setembro_2023_O papel do CIPE. Acesso em: 12 abr. 2025.

WALKER, Christopher. O que é 'sharp power' e como ele perfura as instituições democráticas. **Journal of Democracy** em Portugues, v. 7, n. 2, nov. 2018.

WELLSTEAD, Adam M.; HOWLETT, Michel. (Re)Thinking think tanks in the age of policy labs: The rise of knowledge-based policy. **Australian Journal of Public Administration**, v. 81, 2022, p. 224-232. DOI: <https://doi-org.ez46.periodicos.capes.gov.br/10.1111/1467-8500.12528>.

WIETCHIKOSKI, Luciana; MILANI, Livia P. US Hegemony in Latin America: Think Tanks and the formation of Consensus about the Chinese Presence. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 67, n. 1, 2024, e001. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329202400101>.

Apêndice

Cuadro 2 - América Latina y Caribe. *Think tanks* con financiamientos de entidades dos Estados Unidos. **País:** Think tanks (SIGLA) **[entidad financiadora]**

Argentina: Centro de Implementación de Políticas Públicas para la Equidad y el Crecimiento (CIPPEC) [CIPE], Fundación Libertad (FL) [CIPE], Centro para la Apertura y el Desarrollo de América Latina (CADAL) [CIPE].
Bolivia: Fundación Milenio (FM) [CIPE], Fundación Aru (ARU) [NDI], Public Policy for Liberty (Santa Cruz de la Sierra) (POPULI) [CIPE].
Brasil: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) [CIPE], Fundação Fernando Henrique Cardoso (FFHC) [NED], Instituto Sívís (SIVIS) [Emb./Cons.EE.UU], Instituto Liberal do Rio de Janeiro (ILRJ) [CIPE].
Chile: Centro de Estudios Públicos (CEP) [NED, Fund. Ford, Fund.Tinker], Fundación Espacio Público (EP) [NED], Fundación para el Progreso (FPP) [CIPE].
Colômbia: Fundación para la Educación Superior y el Desarrollo (Fedesarrollo) [CIPE].
Costa Rica: Centro Latinoamericano para la Competitividad y el Desarrollo Sostenível (CLACDS) ¹ [USAID, NED, IRI, Fund. Ford, Cornell University, Cargil, Walmark].
Cuba: ² Think Tank 1 (TT-1) [CIPE], Think Tank 2 (TT-2) [CIPE].
Ecuador: Grupo Faro (FARO) [USAID, NED], Fundación Ciudadanía y Desarrollo (FCD) [CIPE].
El Salvador: Fundación Salvadoreña para el Desarrollo Económico y Social (FUSADES) [CIPE].
Guatemala: Centro de Investigación Económica Nacional (CIEN) [CIPE], Fundación Myrna Mack (FMM) [NED], Instituto Centroamericano de Estudios Fiscales (ICEFI) [NED], Asociación de Investigación y Estudios Sociales (ASIES) [USAID], Fundación para el Desarrollo de Guatemala (FUNDESA) [Citibank, Walmark].
Honduras: Centro de Documentación de Honduras (CEDOH) [NED], Foro Social de Deuda Externa y Desarrollo de Honduras (FOSDEH) [NED, USAID, NDI, OSF].
México: Fundación Ethos (Ethos Laboratorio de Políticas Públicas) (ETHOS) [USAID, Fund.Kellogg, Fund. Tinker, IBP], FUNDAR - Centro de Análisis e Investigación (Fundar-Mex), [Fundações: Hewlett, Ford, MacArthur, Packard e OSF, IBP], México EVALUA - Centro de Análisis de Políticas Públicas (México EVALUA) [NED, CIPE], Instituto Mexicano para la Competitividad (IMCO) [USAID, Atlas Network, Fund. Hewlett], Centro de Investigación para el Desarrollo (CIDAC) [USAID, Atlas Network, Fund. Hewlett].
Nicaragua: Fundación Nicaragüense para el Desarrollo Económico y Social (FUNIDES) [NED], Instituto de Estudios Estratégicos y Políticos Públicos (IEE-PP) [NED].
Paraguay: Instituto Desarrollo (ID) [USAID, NED].

Peru: Grupo de Análisis para el Desarrollo (GRADE) [Fund. Ford], Pro-Libertad Instituto (IPL) [NED, Atlas Network], Instituto de Estudios Peruanos (IEP) [USAID, OSI, Duke Univ., Fundações: Citi, Ford, Rockefeller, Tinker].
Uruguai: Centro de Estudio de la Realidad Económica y Social (CERES) [Atlas Network, Citibank, IBM, VMLY & R, PwC].
Venezuela: Centro de Divulgación del Conocimiento Económico para la Libertad (CEDICE) [CIPE, Fund. Heritage, Atlas Network].

Fontes: NED (especialmente *National Endowment for Democracy's searchable grants database* <NED Grant Search>), CIPE e informes anuais e outros documentos disponíveis nos *sites* dos *think tanks*; Minella (2025) Elaboração própria.

DÉMARCHE POPULISTA NA ERA ELETRÔNICA

Lucas Mariano Maciel-Baqueiro¹

Maria do Socorro Sousa Braga²

Introdução

Vemos, há pouco mais de uma década, o início de uma escalada polarizadora e que tem esgarçado a democracia liberal pelo globo. Políticos populistas com plataformas reacionárias, à semelhança de Donald Trump, Jair Bolsonaro, Giorgia Melloni, Javier Milei, apenas para mencionar exemplos, têm sido eleitos para governar com expressiva votação popular, sob bandeiras que apelam ao homem comum e que proclamam representar, simbolicamente, o verdadeiro espírito do povo. Suas plataformas políticas mobilizam um eleitorado que transpõe, ademais, as próprias relações políticas para o dia-a-dia, fora do próprio campo eleitoral.

À mesma maneira, as forças democráticas não têm conseguido reagir à capacidade de mobilização do populismo reacionário, que se faz ubíquo por meio da principal forma de expressão do homem moderno: a ágora pública eletrônica, por meio das redes sociais. Arguimos, nesse sentido, que tem faltado às forças contrárias ao populismo reacionário compreender que o animal político já não é o mesmo, tendo alterado substancialmente as atividades de sua *vita activa* à conformação da era da informação eletrônica.

Nesse sentido, entendemos que o populismo reacionário segue à risca uma leitura próxima da política agonística de Carl Sch-

1 Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em Ciências Sociais e Graduado em Humanidades pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Membro do Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latino-Americanos (NEPPLA) da UFSCar. E-mail: lucas.baqueiro@gmail.com

2 Professora titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Doutora e Mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenadora do Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latino-Americanos (NEPPLA) da UFSCar. E-mail: msbraga@ufscar.br.

mitt (1932), que é a da insuficiência do modelo de democracia liberal e da política como uma guerra total visando o controle do Estado pelo povo, compreendendo esse mecanismo como a real democracia. Suas operações podem ser bem interpretadas por meio de duas abordagens que, apesar de antagonizarem academicamente, são complementares: a discursiva, que entende o populismo como uma lógica política, proposta por Ernesto Laclau (2005); e a relacional, ou socio-cultural, que entende o populismo como uma lógica política de aproximação com o baixo capital simbólico, de Pierre Ostiguy (2017).

Para debatermos os sucessos do populismo reacionário, discutiremos, como tópicos, a transformação do homem na era da informação; a formação da massa e do povo como identidade política no populismo; a leitura schmittiana da regressão democrática liberal porquanto democracia radical; a interpretação de vontade geral para o populismo; e a lógica de competição e exclusão, dentro da formação das lógicas populistas, que movem os discursos autoritários contemporâneos. O objetivo é debater, muito mais do que prescrever, o que é a crise da democracia liberal nos dias de hoje.

De *zoon politikón* a *zoon elektronikón*, de *homo ex machina* a *machina ex machina*

O animal eletrônico

Bem conhecemos todos a definição clássica do homem porquanto animal político. É assim chamado por ter a singular capacidade de, ao expressar seus signos, manifestar comunitariamente seus valores, sentimentos e definições de mundo, estabelecendo um *modus vivendi* com seus congêneres (Aristóteles, 1998, p. 53–56): é o *zoon politikón*, *zoon logón ekhón*³. Contudo, entendemos que o animal político já não é o mesmo do período aristotélico, tendo os seus pressupostos básicos de vida — ademais, e sobretudo, no que diz respeito à vida política — radicalmente alterados por um processo de mobilização cognitiva provocado pela educação e pela especialização do trabalho (Inglehart, 1970, p. 46–49, 1993, p. 14–15).

Todavia, o processo de transformação da condição humana não foi rápido, à maneira de um raio que cai e muda as estruturas

3 Transliteração do grego “ζῷον πολιτικόν” (animal político), “ζῷον λόγος ἔχων” (animal que usa a palavra).

topográficas de um lugar pela ação do choque físico. É, muito mais, algo que deve ser observado pelo prisma da *longue durée* de Fernand Braudel (1958, p. 727–734), observando as marchas históricas que, seguindo tendências, foram alterando, de modo não-linear e muitas vezes em planos paralelos ou perpendiculares, o modo de ser do próprio homem. Entre estas tendências que se delineiam no tempo, duelam o *homo faber* e o *animal laborans* — isto é, o homem que fabrica o mundo e o homem que labora para a sobrevivência — e alteram profundamente o caráter do indivíduo (Arendt, 1998, p. 118–126).

A perspectiva de Karl Marx (1922, p. 58–77), acertadamente, apontará como fator para a transformação do *animal laborans* — no que entendemos que não é o único, contudo, mas um dos fatores, segundo a acepção braudeliana da *longue durée* — o estranhamento do homem ao trabalho dado pelo *Produktionsweise* que mecanizou o homem, com o advento da Revolução Industrial. Max Weber (1988a, p. 17–58, 166–190), perpendicularmente, dir-nos-á de causas que antecedem e sucedem na linha do tempo: o espírito do capitalismo, forjado nas nações que promoveram a mesma Revolução Industrial, foi promovido pela ética calvinista, que via na acumulação pela frugalidade e no ascetismo pelo trabalho um sinal da graça de Deus. São, também, razões que se complementam diante da ótica da mobilização cognitiva, e que nos convém convocar.

Hannah Arendt (1998, p. 7–17), ao separar a *vita contemplativa* da *vita activa*, define esta última como separada em três naturezas de atividade: labor, trabalho e ação. Em curta e grosseira definição, o labor diz respeito à atividade que atende às necessidades básicas humanas de autopreservação; o trabalho, ao processo reificador de transformação da natureza em bens duráveis; e, por fim, a ação, ao processo de conexão de si para o outro no contexto comunitário (Arendt, 1998, p. 79–93, 1998, p. 175–188), que é, em outras palavras, o supramencionado *zoón logón ekhón* aristotélico. São definições, contudo, de atividades muito distintas entre as que se praticavam no século IV antes de Cristo, quando os peripatéticos as viam; as que foram observadas por Marx no século XIX; e as que foram vistas por Weber e por Arendt, no século XX.

Ao pensarmos imediatamente no labor, atividade mais básica da sobrevivência do animal, somos levados a enxergar como são distintas de como se fazia preteritamente. Falemos, para exemplifi-

car, da atividade sexual. O matrimônio resultava em aliança política e econômica entre a família dos nubentes, nos tempos de Aristóteles, quando não era fruto de rapto entre capturadas em batalha (Pomeroy *et al.*, 2004, p. 98–99, 115–116, 158–161). No interstício entre o início da vida intelectual de Marx e o fim da de Weber, os relacionamentos afetivos exigiam uma corte dos homens às moças, e não raramente, um dote. Para os contemporâneos de Hannah Arendt, se exigiam encontros presenciais e um certo rito até que parceiros fossem ao leito. Hoje, encontros sexuais fortuitos são marcados por meio de aplicativos, onde se pode escolher, como em um açougue, o corte perfeito para consumo.

Se a atividade potencialmente reprodutiva é mediada por aparelhos eletrônicos, por que não falar do consumo? Boa parte do que consomem os cidadãos de todas as classes, sobretudo no que diz respeito à alimentação, é adquirido por meio de *gadgets*; ademais, até mesmo as relações de trabalho e parte do labor é feito por meio eletrônico (Miller *et al.*, 2016, p. 85–110). Isso diz respeito, inclusive, à ação. Dificilmente é possível acessar a *ágora* pública e se comunicar com os membros de uma comunidade sem o uso de um aparelho: um órgão externo e estranho ao corpo é exigido do indivíduo para participar ativamente da *pólis* (Huici Urmeneta; Davila Legerén, 2016, p. 763–771).

Em suma, para que possamos, com clareza, ler o mundo político do qual pertencemos, é mister entendermos que o animal político de ontem não é, mais, o hodierno. A *Weltanschauung* do presente requer que pensemos não mais no *homo ex machina* — o homem que se apresenta desde sua máquina corpórea — mas, na *machina ex machina*, isso é, do homem cuja máquina corpórea se tornou indissociável da máquina eletrônica sem a qual o sujeito nada mais é, senão um vagante sem acesso à *ágora*, sem voz, sem fazer o básico da condição humana.

Massa e identidade política

Com a globalização, a digitalização da *ágora* pública e o advento do animal eletrônico, temos condições muito semelhantes às daquelas que Ortega y Gasset (2010, p. 10–22), paradoxalmente, lia no mundo das décadas de 1920 e 1930: uma multidão sem preceden-

tes é ubíqua. A diferença é que, se antes, com a transição do mundo rural para o mundo industrial, as multidões se encontravam na praça pública, hoje se encontram dentro do recôndito do próprio quarto do indivíduo, de sua sala de jantar, de seu banheiro. Onde há um aparelho celular com acesso à internet, há uma multidão dissonante a gritar, em sem-número de tons diferentes, quem é, o que pensa, do que gosta e não gosta. Inescapável, a mesma multidão que grita é a que observa, é a que informa e desinforma, que consome e oferta.

As multidões, naturalmente, desembocam em massas, que vão mais adiante formar o conceito político de “povo”. Invisível senão pelo uso de aparelhos eletrônicos, permanecem multidões que viram massas. E, vistas desde a unidade “massa”, apresentam aquelas propriedades que profeticamente foram descritas por Elias Canetti (1983, p. 28–30): (i) quer crescer exponencialmente e remover os limites naturais; (ii) dentro de si reina a igualdade absoluta; (iii) quer densificar-se cada vez mais, para que tudo vire a própria massa; (iv) necessita de uma direção. Para que alcance a potencialidade de suas propriedades, a massa conta com o auxílio do algoritmo, sempre a cooptar, densificar, equalizar e direcioná-la.

Contudo, é importante que consideremos, ao falarmos da massa, a perspectiva do indivíduo. Dir-nos-á Sigmund Freud (2015, p. 78), a esse respeito, que a massa é formada por um número de sujeitos que puseram um mesmo objeto no lugar de seu ideal de *ego* e, como resultado, passaram a se identificar entre si. Mas, à mesma maneira que as condições de vida mudaram radicalmente pela evolução tecnológica na era dos nacionalismos, em termos de abundância de possibilidades, mudaram também com a globalização. E a massa, que já não aceita a ordem imposta pela antiga *Weltanschauung*, quer ascender ao poder e vulgarizar — em termos, mesmo, de remover as exceções e tornar tudo parte da massa — o que hoje se configura como ideal, porque ela mesma se crê como o ápice civilizacional, cultural e moral (Ortega; Gasset, 2010, p. 94–107, 135–149).

Voltemos, agora, ao processo de construção política de um “povo”, a que chegaremos no próximo tópico: a multidão ubíqua, trazida à agora digital, heterogeniza a si mesma em indivíduos que têm o mesmo objeto, tornando-se massas. Ao tornar-se massa, a identidade subjetiva do indivíduo é perdida. Emergirá da massa,

na valoração de sua distinção com relação às outras massas, uma identidade coletiva dicotômica e especificamente política, que pode atribuir a si mesma distintos substantivos, mas que, em essência, é: quem faz parte da massa e tem o mesmo objeto é “amigo”; quem dela diverge é inimigo (Schmitt, 1932, p. 14). Em termos mais precisos:

O inimigo político não precisa ser moralmente mau, nem precisa ser esteticamente feio; ele não precisa agir como concorrente econômico e pode até parecer vantajoso negociar com ele. Ele é apenas o outro, o estranho, e basta à sua essência que seja existencialmente algo diferente e alienígena em um sentido particularmente intenso, de modo em que casos extremos são possíveis conflitos que não podem ser evitados por uma padronização geral feita antecipadamente, nem podem ser decididos pelo veredito de um terceiro “não envolvido” e, portanto, “imparcial” (Schmitt, 1932, p. 14–15, tradução nossa).

A separação entre amigo e inimigo, para Schmitt, não pode ser eliminada porque é a essência da política: se não é feita e se assume a absoluta pacificação entre “povos” como objetivo finalístico, necessariamente, a dominação por um elemento externo, que convém à teoria schmittiana convocar como outro povo, ocorrerá; muito por isso, a razão última de resolução do conflito entre amigo e inimigo é a guerra total (Schmitt, 1932, p. 24–40). Tal guerra, contudo, não sói acontecer apenas no âmbito do conflito físico: ocorre também em *fronts* econômicos, psicológicos, de propaganda, e onde mais for cabível (Schmitt, 1991, p. 92). Muito por isso, falaremos desse conflito, também, no âmbito eleitoral, em consonância com a interpretação do que é “povo” que é dada pelo populismo.

O conflito entre amigo e inimigo, sintetizador do que é o âmbito político, concebe, nos tempos do animal eletrônico, uma *dé-marche* de luta intergrupual visível e sensível pelo controle daquilo que Louis Althusser (1980, p. 43–50), nesse sentido, denomina por “aparelhos ideológicos de Estado”. Disputam-se os sistemas de fé, de ensino, da informação, da cultura, bem como quaisquer instituições civis que fiquem ao alcance das multidões. E é por conta da luta pelos aparelhos ideológicos de Estado, no terreno da ampla guerra total schmittiana, que os aspectos valorativos e ideológicos ganham

tamanha importância dentro de contextos que, aparentemente, distanciam-se da política, mas por ele são permeados (Althusser, 1980, P. 62–63; Schmitt, 1991, P. 67–81).

Regressão democrática ou democracia radical?

O conceito de povo para uma era dos populismos

Michèle Barrett (2012), em precisa interpretação da abordagem discursiva de Ernesto Laclau, entende que a ideologia — porquanto um instrumento de dominação da superestrutura — não se dirige à classe trabalhadora, precisamente, mas ao povo. Contudo, é preciso que compreendamos, no escopo da teoria laclausiana, o que é o “povo”, que não é, para si, uma categoria inata contida no âmbito de uma circunscrição geográfica e cultural, mas construído por um processo de significação de demandas ditas democráticas.

O “povo”, de acordo com a concepção discursiva laclausiana, é o o conjunto de grupos sociais heterogêneos reunidos e articulados por um significador vazio em uma fronteira simbólica pré-existente que o separa do poder e o unifica simbolicamente em uma ordem hegemônica, em oposição a um sistema (Laclau, 2005, p. 37–82; Mouffe, 2005, p. 17–19). O significador vazio, diante dessa fronteira, reúne em cadeia todas as demandas de grupos sociais que não foram atendidas, subordina-as ao seu próprio simbolismo como uma equivalência, e constitui, então, o “povo”, de quem deriva a luta popular (Laclau, 2005, p. 131–134, 2007; Mouffe, 2005, p. 15–16). É uma distinção agonística, que pretende formar uma hegemonia contra-hegemônica, nos próprios termos entre “amigo e inimigo” propostos por Schmitt (Errejón; Mouffe, 2016, p. 17–24).

O populismo emergiria, portanto, como uma lógica política irreconciliável com o *statu quo ante*, reunindo uma cadeia de demandas sociais represadas, equivalentes pela representação em uma demanda central simbolizada pelo significador vazio (Laclau, 2005, p. 117–123). O significador vazio, a quem a abordagem relacional do populismo — a qual trataremos logo adiante, e que, em nosso entender, responde precisamente aos conflitos políticos contemporâ-

neos — chama por “significador superabundante”, é o próprio líder populista ou a organização política populista, em *ultima ratio* (Ostiguy, 2020, p. 31–32; Ostiguy; Moffitt, 2021, p. 53). Sua capacidade vem, ademais, do carisma profético, que a tudo transforma em verdade e ordem (Weber, 1999, p. 737–378).

O “povo”, dentro da lógica populista, é formado por aqueles que detêm baixo capital social e simbólico (Bourdieu, 1994, p. 161, 2002, p. 75, 2016, p. 100–104). O discurso do significador superabundante, isto é, o líder, é personalista e pretende, por meio da exibição de suas ligações profundas — discursivas, aparentes, pessoais, históricas, etc. — com a malta de baixo capital, demonstrar empatia e capacidade de representação, distinguindo-se dos políticos tradicionais, com *habitus* de classe compatíveis com os altos eixos do capital simbólico, e que se encontram para além da fronteira agonística que separaria, nos termos laclausianos, povo e poder (Ostiguy, 2017, p. 110–115). Sendo o líder, em suma, um significador superabundante das demandas sociais e o representante legítimo do povo dentro de uma lógica populista, virá a encarnar a aceção da vontade geral.

O império da vontade geral como democracia radical

A vontade geral é um conceito que, intrinsecamente, representaria as aspirações inatas de um povo, em oposição à vontade particular dos indivíduos (Rousseau, 1896, p. 216–219). O líder populista, como significador superabundante, encarna, dentro de seu contexto, a vontade geral do “povo”, em contraposição às vontades impostas pela elite de elevado capital simbólico (Maciel-Baqueiro, 2024, p. 17–18). É, a muito pretexto dela, que a liderança populista busca transgredir a etiqueta política e social, gerando uma identificação com o vero homem do povo (Ostiguy, 2020, p. 33–35).

Em uma perspectiva onde a classe é substituída pelo povo, o populismo negará, sempiternamente, a existência de uma real democracia até que se atinja o poder, único momento em que a vontade geral do povo poderá ser expressa (Mudde; Rovira Kaltwasser, 2017, p. 5–6). A perspectiva apologética de um populismo de esquerda preconizada como estratégia contra-hegemônica de comba-

ter o populismo à direita, por exemplo, entende que a democracia radical exige conflito, e não o consenso da democracia deliberativa, para edificar, a partir deste, a vontade geral que tudo decreta, em nome da soberania popular (Laclau; Mouffe, 2014, p. 152–171; Mouffe, 2018, p. 25–30).

Portanto, para o populista, é possível negar a existência de uma regressão democrática sob um regime agonístico que impere em nome da soberania popular e do exercício da vontade do povo: admite-se, à semelhança de Carl Schmitt, uma democracia iliberal como funcional, legítima e radical; o que regride, apenas, é a democracia moderna, liberal, que ora vige do modo como conhecemos (Ramos, 2024, p. 166–172). Admite-se, contudo, a regressão daquilo que entendemos como valores democráticos e progressistas, como a contraposição agonística entre vontade geral e vontade particular.

“L’État, c’est moi”: o papel do Estado personalizado sob o corpo digital do rei

A unidade entre líder e povo: o Estado seremos nós

O populismo hodierno, digitalizado, feito sob medida para o animal eletrônico, busca não apenas integrá-lo à massa para que esta se expanda, mas consubstanciá-lo integralmente com o significador superabundante: o indivíduo e o líder são, simbolicamente, para si e para o mundo, no âmbito do discurso, uma coisa só, o corpo digital do rei (Cesarino, 2019, p. 533–535; Maciel-Baqueiro, 2024, p. 52; Maciel-Baqueiro; Santos, 2023, p. 5–6). Não basta ao populismo ser um discurso intrinsecamente personalista, centrado nas características do líder que ressemblam às do “povo”: é mister que seja também personalizado, facilitando a relação horizontal entre signo, significador e significante.

Pensemos, por um momento, na abordagem laclausiana, a considerar o populismo como uma lógica política legítima (Laclau, 2005, p. 66–69). É uma abordagem que aproveita a teoria marxista de Estado de Althusser (1980, p. 38), no que diz respeito à tomada do poder de Estado para substituir os aparelhos de Estado, apenas

alternando, como afirmamos acima, o conceito de “povo” pelo de “classe”. Se o povo e o líder estão consubstanciados entre si, cosidos pelo significador superabundante, mas de tal modo que a mensagem personalizada representa uma demanda da vontade particular, o objetivo da tomada do Estado é torná-lo seu, pessoal: não só para o líder, mas para cada partícula agregada à massa populista. Em outras palavras, é como no apócrifo ditado atribuído a Luís XVI: *l'État, c'est moi*.

O papel idealizado de um novo Estado, dentro da concepção daqueles que são pernas e braços do grande corpo digital do rei, é o de servir às próprias idiossincrasias — que, em tese, teriam sido eliminadas no processo da formação de uma fronteira antagonística entre povo e poder — e formulações, ainda que subordinadas à vontade geral expressa. Formulada essa concepção no mundo das ideias, e entendendo que, dentro da própria lógica populista, deve-se privilegiar o *habitus* de classe daqueles que se encontram nos eixos mais baixos do capital simbólico, isso significará a emergência de um aparelho repressivo de Estado que se oponha ao que soe, dantes, como invulgar, elitista ou cosmopolita, expressando-se nas dinâmicas de competição e exclusão, as quais trataremos doravante.

Competição e exclusão

Demos, agora, nome objetivo à preocupação com a regressão da democracia liberal: trata-se da posição anti-igualitária, que sobretudo tem ascendido com especial força em democracias eleitorais pelo mundo. A posição anti-igualitária tem sido abraçada como plataforma moral por políticos populistas e adotada, sobretudo, como política dos aparelhos repressivos de Estado. Não podemos encerrá-la exclusivamente na conta da luta política que qualifica, no eixo das abscissas do plano político, o que é direita e esquerda em suas distintas matizes, mas sim naquela que se encontra no âmbito do eixo das coordenadas, entre progressismo e conservadorismo — que, a bem da verdade, no atual estágio das guerras culturais, é melhor chamado pelo cognome de reacionarismo (Bobbio, 2004, p. 5–7; Santos; Maciel-Baqueiro, 2023, p. 172–187).

A guerra cultural hodierna tende a disputar os modelos normativos de sociedade com base na oposição à proposição legítima

de cada *front* extremo: o progressismo se modela considerando o programa reacionário mais absoluto, e o reacionarismo nega absolutamente tudo que o mais arraiano progressismo sugere. Ambos, *a prima facie*, consideram a caricatura da representação do outro para a construção do que seu movimento político representa: a negação e a projeção.

Por um lado, imaginando a fronteira antagonística anteriormente traçada, o reacionário imagina ao progressismo como promotor de uma agenda da liberação do consumo, produção e venda de drogas; de liberdade sexual absoluta; de desregulações etárias, sobretudo no que diz respeito aos dois primeiros pressupostos; de ações não afirmativas, mas totalitárias quanto ao acesso de minorias de raça, gênero ou orientação sexual; de abolição, mesmo, da religião, muito mais do que o secularismo (Maciel-Baqueiro, 2024, p. 65–73; Rocha, 2021, p. 109–116). Muito por isso, o reacionário proporá o retorno a valores tradicionais que, às vezes, jamais foram tradição: controle absoluto sobre os corpos, proteção à infância contra a predação do progressismo, e promoção de uma agenda em defesa da interpretação mais milenarista da religião.

Ao progressista é dada a imagem de sofisticação excessiva e de alto capital social simbólico, da parte do reacionário; muito por isso, o reacionário, em seu contraponto, investe em demonstrar pertencer ao homem comum, desprovido de capital social e, portanto, de prestígio. Aos parâmetros protocolares de boas maneiras, o reacionarismo qualifica como hegemonia dominante; às liberdades, como ideologias. Desse ponto é que surgem espantalhos que serão iluminados no palco principal da política e ganha projeção em todo o globo, como a suposta existência de uma “ideologia de gênero” a advogar a destruição da família (Biroli, 2019, p. 79–82).

Contudo, tal postura anti-igualitária não sói ocorrer, em si, por perversidade patológica. Muito embora esse conflito se dê, sobretudo, na seara aparente dos valores de costumes, trata-se, em verdade, de uma disputa pela posse do Estado e motivada pela mais estrita ação racional orientada a fins, sobretudo de recursos (Weber, 1988b, p. 432–437). Quer-se um Estado que favoreça às demandas sociais da comunidade amiga, que se sente alijada do processo político; e, por reparação à injustiça percebida, um Estado que denegue a so-

brevivência da comunidade inimiga, que dominou a superestrutura e os removeu da atenção do ente estatal que se pretende conquistar.

Escusarmo-nos, contudo, de fazermos nós mesmos uma valorização da postura anti-igualitária não significa, de modo algum, enxergarmos inofensividade. Se esta ocorre dentro da distinção entre amigo e inimigo, ontologicamente implica em uma guerra de extermínio, dentro de todos os campos, que vislumbra a destruição completa da outra comunidade:

A guerra ocorre, então, na forma de “guerra final da humanidade”. Tratam-se estas guerras, necessariamente, de particularmente intensas e desumanas guerras, dado que, indo além do político, devem ao mesmo tempo degradar o inimigo também nas categorias morais e, ademais, transformá-lo em um monstro desumano que deve não apenas ser repellido, mas definitivamente destruído, ou seja: já não é apenas um inimigo que deve ser empurrado de volta para dentro de suas fronteiras (Schmitt, 1932, p. 24).

Naturalmente, tal cenário, uma vez levado a cabo, significaria não apenas a retirada de alguns direitos civis do *front* inimigo, mas o cancelamento paulatino de todos. Isso implicaria no extermínio físico, *in extremis*, quando não de seu desaparecimento pela absorção e conversão considerando uma nova hegemonia. Todavia, não necessariamente isso ocorrerá: a democracia liberal tem demonstrado, em que pese a ascensão do extremismo populista no mundo, certa resiliência, unindo no campo de batalha eleitoral segmentos políticos contrários entre si para a preservação de modo viável e, muitas vezes, exitoso ou significativamente volumoso a ponto de impedir avanços muito rápidos em uma agenda extremamente regressiva de direitos (Ramos, 2024, p. 237–239).

O que consideramos, todavia, é o recrudescimento daquilo que não for constitucionalmente mandado como política de Estado no que diz respeito às minorias. Por exemplo: Donald Trump, porquanto presidente dos Estados Unidos, não pode implementar políticas que oficialmente discriminem os direitos fundamentais constitucionalmente assegurados de pessoas transgênero; mas, pode banir o alistamento de pessoas transgênero, como fê-lo, e construir

políticas discriminatórias de governo no que for omissa a *magna carta* norte-americana (Treene *et al.*, 2025). O que limita, afinal, o recrudescimento dos direitos fundamentais daqueles classificados como elemento anti-povo na escalada populista é a existência de uma estrutura de Estado legitimada por uma Constituição rígida, que garante contrapesos, senão pelo Poder Judiciário, pela via de outros controles do pacto institucional.

A luta pela hegemonia na démarche populista

A Internacional Reacionária?

A década de 2010 viu nascer algumas das campanhas políticas mais transgressivas da história da democracia liberal. Em nome do desafio à superestrutura, que pode ser listada como politicamente correta, culturalmente marxista, eurocêntrica, comprometida com valores antinacionais, em cada caso, grandes organizações políticas, personalizadas ao redor de significadores superabundantes, emergiram em todo o mundo em reação à crise econômica global de 2008, que marcou um ponto de inflexão na globalização econômica (Maciél-Baqueiro, 2024, p. 37). Para alguns, a saída estava à esquerda; para outros tantos, antipáticos a cerrar fileiras com os eixos mais altos do capital simbólico, a resposta poderia estar no populismo soberanista:

Mas, entre aqueles que circulam no circuito dos populistas soberanistas, poucos têm o cérebro, a experiência e as relações de [Steve] Bannon. Assim, no espaço de poucos meses, uma perspectiva ainda mais ambiciosa foi apresentada por ele: “o que eu quero” — declarou ele, em março, ao correspondente romano do New York Times — é construir uma infraestrutura global para o movimento populista global. Eu o compreendi quando Marine Le Pen me convidou ao congresso de seu partido em Lille. ‘O que queres que eu diga?’, perguntei-lhe. ‘Diga que não estamos sós’, ela me respondeu.” É nesse momento que Bannon compreendeu que existia um espaço para um oxímoro, a Internacional dos nacionalistas, uma plataforma concebida para por em comum as experiências, as ideias e os recursos entre os diferentes movimentos ativos na Europa e na América. “Somos

o lado bom da história. Afinal, George Soros disse, há algum tempo, que nós vivemos tempos revolucionários” (Da Empoli, 2019, p. 17, tradução nossa).

Nesse sentido, para satisfazer tal demanda social de atenção política a uma classe ressentida pela ascensão de outras, é que surgiu um eixo comum a reunir figuras como Donald Trump, Giorgia Meloni, Jair Bolsonaro, Marine Le Pen e Javier Milei. O mote principal para o movimento soberanismo, como resposta à crise do neoliberalismo e do estado de bem-estar social, não estava em reformas políticas internas: estava no combate do outro, do alienígena a si, da origem de todo o mal econômico e social, bem como na dicotomia socio-econômica da promoção à proteção externa nos conflitos econômicos *vis-à-vis* com a promoção da competição interna por aquilo que foram, um dia, direitos sociais (Brown, 2019, p. 26–39).

São padrões comuns, no escopo desse eixo político, a convocação à submissão de tudo, quer seja o Estado, quer sejam seus aparelhos, quer sejam mesmo os indivíduos que sob a égide destes vivem, à vontade geral manifestada pelo significador superabundante. Nesse sentido, destacam-se os discursos comuns, quanto aos soberanistas, de: (1) defesa da ordem, sobretudo a securitária, e contra bodes expiatórios específicos, como imigrantes, minorias étnicas, beneficiários de programas sociais, em suma, o elemento “anti-povo”; (2) defesa de valores tradicionais, em contrapartida àquilo que seria a subversão dos costumes; (3) defesa da propriedade privada daquele que compõe o “povo”; (4) defesa aparente da economia de mercado, mas com mecanismos próprios à defesa da produção nacional (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 16–19).

Ademais, em comum está o uso contínuo das redes sociais para comunicar-se, a nível personalizado, coordenado, e em consonância com os ditames dos algoritmos que recolhem informações sobre preferências pessoais do eleitor. Deste modo, a mensagem emanada da liderança, dentro de seus elementos comuns, apela a seus instintos, faz-se presente por meio de amigos que partilham, e, em último caso, dos *bots* que perfeitamente simulam a personalidade humana e ampliam artificialmente a multidão, capturando e multiplicando o medo e o ódio como forma de propaganda efetiva (Da Empoli, 2019, p. 37–51).

Aponta-nos Leonardo Avritzer (2018, p. 286–288), a respeito das regressões da democracia liberal no Brasil, que elas vêm de um descompasso entre as políticas públicas e institucionais e a legitimidade popular. Esse mesmo sentimento, segundo Paolo Gerbaudo (2017, p. 29–41), irrompiu em países de todo o Ocidente, incluindo-se boa parte daqueles onde não havia democracia — referimo-nos, por exemplo, à Primavera Árabe. Considerando que as crises econômicas são seminais não apenas para a emergência do populismo, mas do autoritarismo, encontramos um evento perfeito para a emergência de uma tendência política que os combina, unificando demandas centrais e motivações magnéticas para o “povo”, de acordo com a concepção laclausiana, estabelecer a fronteira agonística.

O trumpismo, conforme Lynch e Cassimiro (2021, p. 232), em um movimento que encontra consonância com todos os demais elementos da dita “internacional reacionária”, explora o mal-estar causado pelo evento da crise e pelas alterações sociais, transformando seu motivo em outro: a culpa passa a ser da racionalização, secularização e burocratização:

São explicadas como produto simples de “lavagens cerebrais” operadas pela vontade de agentes sociais organizados, na forma de uma “guerra cultural”. Por conseguinte, assim como os valores sociais deletérios do progressismo teriam sido incutidos na sociedade pela “Nova Esquerda”, eles poderiam ser combatidos por um movimento contrário de uma “nova direita”, ou uma “direita alternativa”. Direita radical essa cujos três pilares seriam o nacionalismo econômico, uma política de segurança nacional e a desconstrução do Estado administrativo (Teitelbaum; Bannon y Frumm 53). O trumpismo se apresenta como uma cabeça de ponte do “povo” contra o “sistema” e tenta atrair empresários e intelectuais ressentidos por sua exclusão dos círculos de prestígio social, esperançosos de se converterem em um “novo establishment” (Cyril Lynch; Paschoeto Cassimiro, 2021, p. 232).

Nesse sentido, os membros dessa aliança informal estão em plena comunhão discursiva, ofertando apoio mútuo uns aos outros — técnico, político, cultural — na tentativa de conquista da hegemonia e do controle da superestrutura política. Este apoio ofertado ou colhido, por exemplo, seria uma espécie de contrapartida ao mito conspiratório de que há uma articulação internacional de esquerda,

às vezes chefiado pelo arquinêmesis George Soros (Santini; Salles; Barros, 2022), devotada a subverter completamente a ordem da vida civil por meio da agenda cultural, em uma releitura tresloucada da teoria gramscista.

É importante, ademais, perceber que se trata de uma aliança que conta com certa neutralidade das *big techs* quanto ao uso de técnicas questionáveis, como a da difusão em massa de notícias falsas ou a permissividade com o discurso de ódio (BELL, 2025). Com o apoio público de figuras como Elon Musk, Mark Zuckerberg e Jeff Bezos, prevê-se o uso de plataformas quase universais como o *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e *Threads* para a promoção, por meio de algoritmos, de conteúdo benéfico ao avanço de pautas populistas nos países onde membros dessa sociedade informal de reacionário aceitem um *trade-off* tributário ou cível que permita a expansão de suas empresas (Oxford Analytica, 2025). Dada a necessidade inata ao animal eletrônico de se fazer presente em redes sociais, questionamo-nos: não terá o populismo reacionário chegado muito próximo de conquistar os aparelhos ideológicos de Estado?

Polarização e contrarreação: um populismo de esquerda?

Entendemos, observando os acontecimentos da última década, que o populismo reacionário pode ser impedido de alcançar ou se manter no poder por dois caminhos institucionais e legítimos — compreendendo, é claro, que a possibilidade excepcional de insurreição é sempre possível, e bem pode ser um caminho que o próprio populismo opte. O primeiro caminho é o da união política de forças tradicionais, formando um *cordon sanitaire* que lhes impeça de alcançar o poder (Ramos, 2024, p. 237–240). O segundo caminho, contudo — e neste é que se baseia a estratégia de hegemonia sugerida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2014) — é da construção de plataformas populistas à esquerda.

Em um cenário de ameaça à democracia liberal, sugere Chantal Mouffe (2018, p. 25–26), o pomo da luta hegemônica está pronto para ser colhido e a esquerda tradicional, por suas discussões abstratas — como a da escolha do capitalismo, que não é objeto a ser definido, como inimigo — não consegue capturar a atenção do

eleitor, nem tampouco trazê-lo para a massa. Nesse sentido, uma cadeia de equivalências que construiria um significador vazio, de acordo com a teoria laclausiana, para a emergência de um populismo de esquerda seria a seguinte:

O populismo de esquerda, ao contrário [daquele à direita] quer recuperar a democracia, aprofundá-la e estendê-la. Uma estratégia populista de esquerda objetiva confederar as demandas democráticas em uma vontade coletiva de construir um “nós”, um “povo”, confrontando um adversário comum: a oligarquia. Isso requer estabelecer uma cadeia de equivalência entre as demandas dos trabalhadores, dos imigrantes e da classe média precária, bem como outras demandas democráticas, como aquelas da comunidade LGBT. O objetivo desta cadeia é a criação de uma nova hegemonia que permitirá a radicalização da democracia (Mouffe, 2018, p. 18, tradução nossa).

É importante, contudo, notarmos dois pontos fundamentais no discurso de Mouffe. O primeiro é que o sentido de democracia presente nesta concepção, por mais que incorpore aspectos da ótica liberal, não é o mesmo daquilo que soía chamar-se democracia liberal: é, mais, o conceito schmittiano de democracia radical — no sentido terminológico de “democracia à raiz”, de governo do povo, mas do “povo” construído nos termos laclausianos (Mouffe, 2005, p. 52–54). O segundo, por sua vez, é o de que eleva as demandas materiais personalizadas, com inimigos claros e objetivos transparentes, à mesma maneira como tem operado o populismo reacionário.

Tal concepção de populismo de esquerda, centrada no combate ao populismo reacionário com as mesmas armas, tem tido certo sucesso onde foi utilizada por plataformas políticas. Em Espanha, por exemplo, o populismo reacionário do partido *Vox* foi contraposto pela confederação partidária populista de esquerda do *Podemós*, que formou um governo, em aliança com o *Partido Socialista Obrero Español* (PSOE) entre 2019 e 2023. Em França, do mesmo modo, o partido *La France insoumise*, formado sob as instruções dos manuais laclausianos, é a terceira força na Assembleia da República, câmara baixa francesa, duelando eleitores e espaços com o *Rassemblement National* de Marine Le Pen.

A experiência do populismo de esquerda também tem trazido frutos em outra nação europeia, a Alemanha: dois partidos que adotaram tais táticas, o *Die Linke* e o *Bündnis Sahra Wagenknecht* (BSW), têm tomado votos do populista reacionário e neofascista *Alternativ für Deutschland* (AfD). Contudo, é mister, no caso alemão, percebermos o seguinte: para alcançar os eleitores potenciais da extrema-direita, o supramencionado BSW aderiu a algumas pautas caras ao populismo, como a rejeição ao multiculturalismo, programaticamente aderindo a posições mais duras contra a imigração islâmica.

Embora pareça uma alternativa interessante, quando observamos sob o prisma da viabilidade eleitoral dessas plataformas, é-nos imperioso refletir: será tal alternativa saudável para a sobrevivência da democracia liberal como conhecemos? E, ademais, será suficiente para conter a força do populismo reacionário? Afinal, existe a possibilidade de forças políticas contrárias ao *status quo*, independentemente de sua posição no eixo político das abscissas, formarem maiorias parlamentares de modo a alterar o sistema, primeiramente. Ademais, o populismo, por suas próprias características, vislumbra o aprofundamento da polarização entre os eleitores, estabelecendo um estado sociopolítico de tensão permanente no que diz respeito às relações com o Estado.

Conclusão: parece só o começo

O cenário político parece favorável, *a prima facie*, para a expansão política do reacionário político nas democracias liberais. Não o concluímos meramente por conta da eleição de Donald Trump, mais uma vez, à presidência dos Estados Unidos da América, mas por outro fator assaz importante: a íntima relação entre o animal eletrônico e as redes sociais, que, por um *setback* temporário ou permanente, aderiram a uma postura de permissividade com a manipulação algorítmica por meio da difusão de discursos radicais, muitas vezes eivados de ódio ou de afirmações falsas. Do mesmo modo, não há sinais visíveis de destensionamento da profunda polarização política da sociedade.

Quatro condutas, em suma, podem teoricamente impedir o fluxo de avanço do populismo reacionário. As duas primeiras, que

mencionamos no tópico anterior, são, respectivamente, a formação de blocos políticos comprometidos com a democracia liberal e a aposta em um populismo de fuso contrário: o primeiro, ao custo da legitimidade eleitoral das instituições; o segundo, ao custo de ampliação da polarização. Para além destas, de forma não prescritória, a intervenção, como política de Estado, regulando as redes sociais é uma possibilidade, podendo sê-lo feito por lei, como na União Europeia, ou por injunção, como tem atuado o Supremo Tribunal Federal no Brasil. E, por fim, há a derradeira alternativa: as forças democráticas podem atualizar a sua linguagem técnica de política, alcançando o eleitor com a mesma eficiência com que tem o populismo reacionário

Referências

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Tradução: Joaquim José de Moura Ramos. 1. ed. Lisboa; São Paulo: Editorial Presença; Martins Fontes, 1980.

ARENDT, H. **The human condition**. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução: António Campelo Amaral; Carlos de Carvalho Gomes. 1. ed. Lisboa: Vega, 1998. (Coleção Ciências Sociais e Políticas).

AVRITZER, L. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018. **Novos Estudos - CEBRAP**, [s. l.], v. 37, n. 1, p. 273–289, 2018.

BARRETT, M. Ideology, Politics, Hegemony: From Gramsci to Laclau and Mouffe. In: ŽIŽEK, S. (org.). **Mapping ideology**. London ; New York: Verso, 2012. (The mapping series). p. 235–264.

BELL, D. A. The Age of Trump and Musk: Reflections on the Election of 2024. **Society**, [s. l.], 2025. Disponível em: <https://link.springer.com/10.1007/s12115-024-01045-w>. Acesso em: 31 jan. 2025.

BIROLI, F. A reação contra o gênero e a democracia. **Nueva Sociedad**, [s. l.], v. 23, n. 65, p. 76–87, 2019.

BOBBIO, N. **Destra e sinistra: ragioni e significati di una distinzione politica**. 4. ed. Roma: Donzelli, 2004. (Saggine, v. 65).

BOURDIEU, P. **La distinction: critique sociale du jugement**. 1. ed. Paris: Éditions de Minuit, 2016. (Collection “Le sens commun”).

BOURDIEU, P. (Org.). **Questions de sociologie**. 2. ed. Paris: Éditions de Minuit, 2002. (Reprise).

BOURDIEU, P. **Raisons pratiques: sur la théorie de l'action**. 1. ed. Paris: Éditions du Seuil, 1994. (Points Essais, v. 331).

BRAUDEL, F. P. A. Histoire et Sciences sociales: la longue durée. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, [s. l.], v. 4, n. 13, p. 725–753, 1958.

BROWN, W. **In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the West**. 1. ed. New York: Columbia university press, 2019. (The Wellek Library Lectures in critical theory).

CANETTI, E. **Massa e poder**. Tradução: Rodolfo Krestan. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Melhoramentos, 1983.

CESARINO, L. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista de Antropologia**, [s. l.], v. 62, n. 3, p. 530–557, 2019.

CYRIL LYNCH, C. E.; PASCHOETO CASSIMIRO, P. H. O populismo reacionário no poder: uma radiografia ideológica da presidência Bolsonaro (2018-2021). **Aisthesis Revista Chilena de Investigaciones Estéticas**, [s. l.], n. 70, p. 223–249, 2021.

DA EMPOLI, G. **Les ingénieurs du chaos**. 1. ed. Paris: JC Lattès, 2019.

ERREJÓN, Í.; MOUFFE, C. **Podemos: in the name of the people**. Tradução: Sirio Canós Donnay. London [England]: Lawrence & Wishart, 2016.

FREUD, S. **Massenpsychologie und Ich-Analyse: die Zukunft einer Illusion**. Zehnte Auflageed. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch, 2015. (Psychologie Fischer, v. 10452).

GERBAUDO, P. **The mask and the flag: populism, citizenism**

and global protest. New York: Oxford University Press, 2017.

HUICI URMENETA, V.; DAVILA LEGERÉN, A. Del Zoon Politikón al Zoon Elektronikón. Una reflexión sobre las condiciones de la socialidad a partir de Aristóteles. **Política y Sociedad**, [s. l.], v. 53, n. 3, p. 757–772, 2016.

INGLEHART, R. Cognitive Mobilization and European Identity. **Comparative Politics**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 45–70, 1970.

INGLEHART, R. Democratização em perspectiva global. **Opinião Pública**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 9–67, 1993.

LACLAU, E. **On populist reason.** London ; New York: Verso, 2005.

LACLAU, E. Why do Empty Signifiers Matters to Politics?. In: LACLAU, E. **Emancipation(s)**. 1. ed. London: Verso, 2007. (Radical thinkers, v. 19). p. 36–46.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics.** 2. ed. London: Verso, 2014. (Radical thinkers).

LYNCH, C. E. C.; CASSIMIRO, P. H. P. **O populismo reacionário: ascensão e legado do Bolsonarismo.** 1. ed. São Paulo, Brazil: Contracorrente, 2022.

MACIEL-BAQUEIRO, L. M. **Os flautistas de Hamelin: populismo digital no Brasil.** 2024. 133 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/39477>. Acesso em: 5 ago. 2024.

MACIEL-BAQUEIRO, L. M.; SANTOS, M. A. F. dos. Dois caminhos da dissonância cognitiva no bolsonarismo: narcisismo coletivo e desengajamento moral. **Ideias**, [s. l.], v. 14, n. 00, p. e023003, 2023.

MARX, K. **Das Kapital: kritik der politischen Ökonomie. (Gemeinverständliche Ausgabe besorgt von Julian Borchardt).** 5. ed. Berlin: E. Laub'sche Verlagsbuchhandlung (vormals A. Seehof & Co.), 1922. Disponível em: <https://www.aap.be/Pdf/Lichtstrahlen/Borchardt-de-1922-Das-Kapital.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

MILLER, D. *et al.* (Org.). **How the world changed social media.** London: UCL Press, 2016.

MOUFFE, C. **For a left populism.** 1. ed. London ; New York: Verso, 2018.

MOUFFE, C. **On the political.** 1. ed. London ; New York: Routledge, 2005. (Thinking in action).

MUDDE, C.; ROVIRA KALTWASSER, C. **Populism: a very short introduction.** New York, NY: Oxford University Press, 2017. (Very short introductions).

ORTEGA Y GASSET, J. **La rebelión de las masas.** 1. ed. Ciudad de México: La Guillotina, 2010.

OSTIGUY, P. Populism: a socio-cultural approach. *In*: ROVIRA KALTWASSER, C. *et al.* (Org.). **The Oxford handbook of populism.** 1. ed. Oxford, United Kingdom ; New York: Oxford University Press, 2017. (Oxford Handbooks). p. 104–133.

OSTIGUY, P. The Socio-Cultural, Relational Approach to Populism. **Partecipazione e Conflitto: the Open Journal of Sociopolitical Studies**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 29–58, 2020.

OSTIGUY, P.; MOFFITT, B. Who would identify with an “empty signifier”? The relational, performative approach to populism. *In*: OSTIGUY, P.; MOFFITT, B.; PANIZZA, F. (org.). **Populism in global perspective: a performative and discursive approach.** 1. ed. New York, NY: Routledge, 2021. (Conceptualising comparative politics, v. 13). p. 43–72.

OXFORD ANALYTICA. **Emerald Expert Briefings: Musk will contribute to polarisation in Europe:** Emerald Expert Briefings. [S. l.: s. n.], 2025. Emerald Expert Briefings.

POMEROY, S. B. *et al.* **A brief history of ancient Greece: politics, society, and culture.** 1. ed. New York; Oxford: Oxford University Press, 2004.

RAMOS, F. **Democracy and populism: the (in)tense relation between freedom and the pursuit of the will of the people.** 2024. 280 f. Tese de doutorado - New York University, New York, NY, 2024.

ROCHA, J. C. de C. **Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político**. 1. ed. Goiânia: Caminhos, 2021.

ROUSSEAU, J.-J. **Du contrat social: édition comprenant avec le texte définitif, les versions collationnées sur les Manuscrites autographes de Genève et de Neuchâtel**. 1. ed. Paris: Ancienne librairie Germer Baillière et cie, 1896. v. 1 Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k61325137/f474.item>. Acesso em: 2 abr. 2023.

SANTINI, R. M.; SALLES, D.; BARROS, C. E. We love to hate George Soros: A cross-platform analysis of the Globalism conspiracy theory campaign in Brazil. **Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies**, [s. l.], v. 28, n. 4, p. 983–1006, 2022.

SANTOS, M. A. F. dos; MACIEL-BAQUEIRO, L. M. “Abaixo à ditadura da realidade”: conceituando os mitos do bolsonarismo. In: CRUZ, D. U. da (Org.). **O Brasil Pós Eleições 2022: Para pensar os desafios e problemas logo à frente**. Salvador, BA: Pinaúna Editora, 2023. p. 171–195.

SCHMITT, C. **Der Begriff des Politischen**. 1. ed. München; Leipzig: Duncker & Humblot, 1932. (Wissenschaftliche Abhandlungen und Reden zur Philosophie, Politik und Geistesgeschichte, v. 10). Disponível em: <https://ia601704.us.archive.org/3/items/carl-schmitt-der-begriff-des-politischen-1932/Carl%20Schmitt%20Der%20Begriff%20des%20Politischen%2C%201932.pdf>.

SCHMITT, C. **Der Begriff des Politischen: text von 1932 mit einem Vorwort und drei Corollarien**. 3. ed. Berlin: Duncker & Humblot, 1991.

TRENE, A. *et al.* Trump signs executive orders to reshape the military, including banning transgender troops. In: **CNN Politics**. 27 jan. 2025. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2025/01/27/politics/donald-trump-military-executive-orders/index.html>. Acesso em: 31 jan. 2025.

WEBER, M. Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus. In: WEBER, M. **Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie**. 9. ed. Tübingen: J.C.B. Mohr (P. Siebeck), 1988a. v. 1, p. 17–206.

WEBER, M. Über einige Kategorien der verstehenden Soziologie.
In: WEBER, M. **Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre**. 7.
ed. Tübingen: J.C.B. Mohr (P. Siebeck), 1988b. (UTB für Wissen-
schaft Soziologie, v. 1492). p. 427–474.

WEBER, M. **Wirtschaft und Gesellschaft: die Wirtschaft und die
gesellschaftlichen Ordnungen und Mächte: Nachlass**. Tübingen:
J.C.B. Mohr (P. Siebeck), 1999. (Gesamtausgabe / Max Weber. Abt.
I, Schriften und Reden, v. 22).

AUTORITARISMO FURTIVO NA AMÉRICA LATINA: Um estudo comparado de Brasil e El Salvador

Daniel Wanderley Caliman¹

Gabriel Malheiros Marques Fernandes²

Introdução

Na América Latina, e no mundo, o que se conhece por democracia liberal parece estar em crise. Autores como Adam Przeworski (2020) identificam que a desintegração do apoio popular aos partidos tradicionais, bem como a perda da confiança nas instituições de Estado parecem indicar o esgotamento desse modelo de representação política. Do Sul ao Norte global se fortalecem sentimentos “antissistema” que clamam por mudanças substantivas no modo de se fazer política. Partindo desta colocação, parece-nos pertinente questionar: quais fatores contribuem para a desilusão com o sistema da democracia liberal na América Latina? Como são mobilizados os sentimentos antissistema que surgem de forma espontânea na população? Como se dá o processo de corrosão das instituições democráticas a partir do próprio aparelho Estatal e suas instituições? Estas perguntas motivam o desenvolvimento desta pesquisa.

A segunda década do século XXI gestou vários casos como estes, podendo-se destacar os governos dos presidentes Donald Trump (EUA), Rodrigo Duterte (Filipinas), Viktor Orbán (Hungria), Jair Bolsonaro (Brasil) e Nayib Bukele (El Salvador). Todos chegaram ao cargo máximo do Executivo de seus países através do voto popular e, em diferentes graus, testaram os limites constitucionais

1 Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (USP) e bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Atua com serviços de consultoria em políticas públicas, governança institucional e comunicação política.

2 Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (USP) e bacharel em *Political Science - International Studies* por Ithaca College (EUA).

da administração pública, tomando decisões perceptivelmente autoritárias, ainda que muitas vezes populares.

Neste artigo, mobilizaremos o conceito de autoritarismo furtivo (Varol, 2015; Przeworski, 2020) para explicar o avanço da fragilização das democracias brasileira e salvadorenha, com ênfase nas mudanças promovidas ao longo dos governos Bolsonaro e Bukele. Para isso, utilizaremos o método comparativo para testar a solidez desta abordagem teórica frente as particularidades de ambos os países. Conforme Sartori e Morlino (1999), a comparação é um método de controle das generalizações que permite ao pesquisador chegar a conclusões explicativas através do controle das variáveis que compõem as hipóteses. Este controle se dá a partir da seleção de casos específicos, dentro de um determinado recorte espaço-temporal, cujo conjunto de semelhanças e diferenças evidenciem o que se pretende demonstrar.

A comparação dos casos brasileiro e salvadorenho constitui um cenário propício para testar o poder explicativo da tese do autoritarismo furtivo. Ainda que sejam nítidas as diferenças entre os dois países – um se trata da maior economia da América Latina e o outro um pequeno país centro-americano – ambos passaram por processos políticos semelhantes, em momentos coincidentes. O ano de 2019 marcou a chegada ao poder dos líderes em questão. Ambos mobilizaram a crescente rejeição aos governos progressistas que os precederam e construíram suas campanhas sobre o emblema de serem *outsiders*, ou seja, não pertencentes a classe política tradicional (embora ocupassem importantes cargos políticos por anos a fio). Além disso, tanto Bolsonaro quanto Bukele se aproveitaram da narrativa anticorrupção balizada nas críticas às gestões anteriores, prometendo a moralização dos costumes e a tolerância zero a criminalidade (Sol Arriaza, 2024).

Para avaliar a pertinência em aplicar o conceito de autoritarismo furtivo na análise dos casos este trabalho articula um debate acerca do próprio conceito de democracia para, logo em seguida, entender como esta pode ser fragilizada a partir de suas próprias instituições. Para isso apresentamos uma contextualização que permita compreender as características de cada caso em questão.

Debate democrático: abordando o conceito “democracia”

A junção dos verbetes *demos* e *kratos*, do grego, expressa o sentido de “poder do povo” (Cunha, 2012). No século V a.C, já havia referências ao termo. Nessa “gênese”, democracia era usado para designar o governo dos pobres, em contraposição à autoridade das elites. A participação direta era o *sustentáculo da estrutura da pólis democrática* (Reis, 2018, p. 47).

Desde este primeiro momento, estabeleceu-se que democracia e lei, ou democracia e Constituição, têm uma vinculação estreita (Reis, 2018). Seria, então, a democracia apenas um regime político ou um atributo sistêmico das características do Estado e da sociedade? Na primeira perspectiva, basta haver ritos que garantam liberdade de expressão, competitividade e periodicidade eleitoral para haver democracia. Já na segunda, algum nível de equilíbrio social (material) e de organização política devem ser somados a esses ritos para que um regime se configure democrático (Melo, 2009). Ainda que a disputa conceitual permeie seu debate, há um consenso sobre a democracia: sua ligação com a lei. Sendo a Constituição o que confere ordenamento jurídico ao Estado, sem ela a democracia expressa um sentido vago e infecundo (Corte; Corte, 2018).

Para Álvaro García Linera, uma eleição democrática deve cumprir quatro requisitos: (1) competição livre entre indivíduos e grupos políticos; (2) voto individual para expressar preferências; (3) igualdade no peso de cada voto; e (4) definição do resultado pela soma dos votos (García Linera, 2013). Em diálogo com Wood (2003), Linera critica a visão hegemônica que reduz a democracia à competição pública entre propostas de governo, tratando-a como um instrumento de gestão e mediação de conflitos. Essa concepção, influenciada pelo liberalismo anglo-americano, restringe a política a um mercado de ideias, enfraquecendo a autogestão da comunidade (Wood, 2003; García Linera, 2013).

É possível, então, que a democracia seja desvirtuada como mecanismo de dominação ou manutenção da posição hegemônica de uma força política em determinada nação e época. Isso ocorre quando se legitimam através dela interesses particulares, ao invés de interesses coletivos e populares (Corte; Corte, 2018). E isso pode

se manifestar sem ruptura com o ordenamento jurídico, a Carta Constitucional. A Constituição de um Estado não é entidade neutra. Ela resulta de um pacto político, efetuado em meio às diferentes correlações de forças que definem a aplicação da ordem expressa pelo pacto (Schmitt, 1996). Isso torna evidente a preponderância do conflito político no desenvolvimento da democracia, uma vez que o conteúdo das Cartas Constitucionais, assim como sua redação e implementação, têm impacto sobre o sistema político, configuração social e modelos econômicos que se desdobram deste instrumento (Avritzer, 2008; Lavalle, 2011; Monedero, 2012).

Como veremos adiante, tanto no Brasil quanto em El Salvador, o desgaste do regime democrático está diretamente relacionado às limitações de uma abordagem exclusivamente procedimental do modelo institucional, que desconsidera os conflitos decorrentes das diferentes perspectivas políticas sobre o conceito de “democracia”.

Neste contexto, Adam Przeworski analisa a crise da democracia sob os moldes atuais. A análise defendida pelo autor parte da seguinte definição de democracia: *um arranjo político no qual as pessoas selecionam governos através de eleições e que, através delas, possuem uma chance real de remover governos sem popularidade* (Przeworski, 2020, p. 5). Nessa perspectiva as democracias funcionam bem quando conflitos sociais, políticos e econômicos podem ser resolvidos através de mecanismos institucionais (eleições, cortes judiciais e burocracias públicas), sem afetar a capacidade dos cidadãos de acessar estes mesmos mecanismos.

Gino Germani (1973) explica essa dinâmica por meio dos conceitos de mobilização e integração. Segundo o autor, a mobilização refere-se ao processo em que grupos da sociedade civil desenvolvem capacidade deliberativa e pressionam por mudanças através de manifestações, filiação a partidos ou até revoltas armadas. Já a integração ocorre quando essa mobilização se dá dentro dos meios institucionais, respeitando as regras do regime político aceito pela população. Para Germani, a democracia representativa na América Latina só funcionou quando houve correspondência entre esses dois processos, garantindo consenso mínimo e resposta adequada às demandas sociais (Germani, 1973, p. 22).

Em sua obra, Przeworski (2020) descreve o que chama de “desconsolidação democrática”, ou seja, o processo gradual de ero-

são das normas e instituições democráticas que ocorre de forma discreta. Este processo é, muitas vezes, justificado como sendo compatível com a própria ordem em deterioração. Este é o cerne da questão que se pretende analisar neste artigo. As características observadas nos governos de Jair Bolsonaro e de Nayib Bukele se assemelham às descritas por Przerworski (2021), fornecendo *insights* para determinar os fatores que permitem a subversão da ordem democrática a partir de si mesma. Para isso, faz-se necessário compreender o conceito de autoritarismo furtivo e como este se aplica à realidade latino-americana.

O autoritarismo furtivo, termo cunhado por Ozan O. Varol, refere-se às práticas governamentais que contribuem para a desconsolidação democrática. Estas ações utilizam o próprio aparato legal para *entrincheirar o status quo, proteger o ocupante do cargo de mudanças democráticas significativas e pavimentar o caminho para a criação de um partido dominante ou partido único*, sendo sempre utilizadas quando a repressão direta não é a escolha mais racional (Varol, 2023, p. 6). É razoável dizer, portanto, que o *autoritarismo cria uma discordância entre aparência e realidade ao esconder práticas sob a máscara do direito* (Varol, 2023, p.13) e se dá normalmente através das seguintes estratégias: 1) Controle judicial de constitucionalidade com base na criação de mecanismos para evitar responsabilização política ou perseguir opositores; 2) Mudanças nas leis eleitorais de regulamentação do alistamento eleitoral e financiamento de campanhas; 3) Utilização de crimes comuns para processar dissidentes políticos; 4) Mobilização de leis e instituições de vigilância para atingir o exercício de liberdades individuais ou fazer chantagem; 5) Utilização da retórica do Estado de Direito para arregimentar legitimidade doméstica e internacional para acobertar ações furtivamente autoritárias

É interessante notar que o fenômeno do autoritarismo furtivo é muitas vezes associado a teoria da escolha racional, que sustenta que *atores racionais fazem escolhas baseadas na análise dos custos e benefícios dos potenciais cursos de ação* a depender da conjuntura doméstica e internacional na qual se inserem os atores (Varol, 2023, p.55). Levando em consideração a teoria da escolha racional, pode-se dizer que o autoritarismo furtivo se torna a escolha preferível à medida que a correlação de forças vigentes no momento torna a

probabilidade da represália política menor do que os benefícios de tomar medidas abertamente antidemocráticas. Logo, para entendermos os fatores que levam à erosão interna da democracia é preciso primeiro compreender as particularidades do processo nos dois países que protagonizam este estudo comparado.

O caso de El Salvador

Não há como falar das medidas antidemocráticas protagonizadas pelo presidente Nayib Bukele sem mencionar como surgiu o sistema político bipartidário que dominou a política institucional de El Salvador de 1992 a 2019. Este sistema foi erigido sobre os pactos de cessar-fogo que colocaram fim a um longo conflito armado entre as forças de repressão do Estado e a guerrilha revolucionária *Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional* (FMLN). Com o fim da contenda, terminou-se também o regime de modernização autoritária levado a cabo por diversos regimes que haviam se revezado no poder desde 1931 (Baldovinos, 2021). Este processo de pacificação da política salvadorenha oficializado em 16 de fevereiro de 1992 acarretou importantes conquistas em termos da criação de um Estado capaz de integrar parcialmente as demandas do povo através de um judiciário independente e um sistema de representação política protagonizado principalmente por dois partidos, a *Alianza Republicana Nacionalista* (ARENA) e a – agora desarmada – FMLN. Ademais, no quesito instituições de vigilância e repressão, foram substituídas as antigas forças de segurança pública por uma Polícia Nacional Civil não atrelada ao exército, cuja atuação foi complementada pela criação da Procuradoria para Defesa dos Direitos Humanos e Comissão da Verdade, aumentando consideravelmente a garantia do acesso à justiça no país (Ranum, 2007).

Não obstante aos inegáveis logros do sistema político pós-guerra, a configuração desta nova conjuntura institucional foi também responsável pela captura do Estado pelas elites econômicas (Waxenecker, 2017), em um processo caracterizado pela restauração da hegemonia oligárquica que limitou o papel do Estado a criação de condições favoráveis à acumulação lucrativa do capital pelos capitalistas domésticos e estrangeiros (Harvey, 2008). A adesão de

El Salvador a cartilha de medidas neoliberais estruturou a economia em torno do envio de remessas por parte da grande população migrante e da estruturação de uma importante indústria de maquiagem (Santos, 2024). Além disso, tomaram-se medidas de grande impacto à qualidade de vida das populações locais, como a privatização do sistema previdenciário através das chamadas AFP – Administradoras de Fundos de Pensões (Baldovinos, 2021). Tais medidas neoliberalizantes foram responsáveis por fragilizar o tecido social salvadorenho e pela precarização das relações de trabalho, evidenciada pelo crescimento do comércio informal nos centros urbanos e pelo desenvolvimento das *maras*, grupos criminosos armados, cuja atuação violenta frequentemente colocava em xeque a própria legitimidade do sistema político pós-guerra como provedor de paz social (Sol Arriaza, 2024).

Essas contradições internas irreconciliáveis foram agravadas pelo fato de que os Acordos de Paz, embora tenham inaugurado uma nova era democrática no país, não resultaram em uma Constituição capaz de romper com o passado autoritário. A preservação de diversos mecanismos legais e instituições herdadas do Estado contra-insurgente contribuiu para a falta de transparência na prestação de contas à população, tanto nos governos da ARENA quanto do FMLN. O infame mecanismo conhecido como “partidas secretas” ou gastos reservados, foi frequentemente utilizado para acobertar casos de corrupção que colaboraram para desgastar a institucionalidade construída no pós-guerra (*apud* Santos, 2024, p. 329). Vale a pena mencionar que o caráter progressista do FMLN não tornou o partido imune aos contrassensos inerentes à democracia liberal. A gestão de Mauricio Funes, eleito em 2009, foi marcada pelo aumento substancial dos gastos em políticas públicas que ajudaram a mitigar a miséria no país, mas também pelos efeitos da crise de 2008 nas remessas enviadas do exterior, forçando o presidente a costurar vários acordos com a direita em prol da responsabilidade fiscal, numa aproximação inédita entre os dois partidos (Santos, 2024).

Ainda mais relevante para entender o cenário político de El Salvador são as medidas do FMLN para lidar com a segurança pública. Eleito com um discurso contrário à militarização da sociedade civil, a administração Funes mudou sua conduta já no primeiro ano de mandato, nomeando militares para o Ministério de Segurança Pú-

blica e para a Polícia Nacional Civil. Além disso, o presidente aumentou o tamanho do exército e a presença militar nas ruas em 89%, alcançando a marca de 10.243 efetivos (Santos, 2024). A política repressiva continuou na presidência de Sánchez Cerén (2014-2019), período em que se intensificaram as execuções policiais e abusos de poder dentro dos centros penitenciários. A consequência disto foi a instauração de violentíssimos conflitos entre as *maras* e o Estado, fazendo que a taxa de homicídios atingisse 102 a cada 100 mil habitantes em 2015 (Santos, 2024).

Um estudo publicado em 2007 levantou alguns dados importantes sobre os efeitos da violência estrutural na percepção pública sobre democracia em El Salvador. Dentre os entrevistados, 61% das pessoas que nunca haviam sido vítimas de um crime violento expressaram apoio ao sistema democrático, enquanto apenas 55% daqueles que haviam sido vítimas o fizeram, descrevendo um cenário em que El Salvador é um dos países com uma das menores taxas de apoio a democracia na América Latina (Córdova et al, 2005 *apud* Ranum, 2007). Apesar destes dados serem de mais de uma década de antes da chegada de Bukele ao poder, eles são úteis para situar o desgaste da democracia salvadorenha. Isto, somado à alta rejeição aos dois partidos que comandaram o jogo eleitoral durante o pós-guerra, explica a ascensão meteórica do presidente e o massivo apoio popular à sua política autoritária.

Foi a capacidade de Bukele de identificar adequadamente o estado de ânimo da população que o permitiu criar um movimento político ancorado em uma exitosa estratégia eleitoral contra *tudo aquilo que está aí*, como vimos também no Brasil (Sol Arriaza, 2024, p. 123). Iniciado na vida política em 2012 como prefeito da pequena cidade de Nuevo Cuscatlán pelo FMLN, sua ascensão à presidência em 2019 foi antecedida por uma campanha de intensas críticas ao governo Funes e pela prática de igualar dois partidos com projetos distintos de sociedade, levando-o a repetir insistentemente a frase *o FMLN é o ARENA 2.0* (Baldovinos, 2021, p. 5). A rejeição de formar alianças com as elites políticas tradicionais culminou em um episódio emblemático em 9 de fevereiro de 2020, quando Bukele invocou o direito constitucional do povo à insurreição para justificar a ocupação da sede do poder legislativo e obter apoio para seu plano de segurança pública e repressão armada, o *Plan Control*

Territorial. Para tanto, ele chegou a mobilizar tropas do Exército e da Polícia Civil para ocupar o prédio governamental e pressionar seus opositores (Baldovinos, 2021). A partir desse momento, seu governo foi uma sucessão de atitudes condizentes com o conceito de autoritarismo furtivo, que distenderam os limites da legalidade e ensaiaram uma ruptura com a ordem legalmente constituída.

Para Fabio Luís Barbosa dos Santos, El Salvador *transita de um regime coercitivo apoiado no consenso para um regime que visa dirimir o dissenso apoiado na coerção* (Santos, 2024, p. 237). Analisando o caso Bukele, Santos elenca casos em que o próprio aparato legal foi utilizado para *pavimentar o caminho para a criação de um partido dominante ou partido único* (V1, 2023, p. 6). Em um processo de ampla consolidação de sua popularidade, o partido criado por Bukele, o *Nuevas Ideas*, conquistou 56 de 84 postos parlamentares nas eleições de 2021, habilitando o presidente para o controle sobre a constitucionalidade, evidenciado na destituição do Procurador Geral e de membros da Sala Constitucional e do Supremo Tribunal Federal, neutralizando importantes contrapesos institucionais e aparelhando o sistema judiciário do país. Após estas mudanças, a Procuradoria Geral abriu um processo de investigação contra o ex-Presidente Sánchez Cerén e vários membros do FMLN, enquanto a Sala Constitucional aprovou a reeleição presidencial, alterando as leis eleitorais até então vigentes (Santos, 2024).

Outro caminho descrito na teoria do autoritarismo furtivo trilhado por Bukele está relacionado a leis e instituições de vigilância. A crescente adesão à política rigorosa de combate às gangues, conforme delineado no *Plan Control Territorial*, justificou a imposição de um estado de exceção. Isso resultou na detenção de mais de 20 mil membros de gangues no primeiro mês, além da implementação de penas mais severas para os condenados. Não se pode ignorar também as frequentes violações de direitos humanos ocorridas nas prisões, sob a supervisão tácita do governo central (Santos, 2024).

Por fim, vale a menção ao fato de que o governo centralizou o controle dos fundos públicos distribuídos entre os municípios, convertendo a repartição de recursos em uma ferramenta de disciplinamento dos poderes locais (Salgado, 2022 *apud* Santos, 2024). Todas essas medidas, apoiadas pela população local e ratificadas eleitoral-

mente em várias ocasiões, reconfiguraram o equilíbrio de poder em El Salvador, facilitando o uso de estratégias políticas que testam os limites da constitucionalidade. Isso marca o início de uma nova fase baseada nas deficiências da democracia representativa pós-conflito interno, cuja erosão pode ser compreendida à luz do conceito de autoritarismo furtivo, como buscamos demonstrar.

O caso brasileiro

Nesta seção buscamos contextualizar as características compatíveis com o conceito de “autoritarismo furtivo” do governo de Jair Bolsonaro em meio às demonstrações contínuas dessas características no regime democrático, principalmente quando conduzido por forças atreladas umbilicalmente ao neoliberalismo. Opta-se por esse recurso para extrapolar dinâmicas conjunturais e, possivelmente, apresentar as condições estruturais para manifestação do fenômeno do autoritarismo furtivo.

A história política brasileira tem sido atravessada por períodos de exceção em que garantias legais a direitos e liberdades, individuais e coletivos, foram preteridas em favor de projetos autoritários de poder (Gomes; Matos, 2017), comumente sustentados por matrizes econômicas elitistas e reforçadoras de desigualdades sociais (Saad Filho; Morais, 2018). O último desses períodos de exceção é representado pelo regime iniciado com o Golpe Militar de 1964. Após quase duas décadas de regime militar ditatorial, no final da década de 1970, tomou forma um movimento democratizante no Brasil, impulsionado pelo empoderamento de “novos” atores na cena política, especialmente o Novo Sindicalismo e movimentos sociais ligados a grupos que buscavam ver atendidas suas demandas econômicas e conquistar mais participação política (Codato, 2005; Vieira, 2007).

Diante da efervescência popular que crescia desde as greves de 1978 e 1979, a formação do Partido dos Trabalhadores em 1980 e o movimento Diretas Já, o regime militar se viu acuado perante a narrativa pró-democracia que se propagava em meio à opinião pública, perdendo apoio popular, econômico e legitimidade política. Em 1979 iniciou-se o que fora chamada de transição lenta, gradual e

segura à democracia. Adiantando-se ao fortalecimento de movimentos contestantes, a cúpula militar encontrou saída em uma transição negociada, com a eleição indireta de Tancredo Neves à presidência da República (Bechara; Rodrigues, 2015).

A nova Constituição (CF88) que resulta dessa transição teve como responsabilidade, pelos métodos possíveis, desmontar o aparato repressivo da ditadura e construir uma institucionalidade democrática (Sales, 2016). Mesmo com inconsistências e contradições, ela precedeu o mais longo período de estabilidade política democrática na história brasileira (Nobre, 2008). Inclusive, foi bem-sucedida no “teste democrático” (Dahl, 2015) de passagem de um governo alinhado aos setores de direita e centro-direita (Fernando Henrique Cardoso) para outro representado pela esquerda e centro-esquerda (Luís Inácio Lula da Silva), demonstrando capacidade institucional de resolução de conflitos políticos e econômicos.

Como guia formal da institucionalidade política brasileira, o pacto concretizado em 1988 não esteve imune a crises políticas, econômicas e sociais entre as quais cabe citar o *impeachment* de Fernando Collor, a crise do mensalão (2005) e a instabilidade que se lançou sobre o país desde o rearranjo político que precedeu a deposição da ex-presidenta Dilma Vana Rousseff, em 2016. De forma concomitante, há o recrudescimento de autoritarismos no interior da República (Boito Jr, 2019; Braga, 2020). O curioso, e talvez característico, dessa inércia autoritária (Quinalha, 2013) é que ela parece esgueirar-se pelas próprias instituições que dão forma ao Estado Democrático de Direito. Este processo se assemelha ao conceito de “autoritarismo furtivo”.

Retomando o período de transição da ditadura civil-militar para a democracia, nota-se que a forma como o novo regime político se desenvolve depende, em grande medida, dos métodos adotados para desmontar as estruturas autoritárias e construir instituições democráticas. Daí surge o conteúdo da Justiça de Transição, um processo jurídico e político em que se reparam os danos do regime de exceção com objetivo profilático de prevenir a democracia nascente contra desvirtuações autoritárias (Correa, 2010; Teitel, 2011).

Embora presente em todos os governos do atual regime, nas administrações petistas esse instrumento assume maiores responsa-

bilidades políticas no primeiro mandato de Dilma Rousseff, culminando na instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 2012 (Sikkink; Marchesi, 2015). A CNV foi implantada em um contexto de importantes mudanças macroeconômicas denominadas por Singer (2015; 2016) de ensaio desenvolvimentista, uma tentativa de aceleração no processo gradualista do lulismo através de um forte ativismo estatal para redução dos juros e dos *spreads* bancários e incremento industrializante, passando pela desvalorização do Real e perceptível pressão inflacionária, atingindo diretamente o tripé econômico neoliberal. A elevação no tom das políticas desenvolvimentistas se propôs a um confronto com múltiplos adversários em condições adversas para sustentá-lo. Segundo Singer (2015), isso resultou na reorganização política em torno de um consenso neoliberal.

Rizek e Paoli (2007) constataam que a política neoliberal produz uma *desarticulação das garantias e direitos sociais [e] decomposição das possibilidades de diferentes atores negociarem e proporem alternativas políticas para além do que estivesse definido* (p. 8). Assim, surgem contradições entre alguns dispositivos da CF88 e as necessidades de acumulação do modelo neoliberal, levando a uma série de modificações institucionais que desconfiguram aspectos democráticos por meio de Emendas Constitucionais (EC) e Medidas Provisórias (MP). Tais práticas, observadas no governo Bolsonaro, foram utilizadas também pelos ex-presidentes Fernando Collor (1990-92) e Fernando Henrique (1995-2002) (Candiottto, 2012). Alguns exemplos encontrados de medidas com esse teor na gestão Bolsonaro são a MP 905/2019, que fragilizou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) por meio de rebaixamento de salários e isenções fiscais aos empregadores, a MP 966/2020, que concedia impunidade aos agentes públicos em toda ação movida nos campos civil e administrativo e as EC 100/2019 e 105/2019, que flexibilizaram as regras para aplicação de Emendas Parlamentares e ampliaram o controle do Congresso Federal sobre o orçamento da União. Nesse período foram editadas 451 MPs e aprovadas 27 Emendas Constitucionais, cerca de 21% de todas as Emendas Constitucionais aprovadas desde 1988 (Presidência da República, 2025).

A crise que se desenvolveu no Brasil desde o governo Dilma (PT) não esteve – ou está – isolada, mas introduzida em um contexto internacional de condições semelhantes. Brown (2019) as consi-

dera um resultado cumulativo da política neoliberal. Os impactos dessa crise sobre o bem-estar populacional influenciam de formas diferentes os estratos sociais, não apenas em suas configurações de classe, mas no atravessamento a elas de identidades – raça, gênero, orientação sexual – que aprofundam clivagens, na polarização política, na desconfiança no sistema democrático liberal e na aversão à figura do Estado. A polarização guiada pelo sentimento de perda da supremacia que uma classe média, majoritariamente branca e patriarcal, creditava a si mesma (não sem lastro na realidade), leva à exacerbação de discursos fundamentalistas. Sustentam-se esses discursos na imagem do homem cristão, projetada sobre um patriotismo militarista. Segundo a autora, esses elementos são decorrentes da superestrutura que sustenta a governabilidade neoliberal, na qual a desmoralização do político e a valorização da moralidade tradicional são intrínsecos.

No Brasil essas características são trazidas à luz nos movimentos que, desde 2015, reivindicaram a deposição de Dilma Rousseff. As políticas permitidas pelo caráter social da CF88 condicionam um processo de inclusão de setores informais e precarizados ao sistema de direitos trabalhistas e benefícios, previdência e saúde públicos, por meio de medidas previstas na Constituição. Uma boa imagem desse movimento é apresentada por Arretche (2018), com as categorias *outsiders* (excluídos do sistema) e *insiders* (incluídos no sistema). A inclusão desses setores populares e sua aproximação à classe média, em termos de condições econômicas, causa nesta última a sensação de perda de privilégios, assemelhando-se às características observadas por Brown no Norte Global. A instabilidade política e seus impactos econômicos e sociais reforçaram, no Brasil e em outras regiões, um sentimento de frustração generalizada em diversos setores sociais (Brown, 2019).

O caso brasileiro e os múltiplos fatores políticos e econômicos que se inter cruzam, corroboram com Brown (2019). A aliança entre setores militares reacionários e a fração majoritária da burguesia foi capaz de canalizar o sentimento popular de insatisfação. Assim houve um novo consenso neoliberal que se valeu de medidas controversas para sua restauração, através do *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 e a prisão de Lula em 2018, então o principal candidato da oposição à presidência da República. Ambos os processos foram

e continuam sendo alvo de profundo questionamento quanto à sua adequação legal (Braga, 2020). Complementa-se, em meio a esse cenário, o despontar de uma figura política que reunia várias das características almejadas naquele contexto, Jair Bolsonaro, com uma postura reacionária e tradicionalista, agressiva, defensor de políticas econômicas neoliberais e ligado aos setores militares.

Os elementos autoritários identificados no governo Jair Bolsonaro, cabe salientar, não demonstraram rupturas com a formalidade institucional da CF/88, mas parecem gradualmente alterar seus conteúdos (Singer, 2020), ou seja, se manifestam furtivamente.

Esse movimento vem trazendo à luz o que Przerworski (2020) denomina como desconsolidação democrática, que de forma incremental minam as instituições da democracia liberal e evidenciam suas insuficiências na salvaguarda da ordem constitucional. Consideradas as características do cenário político brasileiro a partir dos estudos aqui relacionados, é possível identificar a dificuldade em dismantelar antigas estruturas autoritárias como fator gerador da permeabilidade das instituições ao autoritarismo furtivo.

Considerações Finais

No século XXI, as transformações políticas observadas no Brasil e em El Salvador destacam uma evolução do autoritarismo que difere das tradicionais manifestações impositivas e violentas do passado latino-americano. Ao invés de serem impostas coercitivamente, essas novas formas de autoritarismo surgem de maneira furtiva, utilizando as estruturas do próprio Estado e frequentemente com o consentimento de partes significativas da população. Conforme demonstrado através da análise dos casos acima, este fenômeno parece estar relacionado com o desgaste do sistema democrático-liberal, bem como à ascensão hegemônica do neoliberalismo, que tende a desenraizar as comunidades e tornar os indivíduos mais suscetíveis à pobreza e ao desalento, fomentando a busca por soluções radicais e imediatas.

Conforme Semeraro (2007), a obra de Antonio Gramsci nos elucida que o controle exercido pelas classes dominantes não é (sempre) perpetuado pela violência, mas sim pela capacidade de

ser adaptado às instituições já existentes, se apoiando no consenso passivo das massas que não possuem a capacidade de imaginar um horizonte político diferente daqueles que conhecem. Tal percepção é compatível com o observado no caso do Brasil e de El Salvador, cujas populações – percebendo-se mal representadas por seus líderes políticos – consentiram, através do voto, com medidas que colocaram em risco a institucionalidade democrática. No contexto da democracia liberal, em que as populações não são convidadas a tornarem-se agentes da política, mas meros consumidores das propostas eleitorais (García Linera, 2013), há uma forte percepção de exclusão por parte da população, levando-a a buscar alternativas fora do *establishment* político tradicional. Esse ambiente propicia o surgimento de líderes que se autointitulam como *outsiders*, muitas vezes oferecendo soluções rápidas para os problemas da sociedade, sem atacar a raiz estrutural da questão.

Na América Latina, o déficit democrático está particularmente relacionado ao descompasso entre desenvolvimento econômico e qualidade de vida. Ao notar que a expansão dos direitos políticos e consolidação do Estado democrático-capitalista não é imediatamente traduzido em uma democracia real em termos de condições de vida e igualdade de oportunidades, o sistema construído sobre a premissa da mera seleção de governantes logo perde sua legitimidade, minando sua capacidade de integrar as demandas dos trabalhadores da cidade e do campo. Emprestando as palavras de Octavio Ianni, importante intelectual brasileiro, *o povo não se reconhece na nação burguesa, cuja fisionomia reflete principalmente, ou exclusivamente, os interesses da burguesia nacional e estrangeira* (Ianni, 1988, p.21).

No Brasil, a comparação realizada neste artigo evidencia que os efeitos do autoritarismo furtivo são potencializados devido às contradições entre forma e conteúdo presentes no Pacto Constitucional elaborado em 1988. Ainda que ele formalize as instituições democráticas (seus ritos, mecanismos etc.) e verse criteriosamente sobre o tema dos direitos sobre os quais se funda o ordenamento jurídico, o processo transicional para a democracia não garantiu uma criteriosa desorganização das instituições autoritárias no intuito de erguer outras capazes de dar escopo à democracia. Contudo, uma maior consolidação da estrutura de Estado – como evidenciado no

“teste democrático” aqui mencionado - permitiu mais equilíbrio entre forças políticas antagônicas, resultando no fortalecimento do aparato civil e impondo maiores dificuldades à capitulação autoritária manifestada furtivamente.

Em contraste, El Salvador enfrenta desafios significativos com sua democracia representativa pós-conflito interno, onde a fragilidade institucional e os altos índices de violência perpetuados pelo Estado e pelas *maras* têm alimentado o apoio a políticas e líderes que adotam estratégias furtivas para se consolidarem no poder. A análise desses casos destaca não apenas as nuances do autoritarismo contemporâneo na América Latina, mas também a importância de fortalecer as instituições democráticas e abordar as causas estruturais que alimentam o desencanto popular e a busca por alternativas autoritárias.

Referências

ARRETCHE, Marta Tereza da Silva (org.). **Democracia e redução da desigualdade no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2018. 344 p. AVRITZER, Leonardo. Teoria democrática, esfera pública e participação local. **Sociologias**, v. 1, n. 2, 2008.

BALDOVINOS, Ricardo. Nayib Bukele: populismo e implosión democrática en El Salvador. **Andamios**, Ciudad de México, v. 18, n. 46, p. 233-255, agosto 2021. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-00632021000200233&lng=es&nrm=iso. Acesso em 09 jul. 2024

BECHARA, Gabriela Natacha; RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Ditadura militar, atos institucionais e poder judiciário. **Revista Justiça do Direito**, Passo Fundo, v. 29, n. 3, p. 587-605, set./dez. 2015.

BOITO JR, Armando. A questão do fascismo no governo Bolsonaro. **Brasil de Fato**, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/10/artigo-or-a-questao-do-fascismo-no-governo-bolsonaro>. Acesso em: 09 jul. 2024.

BRAGA, Ruy. A tempestade perfeita: Autoritarismo, trabalho e pan-

demia. **Dilemas**, Rio de Janeiro, Reflexões na Pandemia, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-24>. Acesso em: 09 jul. 2024.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politéia, 2019.

CANDIOTTO, Cesar. Neoliberalismo e Democracia. **Princípios**: Revista de Filosofia, Natal, v. 19, n. 32, p. 153-179, dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/7568/5631>. Acesso em: 09 jul. 2024.

CODATO, Adriano Nervo. Uma História Política da Transição Brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 165-175, nov. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000200008. Acesso em: 09 jul. 2024.

CORREA, Cristián. Programas de reparação pra violações em massa aos direitos humanos: aprendizados das experiências da Argentina, Chile e Peru. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n. 3, p. 140-172, jan. 2010

CORTE, Tiago dalla; CORTE, Thaís dalla. A democracia no século XXI: crise, conceito e qualidade. **Passagens**: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 178-201, maio 2018. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/revistapassagens/artigos/v10n2a22018.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2024.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012. 744 p.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**: Participação e Oposição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

GARCÍA LINERA, Álvaro. **Democracia Estado Nación**. La Paz: [s. n.], 2013.

GERMANI, Gino. Democracia representativa y clases populares. In: **Populismo y contradicciones de clase en Latinoamérica**. México: Serie popular Era, 1973.

GOMES, Ana suelen Tossige; MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. O estado de exceção no Brasil republicano. **Direito e Práxis**,

Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 1760-1787, 2017.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: História e implicações. 5 ed. Edições Loyola, 2008.

IANNI, Octavio. Raízes da antidemocracia na América Latina. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 4, n. 14, p. 17-22, abr./jun. 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n14/a03n14.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2024.

LAVALLE, A.G. Após a participação: **nota introdutória**. **Lua Nova**, n. 84, 2011. p. 13-23.

MELO, Daniela Mendonça de. Democracia e Socialismo. **Âmbito Jurídico**, [s.i], v. 68, p. 13-34, set. 2009. Disponível em: https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-68/democracia-e-socialismo/#_ftn3. Acesso em: 09 jul. 2024.

MONEDERO, Juan Carlos. ¿Posdemocracia? Frente al pesimismo de la nostalgia, el optimismo de la desobediencia. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, v. 240, p. 68-86, jul. 2012. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/posdemocracia-frente-al-pesimismo-de-la-nostalgia-el-optimismo-de-la-desobediencia/>. Acesso em: 09 jul. 2024.

NOBRE, Marcos. Indeterminação e estabilidade: os 20 anos da Constituição Federal e as tarefas da pesquisa em direito. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 82, p. 97-106, nov. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/n82/05.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2024.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Presidência da República. Emendas à Constituição. Brasília, DF. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/quadro_emc.htm]. Acesso em: 12 fev 2025.

Presidência da República. Medidas Provisórias. Brasília, DF. Disponível em: [<https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/medidas-provisorias>]. Acesso em: 12 fev. 2025.

QUINALHA, Renan Honório. Com quantos lados se faz uma verdade? Notas sobre a Comissão Nacional da Verdade e a “teoria dos dois demônios”. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v.15, n. 105, p. 181-204, mai. 2013. Disponível em: <https://revistajuridica>.

presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/71. Acesso em: 09 jul. 2024.

RANUM, Elin Cecilie. El crimen violento y la democracia en El Salvador. **ECA: Estudios Centroamericanos**, [S. l.], v. 62, n. 703-704, p. 353–375, 2007. DOI: 10.51378/eca.v62i703-704.4961. Disponível em: <https://revistas.uca.edu.sv/index.php/eca/article/view/4961>. Acesso em: 9 jul. 2024.

REIS, Maria Dulce. Democracia Grega: a antiga atenas (séc. v a.c.). **Sapere Audi**, Belo Horizonte, v. 9, n. 17, p. 45-66, jan. 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/17648/13398>. Acesso em: 09 jul. 2024.

RIZEK, Cibele Saliba; PAOLI, Maria Célia. Depois do desmanche. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba. **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 7-14.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lécio. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

SALES, Raquel Bento de. Justiça de Transição Como Instrumento de Viabilização da Qualidade da Democracia e Redemocratização dos Sistemas Políticos: comparação entre: Brasil, Argentina e Chile. In: **IX Seminário Internacional de Direitos Humanos da UFPB**, 2016, João Pessoa. IX SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DA UFPB, 2016.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. El Salvador sob Bukele: entre o desejo autoritário e o medo. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 37, p. 326-347, jan.-jun. 2024. Disponível em: <http://revista.anphlac.org.br>. Acesso em: 9 jul. 2024.

SARTORI, Giovanni; MORLINO, Leonardo. **La Comparación en Las Ciencias Sociales**. Madrid: Alianza Editorial, 1999.

SCHMITT, Carl. **Teoría de la constitución**. Tradução de Francisco Ayala. Madrid: Alianza, 1996. Disponível em: <https://www.ilustracionjuridica.com/producto/teoria-de-la-constitucion-carl-schmitt-pdf/>. Acesso em: 09 jul. 2024

SEMERARO, Giovanni. Da Libertação à Hegemonia: Freire e Gramsci no Processo de Democratização do Brasil. **Rev. Sociol.**

Polit., Curitiba, v. 29, p. 95-104, nov 2007.

SIKKINK, Kathryn; MARCHESI, Bridget. Nothing but the truth: Brazil's truth commission looks back. **Foreign Affairs**, Congers, n. 26, fev. 2015. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/south-america/2015-02-26/nothing-truth>. Acesso em: 09 jul. 2024.

SINGER, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (orgs.). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016, p. 21-54.

SINGER, André. Autoritarismo furtivo, um conceito que se aplica ao Brasil, diz colunista. **Jornal da USP**, 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/autoritarismo-furtivo-um-conceito-que-se-aplica-ao-brasil-diz-colunista/>. Acessado em: 10 jul. 2024.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos**, São Paulo, n. 102, jul. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002015000200039. Acesso em: 09 jul. 2024.

SOL ARRIAZA, Ricardo. La democracia desafiada y la reconstrucción del Estado y la sociedad salvadoreña. **Revista Con-secuencias**, San Salvador, n. 7, p. 99-133, 10 abr. 2024.

TEITEL, Ruti G. Genealogia da justiça transicional. In: REÁTEGUI, Félix. **Justiça de Transição: Manual para América Latina**. Brasília: Comissão de Anistia, 2011. p. 135-170.

VAROL, Orzan O. Stealth Authoritarianism, **Iowa Law Review**, Iowa City, n. 100, p. 1673-1742, 2015. Disponível em: <https://ilr.law.uiowa.edu/print/volume-100-issue-4/stealth-authoritarianism/>. Acesso em: 09 jul. 2024.

VIEIRA, Jorge Blascovski. **Os novos atores sociais na transição democrática: o sindicalismo do setor público**. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

WAXENECKER, Harald. **Élites políticas y económicas en El**

Salvador: ¿Captura de Estado? San Salvador: Heinrich Böll Stiftung, 2017. ISBN 978-99923-35-10-9.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo:** a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. ISBN 85-7559-008-1.

ESTADO E NEOLIBERALISMO: O caso da EBSE RH como expressão de privatização não clássica no Brasil

Itana Lua Silva Santana¹

Alair Silveira²

Este artigo tem por propósito analisar como a experiência da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSE RH) pode ser compreendida como expressão de *privatização não clássica* no contexto das reformas neoliberais no Brasil. Trata-se de um esforço analítico para demonstrar como a EBSE RH – criada para gerir os hospitais universitários federais – pode ser compreendida como uma expressão concreta da *privatização não clássica* no contexto da reforma do Estado brasileiro, sob a hegemonia neoliberal.

Dados os limites deste breve artigo, nos ateremos a articular reflexões sobre o papel do Estado no contexto das relações de produção capitalista, a natureza das reformas neoliberais e o conceito de *privatização não clássica*. Neste particular, analisaremos a criação e o funcionamento da EBSE RH como parte de um processo mais amplo de reconfiguração da gestão pública, evidenciando como essa empresa pública de direito privado encarna os princípios do gerencialismo e da desresponsabilização estatal, promovendo a inserção da lógica de mercado em serviços públicos essenciais como a saúde.

Introdução

A compreensão quanto ao papel do Estado no modo de produção capitalista tem sido objeto de intensos debates no campo das

1 Assistente Social formada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestranda no Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS/ICHS/UFMT) e pesquisadora do MERQO/UFMT/CNPq. itanalua96@hotmail.com.br

2 Professora da área de Ciência Política do Departamento de Sociologia e Ciência Política (SOCIP/UFMT) e do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS/ICHS/UFMT); pesquisadora do MERQO/UFMT/CNPq, membro do Grupo de Trabalho Política e Formação Sindical (GTPFS/ADUFMAR/ANDES-SN). alair.silveira@ufmt.br

ciências sociais, especialmente no interior do marxismo crítico. Longe de uma concepção neutra ou técnica, o Estado é entendido como uma instituição histórica e socialmente situada, que se estrutura para garantir a reprodução e legitimação das relações de produção capitalistas. Ainda que se apresente sob o véu da universalidade, da legalidade e da mediação de interesses supostamente gerais, ele se constitui como expressão condensada das correlações de força (Oso-rio, 2014) entre classes sociais pautadas por interesses antagônicos, operando de modo a assegurar os interesses da classe dominante. Desta maneira, mesmo que estruturalmente seja constituído para garantir tais interesses, sua condição de instituição essencialmente política e, portanto, dependente de legitimidade social (Silveira, 2017), lhe condiciona a construir consensos e fazer concessões. Inclusive sob os fundamentos do neoliberalismo e do gerencialismo.

Tomando como eixo central a análise da função do Estado na reprodução das condições materiais e ideológicas consoantes aos interesses do capital, buscamos refletir sobre como a adoção dos preceitos neoliberais – especialmente a partir das últimas décadas do século XX – reconfigurou a lógica de funcionamento do Estado, redefinindo suas funções, prioridades e estratégias de intervenção social. Se resta indubitável que o Neoliberalismo apregoa a redução drástica do Estado, em vez da retração deste, o que se observa é a sua reorganização, com a incorporação de racionalidades empresariais e técnicas de gestão oriundas do setor privado, sob a justificativa de ampliação da eficiência (Dardot; Laval, 2016)

Com o avanço do projeto societário neoliberal enquanto racionalidade dominante, observou-se uma reconfiguração do papel estatal, marcada por processos de reforma institucional que buscaram adaptar o Estado às exigências do capital financeiro globalizado. Essa inflexão deu origem a um modelo gerencial de administração pública influenciado pelas premissas do chamado *Novo Gerencialismo Público*, que desloca o foco da ação estatal para critérios como eficiência, produtividade e desempenho, sob critérios e pressupostos comuns às empresas privadas. Esse movimento culmina em formas de privatizações que não se expressam exclusivamente pela venda de ativos públicos, mas, também, por mecanismos mais sutis e complexos, como a terceirização, as parcerias público-privadas, as organizações sociais e as empresas públicas de direito privado (Paula, 2005).

Nesse contexto, emerge o conceito de *privatização não clássica*, formulado por Sara Granemann (2011) e aprofundado por Ana Cláudia Semêdo (2021), para designar os processos de mercantilização do público, que ocorrem sem a alienação formal do patrimônio estatal. Trata-se de uma reconfiguração da presença do Estado, que se mantém como gerenciador, internalizando a lógica do mercado.

A noção de *privatização não clássica* permite identificar formas de transferência da gestão e da execução das políticas públicas ao setor privado, sem que haja, necessariamente, alienação formal do patrimônio público. Tal processo evidencia uma profunda transformação da ação estatal, marcada pela desresponsabilização pública e pela erosão do pacto social de proteção aos direitos fundamentais. Ao examinar tais aspectos, pretendemos contribuir para o debate crítico sobre o papel do Estado moderno.

Fundamentos do Estado classista sob os ditames do Neoliberalismo

Para compreender a função do Estado moderno é necessário desvendar o que está posto no imediato, ou seja, na aparência. O Estado se apresenta como uma instituição neutra, que busca garantir o interesse da coletividade, para a realização do *bem comum*. Contudo, ao se investigar para além da aparência e alcançar a essência do funcionamento do Modo de Produção Capitalista – MPC e a forma como ocorre sua dominação, Karl Marx e Friedrich Engels se depararam com a relevância e funcionalidade do Estado para a reprodução e legitimação do processo de dominação de classe. Nesse processo de desvelamento, os autores negam essa aparência do Estado como garantidor do interesse coletivo, e evidenciam sua natureza classista.

Na obra *A Ideologia Alemã* (2007)³, a concepção do Estado como representante dos interesses de toda a sociedade foi rejeitada pelos autores. E é precisamente a partir deste ponto que podemos

3 Vale ressaltar que Marx, antes de rejeitar a visão do Estado como garantidor do interesse da coletividade, concordava com a visão de Hegel, para quem o Estado atuava como representante do bem comum. No entanto, é na *A Ideologia Alemã*, escrita em parceria com Engels, entre 1845 e 1846, que Marx introduziu a discussão sobre o caráter classista do Estado, rompendo com a percepção inicial.

extrair uma das principais contribuições para o início do desvendamento da real função do Estado: na medida em que a sociedade capitalista é estruturada sobre a dominação de classe, o Estado é a expressão política dessa dominação. Portanto, não é neutro e tampouco realizador do *'bem comum'*, considerando que não há interesse comum entre classes antagônicas.

Para Engels (1995), com o surgimento das trocas entre os indivíduos e a progressiva transformação do produto em mercadoria (de modo que *o produto veio a dominar o produtor* como arrematou Engels), com o advento do dinheiro como equivalente universal, o surgimento da propriedade privada e da divisão social do trabalho, tornou-se necessária a criação de um novo órgão. Esse órgão denominado Estado, nasce, pois, com a função de assegurar essas estruturas e defender os interesses da classe que detém a propriedade privada e os meios de produção, garantindo sua dominação sobre a classe que vende sua força de trabalho — a classe dominada. As condições objetivas e subjetivas que permitiram a apropriação privada do excedente do trabalho social (cujo processo rompeu com a produção e distribuição equitativa da riqueza socialmente produzida) serão também aquelas que exigirão, da parte daqueles que objetivamente se apropriaram do excedente, instrumentos capazes de justificar, garantir e reproduzir a apropriação privada do trabalho social. Como sintetizou Engels, a separação entre produtores e meios de produção não somente permitiu a acumulação de propriedade dos meios de produção nas mãos de alguns, mas exigiu formas de controle social sobre aqueles socialmente privados da parte que lhes cabe na distribuição da riqueza socialmente produzida.

Nesta perspectiva, Engels (1995) afirmou que o Estado surgiu da necessidade de conter o antagonismo de interesses entre classes fundamentais. Em meio a esse conflito estruturalmente dado, o Estado precisa parecer neutro (comprometido com o “interesse comum”), embora, estrutural e essencialmente, atue como Estado da classe economicamente dominante — a qual, por seu intermédio, converte-se, também, em classe politicamente dominante, adquirindo os meios para reprimir e explorar a classe dominada. Nas palavras de Marx e Engels (2007, p. 75): *[...] esse Estado não é nada mais do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente, tanto no exterior como no interior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses.*

Como esclarecem os autores, dialeticamente, com o surgimento da classe proprietária dos meios de produção emerge, também, a classe deles desprovida: aquela que carrega todos os fardos da sociedade sem usufruir de suas vantagens, cuja única posse é a sua força de trabalho, que precisa vender para sobreviver.

Nesse sentido, Marx e Engels evidenciaram que a sociedade capitalista se estrutura sobre o antagonismo de classes fundamentais (porém, não exclusivas): a classe dominante (burguesia), que para além de deter os meios de produção, também determinam a dinâmica das relações de produção e reprodução social; e, a classe trabalhadora, que além de não dispor dos meios de produção, sendo obrigada a vender sua força de trabalho, também atua como sujeito político que suporta, resiste, enfrenta e disputa a hegemonia dos interesses dominantes. Assim, ao se constituir enquanto classe dominante, a burguesia dispõe, em condições estruturais privilegiadas, de elementos de controle econômico, social, político e ideológico sobre a sociedade historicamente determinada. O Estado, nessa dinâmica, performa a expressão política dessa sociedade cindida em classes sociais contrapostas e hierárquicas. Dessa forma, a classe dominante controla não apenas o processo de produção, mas também o Estado.

Para perfazer esse entendimento acerca da função do Estado, Engels (1995, p. 191) explicita:

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro [...] é antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado.

Importa anotar que o Estado, enquanto instituição necessária à realização dos interesses de classe (porém, paradoxalmente, dependente de legitimidade social), resta politicamente mais adequa-

do desenvolver meios para assegurar que os interesses dominantes sejam compreendidos como expressão do interesse coletivo. Diante desta necessidade, a participação popular - através da democracia representativa – constitui o regime mais adequado para assegurar que, a partir da vontade de maiorias eleitorais, os representantes de interesses privados sejam legitimados pelas urnas para atuar, aparentemente, como expressão do interesse coletivo.

Desta breve introdução sobre a relevância do papel do Estado para o processo de dominação de classe, avancemos no sentido de compreender como este se manifesta sob os ditames do Neoliberalismo. Nesse contexto, os professores Dardot e Laval (2016) reiteram que os fundamentos neoliberais não se limitam à esfera econômica, mas se ocupam em racionalizar profundamente os mais amplos aspectos da vida social.

O Neoliberalismo constitui-se em projeto societário e, como tal, alcança a totalidade das relações societárias, reconfigurando os papéis atribuídos não somente ao Estado, mas ao mercado e à sociedade civil. Esta '*nova razão do mundo*', na precisão de Dardot e Laval (2016), entretanto, deita suas raízes na obra Friedrich Hayek, que no seu clássico *Caminho da Servidão* (publicado originalmente em 1944), põs em xeque o pressuposto da igualdade social em contraposição à liberdade individual e, consequentemente, as competências do Estado, do mercado e dos indivíduos. Neste sentido, o *novo liberalismo* não tem berço no *Consenso de Whashington*, em 1989, a partir de um pacote de "recomendações" (leia-se: imposições) do Fundo Mundial Internacional (FMI)⁴ aos países devedores.

4 O receituário do FMI, resumidamente, foi organizado sobre 10 exigências aos países tomadores de empréstimos (Pereira, 2010, p. 276-277) : 1) Disciplina fiscal, estabelecendo um percentual máximo de déficit operacional de 2% do Produto Interno Bruto (PIB); 2) Reorientação dos gastos públicos para áreas de alto retorno econômico e formação de 'capital humano'; 3) Reforma tributária, com aumento da base tributária e corte de impostos marginais; 4) Taxa de juros determinada pelo mercado, porém, dentro de um patamar moderado, que não desestimule a poupança e a permanência de capitais no país; 5) Taxa de câmbio competitiva para induzir as exportações; 6) Liberalização comercial, com redução de tarifas de importação e integração à economia mundial; 7) Abertura ao capital estrangeiro, com a eliminação de barreiras ao investimento externo direto, assegurando-se condições de competição igualitárias entre empresas nacionais e internacionais; 8) Privatização em massa das empresas estatais, com o propósito de gerar recursos a curto prazo, reduzir o gasto público e elevar a eficiência global da economia; 9) Desregulamentação da economia, a fim de estimular a entrada de novas empresas e elevar a concorrência. Como parte deste objetivo, incluem-se a desregulamentação de políticas de controle de preços, tarifas de importação e legislação trabalhista, consideradas onerosas ao capital privado; e, 10) Direitos de propriedade devem ser assegurados, sem custos excessivos, de maneira a ampliar a formalização da iniciativa privada.

Para compreender a falta de eco social às ideias de Hayek, na década de 1940 e o êxito destes fundamentos mais de 40 anos depois, é necessário dimensionar a combinação de grandes movimentos⁵ que, retroalimentando-se, contribuem para compreender esta ‘nova razão’ sob os fundamentos do ‘novo liberalismo’. Neste sentido, é necessário realçar os princípios que orientam o método materialista, histórico-dialético, de acordo com o qual os movimentos provocados pela classe dominante no processo de desenvolvimento do capital se refletem sobre o conjunto da sociedade. Porém, estes movimentos não se produzem e reproduzem sem promover reações, resistências e disputas pela contra-hegemonia, refletindo a dinâmica dialética das relações marcadas por contradições conjunturais e estruturais.

Assim, mesmo que de maneira breve, para compreender a hegemonia do Neoliberalismo é fundamental recuperar tanto o contexto histórico da sua emergência como projeto societário com capacidade de conquistar hegemonia, assim como a combinação de movimentos que incidem tanto objetiva quanto subjetivamente sobre a sociedade civil⁶, majoritariamente constituída pela heterogênea classe trabalhadora.

A implementação e expansão do Neoliberalismo conquistou espaço no contexto da grande crise do petróleo do início dos anos 1970, após os chamados ‘trinta anos gloriosos’ em que o projeto societário socialdemocrata (especialmente na Europa) esteve à frente do Estado. Do ponto de vista da sociedade civil organizada, estes anos representaram o protagonismo político de distintas organizações sindicais, sociais e populares no sentido de garantir políticas sociais universais, redistribuição de renda e consolidação de direitos trabalhistas. Esta comunhão entre sociedade civil organizada e governos socialdemocratas (que reconhecem a legitimidade das lutas coletivas em sociedades classistas) para enfrentar os interesses do capital, sob um padrão de acumulação fordista/taylorista, resultou no Estado de Bem-Estar social.

5 Análise dedicada a esta combinação e retroalimentação foi realizada em artigo publicado em 2017 (Silveira), intitulado Política: *combinações do desencantamento*.

6 Esclarecemos que o conceito de sociedade civil que utilizamos está fundamentado na concepção gramsciana (2011), o qual contempla duas dimensões fundamentais: o reconhecimento da estrutura social classista, assim como a capacidade de organização coletiva para intervenção frente ao Estado.

Na expansão das conquistas de direitos trabalhistas e garantias universais, das responsabilidades sociais do Estado (inclusive com sua eventual intervenção nas relações de mercado) e do *excesso de democracia*, os novos liberais identificaram as razões para a crise do capital do início dos anos 1970. Nesta perspectiva, atribuíram às organizações coletivas dos trabalhadores a responsabilidade pela inviabilidade do desenvolvimento econômico, na medida em que o excesso de direitos trabalhistas e garantias sociais tornou impeditiva a competitividade capitalista. Como resultado deste “excesso” de demandas e garantias, o Estado agigantou-se, asfixiando a liberdade de empreendimentos e de concorrência, além de promover o déficit público, a ineficiência burocrática, o corporativismo sindical e o paternalismo estatal.

Como prognóstico a este diagnóstico, os neoliberais não apenas recomendaram privatizações e radical redução do Estado social, desregulamentação, ampla liberalização das relações de mercado, controle do déficit público etc., conforme o receituário do FMT (vide Nota de Rodapé 5], mas, também, a criminalização das organizações de trabalhadores, a remercantilização da força de trabalho, reformas trabalhistas, sindicais e previdenciárias, e a substituição de políticas sociais de caráter universal por políticas focalizadas.

Este processo de transformação da *racionalidade social democrática* em *racionalidade neoliberal* se realiza, portanto, em um contexto que envolve mudança do padrão de acumulação que, segundo Chesnais (2002) se caracteriza pela predominância financeira, com expansão do capital fictício, da comunicação e das novas tecnologias, assim como dos níveis de desemprego, precarização e arrocho salarial; pela hegemonia da cultura pós-moderna; pela reestruturação produtiva; pela orfandade política pós-derrocada do Leste Europeu e, por fim, pelas experiências governativas de partidos oriundos das lutas sociais, populares e/ou sindicais. Sob todos estes movimentos combinados, o individualismo egoísta que sustenta o Neoliberalismo foi sendo fertilizado ao ponto de transformar-se em traço societário destes tempos.

Retomando o objeto sob análise, sob a política neoliberal, o Estado foi transformado de duas formas: por dentro e por fora. Por fora, com as vastas privatizações, precarizações dos serviços públicos, colocando um fim ao *Estado produtor*. E, por dentro, a forma

de pensar e gerir os equipamentos políticos que servem como Estado regulador, mobilizando *novos instrumentos de poder*, e estruturando *novas relações entre governo e sujeitos sociais*. (Dartot; Laval, 2016, p. 273).

Neste fito de transformação do Estado para atender aos fundamentos da política neoliberal, torna-se necessária a reestruturação da ação pública, a qual deve ser submetida à lógica de eficácia e de eficiência na perspectiva de uma empresa privada. Dardot e Laval observam que essa reestruturação da ação pública se fundamenta sob o postulado de que os funcionários públicos são agentes econômicos que respondem apenas à lógica de seus interesses pessoais e corporativos.

A professora Ana Paula de Paula (2005), ao refletir sobre os argumentos defendidos por teóricos neoliberais, destaca que, segundo esses autores, os trabalhadores do setor público agiriam, muitas vezes, movidos por interesses pessoais — como a busca por maiores salários, status e poder. Para esses intelectuais, tanto os burocratas do setor privado quanto os do setor público estariam orientados por uma lógica de maximização de lucros. Contudo, como as atividades estatais (segundo eles) nem sempre têm o lucro como finalidade, os trabalhadores do setor público tenderiam a redirecionar esse comportamento racional para a maximização dos orçamentos sob sua responsabilidade, visando atender a seus próprios interesses. Em conformidade com os fundamentos neoliberais, essa dinâmica resultaria em ineficiência administrativa e aumento dos gastos públicos.

Ainda de acordo com a autora, na visão dos economistas neoliberais, a falta de competição e de orientação para o lucro acaba por impedir que os burocratas do setor público utilizem de forma eficiente as informações que possuem para resolver os problemas administrativos. Em consequência, seus defensores propõem a remoção de todos os serviços que possam deixar de serem realizados pelo setor público, transferindo-os para instituições privadas, que operam sob condições de livre mercado e, por isso, supostamente, em condições de garantir eficiência dos serviços. Paula (2005) sublinha que tais argumentos contribuem para a defesa das privatizações dos serviços públicos e suposta superioridade do setor privado em relação à eficiência burocrática e satisfação social.

Destarte, Dardot e Laval (2016) afirmam que a principal diferença do neoliberalismo para o liberalismo clássico reside no fato de que o primeiro requer a redução drástica do Estado, enquanto o segundo defende que ele se curve às regras das instituições privadas. O ‘Estado mínimo’ pelos neoliberais, entretanto, não alcançam suas concessões ao capital, que sob a hegemonia neoliberal, incrementa políticas de incentivos e concessões, subsídios e renúncias fiscais⁷.

Marilena Chauí (2019) corrobora o entendimento quanto ao propósito de reduzir drasticamente o Estado social em favor do Estado a serviço do capital. Segundo ela, sob o neoliberalismo, o Estado passa por transformações administrativas, por meio de reformas que incentivam o avanço dos grandes capitais, reduzindo os impostos sobre o capital ao mesmo tempo em que aumenta aqueles que incidem sobre o trabalho e o consumo. Sob o Neoliberalismo, o Estado desobriga-se de executar algumas atividades, principalmente nas áreas sociais como saúde e educação.

O Estado se desobriga do “perigo” da distribuição de renda e pode resolver suas dificuldades privatizando os direitos sociais, transformando em serviços a serem adquiridos no mercado. Em outras palavras, o neoliberalismo não prevê apenas a saída do Estado do setor de produção para o mercado (isto é, a privatização das empresas públicas), **mas também sua saída do setor de serviços e, portanto, a privatização dos direitos sociais** (Chauí, 2019, p. 187, grifos nossos)

É nesta perspectiva de mudança de administração do Estado que a política neoliberal insere os objetivos do *Estado gerencial* ou *Estado eficaz*. Nesta ‘modalidade’ estatal, são necessários dispositivos administrativos e sociais que custem menos e tenham como orientação a norma da competitividade econômica. *Embora o Estado seja visto como o instrumento encarregado de reformar e ad-*

7 O ministro Vital do Rêgo Filho, presidente do Tribunal de Contas da União, observou em entrevista que *essa temática do custo Brasil é algo que provoca, que dá um prejuízo ao Brasil de R\$ 1 trilhão e 700 bilhões por ano*”. De acordo com ele, este é “*um problema que mexe muito com a política. Hoje, o sistema democrático brasileiro é mais parlamentarista do que presidencialista. Durante os últimos 12 anos, o Congresso Nacional ampliou os seus espaços dentro do orçamento. Isso faz com que nós tenhamos um aumento de, por exemplo, de renúncias fiscais. Hoje o Brasil perde – eu entendo que perde porque eu já provei que essas renúncias fiscais não impactam socialmente nem economicamente o país – R\$ 600 bilhões por ano em renúncia fiscal.*” <https://paraibaonline.com.br/brasil/2025/06/08/presidente-do-tcu-renuncias-fiscais-comprometem-politicas-publicas/>

ministrar a sociedade para colocá-la a serviço das empresas, ele mesmo deve curvar-se as regras da eficiência da empresa privada (Dardot; Laval, 2016, p. 274)

Em acordo com a racionalidade neoliberal, a reforma do Estado foi alinhada de maneira a garantir o desmonte dos serviços públicos e a prevalência da lógica da métrica dos resultados e do lucro, no intuito de transformar o Estado em um análogo da empresa privada, submetido aos interesses privados em detrimento do interesse público.

As transformações promovidas no Estado, a partir da mudança de concepção que o envolve, produziram um novo vocabulário e um novo conceito, denominado “governança” ou “boa governança”. Nesta perspectiva, o “Estado gerencial” defendido por Bresser-Pereira (2001), conforme proposta de reforma de meados da década de 1990, é a expressão brasileira desta racionalidade. Em conformidade com a lógica gerencial, *a boa governança é a que respeita as condições de gestão sob os préstimos do ajuste estrutural e, acima de tudo, a abertura aos fluxos comerciais e financeiros, de modo que se vincula intimamente a uma política de integração ao mercado mundial* (Dardot; Laval, 2016, p. 276).

Destarte, a *boa governança* trouxe uma nova forma de interação entre o público e o privado que implicou em novas formas de concessão de autoridade à iniciativa privada, levando à produção de medidas e ferramentas no campo fiscal e regulatório favoráveis aos grandes grupos oligopolistas. Dardot e Laval (2016) nomeiam essa nova interação como *coprodução público-privada das normas internacionais*. Nestas condições, é a lógica das empresas privadas que organiza as agendas do Estado e conduz a política macroeconômica por meio de redes público-privadas nem sempre formalizadas.

Neste particular, cabe destacar o processo de apropriação efetiva das competências do Estado nacional por organismos internacionais, em perfeita sintonia com os interesses do capital transnacional. Como perspicazmente observou Aleida Hernández Cervantes (2021, p. 41-42), nos moldes das relações globalizadas, a subtração do poder originário (popular) pelo capital - através do Estado - assume a forma de *produção jurídica transnacional*:

Organismos internacionais económicos financeiros y comerciales, junto con empresas transnacionales y el grupo de países más desarrollados del mundo, son los que cohesionan y dan dirección a las políticas neoliberales a nivel global. En ese sentido, organismos como el Banco Mundial, el Fondo Monetario Internacional, la Organización Mundial del Comercio, empresas transnacionales, se convierten en fuentes de producción normativa que estructuran jurídicamente los intereses de la globalización hegemónica. Son los nuevos legisladores globales, edificadores de la arquitectura jurídica que requiere dicha globalización para concretarse.

Dardot e Laval (2016) afirmam que a categoria *governança* não envolve somente a relação entre atores estatais e privados: a **governança representa a mudança do formato do Estado que passa, agora, a ser visto como uma empresa a serviço de outra empresa**. Em suma, é com essa transformação do Estado que se compreende como o neoliberalismo se espalha enquanto projeto societário em escala mundial, transformando o Estado e os poderes nacionais e alcançando o conjunto das demais relações sociais.

Ainda de acordo com os autores, é sobre o argumento da concorrência e da eficiência empresarial, como alternativa à falsa premissa de *péssimo funcionalismo público*, que se legitima a terceirização dos serviços públicos, seja de segmentos de serviços ou de setores inteiros. Desta forma nasce a modalidade *parceria público-privada*⁸, firmada sobre a expansão de vínculos sistemáticos de subcontratação entre Administração Pública e empresas privadas, assim como do aprofundamento da precarização das relações de trabalho.

8 Conforme esclarece aos seus pares, a cartilha produzida pelo Conselho Empresarial Brasil-China (s/f, p. 7-8) sobre as Parcerias Público-Privadas: A Lei n.º 11.079/2004 traz duas modalidades de concessão: **a)** Concessão patrocinada “*é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei n.º 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado*”; trata-se de concessão comum onde o Estado realiza alguma forma de contraprestação, podendo ser utilizada, por exemplo, em casos de rodovias em geral e ferrovias. A concessão comum não constituirá parceria público-privada *quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado*, e, nesse caso, continuará sendo regida pela Lei de Concessões e legislação correlata. **b)** Concessão administrativa *é o contrato de prestação de serviços de que a Administração pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens*. Aqui, a administração pública poderá licitar, por exemplo, a construção e operação de hospitais e presídios. https://www.cebc.org.br/sites/default/files/cartilha_de_parcerias_publico-privadas_-_ppps_-_versao_em_portugues.pdf

A EBSERH como uma possível expressão da privatização não clássica no Brasil

É sobre o avanço da racionalidade neoliberal, especialmente em meados da década de 1990, que o Brasil se curvou aos fundamentos do Neoliberalismo. No ano de 1996, foi desenhado pelo ministro da Administração e da Reforma do Estado do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB/SP), Luiz Carlos Bresser-Pereira⁹, o Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE-MARE). A reforma propunha uma ampla redefinição do papel do Estado, fundamentalmente a partir do estabelecimento da divisão de atividades que poderiam ser concorrenciais ou delegadas à iniciativa privada. De acordo com o então ministro, era necessário responder a três perguntas, partindo do pressuposto de que a definição sobre “*propriedade*” era central para a Reforma: *que tipo de administração, que tipo de propriedade e que tipo de instituição organizacional devem prevalecer em cada setor?* Em resposta, assevera:

Os Estados modernos contam com três fatores: o setor das atividades exclusivas do Estado, dentro do qual estão o núcleo estratégico e as agências executivas ou reguladoras; os serviços sociais e científicos, que não são exclusivos, mas que, dadas as externalidades e os direitos humanos envolvidos, mais do que justificam, exigem forte financiamento do Estado; e, finalmente, o setor de produção de bens e serviços para o mercado. (Bresser-Pereira, 2001, p. 250).

Desta maneira, a descentralização de atividades não somente desobrigava o Estado da sua responsabilidade quanto à garantir de determinados direitos sociais, senão que oportunizou a criação da modalidade *público-não estatal*, sob a qual justificou a utilização de organizações públicas não-estatais (*de direito privado, mas com finalidades públicas, sem fins lucrativos*), as quais, segundo ele, *são mais confiáveis*, assim como permitem *dispensar os controles burocráticos rígidos* (2001, p. 251).

9 De acordo com Bresser-Pereira (2001, p. 248): *Tratei de enfrentar essa resistência da forma mais direta e aberta possível, usando a mídia como instrumento de comunicação. O tema era novo e complexo para a opinião pública, e a imprensa tinha dificuldades em dar ao debate uma visão completa e fidedigna. [...] Minha estratégia principal era a de atacar a administração pública burocrática, ao mesmo tempo que defendia as carreiras do Estado e o fortalecimento de sua capacidade gerencial.*

Seguindo os fundamentos neoliberais, o PDRE-MARE reorganizou as atividades estatais em dois grandes grupos: **atividades exclusivas e atividades não exclusivas do Estado**. As atividades exclusivas são aquelas não delegáveis, relacionadas à formulação de políticas públicas, regulação, fiscalização, fomento e legislação, pertencentes ao núcleo estratégico do Estado, composto pelo Presidente da República, ministros e órgãos do Poder Executivo, como secretarias formuladoras de políticas, agências executivas e agências reguladoras (Paula, 2005).

As atividades não exclusivas, por sua vez, subdividem-se em dois tipos: aquelas de **caráter competitivo** e as **atividades auxiliares ou de apoio**. As atividades de caráter competitivo englobam os serviços sociais — como saúde, educação e assistência social — e científicos, que podem ser prestados tanto pela iniciativa privada quanto por organizações sociais, as quais integram o *setor público não estatal*. As atividades auxiliares ou de apoio, como limpeza, vigilância, transporte, manutenção e serviços técnicos, em que pesem sejam consideradas indispensáveis ao funcionamento do Estado, não se constituem em atividades estratégicas e, por isso, podem ser terceirizadas mediante licitação, e firmadas por meio de contratos com empresas privadas (Paula, 2005).

Essa reconfiguração orientou-se para atender às novas exigências do capitalismo contemporâneo, centradas na competitividade e na interdependência entre o setor público e a iniciativa privada. Disseminou-se, nesse contexto, o argumento de que apenas por meio da transformação da Administração Pública, por meio das parcerias público-privadas e da intensificação de diversas formas de privatização, o Estado brasileiro se tornaria mais eficaz e eficiente (Behring, 2003).

Diante disso, para compreender efetivamente o conceito de privatização, Semêdo (2021) destaca a necessidade de, inicialmente, analisar suas definições, semelhanças com outros termos relacionados, como desestatização e concessão da coisa pública. A autora explica que o Estado neoliberal brasileiro formulou conceitos distintos do ponto de vista jurídico e formal, no entanto, **na essência, o verdadeiro interesse subjacente é viabilizar o avanço da propriedade privada em detrimento do serviço público**.

Neste fito, embora a Constituição Federal de 1988 tenha representado um marco no avanço de direitos sociais e trabalhistas (conquistados por meio das intensas lutas da classe trabalhadora), também abriu espaço para a inserção da lógica público-privada nos serviços públicos, especialmente por meio da Administração Pública Indireta. A implementação dessa relação deu-se por meio da criação de entidades com personalidade jurídica própria, como autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas públicas, além das concessões e permissões de serviços privados (Granemann, 2011).

A Lei n. 9.491, de 09 de setembro de 1997 (em substituição à Lei n. 8.031, de 12 de abril de 1990¹⁰), ampliou as possibilidades de privatização de instituições controladas direta ou indiretamente pela União. Seu objetivo era promover a reestruturação econômica do setor público e concentrar a atuação da Administração Pública nas áreas consideradas essenciais. Dessa forma, abriu-se espaço para o investimento do setor empresarial, sob o argumento de aumentar a competitividade e “modernizar” a infraestrutura pública. Como já sinalizado, tais diretrizes estavam alinhadas ao Plano Diretor de Reforma do Estado.

Para Semêdo (2021), a ideologia neoliberal - implícita no discurso de “modernização” do PDRE - tinha como objetivo desestruturar o patrimônio e os serviços públicos e, paralelamente, avançar na consolidação dos pressupostos neoliberais no Brasil. Nesse contexto, as privatizações passaram a ser um dos principais instrumentos utilizados pelo Estado brasileiro *reformado*.

É nesse cenário de reforma estatal, de fortalecimento das parcerias público-privadas e avanço das privatizações que se inserem as diversas medidas históricas que desfiguraram a concepção original do Sistema Único de Saúde (SUS), idealizado pelo movimento da Reforma Sanitária¹¹, conforme destacou Matos (2014). A partir dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995/1998 e 1999/2003), a adoção de uma política de saúde, moldada pelos princípios da contrarreforma do Estado, foi intensificada. Durante os dois governos

10 A Lei n. 8.031/1990 instituiu o Programa Nacional de Desestatização (PND) com o objetivo de transferir empresas públicas à iniciativa privada, sob o argumento de redução do tamanho do Estado e aumento da eficiência econômica. A Lei n. 9.491/1997, que a substituiu, reformulou e ampliou esse Programa, estabelecendo procedimentos mais ágeis e técnicos para as privatizações, e permitindo a inclusão de órgãos da Administração Pública Indireta no processo de desestatização (Semêdo, 2021).

11 Para aprofundamento, ver Bravo e Matos (2001).

(2003/2006; 2007/2010) de Luiz Inácio Lula da Silva (PT/SP), esse mesmo discurso ganhou força, demandando a reformulação do modelo de gestão como forma de enfrentar os problemas estruturais do SUS (Matos, 2014).

Com base nesses argumentos, no segundo mandato de Lula, foi proposta a criação das Fundações Públicas de Direito Privado para exercer atividades não exclusivas do Estado, através do Projeto de Lei Complementar (PLC) n. 92/2007 (Matos, 2014), com o objetivo de regulamentar a Emenda Constitucional (EC) n. 19, de 04 de junho de 1998, do governo FHC — conhecida como a *Emenda da Contrarreforma do Estado*. De acordo com esta EC, as entidades da Administração Indireta *deveriam rever seus estatutos quanto à natureza jurídica em razão de sua finalidade e de sua competência*. A LC de 2007, portanto, articula-se à LC de 1998, assegurando a *realização das contrarreformas do Estado de interesse do capital, sob a forma de fundações estatais* (Granemann, 2011).

Senes (2018) esclarece que tanto a Emenda Constitucional de 1998 quanto o PLC n. 92/2007 foram instrumentos que nortearam a criação das Fundações Estatais e, posteriormente, da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). A partir desses dispositivos, foram criadas unidades que, prioritariamente, passaram a executar a política de saúde com base nos princípios da administração gerencialista. Nesse modelo, a gestão do SUS passou a incorporar a lógica da economia neoliberal, na qual os serviços de saúde são tratados como mercadoria.

Sob a perspectiva de privatização pautada pelo gerencialismo, Granemann (2012) propõe uma classificação das formas de privatização implementadas pelo Estado brasileiro, denominando-as de “clássica” e “não clássica”. Desta forma, enquanto a *privatização clássica* envolve a venda ou alienação do patrimônio público, de forma definitiva ou temporária, a *privatização não clássica* não envolve a transferência direta da posse ou da propriedade dos bens públicos.

Segundo a autora, a *privatização não clássica*

[...] consiste na transferência de recursos monetários, por meio de estratégias administrativas cada vez mais sofisticadas, para

diferentes entes jurídico-administrativos — como empresas subsidiárias, organizações sociais, fundações etc. — de natureza privada, que se pretendem executoras de políticas sociais (Granemann *apud* Semêdo, 2021, p. 175).

De sua parte, Semêdo (2021, p. 177) aprofunda esse conceito, ao argumentar que privatizar significa permitir o avanço do domínio privado sobre espaços cuja responsabilidade e natureza são públicas. Nas palavras da autora:

Compreende-se que privatizar é avanço do domínio privado nos espaços cujos processos de trabalho e responsabilidades são de natureza e titularidade pública, o que conduz ao seguinte entendimento: onde há exploração ou investimento do setor privado na gestão dos serviços, com modificação do estatuto público, antes garantido à classe trabalhadora, para expansão de novas relações privadas de trabalho, instala-se uma espécie ou forma de privatização.

Granemann (2012) expõe as diferentes formas de privatização que ocorreram no Brasil, considerando os governos José Sarney (PMDB, 1985-1990), Fernando Henrique Cardoso (PSDB, 1995-2003) e Dilma Rousseff (PT, 2011-2016). Essas “novas” formas de privatização, denominadas *não clássicas*, foram: as fundações Estaduais de Direito Privado, criadas em 1987, através da Lei n. 7.596; as Organizações Sociais - OS, instituídas pela Lei n. 9.637, de 1998; as Organizações da Sociedade Civil de Interesse público - OSCIP, regulamentadas pela Lei n. 9.790, de 1999; as Empresas de Serviços Hospitalares - EBSEH, criada pela Lei n. 12.550/2011; e a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal - FUNPRESP, instituída pelo Decreto n. 7.808, em 2012.

A formulação de Granemann (2012) sobre as novas formas de privatização promovidas pelo Estado oferece importantes subsídios para compreender a implementação da EBSEH como mais um mecanismo inserido no arcabouço jurídico da Administração Pública brasileira. Tal mecanismo pode ser entendido como mais uma expressão da privatização, que a autora classifica como *não clássica*.

A EBSEH, empresa estatal de direito privado, foi criada com a finalidade de administrar os recursos públicos destinados aos

Hospitais Universitários Federais. Nessa configuração, Granemann (2011) observa características específicas que permitem compreender a atuação da Empresa como parte de um processo de privatização que, embora não se enquadre nos moldes tradicionais, evidencia uma transferência progressiva de bens e competências do setor público para a iniciativa privada.

Um dos aspectos centrais apontados pela autora diz respeito à transferência de recursos do Fundo Público para a esfera privada, seja de forma direta ou potencial. De maneira objetiva, a EBSEH recebe subsídios do Estado, porém não contribui diretamente para a formação do Fundo Público, uma vez que recebe subsídios estatais (Granemann, 2011¹²).

Além disso, a autora também destaca os mecanismos pelos quais essa apropriação se concretiza, especialmente, por meio da transferência da autonomia universitária para a EBSEH, através da gestão dos hospitais universitários. Essa transferência inclui o controle de processos licitatórios — que se tornam mais flexíveis — e da gestão da força de trabalho, abrangendo a contratação, alocação e administração dos profissionais. A contratação ocorre por meio de concurso público, porém, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e não pelo Regime Jurídico Único, que foi consagrado pela Constituição de 1988 como o modelo padrão de contratação para servidores públicos.

Outro ponto relevante é a ausência de controle social na atuação da EBSEH. A Empresa adota conselhos estruturados nos moldes das grandes corporações capitalistas, inclusive utilizando terminologias oriundas desse modelo, como “conselho curador”, “diretoria-executiva”, “conselho fiscal” e “conselho consultivo social”. Correia (2014) destaca esse afastamento do controle social ao lembrar que propostas como a EBSEH, bem como as Fundações, as Organizações Sociais (OS) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) foram rejeitadas por todos os grupos de discussão na 14ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em

12 O Fundo Público é constituído pelos recursos recebidos pelo Estado, de maneira a assegurar que este possa cumprir com suas responsabilidades públicas. Em essência, ele é mais do que um recurso estatal, na medida em que assegura a produção e reprodução do capital, sobretudo em tempos neoliberais, de financeirização da economia e de mundialização do capital. Para aprofundamento, ver Salvador (2008).

2012 — o que, claramente, não foi considerado na formulação das políticas subsequentes.

Como observa Correia (2008), essas transformações não ocorreram de forma aleatória. O Banco Mundial financiou o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF) e condicionou este apoio à mudança no modelo de gestão hospitalar. Dessa forma, fica evidente que a implementação da EBSEH, condicionada por diretrizes dadas por organismos multilaterais, pode ser entendida como um dos instrumentos utilizados pela lógica neoliberal para promover o avanço da iniciativa privada sobre o setor público, por meio dessas novas formas de privatização.

Considerações Finais

A trajetória de análise empreendida neste artigo nos permite reafirmar a centralidade do Estado na conformação e reprodução das relações sociais capitalistas. Como asseverado por Marx e Engels (2007), o Estado capitalista está longe de se constituir como um mero gestor dos bens comuns, ele é uma instância política que responde às exigências do capital, moldando suas políticas públicas e práticas institucionais de forma funcional à lógica da acumulação.

No contexto contemporâneo, as funções do Estado ganham contornos ainda mais nítidos com a adoção da racionalidade neoliberal, que promove a reconfiguração do papel estatal, esvaziando suas competências e responsabilidades sociais, de maneira a, simultaneamente, administrá-lo sob a perspectiva gerencialista da iniciativa privada, ao mesmo tempo em que procura torná-lo impermeável à intervenção da sociedade civil, enquanto espaço da disputa política quanto aos seus rumos (e projeto societário) e à utilização dos recursos do Fundo Público. Nesse cenário, ganha relevância a noção de *privatização não clássica*, caracterizada por processos em que a gestão, a execução e, muitas vezes, o financiamento de políticas públicas são transferidos ao setor privado, sem que ocorra, necessariamente, a alienação formal do patrimônio público.

É nesse contexto que a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEH) pode ser entendida como uma expressão paradigmática dessa forma de privatização. Criada sob a justificati-

va de modernizar e aprimorar a gestão dos hospitais universitários federais, a EBSEERH representa uma inflexão no modelo tradicional da Administração Pública direta, ao instituir uma lógica empresarial em instituições públicas de saúde.

Sob esta lógica, a EBSEERH opera sob a forma jurídica de empresa pública de direito privado, condição que lhe permite estabelecer a contratação de trabalhadores pelo regime celetista e, assim, impor e subordinar, por meio das suas práticas a contratos de gestão, a trabalhadores celetistas e concursados, metas de desempenho e indicadores de produtividade. Tal arranjo rompe com o modelo de serviço público regido pelo Regime Jurídico Único e descaracteriza o compromisso direto do Estado com a gestão das políticas sociais, ao mesmo tempo em que introduz valores do mercado – como competitividade, eficiência gerencial e controle de resultados – em um campo historicamente vinculado ao direito social. Ao incorporar práticas típicas do setor privado na prestação de serviços públicos, a EBSEERH evidencia o movimento de desresponsabilização estatal pela garantia dos direitos, mascarado por uma retórica de modernização e melhoria da qualidade.

Portanto, compreender o papel da EBSEERH no âmbito da reforma do Estado permite evidenciar como o neoliberalismo opera não apenas por meio de cortes ou retrações diretas, mas, sobretudo, por vias institucionais e jurídicas que reconfiguram o próprio caráter da ação pública. A racionalidade gerencial, ao penetrar nos espaços públicos via instituições como a EBSEERH, promove a mercantilização da saúde e do ensino superior, fragilizando direitos e garantias. Em consequência, tal processo impõe novos desafios às lutas da classe trabalhadora, exigindo a formulação de estratégias críticas capazes de enfrentar essas formas sutis – porém profundas – de privatização do público.

Referências

BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. A saúde

o Brasil: reforma sanitária e ofensiva neoliberal. *In* BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA; Potyara Amazoneida Pereira (org.). **Política Social e Democracia**. 1ªed. São Paulo/Rio de Janeiro: Cortez; UERJ, 2001, v. 1, p. 197-215.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do Estado patrimonial ao gerencial. *In* **Brasil: Um século de transformações**. SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio. (Org.). 1ª Reimpresão. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

CHESNAIS, François. A teoria do regime de acumulação financeiro: conteúdo, alcance e interrogações. **Revista Economia e Sociedade**. Campinas/SP, v.11, n. 1 (18). Jan/Jun. 2002 [1-44]

CORREIA, Maria Valéria. O protagonismo do Banco Mundial na orientação das políticas de saúde. *In* VIEIRA, Ana Cristina de Souza; AMARAL, Maria Virgínia Borges (Org.). **Trabalho e direitos sociais: base para discussão**. Maceió: EDUFAL, 2008.

CORREIA, Maria Valéria. EBSEH: Lutas e resistência à lógica mercantil nas Universidades. *In*: BRAVO, Maria Inês Souza; MENEZES, Juliano Souza Bravo (Org.). **A saúde nos governos de Partidos dos Trabalhadores e as lutas sociais contra a privatização**. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2014.

CHAUÍ, Marilena. Sobre a violência. *In* ITOKAZU, Ericka Marie et al. (Org.). **Sobre a violência**. São Paulo: UNESP, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 13ª ed. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere vol. III – Maquiavel**. Notas sobre o Estado e a Política. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRANEMANN, Sara. Fundações Estatais: projeto de Estado do capital. *In* BRAVO, Maria Inês Souza; MENDES, Juliana Souza

Bravo (Org.). Saúde na Atualidade: por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade. **Cadernos de Saúde**, RJ: UERJ, Rede Sirius, Set 2011, p. 50-55.

GRANEMANN, Sara. Estado e Questão Social em Tempos de Crise do Capital. In GOMES, Vera Lúcia Batista; VIEIRA, Ana Cristina de Souza; NASCIMENTO, Maria Antonia Cardoso (Org.). **O Averso dos Direitos: Amazônia e Nordeste em questão**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

HERNÁNDEZ CERVANTES, Aleida. Estructuras jurídicas del despojo: un caso de reforma estructural en México. In: BENENTE, Mauro; NAVAS ALVEAR, Marco. (Org.) **Derecho, conflicto social y emancipación** – Entre la depresión y la esperanza. CLACSO, 2021.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Supervisão Editorial de Leandro Konder. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATOS, Maurílio Castro de. No rastro dos acontecimentos: a política de saúde no Brasil. In DUARTE, Marco José *et al.* (Org.). **Política de saúde hoje: interfaces e desafios no trabalho de assistentes sociais**. Campinas: Papel Social, 2014. p. 17–38.

OSORIO, Jaime. Estado como questão política. In **O Estado no centro da mundialização**: A sociedade civil e o tema do poder. Tradução Fernando Correa Prado. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública**: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Fim da Guerra Fria, Consenso de Washington e impulso à neoliberalização. In **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro 1944-2008**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SALVADOR, Evilásio da Silva. **Fundo público no Brasil**: finan-

ciamento e destino dos recursos da seguridade social (2000 a 2007). 2008. 395 f. Tese Doutorado em Política Social - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SEMÊDO, Ana Claudia Caldas Mendonça. **A INFRAERO entre o construto e a ruína: a privatização do Aeroporto de Salvador e as repercussões para a saúde dos trabalhadores.** 2021. 393 f. Tese Doutorado em Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

SENES, Stella Maria Leal Bastos. **A EBSEH e a “modernização da gestão” nos hospitais universitários federais: “privatização não-clássica”?** 2018. 166 f. Tese Doutorado em Serviço Social – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SILVEIRA, Alair. Estado para quem? In **Para onde caminha(rá) o Brasil?** MARTÍN, Nuria Belloso; RODRIGUES, Saulo; CAMILLOTO, Bruno; SILVEIRA, Alair. (Org.) Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2017.

SILVEIRA, Alair. Política: combinações do desencantamento. In RODRIGUES, SAULO TARSO *et al.* **Estado, Constituição, Partidos: as várias faces da política.** Cuiabá/MT: EdUFMT, 2017.

SUSTENTABILIDADE MERCANTILIZADA: ESG, crise ambiental e contradições do desenvolvimento sustentável

Ruteléia Cândida de Souza Silva¹

Irenilda Angela dos Santos²

Introdução

Ao longo das últimas duas décadas, a chamada *emergência climática* se tornou um dos eixos centrais da agenda pública global. E isso não apenas por causa dos efeitos cumulativos do aquecimento global. Afinal de contas, o que se intensificou são eventos extremos que afetam diretamente a organização socioeconômica do capital. Não por acaso, o estudo desse fenômeno envolve a apreensão, além da narrativa dominante sobre neutralidade climática, do discurso tecnocrático e do *greenwashing empresarial*³ enquanto mecanismos ideológicos de reprodução do capital que se apropriam discursivamente de pautas ambientais com fins de lucro e legitimação simbólica perante o mercado e a opinião pública.

No interior desse processo, assiste-se à emergência de um novo padrão de acumulação que se ancora na tentativa de reconfigurar a racionalidade macroeconômica sob os signos da “economia do cuidado” e da “sustentabilidade inclusiva” (Rocha; Rossi, 2018; Mazzucato, 2021). Esse novo léxico, difundido intensamente por organismos multilaterais e *think tanks* corporativos, busca reconstruir a narrativa do capitalismo como sistema reformável e, paradoxal-

1 Doutora em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professora Associada da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: ruteleia.silva@ufmt.br.

2 Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília. Professora associada da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: irenilda.santos@ufmt.br.

3 O termo *greenwashing* é utilizado para nominar a estratégia de marketing utilizada por empresas e instituições para construir uma imagem pública de responsabilidade ambiental, sem que haja correspondência concreta nas práticas produtivas e organizacionais. Trata-se, portanto, de uma forma de manipulação que visa responder às exigências socioambientais contemporâneas, mantendo inalteradas as estruturas de exploração e degradação ambiental inerentes à lógica de acumulação capitalista.

mente, como agente central na produção de soluções para as crises que ele próprio engendra, deslocando a crítica estrutural em favor de uma tecnopolítica empresarial da sustentabilidade.

Mas ainda que as propostas apresentadas/desenvolvidas estejam carregadas de “boas intenções” e revestidas de um conteúdo normativo baseado em valores como ética, responsabilidade e sustentabilidade, é fundamental reconhecer que tais práticas não rompem com os fundamentos do desenvolvimento capitalista, cujo dinamismo é, em si, estruturalmente insustentável. Trata-se, portanto, de iniciativas que operam no interior e a favor da lógica do capital, e não contra. E ao não problematizar o modo de produção burguês e suas contradições estruturais – como a desigualdade substantiva, a apropriação privada da riqueza socialmente produzida e a exploração da força de trabalho –, as estratégias ESG⁴ se mostram como formas de racionalização da ordem vigente, e não como alternativas efetivas à sua superação.

Não sem motivos que esse *modo sustentável capitalista de ser* impõe indagações críticas que buscam desvelar: em que medida tais práticas ESG, amplamente promovidas no interior da sociedade capitalista, estariam comprometidas com a transformação das condições materiais e estruturais da desigualdade. Ou se estariam, ao contrário, funcionando como instrumentos de renovação da legitimidade do capital, antecipando oportunidades de valorização em um cenário de reconfiguração do mercado global sob o signo da “sustentabilidade”. Ou se o engajamento corporativo com as pautas ambientais e sociais seria mais uma estratégia sofisticada de ampliação de mercado, reputação institucional e controle simbólico.

A centralidade atribuída ao setor privado na resolução das múltiplas crises contemporâneas revela, em última instância, a intensificação da mercantilização da vida, da natureza e dos direitos sociais. Ao ressignificar categorias como “capital humano”, “diversidade” e “bem-estar”, segundo métricas de produtividade, reputação e rentabilidade, o discurso ESG converte os dilemas sociais e

4 Sigla em inglês de Environmental, Social, and Governance (Ambiental, Social e Governança), utilizada para designar as práticas apresentadas como soluções universais para o conjunto de crises que marcam a era contemporânea, particularmente as crises ecológica, social e de governança. Contudo, ao invés de respostas efetivas a essas crises, tais iniciativas operam como um novo vetor de legitimação do capital, por meio da imagem de um mercado supostamente sensível às pautas ambientais e sociais

ecológicos em oportunidades de valorização de ativos e expansão de mercados.

Nesse sentido, torna-se evidente que as práticas ESG, em sua essência, não operam uma ruptura com o produtivismo destrutivo que marca o metabolismo social do capital. Ao contrário, constituem formas de atualização e adaptação da lógica capitalista às novas condições do mercado global, favorecendo a financeirização da natureza, a captura de territórios periféricos e a consolidação de instrumentos de valoração ecológica subordinados ao regime de acumulação.

E a teoria crítica marxista, nesse cenário, assume papel fundamental ao denunciar a falácia da neutralidade ecológica do capital e a ilusão de uma responsabilidade corporativa autêntica. Tal teoria sugere que a superação substantiva das crises ecológica e social somente pode ser concebida a partir de um projeto político anticapitalista, orientado pela transformação radical das relações de produção e pela reapropriação coletiva dos bens comuns.

É considerando essa complexidade que este capítulo propõe uma análise crítica das práticas ESG à luz da teoria social marxista, interrogando suas promessas de sustentabilidade frente às contradições estruturais do capital. O que se pode antecipar é que longe de representar uma ruptura com a lógica produtivista, tais práticas operam como instrumentos de legitimação da acumulação, reconfigurando a natureza, os territórios e os direitos em ativos financeiros. Nesses termos, a retórica da transição verde tem funcionado como atualização discursiva da dominação capitalista. Até porque, não há qualquer possibilidade de transformação socioambiental sem o enfrentamento direto e superação das determinações estruturais do capital.

Para construção desta análise, este estudo – de caráter qualitativo – conjugou levantamento bibliográfico e elementos da pesquisa documental, mediante a articulação de referenciais teórico-críticos do marxismo com dados secundários provenientes de relatórios oficiais, estudos acadêmicos e fontes institucionais sobre práticas ESG. Nesse sentido, o procedimento metodológico incluiu a análise do conteúdo de documentos corporativos e institucionais, cotejada com interpretações críticas da literatura, a fim de identificar contradições estruturais, padrões de financeirização da natureza e mecanismos de

legitimação discursiva do capital. Esta abordagem possibilitou relacionar empiricamente a retórica da sustentabilidade aos processos históricos de acumulação, expropriação e reorganização territorial.

A crise ambiental como expressão histórica das contradições do capital

A crise ambiental como crise do próprio capitalismo não é um fenômeno recente, mas sempre esteve presente como desdobramento coerente com a própria dinâmica de funcionamento desse modo de produção. Tanto o é que Marx não deixou de analisar a relação capital-natureza como parte de suas contradições fundamentais. O que diferencia essas reflexões do momento atual, é a intensificação da financeirização da natureza, da crise climática global e da captura do discurso da sustentabilidade por agentes do mercado.

Conforme destacado por Foster (2018), entre as décadas de 1830 e 1870, a principal preocupação ecológica das sociedades capitalistas na Europa e na América do Norte foi a crescente perda da fertilidade dos solos, causada pelo esgotamento de seus nutrientes naturais. Essa inquietação, à época, superava significativamente outras questões ambientais emergentes, como a intensificação da poluição urbana, o avanço do desmatamento em larga escala ou os temores malthusianos relativos à superpopulação.

Na Grã-Bretanha, especialmente durante os anos 1820 e 1830, e logo em seguida em outras economias capitalistas em expansão, como as da Europa continental e da América do Norte, a exaustão do solo resultou em uma elevação expressiva da demanda por fertilizantes naturais. E se o primeiro navio carregado de guano peruano chegou ao porto de Liverpool em 1835; em 1841, o volume importado passou de 1.700 toneladas em 1847 para a impressionante marca de 220 mil toneladas. Nesse contexto, agricultores chegaram a remexer antigos campos de batalha napoleônicos, como os de Waterloo e Austerlitz, na tentativa de recolher ossos humanos e de animais para utilizá-los como adubo em suas terras cultiváveis (Foster, 2018).

Por outro lado, o químico alemão Justus von Liebig, observando atentamente essa dinâmica com especial interesse na agri-

cultura norte-americana, apontou que os centros de produção de grãos estavam frequentemente distantes centenas ou até milhares de quilômetros dos mercados consumidores. Como consequência, os nutrientes essenciais do húmus eram constantemente extraídos e enviados para locais remotos, o que dificultava, sobremaneira, a reposição e a manutenção da fertilidade original dos solos (Foster, 2018).

Foi a partir de sua leitura dos estudos Liebig no final da década de 1850 e início da década de 1860, que Marx, segundo Foster (2018), propôs uma crítica sistemática à exploração capitalista da terra. Essa crítica era centrada na expropriação contínua dos nutrientes do solo e a consequente incapacidade do sistema capitalista de assegurar sua regeneração. Marx encerra suas duas principais análises sobre a agricultura capitalista – presentes nos volumes II e III de *O capital* – evidenciando como a indústria e a agricultura em larga escala atuam de maneira sinérgica para degradar tanto os trabalhadores quanto o meio natural.

Em sua crítica à racionalidade urbana do capitalismo industrial, Marx evidencia que os resíduos orgânicos produzidos por milhões de habitantes de Londres, ao invés de reintegrados aos ciclos produtivos da agricultura, eram descartados de modo dispendioso nos cursos d'água da cidade, contribuindo para a degradação do rio Tâmisa. Tal prática expressa, de forma emblemática, a ruptura metabólica entre cidade e campo, na qual aquilo que poderia recompor a fertilidade dos solos se converte em passivo ambiental sob a lógica da produção capitalista (Foster, 2018).

Conforme explicitam Marx e Engels (2009), a consolidação do capitalismo como modo de produção implicou uma cisão profunda entre o ser humano e a natureza. Essa ruptura se manifesta, sobretudo, na expropriação dos meios de produção e a consequente perda do controle do trabalhador sobre o processo de trabalho. Na sociedade feudal, por exemplo, o camponês ou servo detinha domínio sobre todas as etapas do trabalho agrícola – desde a preparação do solo e o plantio até a colheita –, o que favorecia uma relação direta e orgânica com os ciclos naturais, incluindo o conhecimento das fases da lua e dos períodos de semeadura e colheita.

Com o advento do capitalismo, essa relação é progressivamente mediada e fragmentada. O trabalho deixa de ser expressão da

unidade metabólica entre homem e natureza e passa a se constituir como força submetida à lógica da produção mercantil. Nesse modo de produção, a alienação do trabalho, conceito central na crítica marxista, torna-se também alienação da natureza. Ao comentar esse processo, Mészáros (2011, p. 101) destaca que no momento em que essa: “[...] autossuficiência se quebra e progressivamente dá lugar a conexões metabólicas/reprodutivas mais amplas [...]” e passamos a testemunhar “[...] o vitorioso avanço do modo de controle do capital, trazendo consigo, no devido tempo, também a difusão universal da alienação e da reificação [...]”.

O conceito-chave subjacente a essa análise é o de *metabolismo* (*Stoffwechsel*), que Marx incorpora à sua teoria do trabalho como forma de mediação entre o ser humano e a natureza. No *Livro I de O capital*, o filósofo alemão define o trabalho como um processo em que o ser humano, por meio de sua atividade física e mental, transforma elementos naturais em meios de vida. Nesse processo, o indivíduo atua como uma força natural que regula o intercâmbio metabólico com o ambiente, alterando simultaneamente a natureza exterior e sua própria natureza interior. Assim, o trabalho se configura como uma condição ontológica e histórica da reprodução da vida humana (Marx, 2013).

A ruptura metabólica entre cidade e campo não era, para Marx (2013), apenas um fenômeno local, mas expressava um padrão global de espoliação. Em sua crítica ao colonialismo britânico, argumenta que colônias inteiras – como a Irlanda – tiveram seus solos sistematicamente saqueados para sustentar o processo de industrialização das metrópoles, sem uma reposição de nutrientes ou compensações mínimas àqueles que cultivavam essas terras. E por mais de um século, a Inglaterra exportou, de forma indireta, o solo irlandês, negligenciando completamente as condições de reprodução da agricultura local.

As reflexões de Marx sobre a agricultura capitalista o conduziram à formulação de uma noção ampliada de sustentabilidade ecológica. Todavia, ele reconhecia que essa ideia não poderia ser realizada dentro dos marcos do modo de produção capitalista, cuja lógica está orientada, exclusivamente, pela maximização do lucro no curto prazo. A agricultura, por sua própria natureza, requer planejamento de longo prazo, voltado à conservação das condições eco-

lógicas que sustentam a vida humana ao longo das gerações – uma exigência incompatível com a volatilidade dos preços de mercado e com o espírito destrutivo da produção capitalista.

Frequentemente, Marx é injustamente acusado de ignorar o papel da natureza na criação da riqueza, por haver sustentado que o valor advém exclusivamente do trabalho. Contudo, tal crítica desconsidera a distinção marxiana entre valor de troca e valor de uso. Marx jamais negou que a natureza fosse uma fonte de riqueza; ao contrário, criticou autores como Thomas Robert Malthus (1766-1834) e David Ricardo (1772-1823) por naturalizarem a apropriação capitalista dos recursos ambientais, concebendo a terra como um “presente da natureza” sem considerar as mediações sociais e históricas dessa apropriação.

Em seus Manuscritos de 1861-1863, Marx (2023) já denunciava tal visão como expressão ideológica das relações de dominação próprias do capital. Para o teórico alemão, a ausência de reconhecimento da natureza como produtora de valor refletia a lógica restrita do capitalismo, centrada na valorização do capital e na produção para o mercado. A verdadeira riqueza, porém, reside nos valores de uso: isto é, nos bens produzidos para satisfazer necessidades humanas, independentemente de sua forma mercantil.

No terceiro volume de *O capital*, Marx (2016) sintetiza sua crítica ao afirmar que a grande propriedade fundiária, ao reduzir a população rural ao mínimo necessário e deslocar contingentes populacionais crescentes para centros urbanos industrializados, instaura uma ruptura no metabolismo social entre sociedade e natureza. Tal descompasso resulta, segundo ele, em um desperdício irreparável das forças do solo, intensificado pelas relações comerciais que exportam a degradação ecológica para além das fronteiras nacionais. Marx (2016) observa que, embora a indústria inicialmente devastasse a força de trabalho humana enquanto a agricultura exauria os recursos naturais da terra, ambas acabam convergindo: a agricultura industrializada também passa a fragilizar os trabalhadores, ao passo que a indústria e o comércio oferecem os instrumentos para a exploração intensificada do solo.

Não por acaso, como advertiu Michael Löwy (2021), o capitalismo é, por definição, incompatível com a sustentabilidade eco-

lógica, uma vez que seu motor é a busca incessante por crescimento e lucro: uma lógica que pressupõe a expansão contínua das forças produtivas e a exploração ilimitada dos recursos naturais, frequentemente, em territórios historicamente colonizados. Nesse sentido, tanto a crise do capitalismo como a crise ecológica se apresentam como manifestações convergentes da mesma lógica estrutural: a mercantilização generalizada da vida, que subordina os seres humanos e os recursos naturais à dinâmica incessante de expansão e acumulação do capital. Na mesma direção dessa crítica, István Mészáros (2011) argumenta que a destruição ambiental não é um acidente, mas expressão direta do *sociometabolismo do capital*, um sistema autorreferente que converte tudo o que toca em valor de troca, corroendo os fundamentos materiais e espirituais da vida social, e impondo limites à própria existência humana. Ela é, portanto, expressão orgânica da lógica interna de acumulação, historicamente constitutiva do modo de produção capitalista.

Conforme destaque atribuído por Marx (2013) em *O capital*, o verdadeiro limite da produção capitalista é o próprio capital, sendo a sua própria valorização o ponto de partida e a meta, o motivo e o fim dessa produção. Esse movimento é sustentado por um processo contínuo e sistemático de expropriação da força de trabalho e na depauperação relativa (e, em muitos contextos, absoluta) de grandes massas de produtores, condição indispensável para a reprodução do capital em sua forma ampliada.

E mais, os limites do capital não são definidos por freios éticos, ambientais ou sociais.

Como ilustra Marx (2013, p. 325), o capital ignora até mesmo “[...] a saúde e a duração da vida do trabalhador, a não ser quando a sociedade o força a isso”. Não se trata de perversão ética, mas de uma **indiferença estrutural**, própria de um sistema cujo objetivo não é o bem-estar humano, mas a maximização da rentabilidade.

Até porque, não há horizonte ontológico para o capital que não seja a sua própria autovalorização incessante. Seu princípio fundante – a reprodução ampliada do valor – opera como imperativo categórico que subordina toda a organização social, técnica e simbólica à lógica da acumulação. Nesse movimento expansivo, o capital não reconhece limites de ordem ética, ecológica ou social; ao con-

trário, os transforma em oportunidades de recomposição sistêmica. Toda barreira imposta – seja ela ambiental, normativa ou humanitária – é assimilada, transfigurada e, por fim, convertida em novo vetor de valorização fictícia. Enquanto a produção estiver regida pela lógica do valor abstrato, nenhum limite será absoluto: será sempre uma inflexão funcional à renovação das formas de dominação.

As contradições imanentes ao capital – e aqui reside seu traço estrutural – não são disfunções ocasionais, mas expressões necessárias da clivagem entre o caráter social da produção e a apropriação privada de seus resultados. Essa contradição fundamental se manifesta sob a forma de crises recorrentes, que não devem ser lidas como falências ocasionais do sistema, mas como modos históricos de reestruturação das suas bases. Conforme analisa Harvey (2014), o capital não supera suas crises, mas se destaca espacialmente e temporaliza suas contradições, as quais são reconfiguradas como estratégias de renovação hegemônica.

Neste contexto, a catástrofe ambiental deixa de ser um colapso a ser evitado e passa a operar como fronteira estratégica da acumulação. A financeirização da natureza, a conversão dos ecossistemas em ativos negociáveis e a mercantilização das políticas ambientais revelam a capacidade do capital de transformar sua própria barbárie em ativos de rentabilidade. Trata-se de um sistema que metaboliza sua destrutividade, convertendo limites civilizatórios em mercadorias, e a crise ecológica em mais um terreno de valorização do capital sob o signo do “desenvolvimento sustentável”.

David Harvey (2004) ampliou este debate ao desenvolver o conceito de “acumulação por despossessão”, que descreve a intensificação da mercantilização de bens comuns e da natureza como resposta do capital às suas crises de sobreacumulação. Nesse contexto, as práticas ESG se inserem como um desdobramento da racionalidade financeira. É importante recordar que a financeirização é um processo de centralidade crescente do capital portador de juros sobre os demais segmentos do capital (Chesnais, 1996). Essa lógica pressupõe a autonomização do capital financeiro e a constituição de novas formas de valorização que não se apoiam diretamente na produção, mas em ativos intangíveis e mecanismos de especulação.

A financeirização “verde” converte a biodiversidade, os serviços ambientais, as reservas florestais e até os modos de vida tradicio-

nais em ativos financeiros – como créditos de carbono, *green bonds* e títulos de impacto social. Como aponta Leda Paulani (2008), o discurso da sustentabilidade foi cooptado pelo neoliberalismo como ferramenta de aprofundamento da lógica mercantil. De modo complementar, Ana Esther Ceceña (2005) argumenta que o discurso do desenvolvimento sustentável esconde processos de colonização epistêmica e territorial, ao mesmo tempo que impõe tecnologias de controle por meio da regulação ambiental privatizada. No mesmo sentido, que também enfatiza o papel ideológico do ESG, entendido como instrumento de reprodução das relações de dominação capitalista em novas formas estéticas e discursivas.

Harvey (2014), ao discutir as crises de superacumulação e o papel das *soluções espaciais-temporais* do capital, também acrescenta que as estratégias atuais de *desenvolvimento sustentável* e *governança verde* funcionam como mecanismos de deslocamento da crise, transferindo seus custos às populações periféricas e aos territórios mais pauperizados. Isso porque, o capital não apenas contorna suas próprias contradições estruturais, como transforma os efeitos de sua crise – que é exemplo o colapso ambiental – em oportunidades de acumulação, por meio da especulação com ativos naturais, da financeirização de políticas ambientais e da reorganização logística do planeta.

Sob essa direção, a superação das crises não propõe pôr fim às suas contradições fundamentais, mas sua atualização por meio de novas formas de expropriação, financeirização e destruição ecológica. Um bom exemplo é a *financeirização verde* que, ao transformar o carbono, a água, os florestamentos e os ecossistemas em *commodities*, não apenas aliena os bens comuns, como também cria uma nova camada de abstração econômica que desvincula a sustentabilidade de qualquer racionalidade ecológica real (Altwater, 2006).

Nesse campo de ação, a chamada **governança verde**, os mercados de carbono e os investimentos ESG não representam alternativas reais ao capital, mas estratégias de recomposição ideológica e econômica da ordem do capital, agora, sob a retórica da responsabilidade corporativa. Como denuncia José Paulo Netto (2012), esse vocabulário empresarial busca deslocar a crítica estrutural do antagonismo entre capital e trabalho para um suposto pacto social gené-

rico, que oculta as verdadeiras determinações das crises (inclusive a ambiental): **a expropriação, a alienação e a intensificação da desigualdade de classe.**

Sendo assim, as respostas hegemônicas à crise são funcionais à manutenção da ordem do capital, e não à sua superação. E ao fetichizar a sustentabilidade dentro da racionalidade mercantil, qualquer resposta converte os limites ecológicos em oportunidades especulativas e os direitos sociais em mercadorias. O que se observa no contexto atual é a intensificação dessas contradições, marcada pela financeirização da natureza, pela captura mercantil do discurso da sustentabilidade e pela transformação da catástrofe climática em oportunidade de negócios.

O ESG como ideologia operacional da reprodução ampliada do capital

A partir do debate apresentado na sessão anterior é possível afirmar que a difusão das práticas ESG (*Environmental, Social and Governance*) não pode ser compreendida apenas como uma evolução dos padrões éticos de governança empresarial, mas como parte da reestruturação ideológica do capital em sua fase de crise prolongada. Como já assinalava István Mészáros (2007), o capital, diante de seus próprios limites estruturais, opera uma autoadaptação permanente, convertendo suas crises – como a destruição ecológica e o esgotamento das relações sociais – em novas oportunidades de acumulação.

As diretrizes ESG surgem, dessa forma, como uma resposta funcional às crises de legitimidade enfrentadas pelas grandes corporações e ao esgotamento da hegemonia do crescimento ilimitado. No entanto, ao se manter ancoradas na lógica de rentabilidade e competitividade, essas práticas reproduzem a mesma racionalidade instrumental que está na origem dos problemas que alegam combater. Nesse sentido, compreender as práticas contemporâneas de ESG pressupõe associá-las não como ruptura, mas como atualização discursiva e operativa da lógica do capital. Trata-se de uma tentativa de recomposição da legitimidade do capital em sua fase tardia, marcada por crises de rentabilidade, insustentabilidade ecológica e estagnação estrutural.

Em sintonia com os interesses do capital, a crise ambiental se transforma, portanto, em oportunidade de valorização financeira: uma das expressões mais sofisticadas da capacidade adaptativa do capital em tempos de esgotamento civilizacional. Nesse novo século, assiste-se à crescente financeirização da natureza, na qual bens comuns, ecossistemas e até mesmo o ar respirável são convertidos em ativos negociáveis nos mercados globais. E esse movimento, além de não alterar as estruturas profundas da produção capitalista, atualiza os mecanismos de valorização do capital ao subordinar o discurso da sustentabilidade às exigências da economia-mundo regida pela lógica da acumulação.

O que se vê é a renovação dos instrumentos de dominação que, ao invés de reverter a destruição ecológica e a desigualdade estrutural, reinventam o capital como suposto agente de salvação do planeta. Autores como Jason W. Moore (2015) alertam que a chamada “economia verde” representa menos uma ruptura e mais uma reconfiguração do capitalismo em crise, onde a “natureza barata” – apropriada sem custo pelo capital – é central para sua sobrevivência. Da mesma forma, Jean-Baptiste Fressoz e Christophe Bonneuil (2021), ao historicizarem a ideologia do “Antropoceno”, denunciam o apagamento das relações de classe e da dominação colonial ao se atribuir responsabilidade difusa e abstrata pela devastação ambiental.

Outro aspecto central é o apagamento sistemático da contradição entre capital e trabalho. Ao substituir o antagonismo de classe por um suposto “pacto multissetorial” em prol do bem comum, o discurso inovador e “socialmente consciente” em torno das práticas ESG, de fato, busca diluir os conflitos estruturais e os substitui por métricas consensuais de governança. E enquanto expressão do parasitismo empresarial contemporâneo, transfere, à sociedade e ao indivíduo, os custos de sua operação predatória, sem modificar suas práticas fundamentais de exploração da força de trabalho, como a informalidade, a terceirização e a precarização nas cadeias produtivas globais.

No Brasil, essa dinâmica assume contornos próprios, mas igualmente perversos. É sob o discurso ESG que grandes corporações têm operado a colonização simbólica do discurso ambiental, associando sua imagem a práticas de responsabilidade social e eco-

lógica, ao mesmo tempo que seguem intensificando processos de expropriação de terras, destruição de comunidades tradicionais e precarização do trabalho. A retórica da sustentabilidade, longe de significar uma ruptura com os padrões predatórios de desenvolvimento, legitima o encolhimento do espaço público, a erosão dos direitos sociais e a privatização dos bens comuns, convertendo-os em mais um nicho para a expansão do capital.

A distribuição da visibilidade na agenda ESG, conforme apontam os dados do Anuário Integridade ESG 2024 (FGV, 2024), revela não apenas a presença discursiva de determinados setores, mas, sobretudo, a disputa simbólica em torno da legitimidade socioambiental do capital. O setor bancário e financeiro, com 21,2% de destaque, lidera com ampla folga, evidenciando o papel hegemônico do capital financeiro na reconfiguração da sustentabilidade como valor reputacional. Ao assumir essa posição de destaque, esse setor transforma critérios ambientais e sociais em métricas de investimento e risco, subordinando o bem comum à lógica do “crédito verde” e da valorização fictícia. Nesse cenário, o ESG se converte em ativo especulativo, reforçando a financeirização dos territórios e das práticas empresariais.

Logo em seguida, setores intrinsecamente ligados à degradação ecológica ou ao uso intensivo de recursos naturais – como energia elétrica (9,8%), petróleo, gás e biocombustíveis (9,4%), agricultura, alimentos e bebidas (8,7%) e metalurgia e siderurgia (4,1%) – figuram com expressiva visibilidade, mobilizando narrativas de “transição verde”, “tecnologia limpa” e “eficiência sustentável” que ocultam a permanência de modelos extrativistas e excludentes (FGV, 2024). O ESG, nesse contexto, funciona como uma retórica de contenção reputacional e de governança adaptativa, permitindo a continuidade da acumulação destrutiva sob novos códigos morais e linguagens corporativas. A visibilidade, portanto, longe de ser sinal inequívoco de transformação estrutural, indica a capacidade dos setores de capturar a linguagem da sustentabilidade para renovar sua legitimidade no ciclo ampliado do capital.

Setores como cosméticos (7,1%), comércio varejista (4,4%) e papel e celulose (6,0%) destacam-se por estratégias de *branding verde* (estratégia de marketing) e pela incorporação ostensiva de pautas

relacionadas à diversidade, economia circular e compensação ambiental (FGV, 2024). No caso da indústria cosmética, a mobilização de imagens ligadas à bioeconomia amazônica e à inclusão étnico-racial opera como vitrine para mercados consumidores de alto valor agregado, especialmente no Norte global. Trata-se de uma estetização da sustentabilidade que converte a biodiversidade e os saberes tradicionais em ativos simbólicos, promovendo a mercantilização da diferença sob a forma de capital reputacional. Já o varejo, o papel e a celulose se reinventam como “*agentes da transição sustentável*”, mesmo quando suas cadeias de fornecimento continuam ancoradas em práticas de precarização laboral, concentração fundiária e monocultura intensiva.

No setor de água, saneamento e serviços ambientais (4,8%), conforme destacado no Anuário (FGV, 2024), observa-se uma tentativa de legitimar a privatização da água sob o discurso da eficiência sustentável. A captura do léxico ESG por operadores privados, em especial após o novo marco legal do saneamento, revela a tendência de subordinação de direitos sociais fundamentais à lógica do lucro e da financeirização de serviços públicos. Essa operação possibilita que a própria expropriação da água – bem comum essencial à vida – seja reconfigurada como “*solução ESG*”, deslocando o debate do acesso universal para o desempenho das empresas listadas. Tais arranjos reafirmam que a visibilidade ESG não expressa necessariamente compromisso com justiça ambiental ou equidade, mas a habilidade de traduzir contradições estruturais em narrativas de responsabilidade empresarial.

Todavia, os setores ESG também convivem com sentimentos negativos quanto à sua agenda/atuação: petróleo, gás e biocombustíveis (15,9%), serviços médicos (15,4%) e veículos e autopeças (13,1%) (FGV, 2024). Esses sentimentos revelam o esgotamento das estratégias de mitigação reputacional frente à materialidade das contradições socioambientais. No caso das petroleiras, a retórica da transição energética não consegue ocultar o caráter estruturalmente destrutivo da exploração fóssil.

Já no setor de saúde, amplamente mercantilizado, o diagnóstico crítico cresce diante da precarização do cuidado, da financeirização dos planos e da hierarquização no acesso. No setor automotivo, as menções

negativas decorrem do esvaziamento das promessas de mobilidade limpa e do peso ambiental de cadeias produtivas altamente poluentes, que dependem de mão de obra precarizada e matérias-primas oriundas de territórios marcados por elevada pobreza e exploração ambiental e da força de trabalho. Em todos os casos, o ESG se apresenta como ferramenta incapaz de operar transformações substanciais.

A tecnologia e telecomunicações (12,2%) e o comércio varejista (11,4%) também são setores que enfrentam crescente desconfiança e desgaste público (FGV, 2024), evidenciando a distância entre suas narrativas inclusivas e as práticas corporativas cotidianas. O setor de TI, embora se posicione como promotor da inovação sustentável, é marcado por violações de privacidade, exploração de dados e obsolescência programada, além de dependência de cadeias mineradoras ambientalmente destrutivas. Já o varejo, intensivo em consumo e logística, é frequentemente criticado por *greenwashing*, terceirizações abusivas e baixa transparência em suas cadeias globais. Enquanto os setores bancário e financeiro (9,5%), agrícola e alimentar (8,7%) e energia elétrica (8,6%), que igualmente figuram com rejeições significativas (FGV, 2024), também refletem o sentimento crescente de que o discurso ESG, embora amplamente mobilizado, serve prioritariamente à preservação da imagem e à manutenção dos circuitos de valorização, em detrimento de mudanças estruturais que poderiam confrontar a lógica da expropriação, da desigualdade e da exploração.

Sob a ótica crítica da financeirização, é possível argumentar que os indicadores ESG operam, muitas vezes, como mecanismos de valorização simbólica e atração de capital financeiro em bolsas e fundos sustentáveis, sem alterar estruturalmente a lógica de acumulação destrutiva. O processo de “*sustentabilização da imagem corporativa*” se torna uma estratégia de gestão reputacional orientada ao mercado, incorporando práticas superficiais de mitigação e compensação, enquanto mantém modelos extrativistas ou concentradores de renda e terra.

Isso implica reconhecer que, por trás da fachada modernizadora do ESG, intensifica-se a concentração de riqueza, a precarização das condições de existência e a colonização do imaginário social pelo mercado.

Portanto, os desafios colocados por essa conjuntura vão além da exigência técnica por regulação ou eficiência ambiental. Eles exigem um esforço teórico e político capaz de desmascarar o conteúdo ideológico das estratégias de *greenwashing* corporativo e de resgatar, no interior da crítica radical, a possibilidade concreta de superação do modo de produção capitalista. Isso porque, a luta por justiça ambiental e social precisa estar articulada a um projeto de transformação das estruturas que reproduzem o trabalho alienado, a exploração da natureza e a desigualdade como condição permanente.

Assim, uma abordagem crítica exige denunciar não apenas o caráter instrumental das estratégias ESG como formas de *greenwashing* institucional, mas também reafirmar que nenhuma estratégia de sustentabilidade é possível sem enfrentamento direto às contradições fundantes do capital: a produção orientada para o lucro privado, a concentração da propriedade dos meios de produção, e a mercantilização da vida em todas as suas dimensões. Em outras palavras, o enfrentamento da crise ecológica requer a crítica do capital como forma social totalizante. Sem isso, qualquer “sustentabilidade” continuará sendo apenas um adjetivo instrumental para a sobrevivência do próprio sistema que nos conduziu à catástrofe.

Algumas considerações: a superação da crise ambiental pela crítica radical do capital

As práticas ESG na Amazônia Legal, muitas vezes tratadas como soluções inovadoras para os impasses da sustentabilidade, quando submetidas a um exame crítico para além dos relatórios corporativos e compromissos ambientais formais, passam a ser compreendidas no interior das determinações do modo de produção capitalista, enquanto estratégias adaptativas do capital diante de sua crise de legitimidade ambiental, social e moral.

O que é possível afirmar é que toda proposta de transição ecológica que não enfrente as relações sociais de exploração e as contradições entre capital, trabalho e natureza está fadada a reproduzir novas formas de acumulação destrutiva. O ESG, nesse sentido, longe de representar uma ruptura com a lógica do capital, opera como uma reconversão ideológica da sustentabilidade, subordinada

aos imperativos da rentabilidade, da governança neoliberal e da financeirização da natureza.

A retórica da responsabilidade social e ambiental convive com a grilagem de terras, violência contra comunidades tradicionais e desmatamento em áreas protegidas. O que se observa é a transformação da floresta e da biodiversidade em ativos negociáveis, a conversão da crise ambiental em novo vetor de valorização fictícia e de reprodução ampliada do capital sob o disfarce da “governança sustentável”.

Como analisam autores como Elmar Altvater (2006), Jason W. Moore (2015) e István Mészáros (2007), o capitalismo não é apenas incompatível com a sustentabilidade: ele é estruturalmente orientado para a destruição das condições materiais da vida. O ESG, nesse contexto, cumpre função ideológica central: desloca o debate da crítica ao modo de produção capitalista para a gestão técnica, da luta de classes para o *compliance*, da justiça ambiental para a lógica dos investidores.

Não sem motivos, a crítica teórico-científica ao ESG não pode ser tímida. Ela deve desnudar seus limites históricos, suas funções ideológicas e seus efeitos concretos na intensificação da desigualdade e na mercantilização da natureza. Deve, sobretudo, afirmar que não há sustentabilidade possível sob um sistema que converte tudo – inclusive a vida – em mercadoria e em estratégia de valorização do capital.

Referências

ALTVATER, Elmar. **O fim do capitalismo como o conhecemos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CECENÑA, Ana Esther. Estratégias de construção de uma hegemonia sem limites. CECENÑA, Ana Esther. **Hegemonias e emancipações no século XXI**. 1a ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), p. 35-55, 2005. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101018015333/cecena.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo:

Xamã, 1996.

FGV – Fundação Getúlio Vargas. **Anuário Integridade ESG 2024**. Rio de Janeiro: FGV, 2024. Disponível em: <https://integridadeesg.insightnet.com.br/anuario-integridade-ESG-2024.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2025.

FOSTER, John Bellamy. Marx e a exploração da natureza. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, ed. 132, 3 jul. 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/marx-e-a-exploracao-da-natureza/>. Acesso em: 23 jun. 2024.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

LÖWY, Michael. Ecosocialismo. **A terra é redonda** [recurso eletrônico]. Publicado em 22 dez. 2021. Disponível em: https://aterraerredonda.com.br/ecossocialismo/?utm_source=rss&print=pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo 2013.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro III (O processo global da produção capitalista). Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo 2016.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**: manuscritos de 1861–1863 (Cadernos I a V), terceiro capítulo – O capital em geral. São Paulo: Autêntica, 2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MAZZUCATO, Mariana. **O valor de tudo**: produção e apropriação na economia global. Tradução: Camilo Adorno e Odorico Leal. São Paulo, Portfolio Penguin, 2020.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, Isteván. **Para além do capital**: rumo a teoria da transição. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOORE, Jason W. **Capitalismo na teia da vida**: ecologia e a acumulação capitalista. São Paulo: Elefante, 2015.

NETTO, José Paulo. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/netto-jose-paulo-201608060404028661510.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2024.

PAULANI, Leda Maria. **Brasil Delivery**: crítica à ideologia do crescimento. São Paulo: Boitempo, 2008.

ROSSI, Pedro; ROCHA, Marco Antonio; DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de; MELLO, Guilherme. Uma agenda econômica para todos. In: DWECK, Esther; ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de (orgs.). **Economia pós-pandemia**: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico. São Paulo: Autonomia Literária, p. 304-321, 2020. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/17101.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2024.

CAPITALISMO E ECOLOGIA POLÍTICA:

Uma crítica à sociedade de consumo

Cloves Barbosa¹

Armando Wilson Tafner Junior²

Introdução

A conjuntura nos apresenta questões que assolam o nosso cotidiano. Certamente, uma delas é a emergência relacionada à crise ecológica, que ameaça diferentes espécies que coexistem no globo, inclusive a humana. A origem do colapso ambiental por qual passamos neste momento, é o modo de produção capitalista, que de forma desenfreada, explora o ambiente, transformando a natureza em mercadoria.

A precarização que o Capitalismo impõe à sociedade perpassa pela expropriação ecológica, que é colocada pelo sistema como se fora uma espécie de efeito colateral. Comumente, o Capital, devido ao seu caráter camaleônico, cria termos por meio de elaborações de conceitos relacionados a tecnologia como, “Economia Verde”, “Capitalismo Consciente”, entre outros, fazendo com que o sistema capitalista, politicamente, perante a sociedade, não se posicione como o vilão da questão ambiental, mas como o seu herói; não como o culpado pela degradação ambiental, mas como a solução para este problema que é causado pelo próprio sistema produção Capitalista. Tais colocações minimizam a relação de exploração que o modo de produção vigente possui com o ambiente. A transformação da natureza em propriedade privada, permite que o proprietário possa fazer o que bem entender dentro dos limites de sua cerca; desde arrancar a vegetação natural até promover a exclusão social, impedindo que

1 Docente do Departamento de Ciência Política da Universidade do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e Doutor em Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: cloves@unifesspa.edu.br

2 Docente do Departamento de Ciência Política da Universidade do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Mestre e Doutor em Ciências Ambientais pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). E-mail: armandowilson@hotmail.com

as pessoas que vivem da floresta acessem os recursos necessários para reproduzirem a sua existência. A crise ecológica pela qual todos passam (embora alguns percebam e tantos outros finjam não ver) pode ser compreendida pelo pensamento marxista e pelo seu contínuo neomarxista na contemporaneidade.

A percepção equivocada de que o problema ambiental tem início no último terço do século XX³, faz com que a História muitas vezes seja ignorada – prática comum do Liberalismo – promovendo uma análise limitada dentro de uma lógica não-dialética. Marx embora não tenha centrado seus esforços sobre o meio-ambiente em sua crítica ao Capital, elaborou conceitos e nos apresentou elementos que permitem enxergar os resultados que o modo de produção vigente implica sobre a natureza. Por meio dessas ferramentas a Ecologia Política nos permite tratar a questão ambiental à luz da teoria marxista, apresentando elementos que colaboram para a compreensão do colapso ambiental estabelecido em nossa sociedade.

A expropriação ecológica

Na antiga Prússia, atual Alemanha, no século XIX, os efeitos da lei de cercamento que determinavam a propriedade privada, interferiu diretamente nas relações sócias daquela região. Marx percebeu que a maioria da população carcerária era composta por camponeses que iam às florestas para recolher madeira morta para cozinhar e amenizar o frio. Nessa busca pela madeira, adentravam nas propriedades privadas, o que pela lei local era uma invasão. Os camponeses passaram a serem criminalizados e tachados de “bandidos”, ladrões de madeira, por fazerem o que sempre fizeram por gerações. Nesse cenário, Marx observou o rompimento de um costume necessário para a existência dos camponeses e que os debates legais não estavam concentrados em minimizar o confronto, permitindo de uma certa forma que as instituições socioculturais fossem mantidas, mas sim em fazer valer o direito de propriedade. Marx escreveu em 1842 o livro *Os Despossuídos*, denunciando tal forma de dominação.

Esse ensaio de Marx é reconhecido atualmente por ser um trabalho que trata da expropriação ecológica, embora tal conceito

3 Sobre essa afirmação, ver mais em “**Um Sopro de Destruição:**” *Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista* (1786-1888) (Pádua, 2002)

só tenha sido estabelecido no final do século XIX e início do século XX. Vivenciando a expropriação da terra, já em 1844, Marx escreve os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, no qual destaca o conceito de acumulação primitiva e o rompimento do metabolismo sociedade-natureza que permite a exploração do humano por outro humano. Os camponeses tornam-se despossuídos tendo somente a força de trabalho para vender. Fazer com que a terra fosse transformada em uma mercadoria foi condicional para o desenvolvimento do sistema capitalista. *O Capitalismo inicia-se como um sistema de usurpação da natureza* (Foster, 2014, p. 88).

Dentro da teoria marxista passou-se então a ser evidenciado o conceito de valor. É pelo trabalho, por meio das transformações físico-químicas de elementos da natureza, que se cria um bem que tem valor ao humano. É certo que no dispêndio de uma labuta, o humano buscará por meio desse processo de transformação material, facilitar a sua vida, portanto, criando o valor de uso. É a criação de valor pelo trabalho, que forma o ser social, e o rompimento desse metabolismo por meio da propriedade privada, faz com que os donos dos meios de produção voltem esse trabalho para produzir o lucro, afastando o trabalho do valor de uso e estabelecendo a soberania do valor de troca. Para fazer isso acontecer, o Capital monopolista (na 2ª Revolução Industrial o Capital deixou de ser concorrencial, revelando o seu caráter concentrador) criou novas demandas, deixando a sociedade refém de certas mercadorias produzidas por meio da exploração do trabalho, e que são associadas ao progresso. Isso faz com que o valor de troca seja dominante perante ao valor de uso dentro do sistema capitalista, revelando uma incompatibilidade entre o modo de produção vigente e as condições naturais de produção que remete às necessidades humanas vitais.

Esse processo contraditório permite que o Capital se aproprie do que é público, ou seja, que o que tem valor de uso seja determinado a produzir valor de troca. A riqueza pública sempre esteve à mercê do trabalho humano e as riquezas privadas necessitam que os bens sejam escassos para poderem ser transformados em mercadorias. Sendo assim, o capital busca expandir as riquezas privadas e para isso há que se assolar a riqueza pública (Foster, 2014). Terras, águas dos rios, nascentes, árvores, animais e plantas e até mesmo o subsolo fazem parte da apropriação capitalista que executa a expropriação ecológica.

Com o discurso de que a propriedade privada tem uma função social (inclusive este termo está presente na Constituição de vários países, inclusive o Brasil) o Capital cometendo atrocidades objetivando o lucro, como por exemplo, fazer acontecer com que certas mercadorias se tornem artificialmente escassas em função da produção de outras mercadorias que se apresentam como solução para a falta da primeira. Como mencionado, o caráter concentrador do Capital (convertido em monopolista, garantindo-lhe grande poder de mercado), permite que os proprietários promovam a escassez de forma proposital. São vários os exemplos ao longo da história em todo o globo. No Brasil o maior exemplo foi a queima de grãos de café no início do século XX. Atualmente tais práticas continuam ocorrendo, ainda que com outra roupagem. Para manter os lucros altos dos produtores de *commodities*, por exemplo, e inibirem a estrutural taxa de lucro decrescente dentro do sistema capitalista, o Estado implementa práticas como a renúncia fiscal na compra de insumos e nas exportações, e isenções fiscais como ICMS, PIS, COFINS, e dessa forma os proprietários de terra passam a não pagarem impostos. Percebe-se aqui que a propriedade nada tem de função social como afirma a constituição, esta tem apenas função privada, atendendo somente os donos dos meios de produção (Harvey, 2016).

O modo de produção vigente que é voltado para a acumulação, tem como característica o desperdício de potencialidades econômicas a partir do momento em que a acumulação capitalista incrementada pela condição da expropriação ecológica comporta-se de forma irracional.

Em geral, a produção capitalista, com toda sua avareza, é absolutamente esbanjadora de material humano; por outro lado, graças ao método da distribuição de seus produtos, lida com os meios materiais de modo esbanjador, perdendo para a sociedade, de um lado, aquilo que, de outro lado, ela ganha para o capitalista individual (Marx 2017; p. 114-115, Livro III).

A circulação de mercadoria, processo acelerado resultante da ascendência do valor de troca sobre o valor de uso, ocasiona os impactos ambientais perceptíveis na contemporaneidade. A produção de mercadorias dentro do Capitalismo caracterizada pela fórmula

geral **D-M-D'**, onde o investimento em dinheiro (**D**) direcionado a produção de mercadoria (**M**), gerando mais dinheiro (**D'**), é condicionada dentro deste processo por duas condições: exploração do humano e a exploração dos recursos naturais. O **D-M-D'** para o capitalista, tem que ocorrer o maior número de vezes no menor espaço de tempo possível, para que tenha por meio do lucro, rápido acesso a liquidez. E, dessa forma, a mercadoria humana vai sendo extorquida da forma mais vil e a natureza degradada da forma mais imbecil possível.

Sendo a expropriação ecológica o objetivo da degradação ambiental, esta aparece como um elemento condicional do modo de produção capitalista. Conforme a expansão da fronteira agropecuária avança sobre as frentes de expansão, promovendo a acumulação primitiva e implementando a Capitalização do campo, a produção de matéria-prima na área rural que é destinada à indústria na cidade, destina não somente o insumo em si, mas toda a preparação para produção do mesmo como água, nutrientes do solo, fertilizantes naturais, que têm seus ciclos interrompidos e não retornam ao solo, e são transformados elementos poluentes na zona urbana, como gases, rejeitos e dejetos líquidos (Martins, 1975; Coggiola, 2021).

E todo o progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um processo de esgotamento das fontes duradouras de fertilidade. Quanto mais um país tem na indústria o ponto de partida de seu desenvolvimento, tanto mais rápido se mostra esse processo de destruição. Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (Marx, 2017 p.573-574, Livro I)

Elucida-se aqui nesta seção a questão conceitual de expropriação ecológica; conceito este nem criado e nem esgotado em Marx, mas alavancado por ele. Salienta-se ainda, a obra de Engels, *A Dialética da Natureza*, onde tratou da exploração de recursos finitos em larga escala, das mudanças climáticas e, também, da desertificação do solo.

Capitalismo e pressão ambiental

O conceito de expropriação ecológica correlacionado a teoria marxista, passaram a fazer parte dos estudos ambientais contemporâneos. A Ecologia Política pensada como o avesso do conceito de Desenvolvimento Sustentável - este apropriado pelo Capitalismo - aponta respostas ao colapso ambiental por qual passamos, por meio dos elementos marxistas, demonstrando o elo existente entre a evolução da degradação ambiental e o modo de produção capitalista.

A concentração de Capital acentuada na 2ª Revolução Industrial, permitiu que o desperdício fosse percebido pelos cientistas e pesquisadores que pensam a teoria social, política e econômica. Tal concentração foi alicerçada na usurpação da natureza perante as populações tradicionais, sendo esta excluída de todo o processo de produção. Essa prática imperialista imposta em quase todo o globo pelos países dominantes, transformou a riqueza pública em privada, e pasmem, de forma legal. O esbulho e a corrupção passaram a serem institucionalizados e legalizados dentro do Capital, tornando-se estrutural dentro do mesmo. O solo, a fauna e a flora, a natureza em si, foram confiscados em favor da privatização com a anuência política dos governantes dos países colonizados, que são subservientes ao capital imperialista. Ainda que no Capitalismo concorrencial houvesse desperdício devido a superexploração dos recursos naturais acima da resiliência ecossistêmica, o poder econômico advindo da concentração de capital que tornou-se monopolista em diversos setores, fez com que as empresas ficassem maiores que os Estados Nacionais, podendo estabelecer uma espécie de “chantagem econômica” em relação as suas possibilidades de investimentos, abrindo o caminho para *lobbys* e “negociatas” que desembocam em relações promíscuas entre Capital e Estado, fazendo com que, por muitas vezes, não saibamos mais quem é quem.

Por essas relações estabelecidas dentro do Capital imperialistas, setores industriais relacionados diretamente com a extração de recursos naturais como a madeira e ou o petróleo, comandados por monopólios/oligopólios, passaram a fazer com que o desperdício de recursos naturais fosse naturalizado⁴ em favor da acumulação alguns poucos proprietários dos meios de produção (Veblen, 1988).

4 Quanto ao desperdício, o maior exemplo que temos é advindo da indústria madeireira que desperdiça mais madeiras do que utiliza (*Desperdício de Madeira Nativa na Amazônia chega a 60%*. Jornal O Estado de São Paulo, 30 de junho de 2011).

A concentração de Capital que empoderou os capitalistas, faz com que o poder de mercado adquirido, fizesse com a escassez de mercadorias prevalecesse, como vimos na seção anterior. Um dos instrumentos que mantém a sociedade adquirindo mercadorias de forma esquizofrênica, é a obsolescência programada, que consiste em estabelecer no processo de fabricação, um prazo de funcionamento do produto, fazendo com que o mesmo tenha que ser adquirido novamente pelo consumidor em espaços de tempo definidos. Esse processo de controle e subordinação da sociedade, permite que o capital passe a criar valor de uso em função do valor de troca, fazendo com que as possibilidades de vendas aumentam necessariamente a velocidade do processo de produção (Bauman, 2008). Recuperando Marx, em suas colocações que trazem a produção da mercadoria condicionada a exploração do humano e da natureza, o aumento da velocidade de produção que surge para atender aos interesses do capital monopolista, a pressão sobre o ambiente aumentou significativamente, a ponto de se tornar uma das maiores (se não a maior) preocupação da humanidade no século XXI.

A pressão ambiental imposta pelo Capital, reflete-se no campo na forma de conflitos socioambientais. A expansão da fronteira capitalista na busca por insumos, faz com que as instituições do Capital encontrem sociedades que provém a sua existência voltadas para o bem-viver e não para a acumulação. Tais formas de conflitos, que infelizmente acaba por ser rotineiro na América latina, principalmente no Brasil, consiste em que o Capital quer utilizar a natureza como um insumo para produzir a mercadoria em busca do valor de troca; já as populações tradicionais necessitam da floresta em pé para reproduzir sua existência, dando a esta relação um caráter de valor de uso. Exemplos de conflitos no Brasil oriundos do avanço do Capital principalmente em direção à Amazônia, são caracterizados por assassinatos, tortura, cárcere privado, trabalho escravo entre outros crimes, que são invisíveis aos olhos de quem está subordinado à adquirir uma mercadoria. Esse processo de percepção social é invisibilizado de forma proposital; sendo que a grande mídia, por fazer parte do modo de produção capitalista, tem parcela significativa na responsabilidade de ocultar as relações de exploração e os conflitos socioambientais que ocorrem no Brasil, principalmente na Amazônia, fazendo com que tudo pareça distante perante a sociedade que pensa ter autonomia sobre as suas prioridades e escolhas.

O objetivo do Capital na atualidade é fazer a sociedade consumir, trazendo à mercadoria uma função aparental; e a venda uma ação cínica. Para tanto, publicidades são vomitadas em todas as formas de mídias diariamente, alimentando o fetiche pela mercadoria, aumentando a pressão social em favor da acumulação de mercadorias e a pressão ambiental em favor da produção das mesmas. O consumo, devido ao controle do capital sobre a demanda, passa a ser um critério de diferenciação social.

É também observável que a prestimosidade do consumo como meio de crescer a boa reputação, bem como a insistência sobre o mesmo em sua qualidade de elemento de decência, encontra-se no máximo, naqueles setores da comunidade onde o contato humano do indivíduo é mais amplo e onde é maior a mobilidade da população. O consumo conspícuo reivindica uma parcela relativamente maior de renda da população urbana se a compararmos com a população rural, e essa reivindicação é igualmente imperiosa. O resultado é que, a fim de manter uma aparência decente, a primeira vive com o “cinto apertado”, e isso numa medida muito maior do que a última. Acontece, por exemplo, que o lavrador, sua mulher e filho são notoriamente menos elegantes no trajar, bem como de maneiras menos cidadinas, do que a família do trabalhador urbano de igual renda. Não que a população urbana seja por natureza mais ávida do peculiar desvanecimento do consumo conspícuo, nem que a população rural tenha em menos conta a decência pecuniária. Mas o estímulo a essa linha de evidência, bem como a sua eficácia transitória são mais afoitas na cidade. A esse método, pois, se ocorre com maior prontidão, e na luta para superarem-se uns dos outros, a população cidadina impele o seu padrão normal de consumo conspícuo a um ponto mais alto, com o resultado de exigir-se um dispêndio relativamente maior nesse setor, com indicação de um determinado grau de decência pecuniária na cidade. O padrão de decência é mais alto de classe para classe, e deve-se viver à altura dessa aparência de decência, sob a pena de perder-se a casta (Veblen, 1988 p.43).

As mercadorias, principalmente as relacionadas ao consumo conspícuo, servem como uma ferramenta do capital que instala o fetiche da mercadoria na sociedade. Para que um consumidor se sinta superior ao outro, o capital atrela às mercadorias um alto grau de desperdício, provocando a atração consumista em elementos que

aumentam o preço final do bem a ser consumido. Muitas mercadorias tem a maior parte de seu custo ligadas as embalagens e a publicidade, fazendo com o que o valor de uso, ou seja, a mercadoria em si, seja inferiorizado perante o valor de troca. Por muitas vezes a mesma mercadoria, porém com embalagens diferentes e com publicidade distintas, tem preços finais díspares, servindo somente como uma forma de se manter em uma certa “casta” como afirma Veblen, atestando o conceito de fetiche da mercadoria de Marx, e dessa forma, o consumo é subordinado às forças de produção, onde o desperdício tornou-se um instrumento fundamental para o Capital (Foster, 2014).

Com os custos da mercadoria baseado no valor de troca, determinando a transformação do valor no elemento mercadoria, o desperdício foi sendo cada vez mais naturalizado na sociedade de consumo construída pelo Capital. A publicidade, embalagens, a obsolescência programada, gastos bélicos e militares, foram sendo disseminados pelo sistema capitalista após a 2ª Guerra Mundial (Baran; Sweezy, 1966).

Ainda, relacionado as vendas, pesquisas foram desenvolvidas nessa área, estabelecendo formas de abordagens que facilitam o consumo, fragmentando e criando habilidades de interpelações de acordo com setores e segmentos distintos. A profissão de *coaching* ou de palestrante que “ensina” vendedores sobre como fazer o maior número de vendas possíveis, ganha corpo na atualidade, e o processo de transacionar mercadorias passa a ser tratada como se fora uma arte.

Portanto, a irracionalidade existente no modo de produção voltado para a acumulação, faz com que o desperdício institucionalizado seja pago pela sociedade em geral e não pelos donos dos meios de produção. As externalidades negativas geradas pelo Capitalismo e seu desperdício, faz com que as grandes corporações dividam o custo da produção de mercadorias com a população em geral, enquanto que os lucros ficam como os capitalistas. A poluição dos rios, do ar, das águas, da terra, da fauna e da flora, oriunda do “moinho de produção” acaba por adoecer muitas pessoas que nem consomem a mercadoria que originou o dejetos que as acometeram. E para tanto, esses custos não são internalizados pelas empresas po-

luidoras, mas sim dispendidos pela sociedade que sofrem os danos (Schnaiberg, 2002).

Diante da crise ecológica estabelecida, Schnaiberg (2002), afirma que a elaboração de políticas públicas voltadas ao controle demográfico, tecnologia ambiental, fiscalizações e compromisso ambientais voltados à mitigar as mudanças climáticas, em nada irá afetar o colapso ambiental por qual passamos, pois o Estado invariavelmente atua nas consequências, não se comprometendo a atuar na causa que é o “moinho de produção”. Trazendo novamente à discussão a fórmula geral do capital **D-M-D'**, e expandindo-a para **D-M...P...M'-D'**, onde (**P**) é o processo de produção que transforma a mercadoria (**M**) em uma mercadoria de maior valor (**M'**), por meio da exploração do humano e da transformação dos recursos naturais, processo no qual onde, de fato, o valor é criado, atesta-se a crítica da Ecologia Política que é voltado ao “moinho de produção”, que aumentando cada vez mais a sua velocidade e a sua escala produtiva, extrapola a capacidade de resiliência do Planeta Terra, que embora não pareça, é um só.

Por isso, é correto assumir que para solucionar o problema ecológico é necessário intervir para desacelerar, parar, reverter e eventualmente dismantelar o “moinho de produção”, que está particularmente, no centro do sistema (FOSTER, 2014, p. 99).

Percebe-se aqui que não há razão para tratar a questão ambiental como algo numérico, quantificado, mas sim por uma dialética interdisciplinar que coloca a vida e o ambiente em no primeiro plano ótico, fazendo com que elementos qualitativos como o valor de uso seja protagonista em uma sociedade que se padronize por elementos voltados à vivência e não ao desperdício.

Considerações Finais

O colapso ambiental apresentado neste trabalho reflete a necessidade da percepção marxista para compreender como elementos que outrora tinham sua significatividade atrelados ao valor de uso como a água, o ar, terra, fauna e flore, tornaram-se riquezas priva-

das, que por meio do esbulho excluem pessoas de terem acesso a tais elementos que são vitais para a vivência, afetando a dignidade e a decência de grande parte da sociedade, precarizando a existência da classe trabalhadora.

A expropriação ecológica passa a ser percebida após o rompimento do metabolismo sociedade-natureza, fazendo com que a questão ambiental, em conjunto com a exploração do trabalho, dívida pública e a propriedade privada, componha o processo de acumulação primitiva promovido pelo modo de produção vigente, por meio da expansão da fronteira do Capital.

Por tudo que foi exposto aqui, identifica-se a emergência de atuarmos diretamente na dissolução da causa do problema, o “moio de produção”, implementando uma nova sociedade baseada na igualdade social, antes que o Capitalismo acabe com tod@s.

Referências

BARAN, P.; SWEEZY, P. **Capitalismo Monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

BAUMAN, Z. **Vida de Consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

COGGIOLA, O. **Teoria Econômica Marxista**. São Paulo: Boitempo, 2021.

ENGELS, F. **A Dialética da Natureza**. São Paulo: Boitempo, 2020.

FOSTER, J. **A Ecologia de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

HARVEY, D. **17 Contradições e o Fim do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1975.

MARX, K. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **Os Despossuídos**. São Paulo: Boitempo, 2017a.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Desperdício de Madeira Nativa na Amazônia chega a 60%**. 30 de junho de 2011.

PÁDUA, J. A. **“Um Sopro de Destruição”**: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

SCHNAIBERG, A. **Environment and Society**: The enduring Conflict. Caldwell: Blackburn Press, 2002.

VEBLER, T. **A Teoria da Classe Ociosa**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

**OS DESAFIOS
DAS DIÁSPORAS
CONTEMPORÂNEAS**

A REGULARIZAÇÃO DE TRABALHADORES IMIGRANTES EM PORTUGAL:

Uma análise a partir dos burocratas de rua

Ana Paula Costa¹

Introdução

Neste artigo, trago para a análise o caso da implementação da regularização de trabalhadores imigrantes em Portugal a partir da teoria dos burocratas de nível de rua (Lipsky, 1971), que se propõe a investigar a atuação dos funcionários públicos que atuam na linha de frente da implementação das políticas públicas. As estratégias metodológicas adotadas foram a análise documental e entrevista semiestruturada com os funcionários do balcão de atendimento do Serviço de Estrangeiras e Fronteiras (SEF) de Lisboa, os decisores políticos, as associações de imigrantes e o grupo-alvo, ou seja, imigrantes em processo de regularização. A análise empírica compreende o período de dezembro de 2018 a julho de 2023 e como amostra do grupo-alvo foi selecionada a nacionalidade mais representativa em Portugal desde 2007, os brasileiros. Foram realizadas 17 entrevistas semiestruturadas: 6 imigrantes, 4 funcionários do SEF, 4 decisores políticos, 2 associações de imigrantes e 1 membro do grupo de peritos da imigração da Comissão Europeia¹.

O artigo está estruturado em duas secções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira secção, apresento a abordagem teórica sobre a implementação das políticas públicas a partir dos burocratas de rua, considerando o caso particular da política de imigração. Para tal, começo por apresentar a literatura e delimitar o tema. Na segunda secção apresento os resultados empíricos da análise da política de regularização de trabalhadores imigrantes,

¹ Doutoranda em ciência política, especialidade em políticas públicas, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-NOVA). Investigadora associada no Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI-NOVA)

destacando três fatores que podem explicar as divergências entre a política no papel e a prática, nomeadamente as contradições jurídicas, a demanda *versus* a quantidade de recursos humanos e tecnológicos, importando considerar a dimensão relacional onde exercício da discricionariedade é o elemento central, e três crises no SEF. Finalmente, o artigo se encerra com considerações finais.

As divergências entre a política no papel e a prática: uma análise a partir dos burocratas de rua

Lipsky (1971) foi pioneiro nos estudos da abordagem *bottom-up* e cunhou o termo *street-level bureaucracies*\bureaucrats² (burocracias\burocratas de rua), isto é, os serviços e funcionários públicos que estão na linha de frente da implementação das políticas. Isto é, os burocratas de rua são aqueles trabalhadores dos serviços públicos que interagem diretamente com o grupo-alvo (clientes) da política e têm grande poder discricionário na execução dos seus trabalhos (Lipsky, 2010). Exemplos comuns são os professores, assistentes sociais, policiais e fiscais.

Portanto, a divergência entre a política no papel e a política implementada pode ser considerada uma escolha racional, ética ou profissional que deriva da existência excessiva de regras e da alta carga de trabalho (Gofen, 2013). Isto é, de modo a realizar o trabalho, os burocratas de rua criam mecanismos de confrontação para superar as dificuldades de desempenho no trabalho, como falta de recursos humanos e tecnológicos. Num cenário onde a demanda por serviços públicos tende a aumentar para atender a oferta, os burocratas de rua, não raro, têm recursos pessoais inadequados para realizar o seu trabalho (Lipsky, 2010).

Contudo, a discussão sobre demanda *versus* recursos é paradoxal: se são disponibilizados mais serviços, a demanda vai aumentar porque aumenta a oferta, e se são disponibilizados mais recursos, a pressão para serem utilizados também aumenta, pois induz os clientes a procurarem a política pública. Ou seja, com aumento dos serviços\recursos as expectativas e as exigências dos clientes relati-

2 No seu estudo de referência *Street-Level Bureaucracy*. “Dilemmas of the individual in public services, publicado pela primeira vez em 1971.

vamente aos serviços e funcionários públicos aumentam ao longo do tempo (Lipsky, 2010). Ainda, quanto melhor o programa e quanto mais responsivo às necessidades dos cidadãos, mais uma vez, maior será a demanda. Assim, os burocratas de rua costumam trabalhar em situações em que o problema dos recursos não é solucionável, pois o custo do investimento pode ser tão alto que está politicamente fora de questão, salvo nos caos de um projeto-piloto ou programas de demonstração (Lipsky, 2010).

Além disso, as condições de trabalho dos burocratas de rua são inadequadas para as tarefas a serem desenvolvidas (Lipsky, 2010). Comumente faltam recursos humanos, tecnológicos, materiais e financeiros para responder a alta demanda. Esta pode ser estimada, mas não pode ser conhecida em termos abstratos, pois se trata de uma função que expressa as preferências dos clientes e dos esforços do governo para oferecer os serviços e para tomar conhecimento das respostas dos clientes segundo o autor supracitado. Inclusive, a percepção do grupo-alvo (clientes) sobre a disponibilidade do serviço público estimula a demanda, ou seja, quanto mais se percebe que o serviço público está disponível, mais procura haverá.

De fato, os burocratas de rua encontram recursos limitados, demandas contraditórias e políticas pouco claras, utilizando a discricionariedade para atender as necessidades dos clientes, tomando decisões a partir de dilemas individuais que podem ser conflitantes e irreconciliáveis (Lipsky, 2010; Cohen, 2021). Ao encontrar uma incongruência entre as solicitações dos legisladores e a alta carga de trabalho diária, os burocratas de rua desenvolvem mecanismos psicológicos de confrontação que podem distorcer as intenções iniciais dos legisladores (Brites; Clemente, 2019).

À vista disso, Lipsky (2010) considera a discricionariedade como inevitável e o controle excessivo poderia limitar a atuação dos burocratas de rua, impedindo a melhoria dos resultados das políticas. No entanto, o aspeto da discricionariedade tem sido pouco incorporado às análises sobre a implementação das políticas públicas e é geralmente vista de forma residual, enquanto um problema que deve ser eliminado (Hill, 2003).

Por seu turno, Cohen (2021) esclarece que as decisões sobre as políticas públicas são realizadas por políticos eleitos e funcioná-

os nomeados pelo governo, e o problema político, muitas vezes, é desconhecido ou irrelevante para os burocratas de rua. Assim, para a maioria dos burocratas de rua o processo de formulação da política é desconhecido. Por exemplo, ao estudar a implementação das políticas de emprego na Dinamarca, May e Winter (2007) sugerem que a compreensão da política pelos burocratas de rua e o conhecimento das regras foi o fator mais importante para o sucesso desta política, em que a maioria dos burocratas de rua implementaram as metas do programa. Na mesma linha, Tummers, Bekkers e Steijn (2009) indicam que os burocratas de rua, comumente, precisam implementar políticas as quais não acreditam ou possuem divergências, pelo que implementam práticas para influenciar os resultados da política e quando consideram a política útil para os clientes estão mais dispostos a implementá-la.

A literatura apresenta a prática de *guerrilla government* (governo de guerrilha) como resposta dos funcionários públicos quando não aceitam a política: os burocratas de rua não implementam o que foi definido para contrariar os seus superiores hierárquicos porque não concordam com a política (O'Leary, 2010). Para O'Leary (2010) estas atitudes são subversivas e ocultadas estrategicamente, tratando-se de um jogo de poder. Dessa forma, os burocratas de rua tentam subverter as regras dos superiores por meio de táticas de dissidência que envolvem a organização e gestão, a política burocrática e a ética.

Nessa perspectiva, analisar o que está a ser implementado levanta a questão de *accountability*, visto que, como exposto, no processo de implementação é comum que a política passe para instituições públicas e/ou privadas especializadas e os seus funcionários não são eleitos, mas, de certa forma, representam o governo (O'Leary, 2010). Por isso, é comum haver tensões entre os burocratas e burocracias de rua e os políticos nomeados e eleitos, como os professores ou profissionais de saúde pública.

Langbein (2000) sugere que os burocratas de rua têm mais licença para divergir dos objetivos da política quando os políticos locais mais próximos do nível da implementação também não concordam. Quando esses políticos sinalizam o seu desacordo, também se cria certa margem para atitudes subversivas dos burocratas de rua. Para Lipsky (2010), os burocratas de rua sempre possuem algum recurso para resistir às orientações políticas ou dos gestores,

visando alcançar alguma resposta ou chegar num acordo. O facto de os funcionários públicos disporem de um grau de especialização em algumas áreas da política faz com que a sua influência e o seu papel discricionário aumentem, tornando os políticos e gestores dependentes do seu trabalho, pois terão que prestar conta aos cidadãos. Dessa forma, os burocratas de rua podem se recusar a realizar certos tipos de trabalho ou implementar aspetos da política que discordam, ou, ainda, fazer apenas o mínimo e com pouco rigor (Lipsky, 2010), sobretudo se a discordância com a política vier acompanhada de muita procura nos serviços públicos.

Finalmente, a divergência entre os objetivos da política e os resultados da implementação, bem como os problemas de implementação analisados à luz dos burocratas de rua, estão sujeitos a uma variedade de fatores: a depender do tipo de política, da conjuntura, dos valores sociais e do contexto. A política de imigração, analisada neste artigo, possui particularidades, visto que os formuladores de política não têm informações completas sobre o fluxo migratório — que é dinâmico, inevitável e imprevisível — e o grupo-alvo não pode interagir no processo de formulação, pois normalmente os imigrantes não têm direitos políticos (Carvalho, 2009). Esta característica impacta diretamente no processo de implementação e é um desafio para o decisor político.

A implementação das políticas de imigração

As políticas de imigração, comumente, não são percebidas e analisadas enquanto políticas públicas, mas como um tipo de política à parte. Portanto, as abordagens mais habituais sobre este tipo de política concentram-se na área do direito (e do direito comparado) e/ou das teorias de integração de imigrantes. No caso português, apenas recentemente as políticas de imigração têm sido compreendidas enquanto uma categoria de política pública. A título de exemplo, foi apenas em 2023 que a política de imigração compôs o relatório sobre o Estado da Nação e as Políticas Públicas³. Nesse sentido, o objetivo dessa secção é analisar o enquadramento teórico que considera a política de imigração enquanto política pública e, consequentemente, a sua implementação a partir da ciência política.

3 Mamede, R.P. (2023). O Estado da Nação e as Políticas Públicas 2023. Reformas Estruturais. 1.^a edição, julho de 2023. IPPS-Iscte. ISBN 978-989-8990-65-5

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que delimitar conceitualmente o que são políticas de imigração causa grande reflexão, uma vez que os critérios definidores não são claros e objetivos, e políticas não vistas como de imigração — por exemplo, as políticas do mercado de trabalho e da segurança social — também influenciam a imigração (Czaika; De Haas, 2013). Em segundo lugar, existe uma variedade de políticas de integração e cidadania para os imigrantes, o que dificulta ainda mais a criação de critérios claros e objetivos pela literatura. Apesar desta complexidade conceitual, criou-se um consenso teórico de que as políticas de imigração têm o objetivo de afetar o comportamento dos imigrantes e atender os interesses e necessidades estruturais do Estado por meio de instrumentos como leis, regulamentos e medidas que os governos implementam para alterar os fluxos de imigração (Czaika; De Haas, 2013; Carvalho, 2017).

Segundo Hammar (1985), a política de imigração está relacionada ao controle de fronteiras e a regulação dos fluxos de entrada, saída e permanência nos países, de modo que a política de imigração compreende dois aspetos, 1) a regulamentação da imigração e controle de estrangeiros e 2) políticas de imigrantes. A regulamentação da imigração promove um grau considerável de insegurança jurídica, visto que as decisões relativas ao estatuto permanente dos imigrantes são tomadas pelas autoridades administrativas, nomeadamente os burocratas de rua, com muita discricção na interpretação e implementação da regulamentação (Hammar, 1985). No que concerne às políticas de imigrantes, Hammar (1985) considera as medidas que interferem diretamente nas condições de trabalho, habitação, benefícios e serviços sociais, oportunidades educacionais, e outros.

Embora haja distinção entre estes dois aspetos da política de imigração (regulamentação da imigração e política de imigrante), na prática, geralmente, elas acontecem simultaneamente. No caso português, a política de regularização de trabalhadores imigrantes compreende estes dois aspetos, visto que regula a imigração ao autorizar a permanência imigrantes integrados no mercado de trabalho e, ao permitir a regularização através do trabalho, torna-se uma política de imigrantes ao interferir diretamente nas condições de trabalho. Contudo, muitas vezes não se compreende o efeito profundo que a regulamentação da imigração e controle de estrangeiros pode ter sobre as políticas de imigrantes, e vice-versa.

Como exposto, é comum que os legisladores não tenham informações completas sobre o fluxo migratório no processo de formulação (Carvalho, 2009). Isto gera uma ambiguidade implícita ou explícita na política, com impactos no processo de implementação: frequentemente as normas legislativas, oriundas da negociação política, são ambíguas e imprecisas na definição dos objetivos e na linguagem nas políticas de imigração para dar conta da imprevisibilidade e das alterações do cenário migratório (Matland, 1995; Zahariadis, 2019).

Por isso, os estudos empíricos consideram que, geralmente, as políticas de imigração possuem lacunas de implementação, pois os burocratas de rua deparam-se com dilemas concretos e complexos do público-alvo e com as transformações do fluxo migratório (Elmore, 197; Van der Leun, 2006; O’Leary, 2010; Czaika; De Haas, 2013; Gofen, 2013). Mais ainda, muitas vezes, por serem compreendidas enquanto uma política a parte, a política de imigração não está articulada com as demais políticas públicas e com os serviços da Administração Pública, os quais os imigrantes também podem ser clientes.

Contudo, ainda que as políticas de imigração sejam transmitidas para agências especializadas, não se pode afirmar que a política seria implementada com mais sucesso se os responsáveis pela formulação fossem os mesmos que a implementassem. Não é necessariamente a fraqueza da Administração Pública um fator crucial para o fracasso da política de imigração, pois muitos Estados fortes e eficientes fracassam ao implementar políticas migratórias, como foi o caso das políticas de imigração e cidadania pós-imperiais da França, Holanda e Grã-Bretanha (Castles, 2004). Além disso, o que se entende por falhanço na implementação de uma política de imigração pode variar entre não alcançar os objetivos declarados, alcançá-los parcialmente ou ter resultados inesperados (Castles, 2004).

O caso português: a política de regularização de trabalhadores imigrantes

No caso português, para responder aos fluxos de imigração — o aumento da irregularidade — e às necessidades do mercado de

trabalho, foram adotadas medidas de regularização de trabalhadores imigrantes por todos os governos de centro-direita (e/ou com coligação de direita) ou centro-esquerda (Carvalho, 2017; Malheiros; Peixoto, 2023). Portugal tem adotado uma política de imigração combinando a gestão fluida dos fluxos e os princípios de integração de imigrantes. Esta opção política encontra explicações na literatura a partir das dinâmicas e características da economia, da demografia e do mercado de trabalho, com rápidos ajustamentos, precarização e altos níveis de informalidade, exigindo de Portugal um ajustamento *ex-post* às necessidades de trabalhadores (Carvalho, 2017; Malheiros, 2012). As entrevistas realizadas com os decisores políticos para este artigo corroboram com a literatura (Entrevista 7; Entrevista 12).

Entre o início dos anos 1990 e meados dos anos 2000, a política de imigração em Portugal adotou o princípio da regularização extraordinária, que visava dar resposta à questão do aumento do número de imigrantes que chegavam irregularmente e eram incorporados ao mercado de trabalho. Contudo, face ao aumento expressivo da imigração laboral, da irregularidade, da pressão da sociedade civil, dos partidos políticos, dos empregadores e da União Europeia (UE), em 2007, Portugal criou um mecanismo de regularização permanente através do trabalho. Esta medida foi aprovada quando os atores sociais consideraram a imigração irregular um problema público/político (Entrevista 13).

Particularmente, as associações de imigrantes e entidades religiosas defendiam a criação de uma medida de regularização permanente por considerar as regularizações extraordinárias um instrumento jurídico inseguro e que dependia da vontade política dos governos (Entrevista 13; Entrevista 14). O partido mais à direita (CDS-PP) considerava que as regularizações extraordinárias tinham um efeito de chamada e atraíam mais imigração irregular, por isso também não apoiavam grandes programas, mas também não defendia a regularização ordinária (Entrevista 12).

O partido mais à esquerda (PCP) admitia a criação de uma legislação que permitisse a regularização de trabalhadores imigrantes de forma ordinária, pois considerada os programas de regularização extraordinária uma válvula excecional de escape (Entrevista 11).

Os empregadores defendiam a criação de canais de recrutamento de mão de obra imigrantes mais simplificados, uma vez que os vistos de trabalho eram difíceis para o recrutamento (Entrevista 9). Por fim, a UE sempre foi contrária aos programas de regularização⁴ extraordinária por considerá-los muito publicitários e não incentiva que os Estados-Membros regularizem os imigrantes (Entrevista 8).

Assim, em 2007, o Governo (PS) aprovou a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho – doravante Lei de Estrangeiros de 2007 – que permitiu a concessão de uma autorização de residência por meio de um contrato de trabalho, promessa de contrato de trabalho ou uma atividade independente⁵. Para que os trabalhadores imigrantes possam sem regularizar, a Lei de Estrangeiros de 2007 exige a entrada legal em Portugal, a inscrição na Segurança Social (e nos casos dos trabalhadores independentes, a abertura de atividade nas Finanças), com situação regularizada perante às entidades, além do comprovativo de meios de subsistência, alojamento, registo criminal, passaporte (ou outro documento de viagem). Após reunir toda a documentação, o imigrante apresenta um pedido de manifestação de interesse no Portal SAPA e aguarda até que o pedido seja analisado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)⁶ para a marcação da entrevista e conclusão do processo.

A possibilidade de regularização através do trabalho é um dos fatores que coloca Portugal nos altos índices de integração dos imigrantes, visto que políticas dessa categoria não são comuns nos países europeus, nos quais, em muitos casos, só é possível permanecer de forma regular por meio do matrimónio, atribuição de nacionalidade ou renovações dos vistos, de forma mais restritiva. Contudo, maior problemática sobre a regularização de trabalhadores imigrantes consiste na sua implementação (Entrevista 1; Entrevista 4; Entrevista 5; Entrevista 10).

4 Esta visão mais fechada sobre a imigração foi comunicada em diversos instrumentos (regulamentos e diretivas), sendo o mais exemplar a Diretiva do Regresso, aprovada em 2008 (Directiva 2008/115/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro de 2008).

5 Artigo 88.º n.º 2 e 89.º n.º 2 da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho.

6 Desde 30 outubro de 2023, o SEF deixou o serviço responsável pela implementação da política de imigração (e pela regularização de trabalhadores imigrantes), competência que passou a ser de responsabilidade da nova estrutura denominada Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA). Apesar da alteração do serviço responsável pela implementação, até a conclusão deste artigo o procedimento permanece o mesmo.

Contradições jurídicas e alterações legislativas

Ainda que a legislação permita regularização, na prática, os trâmites administrativos criam outros universos não contemplados pela legislação, mas que incidem diretamente na sua implementação. Por exemplo, até 2017, a Lei de Estrangeiros de 2007 previa a regularização apenas por meio do contrato de trabalho ou atividade independente, de modo que as entidades empregadoras tinham receio de contratar um imigrante em situação irregular porque a mesma legislação também prevê multas e contraordenação em casos de contratação de mão de obra ilegal: “O exercício de uma actividade profissional independente por cidadão estrangeiro não habilitado com a adequada autorização de residência, quando exigível, constitui contra-ordenação punível com uma coima de (euro) 300 a (euro) 1200” (Artigo 198.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho).

Em 2017 houve uma alteração que permitiu a regularização através de uma promessa de contrato de trabalho, isto é, o empregador passou a poder se comprometer que pretendia celebrar um contrato de trabalho com o imigrante e isto bastava para dar início ao processo de regularização⁷.

Mais ainda, antes de 2019, a Lei de Estrangeiros de 2007 previa que os imigrantes que desejavam se regularizar apresentassem um comprovativo de entrada legal em Portugal. Para os imigrantes que entraram diretamente em Portugal ou possuíam visto de turista, bastava o carimbo do posto de fronteira no passaporte, mas para os que não entraram diretamente em Portugal ou passaram por uma fronteira não sujeita a controlo, é necessário fazer uma declaração de entrada em território português junto ao SEF, num prazo de 3 dias úteis. Contudo, a maioria dos imigrantes que precisam comprovar a entrada não conseguiam fazer no prazo, seja por falta de vagas para atendimento ou por falta de formas de comprovar a viagem.

Compreendendo esta limitação e as suas implicações para a regularização, em 2019 houve alteração legislativa que fez cair o requisito da entrada legal se o imigrante contribuir há pelo menos 12 meses para a Segurança Social. Neste caso passou a haver uma presunção de entrada legal. Logo, todos os imigrantes que precisavam

⁷ Aquando a entrevista no SEF o imigrante deve apresentar o contrato, mas para iniciar a regularização a promessa de contrato de trabalho é suficiente.

de um visto de turista ou um carimbo no passaporte para comprovar a entrada legal deixaram de ter que cumprir este requisito para se regularizar. O Quadro abaixo evidencia todas as alterações à Lei de Estrangeiros de 2007:

Quadro 1: Alterações à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho

Ano	Medida legislativa	Versões do diploma	Governo
2007	Lei n.º 23/2007, de 04/07	1.ª versão	PS
2012	Lei n.º 29/2012, de 9 de agosto	2.ª versão	PSD/CDS-PP
2015	Lei n.º 56/2015, de 23 de junho	3.ª versão	PSD/CDS-PP
2015	Lei n.º 63/2015, de 30 de junho	4.ª versão	PSD/CDS-PP
2017	Lei n.º 59/2017, de 31 de julho	5.ª versão	PS
2017	Lei n.º 102/2017, de 28 de agosto	6.ª versão	PS
2018	Lei n.º 26/2018, de 5 de julho	7.ª versão	PS
2019	Lei n.º 28/2019, de 29 de março	8.ª versão	PS
2021	Decreto-Lei n.º 14/2021, de 12 de fevereiro	9.ª versão	PS
2022	Lei n.º 18/2022, de 25/08	10.ª versão	PS
2022	Retificação n.º 27/2022, de 21/10	11.ª versão	PS
2023	Decreto-Lei n.º 41/2023, de 02/06	12.ª versão	PS
2023	Lei n.º 41/2023, de 10/08)	13.ª versão	PS
2023	Lei n.º 53/2023, de 31/08	14.ª versão	PS
2023	Lei n.º 56/2023, de 06/10	15.ª versão (atual)	PS

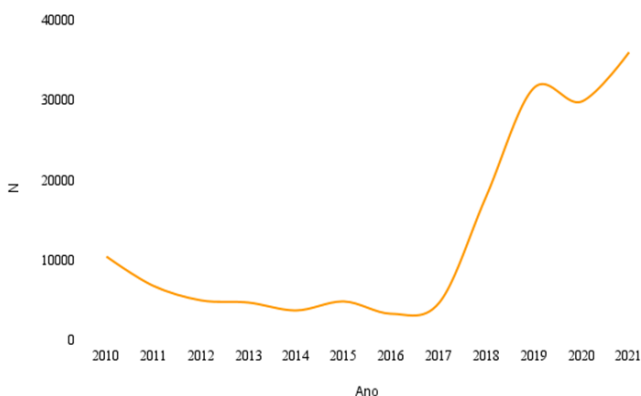
Fonte: Procuradoria-Geral da República. Distrital de Lisboa. Elaboração da autora

O Quadro 1 demonstra que houve muitas alterações à Lei de Estrangeiros de 2007, sobretudo durante os Governos do PS. Particularmente, com a alteração legislativa de 2017 e 2019 houve um aumento do número de pedidos de regularização por trabalho, pois os novos critérios permitiram que mais imigrantes cumprissem os requisitos, mas não houve investimento no SEF, que passou a receber mais demanda e deixou de conseguir dar respostas aos pedidos de regularização (Entrevista 4).

Demanda versus recursos

O SEF, assim como outros serviços públicos relacionados à política de regularização, nomeadamente as Finanças e a Segurança Social, não tiveram capacidade de acompanhar as mudanças legislativas conduzidas pelo decisor político, realizadas num curto espaço de tempo. Ou seja, a aprovação da Lei de Estrangeiros de 2007 e as suas respetivas alterações, conduziram ao aumento do número de pedidos de regularizações por trabalho a partir de 2017, como demonstra o Gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1 - Evolução do número de Autorizações de Residência por trabalho em Portugal (2010–2021)



Fonte: SEF. Elaboração da autora.

O Gráfico 1 demonstra que, entre 2010 e 2021, houve um aumento no número de emissão de autorizações de residência através do trabalho, com uma subida expressiva a partir de 2017. De facto, o SEF não tinha capacidade suficiente para processar esses pedidos, uma vez que o número de recursos humanos praticamente permaneceram os mesmos. Entre 2008 e 2020, em média, o SEF teve um aumento de 1.23% de recursos humanos (média taxa de variação anual), ou seja, num período de 12 anos nota-se que o incremento no número de funcionários foi baixo, como demonstra o Quadro 2:

Quadro 2 - Número de funcionários do SEF (2008–2020)

Ano	N	Taxa de variação anual %	F	M	Governo
2008	1478		691	787	PS
2009	1435	-2.84	662	773	PS
2010	1364	-4.95	604	760	PS
2011	1338	-1.91	583	755	PSD/CDS-PP
2012	1333	-0.37	593	740	PSD/CDS-PP
2013	1309	-1.80	563	746	PSD/CDS-PP
2014	1240	-5.27	510	730	PSD/CDS-PP
2015	1223	-1.37	505	718	PSD/CDS-PP
2016	1306	6.78	526	780	PS
2017	1334	2.16	544	790	PS
2018	1431	7.31	632	799	PS
2019	1600	11.78	703	897	PS
2020	1666	4.12	728	938	PS
N	18057	Média da taxa de variação %: 1.23	7844	10213	

Fonte. SEF. Elaboração da autora

O Quadro 1 demonstra que num período de 7 anos – durante dois anos do Governo do PS (2009 e 2010) e cinco anos de Governo do PSD/CDS-PP (2011 a 2015) – o SEF perdeu 212 funcionários. Ou seja, o número de pedidos de autorizações de residência por trabalho é aproximadamente sete vezes maior que o número de funcionários do SEF. O problema de recursos humanos é transversal a todos os serviços da Administração Pública portuguesa e diferentes governos enfrentam essa dificuldade. Desde o ano da aprovação da Lei de Estrangeiros de 2007, o número de imigrantes segue numa tendência de aumento sem que houvesse investimento na contratação de funcionários para o SEF, o que teve impacto na implementação dessa política.

Em entrevista com os funcionários do SEF, em Lisboa, área onde se concentra a maioria dos imigrantes no país, reconheceu-se

que eram realizados poucos atendimentos relativamente ao número de pedidos por não haver investimentos em recursos humanos. Segundo os funcionários entrevistados, isto é explicado pelo facto de: 1) o Estado fazer leis sem saber como iria executar; 2) a Administração Pública não acompanhar a evolução da procura, e 3) a falta de meios:

Atendemos pouca gente para aquilo que está a chegar e para aquilo que está pendente. A administração pública não acompanha a evolução da procura. É uma questão de capacidade, para mim é falta de investimento quer nos recursos humanos (Entrevista 9, Direção do SEF. Lisboa, 21/06/2022).

Tenho milhares de pessoas à espera de regularização. É engraçado porque culparam a gente por causa de um acidente trágico que aconteceu no aeroporto e de racismo também (Entrevista 15, Funcionário do SEF. Lisboa, 25/05/2023).

Isto acontece porque o Estado faz as leis e depois diz assim “mas eu tenho meios para executar isso? Não tenho.” (Entrevista 16, Funcionário do SEF. Lisboa, 29/06/2023).

A lei é muito aberta, está muito simplificada. Não considero demasiado permissiva, às vezes não temos são meios e é reconhecido. (Entrevista 17, Funcionário do SEF, 25/07/2023).

A falta de recursos humanos também é identificada pelos clientes, ou seja, os imigrantes em regularização ou que já se regularizaram em Portugal através do trabalho, que apontam para a sobrecarga de trabalho do SEF e a alta demanda:

A gente vê que a sobrecarga é grande e que o SEF não dá conta do trabalho (Entrevista 1, nacionalidade brasileira, mulher, 55 anos. Lisboa, 13/05/2019)

Eu não sei se é porque tem muita gente vindo para cá, estrangeiros não só brasileiros, mas de outros países e eles não estão dando conta do trabalho (Entrevista 2, nacionalidade brasileira, homem, 25 anos. Lisboa, 13/05/2019)

Eu acho que eles não estão preparados para receber alta demanda de pessoas que circulam nesses lugares todos os dias (En-

À vista disto, os funcionários do SEF são constantemente criticados por sua incapacidade de resposta e de fornecer serviços públicos adequados. Longos e inesperados tempos de espera, cancelamento de marcações, tratamento curto e apressado são alguns exemplos dos custos que os clientes arcam quando há sobrecarga de trabalho. Os imigrantes esperam que as respostas sejam imparciais e se aplique estritamente a lei, mas, ao mesmo tempo, também esperam que haja solidariedade da parte dos funcionários do SEF se considere situações individuais.

. A demanda para a manifestação de interesse não é compatível com os recursos e trabalho, sejam humanos ou tecnológicos. O número de atendimento diário, os casos complexos e o aumento da imigração afetam o desempenho dos funcionários do SEF, assim como afetam a dimensão psicológica do trabalho. Há de se considerar esse fator, pois está intimamente relacionado com o exercício da discricionariedade, uma vez que para operacionalizar o trabalho o funcionário tem que tomar decisões rápidas e dar respostas que podem dificultar ou impedir a regularização por trabalho, bem como ter impactos há nível de *stress* no ambiente de trabalho. Isso implica na qualidade dos serviços, que na visão dos imigrantes entrevistados não têm sido de boa qualidade:

A lei pode até ser clara, mas ou as pessoas não são preparadas para atender ou não querem. A gente não sabe bem o que acontece, mas é isso (Entrevista 2, nacionalidade brasileira, homem, 25 anos. Lisboa, 13\05\2019).

Uma pessoa que vai ao SEF à espera de um documento para poder trabalhar e depois chega no SEF e ‘ah, ta faltando isso, ta faltando aquilo’, a pessoa às vezes perde um trabalho por causa de um não do SEF (Entrevista 3, nacionalidade brasileira, mulher, 45 anos. Lisboa, 13\05\2019)

Quando eu cheguei eu já tinha uma pessoa que tinha feito esse processo todo e me deu algumas orientações, mas eu vejo que se existe um prazo eles não cumprem (Entrevista 4, nacionalidade brasileira, homem, 33 anos. Lisboa, 13\05\2019).

Acho que quem pega o processo fala ‘vou fazer desse aqui sem

o carimbo mesmo que eu sou ok, mas desse eu não vou fazer'. Acho que depende de quem for pegar seu processo e fazer (Entrevista 5, nacionalidade brasileira, homem, 27 anos. Lisboa, 13\05\2019)

A lei é um texto, e, sendo assim, cada pessoa que lê interpreta de uma forma diferente, entretanto há realmente casos e casos na imigração, portanto não pode ser algo congelado, mas também não tão disperso assim (Entrevista 6, nacionalidade brasileira, mulher, 34 anos. Lisboa, 13\05\2019).

Os trabalhadores imigrantes entrevistados também destacaram a predisposição de alguns dos funcionários do SEF para realizar os serviços: depende do dia, do humor e muitas vezes da vontade própria, visto que consideram que os funcionários podem impor dificuldades mesmo quando possuem toda documentação necessária para a regularização. O facto de os funcionários do SEF estarem no seu espaço de trabalho, existindo uma solidariedade profissional entre pares, implica sempre na palavra do funcionário contra a palavra do imigrante, ainda que os superiores intervenham. Assim, alguns trabalhadores imigrantes mencionaram o medo de reportar as situações que considerem um descumprimento da política de regularização por estarem em situação irregular ou mesmo por não se “sentirem no direito de ter direitos” em Portugal.

Ainda as entrevistas apontam para a seguinte dinâmica: a Administração Pública prestava informações confusas e os imigrantes em processo de regularização não sabem o que fazer, recorrendo diversas vezes aos serviços públicos até conseguirem toda a documentação necessária para se regularizar. Esta dinâmica vinda da discricionariedade e da falta de informação, além de não otimizar o trabalho do SEF, criava mais demanda.

Crises

Em 2014, o diretor do SEF, Manuel Jarmela Palos, esteve envolvido numa investigação sobre corrupção nos chamados vistos *gold*⁸, que levou ao seu pedido de demissão. Em 2015, o Ministério

8 Os vistos *gold* são uma Autorização de Residência para Atividade de Investimento (AR) cujo requisito para a emissão é, dentre outros, a transferência de capitais de no mínimo 250 mil euros. Em 2023 o Parlamento português aprovou o fim da medida.

Público formalizou a acusação, mas o julgamento que começou em 2017 concluiu-se apenas em 2023, com a absolvição de Manuel Jarmela Palos. Contudo, os entrevistados destacam esse acontecimento como o início da paralisação do SEF:

Até 2015, quando o processo que atingiu o diretor do SEF Jarmela Palos, as coisas foram funcionando de uma forma relativamente sem grandes sobressaltos e sem grandes atrasos (Entrevista 10, Ex-Alto Comissário para as Migrações. Lisboa, 27\06\2022).

A dinâmica do SEF era uma dinâmica de melhor eco sob a administração de Jarmela Palos. Também é uma coisa importante na história das associações, nós tínhamos um excelente diálogo com ele, nem sempre concordávamos, o SEF continuava atrasando a fila, mas era uma outra relação (Entrevista 13, Ex-presidente da Casa do Brasil de Lisboa. Lisboa, 01\02\2023).

A investigação sobre o SEF teve como consequência um enfraquecimento dos serviços, desconfiança da opinião pública e dos imigrantes, e paralisação interna, levando a uma queda acentuada da qualidade dos serviços e a predominância de uma visão mais securitária sobre a imigração (Entrevista 10; Entrevista 13). Diante dessa conjuntura, passou a haver mais atrasos dos prazos administrativos da regularização de trabalhadores imigrantes, assim como para outras situações.

Em 2020, o ucraniano Ihor Homeniuk foi assassinado dentro das instalações do SEF no aeroporto de Lisboa e três inspetores do SEF foram condenados⁹. No seguimento desse acontecimento, a desconfiança da opinião pública, associação de imigrantes e clientes relativamente ao SEF aumentou e, mais uma vez, a qualidade dos serviços diminuiu, influenciando a implementação da regularização de trabalhadores imigrantes. O número de imigrantes continuava a aumentar em Portugal, assim como o número de pedidos por regularização. Contudo, no mesmo ano, a pandemia da Covid-19 afetou a normalidade de todos os serviços públicos. Nos primeiros meses da pandemia, os serviços do SEF pararam temporariamente, depois passaram a funcionar à distância ou em serviços mínimos até po-

⁹ A condenação ocorreu em 2021 e, em recurso, foi acompanhada pelo Supremo Tribunal de Justiça: Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça. 7/12.5JALRA.C1.S2. 5.ª SECÇÃO.

derem voltar ao funcionamento regular. Logo, a alta demanda por regularização ficou suprimida, gerando uma demanda ainda maior.

O Governo (PS), tendo em conta a situação sanitária, regularizou¹⁰ temporariamente os imigrantes que já se encontravam em processo de regularização, para que pudessem ter acesso aos direitos básicos. Ainda assim, os processos pendentes precisariam ser analisados pelo SEF. Estima-se que em 2021 haviam 200 mil pedidos de regularização por trabalho pendentes¹¹.

Em 2021, o Governo (PS) avançou com uma proposta de extinção do SEF, que já havia sido apresentada no seu programa eleitoral de 2019¹², e uma das principais medidas foi a separação entre a função policial e a função administrativa. Em 2023, o SEF foi extinto, sendo criada a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA)¹³, responsável pela componente administrativa junto com o Instituto dos Registos e do Notariado (IRN). Ou seja, os pedidos de regularização de trabalhadores imigrantes passaram a ser de competência da AIMA.

Contudo, o procedimento permanece o mesmo, sendo utilizada a mesma plataforma para a apresentação do pedido. As delegações do SEF passaram a se chamar Lojas AIMA, com 34 lojas pelo país. Os funcionários administrativos do SEF transitaram para a AIMA e para o IRN – outros pediram mobilidade –, e o Governo declarou a intenção de contratar mais 190 funcionários¹⁴. Atualmente, os pedidos de pendentes são de 347 mil, número de incluiu as regularizações por trabalho, e pretende-se criar uma operação específica para colmatar as pendências a partir de 2024.

É evidente que na implementação da política de regularização de trabalhadores imigrantes está em causa a capacidade do SEF (agora a AIMA) ser responsivo à demanda. Os funcionários públicos trabalham com as condições existentes. Contudo, existem

10 Despacho n.º 3863-B/2020, de 27 de março

11 Renascença. Imigrantes dizem que são “tratados como lixo” e denunciam injustiças no SEF. 11 julho de 2021. <https://rr.sapo.pt/noticia/pais/2021/07/11/imigrantes-dizem-que-sao-tratados-como-lixo-e-denunciam-injusticas-no-sef/245830/>

12 Programa Eleitoral do Partido Socialista – Eleições Legislativas 2019 – Fazer ainda mais e melhor. II.II.3.5. *Mudar a forma como a Administração Pública se relaciona com os imigrantes.* p 145.

13 Portaria n.º 324-A/2023, de 27 de outubro

14 Agência para a Integração, Migrações e Asilo: O primeiro dia de um novo paradigma. 23-10-29 às 8h34. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/comunicado?i=agencia-pa-ra-a-integracao-migracoes-e-asilo-o-primeiro-dia-de-um-novo-paradigma->

contradições de práticas, de ordem jurídica e administrativas, que podem ser explicadas pelo exercício da discricionariedade. Ou seja, pese embora a legislação estabeleça os requisitos para a regularização, na prática, as entrevistas sugerem que não há um procedimento padronizado, os funcionários podem pedir mais documentos ou desconhecem a lei.

De facto, a pesquisa empírica corrobora o argumento deste artigo de que a interação entre os burocratas de rua e os clientes transforma a política pública no momento da implementação. Contudo, as entrevistas apontam que essa interação não pode ser considerada de forma isolada do contexto conjuntural e estrutural da imigração e Administração Pública portuguesa. Ora, se as ações dos burocratas de rua tornam-se as políticas que implementam, há que se considerar os aspetos organizacionais e institucionais que condicionam a ação dos funcionários do SEF.

Considerações Finais

A atuação dos burocratas de rua desempenha um papel fundamental na implementação das políticas públicas. O trabalho de Lipsky (1971) sobre os burocratas de rua marcou o desenvolvimento de estudos que pretendiam analisar a linha de frente da implementação das políticas públicas e inaugurou uma importante discussão sobre como e por que as ações na linha de frente da implementação frequentemente diferem das intenções dos superiores e legisladores (May; Winter, 2007).

Portanto, a questão central dos estudos de implementação é analisar a divergência entre a política no papel e a prática, e ainda compreender porque existem diferenças (e quais são) entre os objetivos da política e os resultados. De facto, ter em conta que as medidas não se transformam automaticamente em ações concretas na linha de frente dos serviços públicos possibilita a investigação de alguns fatores que podem explicar o sucesso e o fracasso da política.

No que concerne à implementação da política de imigração, esta possui particularidade, visto que os formuladores não têm informações completas sobre o fluxo migratório, que possui uma característica de imprevisibilidade e inevitabilidade, e o grupo-alvo não

pode interagir no processo de formulação, pois normalmente os imigrantes não têm direitos políticos, como ressaltou Carvalho (2009). Logo, tendo em vista a dinâmica da imigração, é esperado que a política encontre outra realidade no terreno, de modo que a literatura admite que a política de imigração, comumente, possui lacunas de implementação (Elmore, 197; Van der Leun, 2006; O'Leary, 2010; Czaika; De Haas, 2013; Gofen, 2013).

No caso português, em 2007 foi aprovada a política de regularização de trabalhadores imigrantes, que combina a gestão fluida dos fluxos e os princípios de integração de imigrantes e permitiu a concessão de uma autorização de residência por meio de um contrato de trabalho (ou promessa de contrato de trabalho) ou uma atividade independente.

Não obstante a regularização de trabalhadores imigrantes seja uma política considerada inovadora, este artigo demonstra que maior problemática está na sua implementação. Isso porque, pese embora a legislação estabeleça os requisitos para a regularização, na prática, as entrevistas sugerem que a quantidade de recursos humanos e tecnológicos do SEF não foram suficientes, que não há um procedimento padronizado, favorecendo a discricionariedade, e três crises enfraqueceram os serviços do SEF, trouxeram mais desconfiança da opinião pública e dos clientes, e uma paralisação interna que causou a queda acentuada da qualidade dos serviços.

As alterações legislativas conduziram ao aumento do número de pedidos de regularizações por trabalho, mas sem que o SEF tivesse capacidade, formação e recursos de processar esses pedidos. Ora, se uma política é alterada com frequência, mesmo que para melhor, sem que haja formação dos responsáveis pela implementação, as incongruências de práticas no terreno podem ser comum. Além disso, pese embora o paradoxo da demanda *versus* recursos, o número de imigrantes em comparação ao número de funcionários do SEF é desequilibrado, sobretudo se considerarmos que este serviço público é responsável pela regularização de imigrantes e todos os outros artigos da Lei de Estrangeiros de 2007.

A partir de outubro de 2023, um novo paradigma sobre a política de imigração foi adotado pelo Governo português, extinguindo o SEF, dando origem a AIMA e reformulando as competências da

gestão das migrações e das fronteiras. A extinção do SEF aponta que, de facto, havia constrangimentos no serviço responsável por implementar a política de imigração portuguesa. Contudo, os próximos desenvolvimentos irão indicar se essa mudança trará melhorias para a implementação da regularização de trabalhadores imigrantes.

Referências

ACÓRDÃO DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 7/12.5JALRA.C1.S2. 5.^a SECÇÃO.

AGÊNCIA PARA A INTEGRAÇÃO, MIGRAÇÕES E ASILO: **O primeiro dia de um novo paradigma**. 23-10-29 às 8h34. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/comunicado?i=agencia-para-a-integracao-migracoes-e-asilo-o-primeiro-dia-de-um-novo-paradigma->

BLACKMORE, M. (2001). Mind the Gap: Exploring the Implementation Deficit in the Administration of the Stricter Benefits Regime. **Social Policy and Administration**, 35(2), 145–162. <https://doi.org/10.1111/1467-9515.00224>

BRITES, C. M.; CLEMENTE, A. J. (2019). Implementação de Políticas Públicas: breve revisão da literatura. **NAU Social**, 10(18). <https://doi.org/10.9771/ns.v10i18.31461>

CASTLES, S. (2004). **Why migration policies fail**. *Ethnic and racial studies*, 27(2), 205-227.

CARVALHO, J. (2009). **A política de imigração do Estado português entre 1991 e 2004** (Vol. 26). Observatório da Imigração, ACIDI, IP.

CZAIKA, M.; DE HAAS, H. (2013). The effectiveness of immigration policies. **Population and Development Review**, 39(3), 487-508.

CARVALHO, J. (2017). “Bringing the state back in”: A political economy analysis of Portuguese immigration policy. **Mediterranean Politics**, 1–21. <https://doi.org/10.1080/13629395.2017.1352569>

COHEN, N. (2021). **Policy Entrepreneurship at the Street Level**. <https://doi.org/10.1017/9781108864299>

ELMORE, R. F. (1979). Backward Mapping: Implementation Research and Policy Decisions. **Political Science Quarterly**, 94(4), 601–616. <https://doi.org/10.2307/2149628>

DIRETIVA 2008/115/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro de 2008 , relativa a normas e procedimentos comuns nos Estados-Membros para o regresso de nacionais de países terceiros em situação irregular. **Jornal Oficial da União Europeia**. OJ L 348, 24.12.2008, P. 98–107

GOFEN, A. (2013). Mind the Gap: Dimensions and Influence of Street-Level Divergence. **Journal of Public Administration Research and Theory**, 24(2), 473–493. <https://doi.org/10.1093/jopart/mut037>

HAMMAR, T. (Ed.). (1985). **European immigration policy: A comparative study**. Cambridge University Press.

HILL, H. C. (2003). Understanding Implementation: Street-Level Bureaucrats' Resources for Reform. **Journal of Public Administration Research and Theory**, 13(3), 265–282. <https://doi.org/10.1093/jpart/mug024>

JANINI, T. C., & Celegatto, M. A. Q. (2019). A atuação do Tribunal de Contas na implementação de políticas públicas DOI:10.5935/2448-0517.20180030. **Juris Poiesis - Qualis B1**, 21(27), 71–86.

LIPSKY, M. (1971). Street-Level Bureaucracy and the Analysis of Urban Reform. **Urban Affairs Quarterly**, 6(4), 391–409. <https://doi.org/10.1177/107808747100600401>

LANGBEIN, L. I. (2000). Ownership, Empowerment, and Productivity: Some Empirical Evidence on the Causes and Consequences of Employee Discretion. **Journal of Policy Analysis and Management**, 19(3), 427–449. <https://www.jstor.org/stable/3325700>

LEI N.º 23/2007, DE 4 DE JULHO. Aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional. Publicação: **Diário da República** n.º 127/2007, Série I de 2007-07-04, páginas 4290 - 4330

LIPSKY, M. (2010). Street-Level Bureaucracy, 30th Anniversary Edition: Dilemmas of the Individual in Public Service. In **Google Books**. Russell Sage Foundation.

MATLAND, R. E. (1995). Synthesizing the implementation literature: The ambiguity-conflict model of policy implementation. **Journal of public administration research and theory**, 5(2), 145-174.

MAY, P. J.; WINTER, S. C. (2007). Politicians, Managers, and Street-Level Bureaucrats: Influences on Policy Implementation. **Journal of Public Administration Research and Theory**, 19(3), 453–476. <https://doi.org/10.1093/jopart/mum030>

MALHEIROS, J.M. (2012), “Framing the Iberian model of labour migration - Employment exploitation, de facto deregulation and formal compensation”, in **Marek Okólski** (ed.), European Immigrations. Trends, Structures and Policy.

MALHEIROS, J., PEIXOTO, J. (2023). Challenges and Ambiguities of the Policies for Immigrants’ Regularisation: The Portuguese Case in Context. In: Finotelli, C., Ponzio, I. (eds) Migration Control Logics and Strategies in Europe. **IMISCOE Research Series**. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-031-26002-5_6

MAMEDE, R.P. (2023). O Estado da Nação e as Políticas Públicas 2023. **Reformas Estruturais**. 1.^a edição julho de 2023. IPPS-Iscte. ISBN 978-989-8990-65-5

O’LEARY, R. (2010). Guerrilla Employees: Should Managers Nurture, Tolerate, or Terminate Them? **Public Administration Review**, 70(1), 8–19. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2009.02104.x>

PARTIDO SOCIALISTA. **Programa Eleitoral do Partido Socialista** – Eleições Legislativas 2019 – Fazer ainda mais e melhor. <https://gabinetedeestudos.ps.pt/wp-content/uploads/2019/09/Programa-Eleitoral-PS-2019.pdf>

PORTARIA N.º 324-A/2023, de 27 de outubro. **Diário da República** n.º 209/2023, 2º Suplemento, Série I de 2023-10-27, páginas 2 - 12

RENASCENÇA. **Imigrantes dizem que são “tratados como lixo” e denunciam injustiças no SEF**. 11 julho de 2021. <https://>

rr.sapo.pt/noticia/pais/2021/07/11/imigrantes-dizem-que-sao-tratados-como-lixo-e-denunciam-injusticas-no-sef/245830/

TUMMERS, L.; BEKKERS, V.; STEIJN, B. (2009). Policy Alienation of Public Professionals. **Public Management Review**, 11(5), 685–706. <https://doi.org/10.1080/14719030902798230>

T HART, P. (2019). Great Policy Successes. In library.oapen.org. **Oxford University Press**. <https://library.oapen.org/handle/20.500.12657/23594>

VAN DER LEUN, J. (2006). Excluding illegal migrants in The Netherlands: Between national policies and local implementation. **West European Politics**, 29(2), 310–326. <https://doi.org/10.1080/01402380500512650>

ZAHARIADIS, N. (2019). The multiple streams framework: Structure, limitations, prospects. In **Theories of the policy process** (pp. 65-92). Routledge.

Lista de entrevistas

Entrevista 1, nacionalidade brasileira, mulher, 55 anos. Lisboa, 13\05\2019

Entrevista 2, nacionalidade brasileira, homem, 25 anos. Lisboa, 13\05\2019

Entrevista 3, nacionalidade brasileira, mulher, 45 anos. Lisboa, 13\05\2019

Entrevista 4, nacionalidade brasileira, homem, 33 anos. Lisboa, 13\05\2019

Entrevista 5, nacionalidade brasileira, homem, 27 anos. Lisboa, 13\05\2019

Entrevista 6, nacionalidade brasileira, mulher, 34 anos. Lisboa, 13\05\2019

Entrevista 7, Ex-ministro da Administração Interna. Lisboa, 16\11\2021

Entrevista 8, Member of Expert Group on the views of migrants in the field of migration, asylum and integration. Online, 17\06\2022

Entrevista 9, Direção do SEF. Lisboa, 21/06/2022

Entrevista 10, Ex-Alto Comissário para as Migrações. Lisboa, 27\06\2022

Entrevista 11, Deputado do PCP. Lisboa 26\07\2022

Entrevista 12, Ex-secretário de Estado da Administração Interna. Lisboa, 21\12\2022

Entrevista 13, Ex-presidente da Casa do Brasil de Lisboa. Lisboa, 01\02\2023

Entrevista 14, Presidente da Solidariedade Imigrantes (SOLIM). Lisboa, 27\04\2023

Entrevista 15, Funcionário do SEF. Lisboa, 25\05\2023

Entrevista 16, Funcionário do SEF. Lisboa, 29\06\2023

Entrevista 17, Funcionário do SEF, 25\07\2023

DIÁSPORA HAITIANA

Uma breve revisão histórica da migração em três períodos distintos

Emmanuel Fradet¹

Irenilda Ângela dos Santos²

Introdução

Mais do que nunca, a migração se impõe como um tema central em diferentes regiões do globo, expressando contradições estruturais do capitalismo e os efeitos desiguais da dominação, da expropriação e da divisão internacional do trabalho. Não por acaso, longe de se apresentar como um fenômeno homogêneo ou meramente conjuntural, a migração assume formas específicas conforme a posição ocupada por cada país na hierarquia do sistema mundial. Tanto o é que, em formações sociais periféricas e dependentes, esse processo tende a operar como mecanismo de ajuste forçado às crises recorrentes de reprodução social

Nesse contexto, no caso do Haiti, a migração tem atravessado o cotidiano social e impactado distintas classes, configurando-se menos como uma escolha individual e mais como expressão histórica das relações de dependência, da instabilidade política estrutural e da precarização persistente das condições de vida. Trata-se, portanto, de um fenômeno socialmente produzido, inscrito na própria conformação da sociedade haitiana, cuja trajetória foi marcada por processos de espoliação, subordinação externa e fragilização de sua base produtiva.

Sob essa perspectiva, o debate sobre a migração no contexto haitiano exige uma abordagem analítica que considere dois movimentos fundamentais – ainda que distintos em suas dinâmicas e escalas – para apreender sua complexidade histórica e social: a migração interna e a migração externa. Ambos não devem ser compreendidos

1 Haitiano, doutorando pelo PPGFil pela Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT; fradet1804@gmail.com

2 Professora na Universidade Federal de Mato Grosso, Departamento de Serviço Social e PPGPS/UFMT; irenilda.santos@ufmt.br

como respostas isoladas ou episódicas, mas como estratégias socialmente condicionadas de sobrevivência diante dos limites estruturais impostos a uma formação social periférica. Tais limites, entretanto, não se constituem de forma abstrata ou atemporal; ao contrário, são historicamente produzidos e continuamente atualizados por meio de processos econômicos, políticos e sociais específicos.

Sob essa perspectiva, o debate sobre a migração no contexto haitiano exige uma abordagem analítica que considere dois movimentos fundamentais – ainda que distintos em suas dinâmicas e escalas – para apreender sua complexidade histórica e social: a migração interna e a migração externa. Ambos não devem ser compreendidos como respostas isoladas ou episódicas, mas como estratégias

É precisamente nesse sentido que o retorno à trajetória histórica do Haiti se impõe como um requisito analítico fundamental. Ao reconstituir esse percurso, será possível identificar com maior nitidez, os elementos estruturais que dão origem e conferem sentido aos processos migratórios, os quais atravessam de forma contínua, a história haitiana e se expressam no presente, tanto na migração interna quanto na migração externa.

Segundo Alain Saint-Victor e Exentus Renel (2022), um dos fenômenos mais marcantes da história haitiana no início do século XX é a migração pois esta começou em um momento específico da história do país, quando foi invadido pelos Estados Unidos em 1915.

Com este ato, os invasores americanos impediram o desenvolvimento já precário do país, para aumentar seu próprio capital econômico. Cédric Audebert (2012), disserta que o desembarque dos Marines no Haiti ocorreu em um contexto geral de penetração dos interesses econômicos dos Estados Unidos nos países caribenhos, apoiado por um intervencionismo militar cada vez mais frequente na região.

É justamente por essa característica que esse primeiro momento histórico será tratado neste artigo como aquele marcado pela invasão estadunidense ao território haitiano e para entender melhor este momento, vamos discuti-lo em função dos interesses econômicos e bélicos dos americanos, situando-o num contexto histórico do período no Haiti.

No Haiti e em vários países caribenhos nos primeiros anos após 1901, havia uma forte turbulência política interna e os Estados Unidos aproveitaram a oportunidade para invadir tais territórios, sob o pretexto de que tentariam pôr ordem nos líderes políticos, trazer democracia, e por extensão, por “ordem na população”.

No início do século XX, os Estados Unidos estavam no auge de sua hegemonia política e econômica, mostrando seu poder ao mundo, através da invasão de países menores e militarmente mais fracos e assim, dominaram quase todos os países caribenhos com seu poder bélico.

Desta forma, ao mesmo tempo que invadiram e ocuparam econômica e militarmente o Haiti no período de 1915 a 1934, houve a invasão e ocupação militar norte-americana também na República Dominicana, no período entre 1912–1924 (Audebert, 2012, n.p.).

Esta ocupação conjunta de toda a ilha criou uma espécie de dependência entre os trabalhadores haitianos, que já não conseguiam encontrar terras para cultivar e por outro lado, havia muitas plantações de cana em São Domingos e em Cuba, que tinham falta de mão de obra o que levou os haitianos a migrarem. Durante a década de 1920, um dos fatores que obrigou estas deslocações massivas foi o fato da força bélica americana ter se apoderado das terras dos agricultores haitianos que para sobreviverem, tiveram que migrar para as plantações de açúcar em Cuba e na República Dominicana (Saint Victor; Exentus, 2022).

No mesmo contexto, a parcela do campesinato que não migrou para o exterior, igualmente despojada de sua principal fonte de trabalho – a terra –, foi compelida a abandonar o campo. Esse processo resultou em um deslocamento pesado da população em direção à região Oeste do país, onde se localiza a capital do Haiti, principal polo econômico e político nacional, desencadeando um intenso movimento de migração interna.

Optamos por concentrar nossos esforços, numa primeira parte, nas causas fundamentais da migração dos haitianos para terras estrangeiras e em uma segunda parte, nas consequências desta migração para o Haiti enquanto sociedade.

Momentos intensos de migração em massa no Haiti

Segundo Labelle e Larose (1983), a migração laboral começou com a invasão americana em 1915, o que redefiniu o lugar do Haiti no sistema mundial capitalista e no sistema regional do país.

Esta definição do lugar do Haiti na hierarquia mundial colocou-o sob a tutela das grandes potências econômicas e políticas mundiais, como os Estados Unidos, o Canadá e a França.

Estas três países, dominantes globalmente dentro do sistema capitalista, passam a decidir o que é bom ou ruim para o país e nesse caso, definindo inclusive a migração forçada ou a deportação do campesinato haitiano do seu lugar de origem o que trouxe graves danos à economia e ao desenvolvimento do país.

Discutindo os abusos cometidos pelos invasores americanos, Castor, conforme relatado por Saint Victor e Exentus (2012), fala que mais de 266.000 acres de terra foram tomados por empresas americanas, sendo este um dos motivos que levou à migração, quase 300.000 haitianos rumo a Cuba e à República Dominicana, durante os primeiros anos após 1915 e continuou pois a ocupação imperialista perdurou por anos.

De maneira paradoxal, a globalização, desde as fases iniciais da colonização até o período atual, deslocou o Haiti para a periferia através da Divisão Internacional do Trabalho e ofereceu condições – predominantemente precárias – para a inserção dos migrantes haitianos como trabalhadores necessários nas economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, ocupando um lugar bem marcado na parte inferior da hierarquia social.

As primeiras levas de migração que o país conheceu não foi voluntária pois a origem da migração haitiana está aquilo a que chamamos de **migração forçada**, onde contextos e circunstâncias específicos, internos ou externos, obrigam determinados grupos sociais a deslocarem-se em grande escala. E a localização geográfica do Haiti, no centro do mar do Caribe, contribuiu para que além dos destinos prioritários, outros intermediários fossem alcançados em uma migração por etapas.

Este fluxo migratório não voluntário prosseguiu irregularmente e constituiu a base essencial da mão de obra da indústria açu-

careira em Cuba até a Revolução Cubana, sendo que na República Dominicana prosseguiu até aos anos 70 (Saint Victor; Exentus, 2022).

Durante todos estes anos, a mão de obra haitiana esteve a serviço do desenvolvimento econômico e infraestrutura de outros países, num período que era extremamente necessária para aumentar a produção no Haiti e colocar o país na via do desenvolvimento.

Nesse período, os imigrantes trabalhavam principalmente nas plantações de cana-de-açúcar e no processo de transformação da cana em açúcar, ou seja, essa força de trabalho destinava-se a enriquecer os projetos de desenvolvimento de outros países, sendo que o principal fornecedor de mão de obra foi o Haiti.

Transformado, ora por seus próprios políticos, ora pelo influxo de potências estrangeiras em um dos países mais pobres do continente, é do Haiti que sai há bem mais de um século os trabalhadores mais pauperizados e que serão recrutados e menos pagos, para diversos países da região e do mundo. Até 1970, estes migrantes trabalhavam para sobreviver, principalmente nas plantações, sendo que um dos principais beneficiários desta mão de obra barata eram os mesmos países que sempre os espoliaram de suas riquezas.

Alain Saint Victor e Exentus Renel (2022) relatam que estas plantações de açúcar eram obra da expansão do capital norte-americano, que obteve enormes lucros com excesso de terras disponíveis e mão de obra haitiana barata. Para lograr isso, logo após a invasão, os EUA usaram de seu poder bélico se aliando à burguesia local, para conseguir mudar leis no congresso, usando políticos locais fantoches e assim, inclusive com tortura, aniquilar resistências dentro do país.

Porém, para compreender a dinâmica da sociedade haitiana atual, é necessário analisar a estrutura social deixada e imposta pelos invasores americanos no início do século passado, pois esta nunca foi benéfica para o país e traçou pela força bélica e do capital, um novo rumo para o povo e o país, com as migrações forçadas.

Neste contexto, o país se constituía em uma reserva de mão de obra barata para o desenvolvimento de vários países do continente (Labelle; Larose, 1983) e a história deste povo fez dele um dos principais fornecedores de trabalhadores migrantes baratos para os países do mundo todo.

Nos anos que se seguiram à ocupação imperialista forçada do Haiti, outros fatores específicos funcionaram contra a classes média e baixa, que formavam uma maioria silenciosa e isso impulsionou o despojo final do campesinato haitiano de suas terras que continuou sob os diversos governos posteriores.

“Nos anos 40, com o objetivo de abastecer o exército norte-americano, a sociedade norte-americana *Société Haïtiano-Américaine de Développement Agricole* apropriou-se de dezenas de milhares de hectares para produzir borracha e pasta de papel” (Saint Victor; Exentus, 2022, p. 2).

Mais uma vez, estes camponeses pobres que perderam suas terras, não tinham outra opção senão o êxodo forçado e em massa para as grandes cidades do país ou o deslocamento para países próximos, para trabalharem nas plantações de cana-de-açúcar.

Por conta disso, várias ilhas do Caribe passaram a receber migrantes haitianos que pretendiam se estabelecer temporariamente, trabalhando, enquanto buscavam poupar recursos para depois tentarem ingressar em países como Estados Unidos, França e Canadá. Essa estratégia, que quase sempre não foi concretizada, ampliou o espaço social haitiano para além das fronteiras do Estado-nação, porém sempre como mão de obra para enriquecer a economia de outros países.

Com novos governos, mudava se o poder, sem haver melhoria de qualidade de vida e trabalho para o povo haitiano, que já estava profundamente marcado. Em 1957 inicia se a ditadura dos Duvalier³, pai e filho, que exerceram o poder com mãos de ferro e total repressão sobre todos os setores da vida nacional até o ano de 1986, período onde sobrou medo, tortura e faltou direitos humanos, trabalho, educação, políticas sociais e formas de manter o povo Haitiano em seu próprio solo, por longos 29 anos.

No período, perseguição política, corrupção, extorsão e crimes hediondos, provocaram mais uma vez o êxodo dos haitianos, como uma nova forma de protesto contra um sistema sanguinário de governança política, através da ditadura.

3 Esta ditadura caracteriza-se pela repressão de todos os opositores políticos e pela proibição dos partidos políticos. Poder totalitário e autoritário para toda a vida.

Evens Jabouin (2020, n.p) diz-nos que “No Haiti, a corrupção segue uma filosofia semelhante e uma dinâmica simétrica à da crise que ela contribui para moldar.”

O caráter sistêmico e anômico da corrupção , torna-a aceitável para uma parte da sociedade, que considera quase natural, que por exemplo, as elites econômicas subornem os dirigentes políticos para obter vantagens individuais, ou que os dirigentes políticos se aproximem de particulares (agentes econômicos) para financiar suas campanhas eleitorais ou seus projetos pessoais, concedendo-lhes certos privilégios ou passes em troca.

Desta forma, todo o país sofre de uma crise sistêmica de corrupção e distopias que impactam profundamente a sociedade, com uma luta constante pelo poder entre o Estado e o povo haitiano, sendo que o espaço para a liberdade de expressão e para a vida em sociedade continua drasticamente reduzido.

O período ditatorial foi benéfico para o governo no poder e para as elites burguesas locais onde poucas famílias detinham todo o poder político e econômico em suas mãos e nas dos seus apoiadores, através do terror, da tortura e outros meios escusos.

Por conta desta ditadura entre 1957 e 1986, uma nova era de emigração começou a tomar dimensões mais amplas e ao contrário das primeiras vagas de migração que afetaram mais diretamente os camponeses, esta afetou indiscriminadamente todos os extratos sociais.

Os primeiros a serem afetados foram os membros da elite mulata, que foram também os primeiros a deixar o país no final dos anos 50 para os Estados Unidos e paralelamente à emigração das classes urbanas socialmente favorecidas, desenvolveu-se de novo, a emigração clandestina de camponeses pobres para a República Dominicana e, pela primeira vez, para as Bahamas (Audebert, 2012, n.p).

Quando não se trata de uma dominação por uma força estrangeira invasora que obrigou os camponeses a abandonarem seu território, nesta fase a causa foi a má governança e as lutas políticas internas, o que nos leva a afirmar que a emigração dos haitianos tem sido um fenômeno estrutural e social, provocando migração forçada

para a grande maioria das pessoas consideradas adversárias políticas, despojadas dos seus bens e/ou desempregadas por questões políticas.

Petrusek, citado por Cédric Audebert (2012, n.p), vê a emigração haitiana, antes de mais nada, como uma consequência da difícil situação econômica do país, porém isso é algo que os políticos durante a ditadura, não só desejaram, como planejaram detalhadamente como forma de sua manutenção do poder.

Para compreender a emigração forçada dos haitianos pelos ditadores Duvalier, pai e filho, é preciso contextualizá-la, medindo o número de haitianos que partiram para países estrangeiros devido à perseguição política, à falta de liberdade de expressão e como resultado deste período, a diáspora haitiana começa a encontrar outras terras de possível refúgio e sobrevivência, partindo em número significativo.

Alain Saint-Victor e Renel Exentus (2022) relatam que em 1970, 30.000 Haitianos viviam nos Estados Unidos; em 1973, 40.000 nas Bahamas e de 1974 a 1985, o crescimento da imigração haitiana para a Guiana foi tão elevado que o número de imigrantes representava 20% da população total do país em 1985.

Estes números referem-se às pessoas, homens e mulheres que se encontravam em situação legal de documentação segundo a lei de migração de cada país citado, não entram nestes cálculos aqueles que chegam a esses territórios, indocumentados ou em situação irregular perante as leis migratórias, pois se formos considerar estes outros, pode-se aumentar exponencialmente tais cifras.

Este fenômeno migratório termina por afetar outro setor fundamental da vida nacional que é a fuga de cérebros, pois com a saída do país de pessoas importantes em diferentes domínios da vida, por suas formações educacionais, afeta o desenvolvimento atual do Haiti, que continua com níveis alarmantes de pobreza e violência.

O êxodo de pessoal qualificado é espetacular, começando pelos médicos e enfermeiros, estendendo-se aos professores, gestores administrativos, técnicos e trabalhadores especializados (Labelle; Larose, 1983, p. 81).

Devido à ideologia política contrária ao sistema ditatorial que vigorava no período, muitos destes profissionais não quiseram colaborar com o poder local, sendo obrigados a exilar-se ou a morrer vítimas da ditadura e este movimento migratório da classe intelectual do país, os fez migrarem ou se refugiarem para os países da América do Norte, especialmente para países de capitalismo mais avançado.

O desenvolvimento e a repressão das lutas contra o regime de Duvalier, os limites do crescimento dos setores privado e público, a superprodução de diplomados universitários e a incapacidade dos poderes públicos, dada sua natureza de classe, de encontrarem soluções para o subdesenvolvimento, impulsionariam, ao mesmo tempo, a migração de novas categorias de trabalhadores para os centros capitalistas avançados, Canadá, Estados Unidos, França e certos países do Terceiro Mundo, como a África (Labelle; Larose, 1983, p. 81).

Os problemas e desordens administrativas, a violência e a tortura durante o regime totalitário provocaram uma forte escassez de recursos humanos, tão grande como durante a invasão imperialista e nessa longa diáspora, podemos distinguir entre imigração econômica e imigração política, ambas forçadas por dois contextos diferentes.

Nas duas últimas décadas, o fluxo de imigração haitiana no mundo atingiu o seu auge, no que chamamos aqui da terceira grande onda dessa diáspora, entre 2010 a 2024.

Os fluxos migratórios internacionais se intensificaram impulsionados por crises econômicas, políticas, ambientais e humanitárias, levando milhões de pessoas a deixarem seus países em busca de condições mínimas de sobrevivência. Isso é tão verdadeiro que a Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2020), corrobora com este pensamento ao nos trazer que estavam fora de seus países em 2019, mais de 272 milhões de pessoas sendo a maioria em idade economicamente ativa.

Nesse contexto, a presença haitiana no Brasil que se intensificou após o terremoto em 2010, vem representando um caso emblemático para além de uma resposta a uma catástrofe humanitária: A migração vem revelando a complexidade das vulnerabilidades enfrentadas por populações historicamente marginalizadas.

Abdelmalek Sayad (1998), destaca que o ato de migrar é sempre atravessado por uma ambivalência: o migrante é sujeito e objeto

do olhar social, vivenciando simultaneamente o desejo de pertencimento e os mecanismos de exclusão da sociedade de acolhida.

Neste período, a América do Sul tornou-se gradualmente um novo polo de migração para os haitianos que procuravam trabalho e condições de vida normais. Por conta disso, muitos pesquisadores traçam a imigração haitiana para o Brasil, considerando o terremoto ocorrido no Haiti em 12 de janeiro de 2010 como a principal causa” (Pedroso Neto; Monace, 2022, p. 1).

Após essa catástrofe natural que assolou o país e causou perdas imensas de bens materiais e vidas humanas, a única possibilidade dos sobreviventes ao terremoto era deixarem o Haiti rumo a outros horizontes, isso soava como a última esperança para um povo já sem opções e de joelhos. Estas pessoas deslocadas de seus territórios pelo terremoto, buscavam a oportunidade de imigrar para a América do Sul, na esperança de encontrar trabalho, saúde, educação e ao mesmo tempo, tentar organizar sua vida para depois buscarem a família que ficou.

Aqueles que permaneceram no país, procurando uma maneira de sobreviver enfrentaram crises ainda maiores de um dia para o outro, assim, tudo que os sobreviventes tinham em mente era buscar uma vida mais tranquila na América do Sul ou Central, em países como Brasil, Chile e México, que ofereciam certas vantagens aos imigrantes haitianos.

A pobreza, a guerra, o abandono social e as catástrofes naturais fazem com que o ser humano, na esperança de resgatar a sua dignidade, saía em busca de uma melhor qualidade de vida (Da Silva; De Lima, 2016, n.p).

Um aspecto importante é que estes não migram para a América do Sul em busca de riqueza, fazem-no porque procuram uma vida razoavelmente estável onde possam ter seus direitos minimamente respeitados, garantindo pelo trabalho, que os direitos humanos fundamentais possam lhes proporcionar dignidade humana e a chance de reconstruírem a vida.

Por vezes, para fazer a viagem, gastam uma fortuna ou tudo que ainda tem, sendo que estão buscando apenas trabalho, segurança, paz, educação, saúde e uma possível estabilidade financeira.

De acordo com dados da ONU, em 2019 cerca de 1,5 milhões de haitianos migraram, representando nos últimos 10 anos, 14,26% da população haitiana ativa, sendo que em seus novos destinos incluem países como o Brasil, Chile, México, Panamá, Equador e o Peru, alguns dos quais servem frequentemente de zonas de trânsito (Dubuisson, P-R citado por Saint Victor; Exentus, 2022, p. 2).

Esta forma de trânsito nestes países, em grande parte tem o objetivo de chegarem aos Estados Unidos, atrás do “sonho americano”, sendo que este período pode durar tanto tempo que até da origem a um novo estatuto: O de migrante permanente, nestes países que seriam de trânsito.

A esperança que estes migrantes tem ao deixar seu país de origem é a busca pela qualidade de vida que esperavam ter nos países onde chegam, porém nem sempre são as mesmas que pensavam. Em grande parte destes países, é exatamente o contrário : Enfrentam situações que nunca experimentaram, sendo obrigados a lidar com uma nova vida bem distante da sonhada, porém documentos recentes mostram que o Brasil continua sendo um dos destinos de eleição, inclusive por sua política social que tem sido mais inclusiva aos migrantes.

No Haiti poderiam viver melhor se as restrições de segurança não os obrigassem a um êxodo forçado, pois:

A fome, o desemprego, a discriminação os espreitam, enfim, são muitos os desafios dos países e não cabe somente a um buscar solução. Isto porque esse movimento imigratório não se dá somente nos países da América Latina, mas é um movimento geral, em busca da sobrevivência (Da Silva, 2016, n.p).

De acordo com os termos da Declaração de Refugiados e Migrantes de Nova Iorque, datada de setembro de 2016, em 2015 o número de pessoas obrigadas a migrar atingiu o maior índice desde a Segunda Guerra Mundial, ultrapassando 244 milhões de pessoas que migraram no mundo.

Dessas, 65 milhões de pessoas foram forçadas a saírem de seus locais de origem; 21 milhões são refugiados; 3 milhões, solicitantes de asilo; e mais de 40 milhões são os deslocados internos

Os processos migratórios são sempre condicionados historicamente e o recente fluxo de imigrantes provenientes do Haiti para o

Brasil precisa ser compreendido a partir dos processos de mudanças conjunturais sofridos pelos dois atores: Haiti e Brasil.

Nos anos que se seguiram ao terremoto de 2010 os haitianos migraram para países da América do Sul também por outras razões que podem variar com o tempo e o contexto político do Haiti, onde atualmente estão os problemas ligados à insegurança, à pobreza e ao desemprego num país onde políticos corruptos e que fazem má gestão do bem público, não agem no interesse da população.

O Estado Haitiano, que deveria ter o papel de propor e manter leis que fossem a garantia da boa governança e gestão da coisa pública, não tem sido feito, já que o Estado está a cada dia mais fraco, sem governança e quase sempre corrupto o que faz com que o país continue mergulhado no caos, onde quase todos os governos só produzem e protegem a corrupção. “O Estado não representa o bem comum, mas os interesses da classe dominante, ou seja, de parte da sociedade civil, que mantem o sistema político” (Stein, 1984, p. 13)

Ao analisar a perspectiva subjacente a este novo período e forma de migração, podemos inferir que isso é algo planejado pelos dirigentes do país que não cria condições objetivas para que os jovens permaneçam e trabalhem para colocar o no caminho do desenvolvimento.

A falta destas condições força que jovens e adultos sejam obrigados a migrar e mais uma vez, esta é o resultado de uma decisão puramente racional, tomada por um grupo de pessoas dominantes politicamente, para forçar a população a mais uma diáspora.

No entanto, seria no mínimo surpreendente, senão completamente aberrante, que as causas estruturais da migração estivessem completamente ausentes das interpretações e motivações individuais recolhidas numa amostra representativa de migrantes (Larose, 1985, p. 23-31).

Isto porque, entre as pessoas deslocadas, há muitas de classe média, que estavam aparentemente bem no seu país de origem, porém, devido a alguma situação degradante, tiveram que partir deixando seus sonhos para trás.

Outros, por serem ou estarem diretamente afetados pela insegurança no Haiti ou buscando a segurança de alguém que lhes é pró-

ximo, não se sentem seguros com o governo, fazendo com que desistam até de um emprego bem pago e busquem a saída da migração.

Para estes, o mais importante é salvar suas vidas, porém a decisão de emigrar nunca é simples e envolve sempre um conjunto complexo de motivos e acontecimentos (Larose, 1985, p. 23).

Considerando que a migração em massa pode ser um fator que degrada uma sociedade é necessário encontrar as principais causas que levam os haitianos a praticá-la a cada ano com maior intensidade. A maioria dos estudos sobre as causas da migração centra-se nos problemas econômicos, de guerras ou ambientais, no entanto, estas variam consoante a região o período e o motivo, que pode ser político, econômico, de migração forçada ou outro. (Vandererf; Heering, 1996).

De fato, o estudo das causas dos movimentos migratórios continua a ser um tema verdadeiramente interessante e consoante os países, podemos encontrar resultados de inquéritos semelhantes, mas diferentes na sua substância. Desta forma, tais investigações permanecem geralmente incompletas, porém para o Haiti, podemos afirmar que a invasão americana em 1915 marcou o início desta diáspora e isso fez perdurar no subconsciente do povo haitiano uma espécie de “cultura da migração”⁴, numa tentativa de escapar aos problemas internos da sociedade.

Para além deste aspecto histórico existem situações catastróficas que levam à migração, como o desemprego que é elevado no país, obrigando que migrem com o único objetivo de trabalhar para conseguir sobreviver e manter a família que ficou no país de origem. Quase nunca um grupo imigra apenas por imigrar, este fato está relacionado com algum evento que as levam a romper com sua história de vida, família, cultura, religião, amizades. E quase sempre se tem muitas perdas ao imigrar, por isso, a motivação para processo quase sempre está relacionada a fatores econômicos, políticos, guerras, pobreza extrema, violência, perseguições entre outros. Amiúde, a busca por uma qualidade de vida melhor para si e para os seus familiares é o fator que leva o imigrante a se arriscar para alcançar melhoria de condições de vida para si e seus familiares.

4 Termo utilizado por Vanderrf e Heering para designar as migraes provenientes de Marrocos, nomeadamente no seu livro *Causes of international migration*, 1996, p. 120.

A este respeito, Larose relata o testemunho de um trabalhador agrícola que chegou a Quebec no Canadá, nos anos 1980:

O meu país é um país ótimo; adoro-o. Eu vivia lá, não tinha frio, tinha bom sol, estava habituado ao meu país. Mas o país carece de organização e de trabalho. Por isso, fui-me embora para encontrar um país onde houvesse um pouco mais de trabalho (Larose, 1985, p. 25).

Este discurso reflete o mesmo sentimento vivido atualmente pela grande maioria dos haitianos que vivem fora do país pois o desemprego continua atingindo duramente a população em idade ativa.

De acordo com um estudo de Theodat (2021), no Haiti mais de 75% da população vive com menos de dois dólares por dia e esta anomalia social cria um desequilíbrio entre os jovens a procura de trabalho. Existe uma força potencial disponível, mas o país não oferece oportunidade para manter estes jovens a serviço do desenvolvimento da sociedade Haitiana.

Larose (1985), afirma que no Haiti a ideia de partir está na cabeça das pessoas assim que elas têm idade para trabalhar pois não há nada para fazer no país e dessa forma, a imigração para países economicamente melhores ou já desenvolvidos, insere-se na procura de satisfação de suas necessidades básicas como forma de sobrevivência, já é alto o desemprego e subemprego no país.

Nessas situações, migrar é visto como a única iniciativa adequada para sair da pobreza e aspirar a um futuro melhor, como um processo normal de passagem de um país pobre para um país mais avançado.

Neste sentido o subdesenvolvimento do Haiti é um fator importante a favor da decisão de migração para os países desenvolvidos e emergentes e a migração externa dos países pobres foi percebida, aceita e incorporada nas estratégias individuais ou coletivas como uma alternativa aos constrangimentos econômicos, de segurança, demográficos ou ecológicos prevaletentes, porque havia inicialmente uma procura premente de mão de obra dos países do Norte e dos países do Sul em rápida expansão (Vandererf; Heering, 1996).

Nos bastidores, a migração de haitianos para o Chile e para o Brasil foi o resultado da procura destes dois países a partir de sua urbanização, porém com o terremoto de 2010, isso se tornou necessidade premente também dos cidadãos haitianos.

No período logo após o terremoto o Brasil carecia de mão de obra e o fluxo de imigrantes a partir deste ano serviu também como uma ferramenta para suprir essa falta, considerando que mesmo muitos haitianos chegaram ao país com ensino superior e terminaram em trabalhos extremamente precarizados, sendo que por desconhecerem leis e não dominarem o idioma, facilitou com que não se sindicalizassem ou buscassem direitos trabalhistas, sendo mais explorados.

Esse conjunto de fatores políticos, econômicos e culturais contribuiu para um novo fluxo de imigrantes vindos do Haiti elegessem o Brasil como um dos principais destinos, provocados pelo fascínio por conta do futebol, pelo clima similar e após o terremoto, também pela chamada missão de paz que o exército brasileiro lá coordenou, que por sua vez, deixou outros traumas no país.

Quando chegaram ao Brasil, os imigrantes haitianos enfrentaram dificuldades de acolhimento nas fronteiras devido à falta de uma política pública que lhes desse guarida. Conforme destacam Zamberlam *et al* (2014, p. 34), muitas vezes os haitianos são vistos por grande parte da população como “usurpadores de postos de trabalho”; e também são vistos por grande parte de empresários brasileiros apenas como “uma mão de obra barata” e com efeito, a força de trabalho dos haitianos é amiúde utilizada por grande parte dos empresários à luz da lógica capitalista.

Num contexto semelhante ao do desemprego que provoca a migração, temos também no Haiti a insegurança alimentar crônica que é também uma causa direta que impede a permanência de seu povo, de acordo com os dados da Agência Central de Inteligência relatados por Kianersi Sina *et al.* (2021), desde 2016 o Haiti tem sido um país de baixo rendimento, com cerca de 60% da sua população de quase 11 milhões de habitantes vivendo abaixo do limiar da pobreza e hoje após crises políticas sem precedentes, esses números estão longe de ser suficientes para falar da miséria que existe no país. “Terremotos, inundações, secas e furacões intensificaram

a insegurança alimentar no Haiti, limitando a produção alimentar e aumentando os preços dos alimentos” (Marcelin et al., citado por Kiarnesi *et al.*, 2021).

Para além da falta de responsabilidade dos dirigentes e da falta de sensibilidade para com a agricultura, elemento essencial da luta contra a pobreza, as catástrofes naturais aumentam as crises e estas pioram o que já era uma situação precária no país, pois os desastres naturais provocam uma redução ainda maior da quantidade de recursos disponíveis que já eram insuficientes para satisfazer a fome de toda uma população.

Um último elemento que podemos considerar como causa da migração é a insegurança física das pessoas juntamente com a perseguição política, o que afeta todos os setores da vida nacional, onde ninguém está protegido pelas instituições, pois até os membros da Polícia Nacional são impotentes perante a insegurança e a violência que impera no país.

Bastick M. e Whitman T, relatados por Joseph Kerline e Roussel Méliissa (2013) afirmam que para se ter segurança deve-se ter acesso à educação e aos cuidados de saúde, à democracia, aos direitos humanos, bem como ao desenvolvimento econômico, porém cada pessoa deveria sentir-se protegida pelo governo, bem como sua família e seus bens. Assim, quando estas condições primárias não estão reunidas, é um fato quase natural que as pessoas abandonem o país em busca de vida melhor através da migração.

Por estas fraquezas e inseguranças do Estado, aqueles que não dão sua opinião favorável aos que governam quase sempre são também forçados a buscar asilo político ou se arriscam a perder a vida. Não há um órgão que garanta o controle imparcial da segurança no país e os direitos dos que estão no poder são intocados, enquanto intelectuais e formadores de opinião veem seus direitos fundamentais expostos, especialmente a liberdade de expressão e ou você apoia o governo no poder, ou sua saída é o exílio distante da política, correndo riscos se permanecer no país.

Com o fenômeno da globalização, o uso transversal do termo segurança tornou-se prática comum na análise de outros conceitos vitais para o estabelecimento ou manutenção de uma democracia (Joseph; Roussel, 2013, p. 21-24).

Por outro lado, entre 2005 e 2014, o dinheiro enviado por imigrantes representou mais de 20% do PIB do Haiti, sendo que estas remessas não só vão dos imigrantes no Brasil, mas de todos os países.

Estudiosos do transnacionalismo acreditam que o geógrafo haitiano Georges Anglade, ainda na década de 1970, foi o primeiro a usar o termo “décimo departamento” para descrever a província externa do Haiti, composta por migrantes, exilados e refugiados que viviam no exterior. Era o início da conceituação do que mais tarde ele chamaria de “novo espaço haitiano” para se referir à diáspora: A ampliação do espaço haitiano feita através das migrações, sua manutenção e recriação a partir de variados fluxos, conectando distintos locais de destino e de passagem com os de origem. que estão em países como Canadá, EUA, França, Brasil e outros.

Considerações finais

A migração tem um fim positivo, muitas vezes para os que migram e para o país que os recebe, porém tem consequências graves para o país que representa o fornecedor de mão de obra e/ou de cérebros para o país de chegada.

Em muitos casos os imigrantes são jovens, solteiros, em idade ativa, com educação de terceiro grau, sendo que geralmente dividem-se em dois ramos específicos: Os não licenciados e os profissionais licenciados.

No primeiro caso esta situação tem um efeito significativo no desenvolvimento do país de origem pois a força de trabalho diminui e com ela também o poder econômico, alterando a estrutura da sociedade para pior rapidamente. No segundo caso, quando o número de licenciados que deixam o país é grande, isso atrasa o desenvolvimento local, pois faltará pessoas para pensar e tentar materializar os recursos para melhorar o país através de meios técnicos, fenômeno conhecido como “fuga de cérebros”.

Com a capacidade de mobilidade, estas pessoas procuram sobretudo países com um nível adequado à sua profissão, assim a imigração haitiana para o Canada, Estados Unidos, França, Brasil ca-

racteriza-se pela sua bipolaridade. Na medida em que contribui para a fuga de cérebros dos países subdesenvolvidos, ao mesmo tempo, fornece mão de obra barata para setores menos qualificados e precários da economia do país que os recebe. (Labelle; Larose, 1983).

Hoje, os países da América do Sul tornaram-se os principais receptores de cérebros, tendo o Haiti como um dos seus fornecedores principais, pois colocam sua experiência a serviço destes países que tem grande necessidade, mas não está preparada para receber estes imigrantes em condições adequadas frente ao que podem oferecer.

Temos na diáspora, a consequência última dos problemas que a realidade do Haiti impõe: Haitianos podem viver em todos os lugares do planeta exceto em seu país natal e desta forma, a migração haitiana é uma não aceitação e da luta da população para reorganizar sua sociedade. Isso pressupõe uma relação direta com a educação recebida, com a pedagogia da educação colonial e com um sistema político que não visa o interesse do país, fazendo com que seu povo seja expulso de sua própria terra.

A chegada dos Haitianos no Brasil fez com que pautas dos movimentos de imigrantes ganhassem força no país com esse imenso fluxo de pessoas a partir de 2010, o que culminou na promulgação da Lei 13.445/2017, chamada lei de Migração que substituiu o antigo Estatuto do Estrangeiro, ainda resquício da ditadura militar. A partir dessa nova lei, é garantido ao migrante o direito à reunião familiar, organização sindical, participação em protestos, abertura de conta bancária e o amplo acesso à justiça, educação e saúde pública, passando a ser considerado crime a discriminação motivada pela nacionalidade ou condição migratória.

Por outro lado, a imigração em massa é mais uma face da mundialização do capital onde o imigrante é necessário enquanto o capital precisa de sua força de trabalho, porém quando o capital decide que não há mais trabalho, ele deixa de ser necessário e é descartado pelo mesmo sistema que o obrigou a migrar.

Referencias

AUDEBERT, Cédric, Le contexte historique de la migration haïtienne, Chapitre 1, In: **La diaspora haïtienne: Territoires migratoires et réseaux**, Rennes, PUR, 2012.

AUDEBERT, Cédric The recent geodynamics of Haitian migration in the Americas: refugees or economic migrants? **Rev. bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.55-71, jan./abr. 2017

DA SILVA, Leda Maria Messias; DE LIMA, Sarah Somensi. Imigração Haitiana no Brasil: os Motivos da Onda Migratória, as Propostas para a Inclusão dos Imigrantes e a sua Proteção à Dignidade Humana/Haitian Immigration in Brazil: the Migration Wave Reasons, the Proposals for Inclusion of Immigrants and their Protection for Human Dignity. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, 2016.

JOSEPH, Kerline; ROUSSEL, Mélissa. La sécurité des femmes haïtiennes, une préoccupation à intégrer dans les pratiques du pays. **Haïti Perspectives**, 2013, vol. 2, no 3, p. 21-24.

KIANERSI Sina et al. **Associations between hurricane exposure, food insecurity, and microfinance; a cross-sectional study in Haiti**. World development, 2021.

KOCHIE AKOU, Olga. Politique d'éducation, éducation politique: vers un rôle émancipateur de l'éducation. **LAKISA**, 2023, no 5, p. 114-123.

LABELLE, Micheline; LAROSE, Serge; PICHÉ, Victor. Émigration et immigration: les Haïtiens au Québec. **Sociologie et sociétés**, 1983, p. 73-88.

LAROSE, Serge. De la complexité des motifs de la migration: le cas haïtien. **International Review of Community Development**, 1985, p. 23-31.

PEDROSO NETO, Antonio José; MONACE, Jhon Kelly. Liens entre Brésil et Haïti: Stratégies de Reproduction des Familles, Réseaux Socio-Économiques et Voyer Kòb. **DADOS**, Rio de Janeiro, vol.65 (2), 2022, p. 1-33.

SAINT-VICTOR Alain; EXENTUS Renel. Haïti: migration et su-

rexploitation. **Nouveaux Cahiers du socialisme**, 2022, p. 29-35.

THÉODAT, Jean-Marie. Haïti. **Diplomatie**, 2021, no 112, p. 27-31.

VANDERERF Bob; HEERING Liesbeth (ed.). **Causes of international migration**. Diane Publishing, 1996.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acumulação, 13, 21, 25, 26, 31, 35, 47, 80, 87, 97, 148, 179, 206, 212, 225, 228, 229, 240, 242, 245, 247, 248, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 260, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272

Acumulação Primitiva, 266, 268

Adolescentes, 116, 122, 123, 125, 126, 128, 129, 130, 133, 134, 135, 136, 139, 141, 142, 143, 144, 146

Ataques, 11, 13, 15, 33, 85, 122, 125, 126, 131, 132, 133, 134, 138, 145

Autoritarismo Furtivo, 7, 202, 205, 209, 210, 211, 214, 215

B

Burocracia, 82, 85

C

Capital, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 71, 118, 120, 121, 142, 147, 148, 165, 168, 169, 172, 173, 178, 184, 186, 187, 189, 206, 223, 227, 228, 229, 231, 232, 237, 239, 240, 242, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 266, 269, 270, 271, 273, 303, 304, 306, 319

Capitalismo, 12, 20, 21, 22, 25, 26, 28, 31, 32, 38, 42, 43, 48, 49, 53, 55, 56, 58, 59, 60, 63, 65, 67, 68, 71, 72, 74, 77, 80, 81, 96, 97, 111, 119, 121, 129, 148, 179, 192, 221, 235, 245, 248, 249, 251, 252, 256, 261, 302, 310

Capitalismo De Plataforma, 21, 22, 25, 26, 81

Capitalismo Monopolista, 55

Centros De Pesquisa, 151, 152

Colonialismo, 9, 65, 77, 86, 250

Comunidades Mórbridias, 122, 135

Concentração De Capital, 269

Concentração de Riqueza, 42, 259
Conflitos Socioambientais, 270
Constituição, 77, 97, 253, 267
Corpo, 67, 68, 74, 82, 97, 122, 180, 185, 186, 196, 272
Corporações, 15, 20, 21, 22, 23, 25, 57, 81, 135, 144, 145, 151, 152, 155, 157, 161, 164, 167, 239, 272
Crise, 8, 10, 11, 17, 23, 24, 32, 43, 54, 56, 58, 59, 82, 86, 87, 91, 94, 119, 120, 126, 135, 148, 178, 189, 190, 191, 195, 201, 204, 207, 211, 212, 213, 217, 228, 229, 245, 248, 252, 253, 254, 255, 256, 260, 261, 264, 265, 273, 308
Crise Ambiental, 10, 245, 248, 256, 260, 261
Crise Ecológica, 8, 252, 253, 260, 264, 265, 273
Cultura da Violência, 17, 138, 139

D

Deficiência, 7, 9, 14, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78
Democracia Liberal, 8, 15, 177, 178, 186, 188, 189, 191, 192, 194, 195, 201, 207, 214, 215
Desemprego, 28, 35, 45, 61, 119, 229, 312, 313, 314, 315, 316
Desregulamentação, 87, 90, 227, 229
Digitalização, 7, 9, 22, 56, 81, 93, 94, 180
Dinâmicas Internacionais, 152
Disputa Hegemônica, 10, 151, 152, 153, 164, 165, 167
Ditadura, 199, 211, 217, 307, 308, 309, 310
Diversidade Funcional, 7, 9, 14, 65, 66, 75, 76, 77
Docentes, 9, 11, 14, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 132
Dominação Capitalista, 247

E

Ecologia, 10, 263
Educação, 63, 64, 81, 84, 102, 112, 116, 129, 130, 140, 145, 146, 147, 178, 231, 235, 307, 311, 317, 318, 319

Emancipação, 8, 16, 79

Empreendedorismo, 8, 12, 13, 23, 24, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 38, 42, 44, 96

Empresas, 21, 22, 26, 30, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 57, 72, 80, 82, 87, 89, 93, 145, 164, 170, 192, 223, 227, 231, 232, 233, 235, 236, 238, 245, 258, 269, 272, 305

Envelhecimento Populacional, 47, 48, 49, 60

Era da Informação, 177

Era Eletrônica, 10

Escola, 62, 81, 114, 115, 116, 117, 123, 126, 128, 131, 132, 133, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146

Estado, 6, 7, 8, 10, 13, 15, 16, 34, 35, 36, 44, 49, 50, 51, 60, 62, 82, 86, 87, 88, 91, 94, 97, 98, 114, 115, 118, 120, 124, 129, 130, 144, 145, 148, 155, 159, 162, 170, 178, 182, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 267, 269, 273, 281, 282, 290, 297, 299, 301, 307, 308, 313, 317, 320

Estudantes, 13, 31, 116, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 139, 140, 142, 143, 146

Exército Industrial de Reserva, 31, 32, 33

Expropriação, 8, 9, 13, 23, 25, 26, 44, 48, 248, 249, 252, 254, 255, 257, 258, 259, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 274, 302

Expropriação Ecológica, 264, 265, 267, 268, 269, 274

F

Fechamento de Empresas, 36

Fetichismo, 80

Financiamento Estadunidense, 15, 151

Flexibilização, 23, 33, 50, 53, 55, 60

Força de Trabalho, 12, 14, 20, 22, 26, 35, 45, 52, 53, 54, 56, 72, 85, 92, 93, 225, 226, 229, 239, 246, 251, 252, 256, 259, 266, 306, 316, 318, 319

G

Geopolítica, 153

Gerencialismo, 16, 84, 88, 89, 94, 223, 237

Governança, 18, 91, 152, 154, 165, 201, 232, 233, 246, 254, 255, 256, 257, 261, 307, 308, 313

Governo Eletrônico, 82, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 97

H

Haiti, 18, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320

I

Imigrantes, 10, 17, 190, 193, 277, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 296, 297, 300, 306, 309, 311, 312, 316, 318, 319

Inadimplência, 40, 41, 44

Individualismo, 136, 229

Indústria 4.0, 13, 27, 56, 62, 63

Iniciativa Privada, 91, 95, 97, 227, 232, 234, 235, 236, 239, 240

Insegurança, 33, 96, 130, 135, 282, 313, 316, 317

Instituição, 95, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 116, 117, 118, 129, 223, 224, 226, 234

L

Legitimidade, 15, 91, 118, 195, 205, 210, 215, 223, 226, 228, 255, 257, 260

Linguagens, 65, 66, 136, 257

Lucro, 16, 20, 38, 40, 89, 121, 134, 230, 232, 245, 250, 252, 258, 260, 266, 267, 268

M

Meios de Comunicação, 62, 95, 115, 124, 127

Mercado, 12, 13, 20, 22, 40, 45, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59,

60, 63, 74, 80, 86, 87, 89, 91, 92, 97, 134, 153, 155, 165, 174, 190, 203, 222, 224, 227, 229, 230, 231, 232, 234, 241, 245, 246, 247, 248, 251, 259, 267, 270, 272, 282, 283, 284

Mercado de Trabalho, 22, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 63, 97, 282, 284

Mercadoria, 12, 20, 21, 55, 80, 225, 237, 261, 264, 266, 267, 268, 270, 271, 272, 273

Migração Haitiana, 305, 319

Modernidade, 9, 66, 67, 68, 71, 74, 75, 76, 77

Moralização Dos Costumes, 202

N

Neofascismo, 120

Neoliberalismo, 12, 60, 63, 87, 97, 120, 124, 136, 196, 210, 214, 217, 218, 219, 223, 231, 233, 241, 254

O

Organizações, 15, 33, 85, 101, 112, 120, 144, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 160, 161, 164, 165, 167, 168, 189, 223, 229, 234, 235, 238

P

Pandemia, 22, 23, 24, 28, 58, 59, 62, 81, 92, 94, 135, 144, 146, 263, 293

Parceria Público-Privada, 233

Partidos Políticos, 284, 307

Pessoas Idosas, 9, 14, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 59, 61

Plataformas Digitais, 20, 21, 22, 29, 56, 145

Plataformização do Trabalho, 56, 80

Política do Ódio, 119, 122, 136, 143, 144

Políticas Públicas, 15, 47, 49, 51, 61, 84, 86, 151, 152, 153, 173, 191, 201, 207, 235, 240, 273, 277, 279, 281, 283, 295, 298

Populismo Reacionário, 15, 177, 178, 192, 193, 194, 195

Portugal, 294, 297
Privatização, 10, 13, 15, 16, 83, 86, 87, 88, 89, 90, 207, 222, 224, 231, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 244, 257, 258, 269
Processo Sociabilizatório, 116, 124
Propriedade Privada, 16, 190, 225, 264, 265, 266, 267, 274

R

Racionalidade Neoliberal, 229, 232, 234
Reconhecimento Profissional, 110
Redes Sociais, 15, 122, 125, 131, 133, 134, 136, 137, 139, 142, 144, 177, 190, 192, 194
Reestruturação Produtiva, 28, 32, 33, 61, 80, 124, 136
Reforma, 31, 50, 83, 84, 88, 91, 92, 97, 98, 223, 232, 234, 236, 241, 242, 243
Regime Político, 203, 204, 211
Regularização de Trabalhadores, 277, 282, 283, 284, 285, 293, 294, 296, 297
Relações Societárias, 16, 116, 117, 118, 227
Reprodução do Capital, 11, 12, 239, 245, 252
Resistência, 24, 29, 60, 62, 120, 234, 242
Ressentimento, 119, 138, 142

S

Sentimento de Pertencimento, 14, 101, 110, 113
Serviço Público, 7, 9, 13, 81, 82, 85, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 235, 241, 279, 296
Setor de Serviços, 20, 55, 231
Sociabilidade, 48, 49, 61, 80, 81, 135, 136, 138
Sociedade Civil, 118, 119, 121, 131, 155, 158, 165, 204, 207, 228, 240, 243, 284, 313
Sociedade de Consumo, 10, 16, 264, 272
Sofrimento Psíquico, 112, 135, 143

Sustentabilidade, 7, 16, 245, 246, 247, 248, 250, 251, 254, 255, 256, 257, 258, 260, 261

T

Taxa de Juros, 41

Tecnologia, 8, 11, 47, 80, 84, 90, 257, 259, 264, 273

Teletrabalho, 23, 80, 94, 95, 96, 97

Teoria dos Burocratas, 277

Teoria Marxista, 185, 265, 266, 269

Terceirização, 23, 50, 87, 88, 89, 91, 92, 223, 256

Think Tanks, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 165, 166, 167, 168, 172, 173, 174, 176, 245

Trabalhadores, 9, 10, 12, 13, 14, 17, 18, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 44, 45, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 72, 85, 88, 89, 96, 97, 105, 106, 107, 108, 112, 121, 168, 193, 215, 229, 230, 241, 244, 251, 277, 278, 282, 283, 284, 285, 292, 293, 294, 296, 297, 304, 305, 306, 309, 310

Trabalho, 5, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 17, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 80, 81, 85, 88, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 115, 117, 144, 178, 179, 180, 202, 207, 216, 225, 226, 229, 231, 233, 238, 239, 243, 246, 249, 250, 251, 252, 254, 256, 257, 259, 260, 265, 266, 270, 273, 274, 278, 279, 281, 282, 284, 285, 286, 287, 288, 290, 291, 292, 294, 295, 296, 302, 304, 306, 307, 311, 315, 316, 318, 319

Trabalho Morto, 13, 27, 28, 57

Trabalho Uberizado, 13, 24, 26, 27, 28

Trabalho Vivo, 13, 27, 28, 54, 57

Transparência, 84, 152, 207, 259

U

UberempREENDEdores, 39

Universidades, 15, 33, 35, 36, 90, 151, 152, 161, 162, 163, 164, 167

V

Valor, 12, 20, 21, 27, 33, 37, 38, 41, 49, 51, 54, 55, 61, 73, 74, 97, 251, 252, 253, 257, 258, 262, 266, 267, 270, 272, 273

Violência, 8, 13, 14, 15, 17, 73, 74, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 148, 208, 214, 216, 242, 261, 309, 310, 314, 317

X

Xenofobia, 17, 139



Irenilda Ângela dos Santos

Professora do Curso de Serviço Social, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) e do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). É pesquisadora do Núcleo de Pesquisa MERQO do Grupo de Trabalho e Sociabilidade, da UFMT/CNPq. Autora de livros e artigos sobre temas como Política Social, Agricultura familiar e políticas públicas, questões socioambientais, migrações e mundo do trabalho, violência contra mulheres, dentre outros.



Alair Silveira

Professora da área de Ciência Política do Depto. de Sociologia e Ciência Política (SOCIP) e do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PROPPG) da UFMT. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa MERQO/UFMT/ CNPq e membro do GTPFS/DUFMAT/ ANDES-SN. Pós-Doutoranda Universidade de Buenos Aires/AR. Autora de livros e artigos sobre temas como Estado, Governo, América Latina, Neofascismo, Partido Político e Mundo do Trabalho, dentre outros.

Este segundo volume de *Desafios Contemporâneos* apresenta uma edição ampliada e revisada que reúne reflexões que interrogam o presente e tensionam leituras simplificadoras da realidade social. Organizada por Irenida Ângela dos Santos e Alair Silveira, a obra oferece ao(à) leitor(a) um conjunto qualificado de análises no campo das Ciências Sociais, articulando diferentes abordagens teóricas e objetos de investigação..

Ao longo de seus capítulos, o livro dialoga com transformações estruturais da vida social, do trabalho e dos territórios, reunindo textos densos e instigantes que expressam a diversidade de perspectivas e campos de pesquisa dos autores e autoras. Esse conjunto analítico evidencia a vitalidade do pensamento social crítico diante das reconfigurações contemporâneas do capitalismo.

Estruturada em três partes, além do prefácio e da apresentação, a obra aborda, inicialmente, as metamorfoses do mundo do trabalho e os processos de precarização das relações laborais. Em seguida, discute relações de poder, disputas territoriais e desafios ambientais, ressaltando os conflitos em torno da hegemonia em contextos marcados pela mercantilização da natureza e da vida. Por fim, problematiza as diásporas contemporâneas, examinando a criminalização dos migrantes e situando os fluxos migratórios no interior das crises do capital, das guerras e das assimetrias globais de poder.

Pela abrangência temática e pela densidade analítica que reúne, esta obra se afirma como um convite à reflexão rigorosa sobre as contradições que estruturam a vida social no mundo contemporâneo.



PPGPS
Programa de pós-graduação
em Políticas Sociais UFMG



ISBN 978-85-5467-614-8

